

NIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
ESCOLA DA INDÚSTRIA CRIATIVA

BRUNA LAPA DA GUIA

FEMINISMO E CIDADANIA COMUNICATIVA: PROCESSOS COMUNICACIONAIS  
DE COLETIVOS FEMINISTAS DE PORTO ALEGRE E SALVADOR

SÃO LEOPOLDO

2021

BRUNA LAPA DA GUIA

FEMINISMO E CIDADANIA COMUNICATIVA: PROCESSOS COMUNICACIONAIS  
DE COLETIVOS FEMINISTAS DE PORTO ALEGRE E SALVADOR

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jiani Adriana Bonin

SÃO LEOPOLDO

2021

G943f Guia, Bruna Lapa da.  
Feminismo e cidadania comunicativa: processos comunicacionais de coletivos feministas de Porto Alegre e Salvador / Bruna Lapa da Guia – 2021.  
350 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jiani Adriana Bonin.

1. Feminismo. 2. Feministas. 3. Cidadania comunicativa. 4. Redes sociais on-line. 5. Mídia digital. 6. Movimentos sociais. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Bruna Sant'Anna – CRB 10/2360)

*“Deus é mãe  
E todas as ciências, femininas”*  
Na voz de Elza Soares

A todas as mulheres de luta que vieram antes e a todas que virão depois,  
e aos seus sonhos de mundos mais justos e solidários

## AGRADECIMENTOS

*“Chegar para agradecer e louvar.  
Louvar o ventre que me gerou  
O orixá que me tomou,  
E a mão da doçura de Oxum que me consagrou.  
Louvar a água de minha terra  
O chão que me sustenta, o palco, o massapê,  
A beira do abismo,  
O punhal do susto de cada dia.  
Agradecer as nuvens que logo são chuva,  
Sereniza os sentidos  
E ensina a vida a reviver.  
Agradecer os amigos que fiz  
E que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...  
Agradecer a alegria das crianças,  
As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.  
Agradecer a cada folha, a toda raiz, às pedras majestosas  
E as pequeninas como eu, em Aruanda.  
Agradecer o sol que raia o dia,  
A lua que como o menino Deus espraia a Luz  
E vira meus sonhos de pernas pro ar.  
Agradecer as marés altas  
E também aquelas que levam para outros costados todos os males.  
Agradecer tudo que canta no ar,  
Dentro do mato sobre o mar,  
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.  
Agradecer aos senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.  
Agradecer,  
Ter o que agradecer.  
Louvar e abraçar!”  
Maria Bethania*

Agradecer e louvar, como ensinou-me Bethânia.

Agradecer ao Bing Bang, que como me disse a professora Hila, ajuda a gente a entender que as coisas não acontecem por mero acaso ou descuido. Se um pouco de poeira cósmica fez água, pedra, planta e bicho, é porque algo precisa acontecer. Há algo além. Louvar a todas as divindades que iluminam e protegem, a tudo que é divino e ao universo que constrói e abre caminhos.

Louvar às minhas raízes, à minha família. O ventre de onde eu vim, e o colo de mãe que sempre me cabe. E agradecer a todo amor que recebi, de todos. À força dessas três mulheres incríveis

que me criaram e que me ensinaram que o sonho pode ser combustível dos nossos caminhos. Por me apoiarem sempre. Todo meu amor, mamãe, para além do infinito, Tia Lene, minha bruxa madrinha, e minha Vó pop, Marlene, meu grilo da sorte. Obrigada ao meu avô Portuga Mário, que caminha sempre ao meu lado. Aos meus avós Irene e Antônio. Ao meu pai e Inês, por todo apoio. À vó que ganhei, Mosa. À minha irmã Lili por ser o motivo dos meus maiores sorrisos. Ao meu padrinho, Mário, à Tia Eliana e aos meus tios e primos, por todos os bons momentos. Em especial, ao Gordo, Dani, Dan e Du.

Agradecer imensamente à minha orientadora Professora Jiani Bonin, essa mulher forte que me amparou nessa aventura. Por sua paciência e generosidade grande. Por me guiar nessas trilhas com afeto e escuta atenta. E por compartilhar muito, dos conhecimentos de Academia e dos saberes de vida. Um dos bonitos retratos que vou levar comigo.

Às nossas colaboradoras Cris, Gabriela, Naiara, Priscila e Roberta. Ao Odara - Instituto da Mulher Negra, ao Movimento de mulheres Olga Benário e ao Coletivo Feminino Plural. Aos movimentos que fizeram parte de caminhada exploratória. A cada uma das mulheres que colaboraram para a realização desta pesquisa. Que eu possa bordar aqui neste texto um pouco do tanto que generosamente me ensinaram.

À Unisinos, pela acolhida e por tantos momentos que guardarei na memória. A todos os meus professores, com quem tive o prazer e o privilégio de aprender. Em especial, à professora Marcia Veiga, pelo carinho, pela escuta, e acolhida. Aos meus colegas de turma do doutorado, em especial Leila, Eloy e Fulgêncio, pelas risadas, cafés e por tanto me ajudarem. À Paula e Gabs. À Francine, por ter me acompanhado no início da caminhada exploratória. A todos os funcionários atentos e dedicados. E a todos que fizeram minha passagem pela universidade ainda mais leve e proveitosa.

Ao grupo de pesquisa PROCESSOCOM e à Rede AMLAT, fundamentais em minha trajetória acadêmica. Em especial aos professores Efendy, Nísia e Alberto, pela generosidade e gentileza e por todos os ensinamentos.

Aos meus amigos por se fazerem presente mesmo quando eu faltava. Pelas trocas e alegrias vividas em conjunto. Em especial à Duda, pela energia e força, ao Yves por me inspirar, ao Kym, por não esquecer, à Luíza, Mariana, Maria Jane, Catarina, Luciano, Thamires, Aninha, Julia, Pedro e Mayra, obrigada.

Aos meus queridos vizinhos Alexandre e André, pelo acolhimento no Sul.

À minha psicóloga Carol, por me ajudar a manter a sanidade em meio às crises desse último ano.

Aos professores Hila e Mozahir, que me acompanharam na graduação e no mestrado e a quem devo tanto, por me guiarem com afeto e terem incentivado os meus vãos. Pelo carinho e amizade, muito obrigada.

Às professoras que compuseram a banca deste trabalho, Délia Maria Dutra, Liliane Brignol, Helânia Thomazine e Tais Flores pela generosidade, leitura atenta e pelos conhecimentos compartilhados.

E a todos que fizeram dessa tese um caminho possível, ela não existiria sem esforço coletivo. Agradecer, louvar e abraçar.

## RESUMO

A tese busca compreender os processos comunicacionais, usos e apropriações dos territórios digitais pelos coletivos feministas Odara –Instituto da Mulher Negra, Coletivo Feminino Plural e Movimento de Mulheres Olga Benário, Das cidades de Porto Alegre e Salvador, na perspectiva da construção de cidadania comunicativa vinculada à luta feminista. A pesquisa adota como perspectiva epistêmica a transmetodologia, que permitiu o desenvolvimento das dimensões metodológicas, teóricas e empíricas em articulação e confluência mútua e possibilitou o diálogo interdisciplinar na formação das argumentações teóricas, a partir das áreas da comunicação, sociologia, filosofia e estudos de gênero. Orientadas por essa perspectiva epistemológica, a tese se construiu a partir de movimentos de pesquisa da pesquisa, pesquisa de contexto, pesquisa metodológica, pesquisa exploratória e pesquisa empírica. Esses movimentos articulados tensionaram e moldaram a produção de problematizações teóricas acerca das potencialidades e riscos da comunicação nos espaços digitais, das redes sociais multidimensionais, dos movimentos feministas, das relações de gênero e cidadania comunicativa. Na fase exploratória, foi realizado um mapeamento de movimentos feministas de Porto Alegre e Salvador, observação das ocupações digitais de movimentos feministas nas duas cidades, observação e participação em ações coletivas e entrevistas com seis sujeitas comunicantes, representantes de seis movimentos feministas. Esses movimentos se mostraram fundamentais no tensionamento das argumentações teóricas e no delineamento dos movimentos metodológicos da fase sistemática, que se deu em um contexto peculiar de pandemia mundial. Este contexto causou descentralizações e desestabilizações sociais que atravessaram a construção metodológica da pesquisa e a observação dos dados obtidos na fase sistemática. Nesta fase foi realizada, a partir de perspectivas da etnografia na internet, a observação dos usos e ocupações dos movimentos feministas dos ambientes digitais e entrevistas semiestruturadas com quatro colaboradoras de pesquisa, representantes dos movimentos observados, todas mediadas por plataformas digitais. O conjunto de processos de pesquisa apontou que os movimentos observados possuem práticas comunicacionais multimodais e multidimensionais que integram e são atravessadas por ambientes digitais e presenciais. A comunicação é uma dimensão constante, ativa e por vezes, estrutural das ações políticas e das práticas de luta contra o sexismo e a precarização das mulheres e por vidas melhores. Foi observado que estes movimentos constroem ações de generosidade e cuidado aos sujeitos, atentando para a comunicação enquanto direito na formação de sujeitas comunicantes. Assim, foi percebido que os movimentos possuem a capacidade de construir tecnologias sociais de cuidado com a voz

das sujeitas, sendo a voz aqui trabalhada como a capacidade de formar a própria expressão livre e libertadora das opressões sociais hegemônicas. Nos ambientes digitais, essas dimensões se traduzem nos usos e apropriações das plataformas como territórios propícios ao compartilhamento de informações referentes às demandas e objetivos de luta e ações dos movimentos; territórios de disputa de narrativas e produção de imaginários resistentes às imagens controladoras presentes na sociedade; e espaços de empoderamento social, cultural e político e epistêmico. Em síntese, os dados apontam que os movimentos feministas observados, ao construir tecnologias sociais de cuidado, partindo do gênero como elemento estrutural, produzem uma comunicação sensível centrada no diálogo, e no reconhecimento da autonomia e senso crítico dos sujeitos. A cidadania comunicativa materializa-se no entendimento do direito às condições para o desenvolvimento da própria voz enquanto direito comunicativo.

Palavras chave: Movimentos feministas. Cidadania Comunicativa. Processos Comunicacionais. Transmetodologia. Gênero

## ABSTRACT

The thesis seeks to understand the communicational processes, uses and appropriations of digital territories by feminist collectives Odara – Black Woman Institute, Plural Female Collective and Olga Benário Women's Movement, From the cities of Porto Alegre and Salvador, from the perspective of building communicative citizenship linked to feminist struggle. The research adopts transmethodology as an epistemic perspective, which allowed the development of methodological, theoretical and empirical dimensions in articulation and mutual confluence and enabled interdisciplinary dialogue in the formation of theoretical arguments, from the areas of communication, sociology, philosophy and gender studies. Guided by this epistemological perspective, the thesis was built from research on research, context research, methodological research, exploratory research and empirical research movements. These articulated movements tensioned and shaped the production of theoretical problematizations about the potentials and risks of communication in digital spaces, multidimensional social networks, feminist movements, gender relations and communicative citizenship. In the exploratory phase, a mapping of feminist movements in Porto Alegre and Salvador was carried out, observation of the digital occupations of feminist movements in the two cities, observation and participation in collective actions and interviews with six communicating subjects, representatives of six feminist movements. These movements proved to be fundamental in the tensioning of theoretical arguments and in outlining the methodological movements of the systematic phase, which took place in a peculiar context of a global pandemic. This context caused decentralizations and social destabilization that permeated the methodological construction of the research and the observation of data obtained in the systematic phase. At this stage, from the perspectives of ethnography on the internet, observation of the uses and occupations of feminist movements in digital environments and semi-structured interviews with four research collaborators, representatives of the observed movements, were carried out, all mediated by digital platforms. The set of research processes pointed out that the observed movements have multimodal and multidimensional communicational practices that integrate and are crossed by digital and face-to-face environments. Communication is a constant, active and sometimes structural dimension of political actions and practices in the fight against sexism and the precariousness of women and for better lives. It was observed that these movements build actions of generosity and care for the subjects, paying attention to communication as a right in the formation of communicating subjects. Thus, it was perceived that the movements have the ability to build social technologies

to care for the voice of the subjects, with the voice being used here as the ability to form their own free and liberating expression from hegemonic social oppression. In digital environments, these dimensions are translated into the uses and appropriations of platforms as territories suitable for sharing information regarding the demands and objectives of the struggle and actions of the movements; territories of disputed narratives and production of imaginaries resistant to the controlling images present in society; and spaces for social, cultural, political and epistemic empowerment. In summary, the data show that the observed feminist movements, when constructing social care technologies, based on gender as a structural element, produce sensitive communication centered on dialogue, and on the recognition of the subjects' autonomy and critical sense. Communicative citizenship is materialized in the understanding of the right to conditions for the development of one's own voice as a communicative right.

Keywords: Feminist movements. Communicative Citizenship. Communication Processes. Transmethodology. Gender

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de dimensões do processo de construção do objeto/problema de pesquisa.....	68
Figura 2 - Ocupação digital: ambientes e no de postagens.....	221
Figura 3 - <i>Threads</i> sobre os impactos da pandemia do Coronavírus.....	224
Figura 4 - Divulgação da Escola Beatriz Nascimento.....	234
Figura 5 - Boletim de monitoramento de mídia.....	236
Figura 6 - Postagem pelo dia internacional dos direitos humanos.....	237
Figura 7 - Artigo sobre como o racismo estrutural atravessa a maternidade negra.....	239
Figura 8 - Resgate histórico sobre o período da escravidão.....	241
Figura 9 - Homenagem à Luiza Bairros.....	241
Figura 10 - Postagem sobre as eleições municipais.....	243
Figura 11- Card da campanha Confirma preta, parte 1.....	246
Figura 12 - Card da Campanha confirma Preta, parte 2.....	246
Figura 13 - Card sobre eleições municipais.....	247
Figura 14 - Manual de medidas para conter a propagação do Coronavírus.....	248
Figura 15 - Card da campanha comunicacional #FALASPRETAS.....	251
Figura 16 - Divulgação da campanha Justiça e Solidariedade.....	253
Figura 17 - Card da campanha Justiça e Solidariedade.....	254
Figura 18 - Boletim Odara de casos de contaminação do Coronavírus por bairros.....	255
Figura 19 - História em Quadrinho Gal e Linho. Episódio 1.....	257
Figura 20 - Card de divulgação das ações do Julho das Pretas.....	258
Figura 21 - Card da campanha Confirma Preta sobre chapas coletivas.....	259
Figura 22 - Card de apresentação da professora Benilda Brito.....	261
Figura 23 - Imagem de crianças dançando.....	262
Figura 24 - Fotografia de matéria do jornal A verdade.....	263
Figura 25 - Fotografia de criança fotografando cachorro.....	269
Figura 26 - Fotografia de performance artística do movimento Olga Benário em Passo Fundo.....	274
Figura 27 - Card sobre feminicídios no Brasil.....	275
Figura 28 - Card sobre o atendimento para mulheres em situação de violência durante a Pandemia...	276
Figura 29 - Card sobre o desligamento da luz da casa de referência Mulheres Mirabal.....	279
Figura 30 - Registro de vídeo de ato em defesa da casa Mirabal.....	284
Figura 31 - Card sobre autocuidado.....	285
Figura 32 - Card sobre mulheres cientistas.....	286
Figura 33 - Registro do curso de formação “Para uma ciência da libertação da mulher” .....	288
Figura 34 - Card de apresentação da pré-candidatura de Priscila Voigt à prefeitura de Porto Alegre.	289
Figura 35 - Card da campanha de apoio às diaristas.....	291

Figura 36 - Depoimento de beneficiadas da campanha de apoio às diaristas.....	293
Figura 37 - Card de divulgação da rede de apoio psicológico Nise da Silveira.....	296
Figura 38 - Discussão sobre o aumento de casos de violência doméstica durante a Pandemia.....	297
Figura 39 - Feeds dos perfis do Instagram do núcleo gaúcho e do núcleo baiano.....	298
Figura 40 - Feeds dos perfis do Instagram do núcleo gaúcho e do núcleo baiano.....	299
Figura 41 - Card de indicação de filme.....	300
Figura 42 - Card sobre violência contra mulheres no Rio Grande do Sul.....	300
Figura 43 - Ilustração crítica ao governo Bolsonaro.....	301
Figura 44 - Ocupação dos espaços digitais pelo Feminino Plural.....	303
Figura 45 - Histórico de lutas do Coletivo Feminino Plural.....	306
Figura 46 - Breve relato de vida de Enid Backes.....	308
Figura 47 - Ilustração em combate à cultura do estupro.....	312
Figura 48 - Compartilhamento de notícia do perfil Gauchaz sobre caso de feminicídio.....	313
Figura 49 - Card repostado sobre políticas públicas de combate à violência médica.....	314
Figura 50 - Card de divulgação da oficina literária Narrativas de Isolamento.....	319
Figura 51 - Ilustração feminismo plural.....	321
Figura 52 - Feed do Instagram do Feminino Plural.....	322

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espaços digitais ocupados pelos coletivos.....	83
Tabela 2 - Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Feminino Plural.....	85
Tabela 3 - Mapeamento das temáticas de postagens do coletivo Feminino Plural.....	85
Tabela 4 - Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Olga Benário –RS.....	86
Tabela 5 - Mapeamento de temáticas das postagens do coletivo Olga Benário – RS.....	86
Tabela 6 - Mapeamento tipos de postagens do coletivo Odara.....	87
Tabela 7 - Mapeamento de temática das postagens do coletivo Odara.....	87
Tabela 8 - Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Olga Benário-BA.....	88
Tabela 9 - Mapeamento de temáticas de postagens do Olga Benário.....	88
Tabela 10 - Temáticas da ocupação comunicacional do digital de Odara r número de postagens.....	226
Tabela 11 - Ocupação das redes pelo Olga Benário.....	272
Tabela 12 -Temáticas da ocupação comunicacional digital pelo movimento Olga Benário.....	275
Tabela 13 - Temáticas tratadas nas publicações do coletivo feminino Plural.....	310

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1 - Eventos, encontros e ações coletivas acompanhados durante a pesquisa exploratória..... 93
- Quadro 2 - Número de postagens do Feminino Plural no Instagram e no Facebook em 2019 e 2021.. 304

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Femicídio na América Latina, Caribe e Espanha em 2017.....	46
Gráfico 2 - Dados sobre gênero, raça e violência de 2018.....	47
Gráfico 3 - Dados de violência de gênero de 2018.....	48
Gráfico 4 - Percentual de lésbicas mortas em 2017 por faixa etária.....	49
Gráfico 5 - Percentual de lésbicas mortas em 2017 por tipo.....	49
Gráfico 6 - Percentual de lésbicas mortas em 2017 por raça/etnia.....	50

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2. ASPECTOS CONTEXTUAIS.....</b>	<b>30</b>
2.1 Movimentos feministas no Brasil, um olhar histórico.....	31
2.2 Políticas públicas para mulheres no Brasil .....	41
2.2 A condição de precariedade das mulheres.....	47
2.3 Aspectos da conjuntura política nacional .....	52
2.4 A pandemia mundial e as mulheres .....	54
<b>3. TRILHAS INVESTIGATIVAS .....</b>	<b>59</b>
3.1 Por uma ciência para mulheres .....	59
3.2 Sobre a dimensão epistemológica no campo da comunicação .....	61
3.2. A Perspectiva transmetodológica .....	63
3.3 Traçando trilhas para o caminho investigativo.....	66
3.4 Práxis metodológicas: movimentos construtivos da pesquisa.....	69
3.4.1 <i>Levantamentos bibliográficos e pesquisa da pesquisa</i> .....	69
3.4.2 <i>Pesquisa teórica</i> .....	73
3.4.3 <i>Pesquisa empírica exploratória</i> .....	74
3.4.4 <i>Entrevistas exploratórias</i> .....	111
3.4.5 <i>O movimento do real atravessa a pesquisa e a modifica</i> .....	117
<b>4. PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>127</b>
4.1 Os processos midiáticos e os usos e apropriações das redes sociais digitais .....	127
4.1.1 <i>Globalização e midiatização</i> .....	128
4.1.2 <i>Processos midiáticos digitais e movimentos sociais</i> .....	132
4.1.3 <i>Usos e apropriações da comunicação digital pelas sujeitas comunicantes</i> .....	149
4.2 Movimentos sociais e feminismo .....	152
4.2.1 <i>Para compreender os movimentos sociais</i> .....	152
4.2.2 <i>Movimentos sociais, comunicação e a construção de redes</i> .....	155
4.2.3 <i>Movimentos sociais, comunicação e estética em ações políticas</i> .....	159
4.2.4 <i>Pensando o feminismo</i> .....	161
4.3 Cidadania e comunicação .....	184
4.3.1 <i>Cidadania em condições de precariedade e desigualdade social</i> .....	187
4.3.2 <i>Educação como dimensão de cidadania comunicativa</i> .....	193

4.3.3 <i>Inter-relações entre resistências, movimentos sociais, cidadania e comunicação</i> .....	199
4.3.4 <i>Cidadania comunicativa</i> .....	203
4.3.5 <i>O cuidado da voz como prática de cidadania comunicativa</i> .....	207
<b>5 PROCESSOS COMUNICACIONAIS EM ODARA, OLGA E FEMININO PLURAL</b> .....	<b>215</b>
5.1 Odara - Instituto da Mulher Negra .....	215
5.1.1 <i>Ocupação de territórios digitais</i> .....	220
5.1.2 <i>Temáticas abordadas</i> .....	225
5.1.3 <i>Ações comunicativas durante a Pandemia do Coronavírus</i> .....	247
5.1.4 <i>Linguagens midiáticas utilizadas</i> .....	257
5.2 Movimento de Mulheres Olga Benário - Porto Alegre e Salvador .....	263
5.2.1 <i>Ocupação de territórios digitais</i> .....	266
5.2.2 <i>Temáticas abordadas</i> .....	271
5.2.3 <i>Ações comunicativas durante a pandemia do Coronavírus</i> .....	293
5.2.4 <i>Linguagens midiáticas utilizadas</i> .....	298
5.3 Feminino Plural .....	302
5.3.1 <i>Ocupação de territórios digitais</i> .....	303
5.3.2 <i>Temáticas abordadas</i> .....	309
5.3.3 <i>Ações comunicativas durante a Pandemia do Coronavirus</i> .....	316
5.3.4 <i>Linguagens midiáticas utilizadas</i> .....	321
<b>6 REFLEXÕES FINAIS</b> .....	<b>323</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>337</b>
<b>APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FASE EXPLORATÓRIA</b> .....	<b>345</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nós escolhemos umas às outras  
 e o limite das batalhas de umas e outras  
 a guerra é a mesma  
 se perdemos  
 um dia o sangue das mulheres irá coagular  
 sobre um planeta morto  
 se vencermos  
 não há como saber  
 buscamos além da história  
 por um novo e mais possível encontro  
 Audre Lorde<sup>1</sup>

Desde o momento em que idealizei fazer esta tese, até quando ela se materializou nestas páginas, muitas transformações ocorreram nesta pesquisa, em seus objetivos, métodos e debates teóricos e também fora dela, no país, no mundo e em mim, a pesquisadora que aqui escreve.

Quando me inscrevi para a seleção do doutorado, em 2016, a ideia era outra, eu era outra; até os lugares em que estive eram igualmente, ou diferentemente, outros. A ideia era pesquisar os feminismos nas ruas, e mais propriamente impressos nos grafismos, nas artes urbanas e em seus modos de ocupar cidades e espacialidades digitais. O interesse surgia dos incômodos com o sexismo e o machismo que eu observava em uma revista que analisei durante o mestrado e no mundo que a cercava lá no início dos anos 2000, e nos ecos desses mesmos formatos sexistas que me cercavam nos meados da década passada.

Durante os quatro anos de doutorado, a pesquisa foi organicamente se transformando, ganhando novos contornos, à medida em que fui aprendendo, bebendo de outras fontes de conhecimento, até se desenhar com uma cara própria, digamos. Não como algo completamente formado, porque acredito que as pesquisas se dão em processos, mas com caminhos mais delineados. Aprendi também, que não se pode separar o sujeito pesquisador – e o contexto sócio-político cultural em que se insere – da pesquisa que produz e, por isso, busco aqui introduzir um pouco de quem sou e de como se construiu essa pesquisa

Essa é uma pesquisa que debate a noção de voz dentro de uma perspectiva de cidadania comunicativa, questão que surge das demandas postas pela observação empírica, exploratória e sistemática desta investigação. Nada mais justo então, do que ocupar algumas linhas para falar da minha própria luta e dificuldade em construir a minha voz.

---

<sup>1</sup> Poema “Outlines”, publicado na obra *The collected Poems of Audre Audre Lorde*, Nova York: W.W Norton and Co. 1997.

É preciso primeiro, no entanto, demarcar que quando escolho escrever esta tese na primeira pessoa do singular, o faço como modo de reforçar a ideia de que esta pesquisa parte de uma visão situada e localizada. Mas também faço isso extremamente consciente de que a pesquisa não se faz com uma pessoa só. Tudo o que escrevo aqui foi o que aprendi com todas as pessoas que generosamente se propuseram a construir esses caminhos comigo. Foi o que compreendi de todos os lugares, manifestações e de todos os ensinamentos das mulheres que conheci, com quem conversei, a quem entrevistei e ouvi. E dos homens também, claro, e de todas as pessoas, pois acredito que uma pesquisa, uma busca por conhecimento científico se produz na troca. Embora entendo que mais aprendi do que ensinei. Tudo o que escrevo aqui é conhecimento compartilhado e construção em conjunto: eu, minha orientadora, professores, militantes, as mulheres dos coletivos, as mulheres com quem caminhei nas manifestações, enfim...

Pois bem, sobre a pesquisadora que se entrelaça com a pesquisa, digo que o aprendizado com este processo de pesquisar, investigar e conhecer foi gigante e transformador. Sou uma mulher cisgênero, branca, de 28 anos, nordestina. Nasci e cresci no interior da Bahia, em Ilhéus, cercada pelo mar. Fui criada por três mulheres fortes, mãe, tia e a vó, e com a participação, em diversos momentos da bisavó (que previu ou mandou que eu me formasse em jornalismo). Embora cercada desde sempre do universo feminino, não me lembro de o feminismo ter sido pauta de discussões em minha infância ou adolescência, embora saiba hoje que ele se fez e faz presente nas ações dessas mulheres, mesmo que não nomeado. Estudei toda minha adolescência em colégio de freiras e cursei a universidade na cidade de Mariana, no interior de Minas Gerais. Me encantei com o Rio Grande do Sul quando visitei Santa Maria em um encontro da SBPjor e dois anos depois me mudava para São Leopoldo.

O feminismo me foi melhor apresentado na universidade, mas ainda não era algo tão próximo, como alguém bacana que a gente sente alguma simpatia mas não conhece muito. Durante o período em que cursei o mestrado, questões mais pessoais guiaram o meu interesse em direção ao feminismo, mas ele era, até então, bastante teórico. O fazer a pesquisa me tirou do meu centro de mulher interiorana e me ensinou sobre um feminismo mais presente, corpóreo, palpável e próximo. Ensinou-me, através dos relatos e das experiências de realidades muito diferentes da minha e de outras um tanto mais próximas, e me fez questionar muitas coisas sobre o mundo e sobre mim. Em um nível mais pessoal, o fazer pesquisa me colocou-me frente a frente com a necessidade de reconhecer a minha própria voz e de buscar uma voz mais corajosa. Estou agora neste caminho.

## **Construindo a problemática**

No último século, vivenciamos intensos e transformadores processos sociais, políticos e econômicos, muitas vezes aliados à marcantes inovações tecnológicas. Tecnologias estas que alavancaram a medicina, a engenharia, a produção de conhecimentos, a comunicação e o compartilhamento de informação, entre outras áreas, atravessando e se entrelaçando à complexa trama social, de várias formas e sob diversos aspectos. A partir desta revolução tecnocultural (MALDONADO, 2015), estivemos imersos em processos de desestabilização e reconfiguração dos sistemas espaço/tempo. Nesse cenário, algumas fronteiras foram desfeitas, enfraquecidas, ou se tornaram-se maleáveis. Distâncias foram encurtadas e o tempo foi flexibilizado, possibilitando acelerações, retardamentos e modos de recuperação do passado, projeção do futuro e preservação de memórias, de modos como antes não se tinha experimentado na história.

Atravessando as múltiplas dimensões sociais, os efeitos e consequências das inovações tecnológicas atingiram nossos modos de conhecer, contatar, experienciar, experimentar, conectar, narrar, compartilhar, ver, sentir e entender o mundo que nos cerca e seus fenômenos. Seus efeitos, portanto, se manifestam na realidade tanto de modo físico, mecânico, palpável quanto de forma subjetiva, também, no campo das emoções, dos sonhos e percepções. Impactam principalmente a forma como nos conectamos com uns com os outros e, também, com o coletivo, o comum, com a sociedade e o planeta em que vivemos, no modo como estabelecemos laços, conhecemos e nos reconhecemos.

Neste cenário, a dimensão comunicacional ganha relevo, demandando considerar os processos de midiatização e os modos como as mídias perpassam, por meio de suas linguagens, culturas, narrativas e técnica, o tecido social. O século XX foi palco de um intenso processo de expansão sistemática das mídias, que acompanhado de inovações tecnológicas e outras reestruturações nos componentes de sistemas midiáticos, provocou mudanças substanciais e reconfigurou os modos como estabelecemos vínculos, contato, relações, afetações e produzimos objeto comunicacionais concretos, sentidos e significados (BONIN, 2013).

Contemporaneamente, os processos midiáticos atravessam as maneiras como os sujeitos experimentam e vivenciam a realidade e o mundo da vida. Estamos vivenciando um momento de transição midiática proporcionado pelos processos de convergência da mídia e pela digitalização. Estes movimentos possibilitam o surgimento de novas culturas midiáticas, novas lógicas, novos modos de disputa de sentidos e também, a flexibilização de fronteiras entre os meios de comunicação. Um mesmo conteúdo pode fluir e caminhar entre meios diversos de comunicação, podendo atingir um leque maior de sujeitos comunicantes que consomem os conteúdos, se apropriam deles, replicando-os, compartilhando-os ou significando-os. Surgem assim, produtos que obedecem a outras lógicas.

A partir de Maldonado (2013), direciono meu olhar para melhor compreender as rupturas de caráter civilizador que essas transformações histórico-social-cultural e técnicas possibilitaram. Essas transformações passam pelo processo de socialização de técnicas de produção comunicacionais e, de socialização dos saberes e competências comunicacionais para além das tradicionais instituições de comunicação e políticas. Processo esse que desencadeou rupturas com a noção de receptor de mensagens da mídia massiva e a configuração de sujeitos produtores de comunicação e informação.

Diante das transformações tecnológicas, comunicacionais, culturais, sociais e políticas que as inovações de tecnologia de informação e comunicação impulsionaram, indivíduos, grupos organizados socialmente, coletivos, movimentos sociais e instituições de nossa sociedade se viram diante de ferramentas e meios que possibilitavam a produção de conteúdos, objetos e bens simbólicos de forma mais acessível, tanto financeiramente quanto no que tange às condições de produção. Puderam produzir mensagens midiáticas mesmo fora dos tradicionais meios de comunicação.

Apropriando-se dos meios de produção de conteúdos e dos processos de circulação de sentidos, esses sujeitos comunicantes, organizados em grupo ou não, criam possibilidades de se conectarem com outros sujeitos, realidades e experiências ao redor do mundo. Constroem, assim, espaços alternativos de comunicação nos quais podem visibilizar e debater questões, problemáticas e argumentos que não encontrariam espaço nas mídias massivas e que muitas vezes são silenciados socialmente. A digitalização possibilitou a pluralização de narrativas, onde as fronteiras e as temporalidades são flexibilizadas provocando, dessa forma, também o contato com uma pluralidade de lógicas e entendimentos.

Como argumenta Castells (2013) a digitalização, ao facilitar a formação de laços e redes, possibilita que os sujeitos, cada vez mais, ocupem papéis importantes nos processos de produção e circulação de bens simbólicos e de sentidos, exercendo, portanto, seu poder de comunicação. Esses são espaços fortalecem a produção de narrativas outras, capazes de sensibilizar os sujeitos em prol de um trabalho ou causa em comum, e que se contrapõem às ofertas do capital e das mídias hegemônicas. No entanto, por mais potencialidades e oportunidades que o meio digital tenha proporcionado, precisamos sinalizar que este, e também os usos de tecnologias comunicacionais, são conformados e atravessados por múltiplas lógicas que obedecem à variados interesses, não se efetivando como um meio completamente livre.

Precisamos, portanto, considerar e problematizar as limitações do meio digital, os usos e apropriações da técnica e dos processos comunicacionais e midiáticos, assim como tensionar a técnica em relação à problemática do acesso e às lógicas de vigilância e tecnologias de controle social. O acesso mecânico é fundamental, e em uma sociedade globalizada e capitalista como a nossa, vemos cada vez mais a democratização de suportes, o barateamento de aparelhos

e, também, de redes de internet. No entanto, é necessário levar em conta que a digitalização não se realiza completamente em nossa realidade nacional; o acesso à tecnologia esbarra tanto em impedimentos materiais (custos, redes de dados, sinais de internet) como em obstáculos técnicos de manejo das tecnologias, reconhecimento de suas lógicas e estruturas. Outro fator que pode ser limitante ao acesso diz respeito às dimensões técnicas das estruturas de algoritmos e bolhas da arquitetura da internet. Além disso, as mídias digitais estão atravessadas por processos de vigilância e controle, tanto do mercado, quanto estatais, a partir de perfilamentos. Lógicas estas que podem vir a ser utilizadas tanto para fins de estímulo de consumo capitalistas e de privatização, quanto por sistemas políticos para fins de criminalização de movimentos sociais e de antiativismo (ABELLÉS, 2013; CÁDIMA, 2014; AQUINO, 2016; LIVINGSTONE, 2011; MATELLART, 2008, PERUZZO, 2018).

Assim, a comunicação digital pode tanto promover novos modos de comunicação crítica, reflexiva e problematizadora quanto pode ser apropriada como relevante meio a serviço de sentidos vinculados a lógicas excludentes e opressoras das mídias hegemônicas e de sistemas econômicos e políticos.

Neste contexto, coletivos de mulheres passaram a criar e divulgar narrativas para visibilizar questões silenciadas e apagadas e, também, para criticar representações estereotipadas e provocar rupturas em convenções de gênero, em padrões de beleza e comportamento reivindicando, assim, o direito a uma comunicação mais plural, democrática e representativa. Nesta investigação, meu olhar está voltado aos processos comunicacionais de movimentos sociais feministas.

Recorremos à Boaventura de Sousa Santos (2008) que, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, reflete sobre os processos de globalização e a potência da comunicação. A globalização não é um fenômeno unívoco, mas sim, multifacetado, havendo globalizações, processos com peculiaridades e especificidades distintas. No entanto, vivenciamos a realidade de um mundo onde imperam projetos de globalização hegemônica, conduzida por forças do capitalismo global, marcadas por processos de exclusão.<sup>2</sup> Frente a este cenário globalizado e excludente, o autor também reflete sobre caminhos de lutas e resistência. Defende, assim, a construção de um novo padrão de relações nacionais e transnacionais baseadas nos princípios de igualdade e diferença, de redistribuição e reconhecimento.

Os movimentos feministas se inserem nesse exercício experimental de tentar coincidir a luta pela igualdade e diferença (especialmente nos movimentos interseccionais) e de criar laços e redes nacionais e transnacionais, exercitando o potencial de resistência e de

---

<sup>2</sup> O autor define a globalização hegemônica como “processo através do qual um dado fenômeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar um fenômeno ou entidade rival como local (SANTOS, 2018, p. 195)

transformações da sociedade dos movimentos sociais. Mesmo em um sistema de relações de poder tão engendradas e complexas, a resistência é possível e está ocorrendo, constituindo-se sob práticas comunicacionais, tradicionais e novas. Como exemplo, tomamos as marchas feministas que surgiram nos últimos cinco anos na América Latina, que se organizaram inicialmente por meio de redes sociais digitais, de forma autogestionada, que ganharam as ruas e adquiriram abrangência e relevância a nível internacional.

Em maio de 2015 o assassinato da adolescente Chiara Páez, nas proximidades de Buenos Aires, morta pelo seu namorado, causou grande comoção na Argentina, onde 225 assassinatos de mulheres foram registrados em 2014<sup>3</sup>. A revolta, a partir deste e do elevado número de feminicídios no país, motivou um grupo de jornalistas e escritoras, integrantes de um coletivo feminista,<sup>4</sup> a convocarem uma manifestação no dia 3 de junho de 2015. A marcha, que ficou mundialmente conhecida pelo lema “Ni una menos”, retirado de uma poesia assim intitulada da mexicana Susana Chávez - assassinada em 2011 por denunciar crimes de feminicídios, reuniu uma multidão. Em 2016, após o brutal assassinato da também adolescente Lucia Perez, na cidade de Mar del Plata, o lema viralizou e a marcha se fortaleceu na América latina.

Naquele mesmo ano, na Polônia, mais de 100 mil mulheres organizaram uma série de paralizações e marchas em manifesto contra a proibição do aborto no país. As marchas inspiraram, no ano seguinte, a realização da Greve Internacional de Mulheres, que ocorreu no dia mundial das mulheres, 8 de março, e que conseguiu adesão em mais de 30 países ao redor do mundo com a principal mensagem “Se nossas vidas não importam que produzam sem nós”, ganhando especial força em 2018 a partir da Espanha. Entre os países participantes estavam Brasil, Argentina, Peru, México, Chile, Estados Unidos, Itália, Espanha e Turquia. As manifestações, que surgiam nas ruas, atingiam outras dimensões da vida social, como a política, a indústria do entretenimento e a mídia (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Em seu manifesto feminista, as autoras Aruzza, Bhattacharya e Fraser levantaram lemas que repercutiram no mundo da vida e nas redes sociais digitais: #nosotrasparamos; #NiUnaMenos; #TimesUP; #VivasNosQueremos; #WeStrike; #Feminism4the99.

As demandas de ambas as marchas orbitavam em torno do direito das mulheres de viver dignamente, de não sofrer violência, abusos e opressão baseados em seu sexo e gênero e de garantir e gozar dos seus direitos. As manifestantes protestavam, portanto, em rejeição à *precariedade* de suas vidas, que nos termos de Butler (2018), caracteriza-se, pela condição de vulnerabilidade e exposição a violências arbitrárias do Estado, domésticas e urbanas (BUTLER,

---

<sup>3</sup> Dados retirados do primeiro registro nacional de feminicídios da Justiça Argentina. Acessível em: [http://www.csjn.gov.ar/om/docs/femicidios\\_2014.pdf](http://www.csjn.gov.ar/om/docs/femicidios_2014.pdf).

<sup>4</sup> O coletivo mencionado trata-se do “Ni una a menos” que surgiu em março de 2015, a partir da realização de uma série de seminários que visavam debater a violência contra as mulheres na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, organizados por escritoras, pesquisadoras e jornalistas argentinas.

2018). Considero que esse conceito se relaciona com a condição de vida das manifestantes (e consequentemente com as demandas de suas marchas) ao perceber o contexto social, político e cultural hostil, opressor e hierarquizante em que as mulheres da América Latina se inserem.

Vivemos em sociedades profundamente desiguais, econômica e socialmente (desigualdade entre classes econômicas, entre gêneros, entre raças, e outros marcadores), colonizadas epistemologicamente (SANTOS, 2008), com condições de trabalho e salários desiguais e com altos índices de violência contra as mulheres baseada em gênero e sexualidade (que se agrava se inter-relacionados com outros marcadores sociais como raça e classe), destacando-se a alta taxa de feminicídios.

No Brasil, de forma geral, essas campanhas feministas repercutiram, promovendo variadas formas de manifestações em apoio ao movimento *Ni una menos* e, posteriormente, marchas que aderiram à Greve Feminista e ao 8 de março Unificado em diversas cidades do país. Em Porto Alegre, uma das cidades em que esta pesquisa se insere, a Greve feminista foi utilizada como estratégia de mobilização<sup>5</sup> para o primeiro “8 e março unificado”<sup>6</sup>, ocorrido em 2017. O 8M unificado, como ficou conhecido, foi uma marcha organizada por coletivos feministas da cidade,<sup>7</sup> em trabalho de rede, que operou tanto por encontros presenciais como por grupos de WhatsApp.

Em uma análise das manifestações pela Greve Feminista do 8 de março, Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) entendem que as marchas sinalizam uma nova onda do movimento feminista, um modo de feminismo “global que pode adquirir força suficiente para romper alianças vigentes e alterar o mapa político (p. 31)”. Para as autoras, as ações nacionais da Greve Feminista se tornaram um movimento transnacional que re-politizou o Dia Internacional das Mulheres. A estratégia de uma greve feminista possibilitou novos modos de fazer greve, de agência e de *fazer política*, assim como uma problematização acerca das relações de trabalho e gênero, lançando luz para a problemática dos trabalhos não remunerados relacionados a gênero (como o trabalho de reprodução doméstica) que são invisibilizados e não reconhecidos pelo sistema capitalista.

A nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe”. Desvelando a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao redefinir o que é considerado “trabalho” e quem é considerado “trabalhador”, rejeita a subvalorização estrutural do trabalho –tanto remunerado como não remunerado– das mulheres no capitalismo. No geral, o feminismo das grevistas antecipa a possibilidade de uma fase nova e sem precedentes da luta de classes:

<sup>5</sup> No entanto, essa não é uma estratégia apoiada de forma unanime entre os coletivos que integram a marcha, de acordo com uma das entrevistadas durante o movimento de entrevistas de contextualização.

<sup>6</sup> O 8 de março unificado foi um movimento atrelado a greve feminina que se manifestou por meio de passeatas e atos ocorridos no dia mundial das mulheres em diversos países.

<sup>7</sup> Informação colhida no processo de entrevistas de contextualização.

feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 34).

Os processos de digitalização e inovação tecnocultural, em contextos atravessados por processos de globalizações e mídiatizações, possibilitaram modos o surgimento de espaços de temporalidade e espacialidade fluidas, potentes para a conexão entre sujeitos e a formação de redes e alianças. Esse cenário foi fundamental para a elaboração de novos espaços de fala, de autonomia, protagonismo e modos de agência política, o que impactou significativamente os movimentos sociais, especialmente os feministas.

De modo geral, vivenciamos um momento no qual os discursos e lógicas feministas extrapolaram os ambientes tradicionalmente ativistas e políticos, perpassando também, de variados modos, a indústria de entretenimento e a comunicação midiática. Atualmente, falamos e ouvimos sobre o feminismo nas faculdades, nos bares, nas novelas, músicas, filmes, séries, revistas e jornais, cada vez mais a palavra “feminismo” está se desmistificando. No entanto também não podemos tomar esse processo como concluído e efetivo. Imerso em uma onda conservadora, o feminismo ainda enfrenta efetivamente perseguições e posicionamentos machistas, preconceituosos e retrógrados. Em uma entrevista ao portal Geledés<sup>8</sup>, Heloisa Buarque de Holanda analisa que o feminismo, como o movimento progressista, avançou efetivamente desde 2013 no Brasil e atribui às apropriações do ambiente virtual como um fator dorsal para esse processo. Assim, vivenciamos nos últimos anos um reaquecimento das cenas feministas por todo o país, uma onda que navega de múltiplas formas por múltiplos meios, inundando as ruas de manifestações e performances, formando e fortalecendo grupos e coletivos e surfando por ondas digitais, em redes sociais e *hashtags*, atravessando as telas de cinemas e os televisores, os personagens de seriados e as músicas que escutamos.

Enquanto movimento social, o feminismo possui um projeto de sociedade baseado no fim da opressão às mulheres e no fim da desigualdade de gêneros, partindo da oposição a um modo de organização da sociedade-mundo masculino e patriarcal. Vale ressaltar que não se trata de um movimento unívoco, mas sim, de feminismos múltiplos, diversos, em constantes movimentos e transformações, podendo até mesmo serem conflitantes entre si e contraditórios. Tiburi (2018) nos possibilita pensar o feminismo como postura ético-política desestabilizadora que põe foco sobre as relações humanas, as desigualdades e injustiças inseridas nelas e os aspectos ocultados nessas relações.

Nesta investigação, volto meu olhar para os feminismos emancipadores, que visam para além das lógicas burguesas e capitalistas de empoderamento individual, uma efetiva transformação social motivada pela luta em prol da justiça e contra as condições de

---

<sup>8</sup> Entrevista disponível em: <https://www.geledes.org.br/heloisa-buarque-de-hollanda-mergulha-na-quarta-onda-feminista-em-livro-recem-lancado/>

desigualdade, pelo direito à vida das mulheres e o bem viver. Para além dos movimentos de demanda social e das conquistas legais, atento para os modos como o feminismo atravessa a formação de identidades e de quadros de referência de uma sociedade. Os feminismos emancipadores implicam exercícios de agência política, de formação de redes e de comunicações mais dialógicas e plurais e, também, de construção crítica de entendimentos e epistemologias antirracistas, democráticas, dialógicas, decoloniais, antipatriarcais, feministas e ecológicas. Olhar para os feminismos por essa ótica, nos faz entender a necessidade de atentar para os modos de construção, exercício e conquista de cidadania. E, conseqüentemente, pensar a urgência de alargamentos e descentramento do conceito.

Para circunscrever essa investigação empiricamente, parti de um levantamento realizado por meio de contato com informantes-chaves e pesquisas em base de dados, a partir do qual identifiquei mais de 30 movimentos e coletivos de mulheres na região metropolitana de Porto Alegre e mais de 25 em Salvador. Muitos desses grupos se declaram feministas e, assim, se integram a movimentos feministas. Esses movimentos não se organizam em torno de uma pauta única, mas sim, da mobilização de resistência e luta contra a desigualdade de gênero, comprometendo-se a fortalecer e constituir feminismos, por meio de ações práticas e teóricas. São esses coletivos feministas os cenários que nos interessam nesta investigação.

Nas caminhadas exploratórias que realizei para construir esta investigação, percebi que esses dois cenários contextuais foram palco e possibilitadores de trajetórias de desenvolvimento de movimentos feministas relevantes e de destaque historicamente para a cena feminista nacional. Dotados de diferenças, especificidades e também de articulações e pontos em comum, ambas as cidades apresentam movimentos e realidades interessantes para observarmos os atravessamentos e agências feministas.

Em Porto Alegre, capital marcada por um histórico de conquistas, lutas e movimentos sociais participativos, escolhi dois coletivos para a observação: *Movimento de Mulheres Olga Benário* e o *Coletivo Feminino Plural*. No contexto de Salvador a capital baiana, conhecida por ser a cidade com maior população negra fora da África<sup>9</sup>, um cenário de intensa movimentação feminista relevante na história do nosso país e da região do nordeste, cujas práticas foram impulsionadas pelos feminismos negros e interseccionais e seus esforços em realizar redes de luta de mulheres nordestinas, elegi como casos a investigar o *Movimento de Mulheres Olga Benário* e do *Instituto Odara da Mulher Negra*.

Assim, defini como foco a investigar nesta pesquisa os processos comunicacionais dos coletivos investigados guiada pela seguinte questão/problema: *Como se configuram os usos e*

---

<sup>9</sup> De acordo com o senso do IBGE de 2011, Salvador era a capital mais negra do Brasil com quase 80% de sua população se declarando negra ou parda. De acordo com o senso PNAD de 2017 80,2% da população de Salvador são de negros.

*apropriações comunicacionais dos coletivos feministas Olga Benário Feminino Plural Odara, de Porto Alegre e Salvador na perspectiva de construção de cidadania comunicativa vinculada à luta feminista?*

O *Movimento de Mulheres Olga Benário* é nacional, surge em 2011 com o objetivo de ser um movimento de mulheres feministas com abrangência nacional engajado na luta antirracista e que se autodefinido como um movimento feminista socialista, anticapitalista e anti-imperialista, para problematizar as desigualdades econômicas e de classe e gênero no Brasil. Possui fortes vínculos com os movimentos de moradia e ocupação urbana. Atualmente se organiza em 15 estados brasileiros, a partir de núcleos locais. Surge como núcleo na Bahia em Feira de Santana em 2011 e em Salvador em 2016.

O *Coletivo Feminino Plural* surge em 1996 em Porto Alegre como uma organização feminista não governamental fundada por um grupo de mulheres engajadas na luta pelos direitos humanos e pela cidadania de mulheres e meninas. Atua no movimento feminista por meio de articulações locais, regionais, nacionais e internacionais, participando de redes e campanhas. Também promove debates, sarais, oficinas e rodas de conversa. Presta assessoria para a construção de políticas públicas para mulheres, ministra cursos e capacitações. Também desenvolve um programa de rádio autoral, denominado Vozes Plurais.

O *Instituto Odara da mulher negra* se define como organização negra e feminista, centrada no legado africano, voltada para a autonomia e fortalecimento de mulheres negras. Surge em 2009 a partir da iniciativa de intelectuais e ativistas negras que entendiam a necessidade de pautar as especificidades do ser mulher negra e de criar uma organização de mulheres negras com princípios baseados na luta antirracista. Possui como missão o combate ao racismo, ao sexismo, a lesbitransfobia e a defesa da liberdade, bem viver e autonomia das mulheres negras. Seus programas são desenvolvidos, principalmente, a partir de 3 dimensões: a saúde, os direitos humanos, a comunicação, e o desenvolvimento de ciência e intercâmbio.

Voltando meu olhar para estes coletivos, defini como objetivo geral da pesquisa analisar os usos e apropriações digitais realizados pelos coletivos feministas *Odara, Feminino Plural e Olga Benário*, de Porto Alegre e Salvador, na perspectiva da construção de cidadania comunicativa de gênero. Os objetivos específicos são: contextualizar aspectos relativos à constituição dos movimentos sociais feministas e suas práticas comunicacionais, particularizando questões relativas aos contextos de Porto Alegre e Salvador e aos coletivos investigados; observar e analisar os usos e apropriações dos coletivos em termos de ocupação dos territórios digitais, temáticas e linguagens e explorar suas articulações com outras ações comunicacionais; analisar os modos como os processos comunicacionais dos coletivos constroem cidadania comunicativa atrelada à perspectivas feministas.

Em função dos objetivos dessa pesquisa, busquei pensar a cidadania de forma ampla por um viés multidimensional para além das tradicionais abordagens políticas e jurídicas, de forma a considerar que seus aspectos comunicacionais, de sociabilidades de multiculturalidade e de forma articulada com a percepção dos atravessamentos conjunturais e contextuais. Nessa perspectiva, refletir sobre cidadania comunicativa implica conceber as sujeitas comunicantes como agentes, sujeitas de práticas, demanda e direitos, com competências, capacidades, leituras críticas e produção de saberes e conhecimentos próprios. Também pensar na democratização da comunicação e do poder de comunicar dentro dos espaços de comunicação pública e para além deles. Entendo a comunicação como um direito, e como meio para construirmos consciências políticas mais democráticas e dialógicas e cidadanias igualmente democráticas, plurais e combatentes de lógicas opressoras.

Dessa forma, olhar para as lutas e reivindicações feministas por um prisma de gênero pode ajudar a perceber como as relações de formação de desigualdades e de poder operam na sociedade. Isso pode possibilitar, também, modos de entendimentos mais profundos acerca das potencialidades de resistência e agência dos sujeitos. Considero aqui o gênero como categoria relacional e analítica para problematizar como as diferenças são transformadas em desigualdades.

A escolha da temática da pesquisa se atrela à preocupação em abordar as lutas contra a desigualdade de gênero por um viés comunicacional que evidencie o potencial transformador, emancipador e democrático da comunicação. Os cenários conjunturais do Brasil atual pedem aprofundamento de estudos sobre o potencial de luta, resistência e transformação das práticas cidadãs dos sujeitos comunicantes.

Este texto, que expressa a pesquisa realizada, está organizado em 6 capítulos. Neste primeiro, são traçadas as linhas introdutórias e apresentada a problemática de pesquisa. No **Capítulo 2** são delineadas dimensões contextuais que atravessam a problemática/objeto de pesquisa. São abordadas dimensões políticas, sociais, culturais e comunicacionais que atravessam e se inter-relacionam com o feminismo enquanto movimento social e com os contextos concretos dos movimentos que analisamos. Inclui aspectos referentes ao movimento feminista no Brasil, em Porto Alegre e em Salvador, ao longo da história e às políticas públicas para mulheres. Também elementos para se pensar as relações de gênero e poder que atravessam a precarização das experiências femininas em nossa sociedade. Por fim, são trabalhadas questões para se pensar os contextos sociopolíticos em que os movimentos feministas observados se inserem atualmente.

**O Capítulo 3**, denominado *Trilhas Investigativas* se dedica a apresentar e refletir sobre as perspectivas epistêmicas e metodológicas que norteiam a investigação. Bem como, explicitar os processos metodológicos empenhados na construção da problemática e na sustentação da

pesquisa sistemática. Esta pesquisa se norteia pelos preceitos da perspectiva transmetodológica, que possibilitou a confluência de dimensões, métodos e modos de conhecimento e saber no trilhar investigativo. Esta pesquisa se constrói no caminho, a partir do tensionamento entre o metodológico, o empírico e o teórico. Neste capítulo realiza-se uma reflexão sobre aspectos da realização dos processos de pesquisa da pesquisa, pesquisa teórica, pesquisa metodológica, pesquisa contextual e pesquisa exploratória. Também são expostas as colhidas durante a caminhada exploratória.

**O Capítulo 4** se dedica a apresentar as construções teóricas que fundamenta esta pesquisa. Se estrutura em três eixos principais: processos midiáticos; o feminismo enquanto movimento social; e cidadania comunicativa. Em um primeiro momento são apresentadas problematizações acerca dos processos midiáticos e as vinculações aos processos midiáticos digitais, valorizando nestas perspectivas o lugar e ações dos sujeitos comunicantes. Em um segundo momento, são problematizados o feminismo enquanto movimento social, e os modos como as relações de gênero e poder o atravessa. Por fim, busca-se problematizar a noção de cidadania comunicativa e suas possíveis ampliações. Alinha-se o conceito às lutas feministas e a percepção da necessidade de se refletir sobre o cuidado com a voz enquanto dimensão da reivindicação de cidadania comunicativa.

**O capítulo 5** apresenta a sistematização, interpretação e análise de dados empíricos coletados durante a investigação. Por fim, **o Capítulo 6** aborda as considerações finais da tese. Neste capítulo defende-se a argumentação de que a cidadania comunicativa precisa contemplar as relações de gênero, raça e classe e considerar as dimensões da sensibilidade e subjetividade dos sujeitos. Defende o cuidado com a voz enquanto dimensão de reivindicação de cidadania.

## 2. ASPECTOS CONTEXTUAIS

O exercício de aproximação dos cenários contextuais é, na construção investigativa, um movimento fundamental que possibilita situar a problemática de modo que lhe garanta maior valor social e histórico para a investigação. Isso permite montar, ao mesmo tempo, um olhar peculiar e amplo, fortalecendo o caráter multidimensional dos processos que nos dedicamos a investigar, a fim de evitar possíveis reduções e desenvolvimentos abstratos (MALDONADO, 2011). Assim, neste capítulo, busco reconstruir aspectos e dimensões que auxiliam a situar os

vínculos do recorte empírico investigado com o contexto em que se insere. Quatro eixos principais norteiam a contextualização realizada: a) uma breve recuperação histórica dos movimentos feministas no Brasil, focalizando principalmente os contextos de Porto Alegre e Salvador; b) um mirada para as políticas públicas para as mulheres; c) um olhar sobre dados e estatísticas para situar o ser mulher no Brasil e problematizar situações de precariedade impostas a este grupo da população brasileira; d) por último, uma exploração da conjuntura política e social do país no período da investigação, incluindo especialmente considerações sobre a pandemia da Covid-19 que marcou grande parte do período de observação sistemática.

## **2.1 Movimentos feministas no Brasil, um olhar histórico**

Inspirada e alinhada com as manifestações contra a opressão feminina e com movimento sufragista feminino europeu, a primeira onda<sup>10</sup> do feminismo no Brasil se consolida no final do século XIX e início do Século XX (mais precisamente nas três primeiras décadas), focalizando as lutas das mulheres pelos direitos políticos de participação eleitoral e, assim, a luta pelo voto e pela possibilidade de candidaturas políticas femininas. Nessa fase inicial, estudos apontam que o feminismo, enquanto movimento de luta, mesmo nas suas manifestações mais organizadas, se atrelava a personalidades, ou seja, ao esforço e à liderança pessoal de algumas mulheres, em sua maioria, de burguesas. Assim, desde meados do século XIX, a luta pelo direito ao voto e contra opressão das mulheres já emergia, por meio de diferentes modos de agir e se manifestar.

Em “Uma história do feminismo no Brasil”, Célia Regina Pinto (2003) visualiza, na *primeira onda* do feminismo brasileiro, distintas vertentes do movimento e destaca três delas como as mais evidentes. A primeira se liga ao movimento sufragista feminino brasileiro, liderado no século XX por Bertha Lutz, caracterizado pelo posicionamento mais conservador e que possuía como questão principal o reconhecimento da mulher como sujeito portador de direitos políticos e, desse modo, a incorporação da mulher como cidadã (visto que as mulheres não eram sinalizadas como parte dos cidadãos brasileiros naquele momento político). Esse feminismo conseguiu níveis de organização e institucionalização surpreendentes para a época, alcançando um nível de luta de abrangência nacional. No entanto, suas limitações são bem marcadas e evidentes no que tange à falta de uma percepção e problematização mais avançada

---

<sup>10</sup> Apesar de utilizarmos a nomenclatura didática de “onda feminista” salientamos que essa visão pode vir a ser um pouco redutora na medida em que privilegia uma ótica eurocêntrica para observar as lutas feministas e de mulheres.

acerca da opressão das mulheres, já que não questionava a posição de poder ocupada socialmente pelos homens.

A segunda vertente, identificada por Pinto (2003), se relaciona às manifestações comunicacionais e midiáticas de mulheres em meios de imprensa feminista alternativa. Assim, como na vertente anterior, a maioria das manifestantes e ativistas eram mulheres da burguesia ou da elite do país. No entanto, possuíam a peculiaridade de serem também de uma elite intelectual, composta por jornalistas, professoras e poetas. Em seus textos e manifestações, questionavam o silenciamento e a opressão das mulheres, assim como o papel social do feminino. Defendiam a educação e abordavam temáticas delicadas para a sociedade em que viviam, como sexualidade e divórcio.

A terceira vertente se atrelava ao pensamento anarquista e comunista, que se fortalecia no Brasil com organizações de imigrantes, em geral europeus. Tocadas por essas perspectivas, mulheres trabalhadoras, líderes operárias, intelectuais e outras militantes, a partir do levantamento da questão da exploração do trabalho e do capital, articulavam pensamentos e lógicas feministas para pensar o sistema desigual de opressão das mulheres.

A questão do sufrágio feminino já era pauta no cenário nacional desde a segunda metade do século XIX por mulheres que lutavam pelo direito ao voto. Em 1881, Isabel de Sousa Matos, dentista gaúcha, requereu o direito ao utilizar uma lei que garantia o voto aos portadores de títulos científicos e o conquistou. No entanto, teve o direito suspenso em 1891. Um caso parecido ocorreu na Bahia quando Isabel Dillon se candidatou à constituinte ainda no século XIX. No início do século XX, a pauta do sufrágio foi ganhando força entre homens e mulheres de classes médias. Conquistou espaço, inclusive, da imprensa tradicional por meio de textos e artigos escritos, muitas vezes, por ativistas como, por exemplo, Bertha Lutz, e também no espaço urbano, com a organização de atos públicos.

O processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade. O movimento das mulheres parece ser um exemplo das formas que essa organização podia tomar e aponta para um aspecto importante: não se tratava de um grupo que lutava diante das instâncias do Estado, ou que simplesmente buscava deputados para propor projetos de seu interesse, mas de uma estratégia mais complexa. O uso constante dos jornais, a presença em eventos públicos e até a realização de uma passeata mostram que as mulheres não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar uma base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor (PINTO, 2003, p. 17).

Aliado a estratégias comunicacionais de visibilização e conscientização da causa, outro fator que favoreceu o apoio social e de políticos importantes à luta sufragista foi o fato de que, por mais que reivindicassem direitos e o reconhecimento da cidadania feminina, o movimento

sufragista no Brasil não questionava a fundo as bases da opressão feminina e não possuía um projeto de sociedade efetivamente revolucionário. O que não anula nem diminui a significativa relevância deste movimento na história das lutas feministas e de suas conquistas. Ainda nesta época, foram construídos importantes marcos da luta sufragista no Brasil, como a fundação do Partido republicado Feminino em 1910, da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1921 e da Aliança Nacional das Mulheres em 1929. O direito ao voto feminino foi conquistado em 1932.

Outra importante frente de luta durante essa primeira onda foi, como mencionei, aquela lideradas por intelectuais e operárias, cuja estratégia igualmente passava pela ocupação dos espaços de fala pública e da imprensa. Essas mulheres buscavam, a partir da fabricação de mídias alternativas (a maioria efêmera) e de propagandas em revistas, sensibilizar a opinião pública para temáticas que envolvessem a libertação feminina das lógicas patriarcais. Assim, fabricavam, algumas vezes artesanalmente, pequenos jornais e folhetins que circulavam tanto nas capitais quanto em algumas cidades do interior, em associações, clubes e grêmios literários. Foi o caso do jornal *Pela Mulher*, que surgiu na cidade de Bagé, interior do Rio Grande do Sul em 1898 e que, posteriormente, também foi publicado em Porto Alegre. No entanto, vale salientar que o alcance dessas publicações também era limitado, visto que nesta época grande parte das mulheres vivia nos campos e zonas rurais, além dos altos índices de analfabetismo no Brasil. Ainda assim, cerca de 140<sup>11</sup> publicações femininas e feministas surgiram nesse período.

Além das limitações já colocadas, percebemos também que neste período as reivindicações, temáticas pautadas e lógicas construídas não conseguiam alcançar, de forma ampla e heterogênea, as demandas e realidades das mulheres no Brasil. Com forte influência dos movimentos europeus em seu início, o feminismo brasileiro mais conhecido não pautava efetivamente as diferenças, peculiaridades e desigualdades das relações de poder sociais, nem das relações entre mulheres e seus variados contextos, construções identitárias e marcadores sociais.

A partir de 1937, após o golpe dado por Getúlio Vargas e o início da II Guerra Mundial, deu-se início a um longo período de retração dos movimentos feministas no Brasil (que acompanhava uma pausa mundial do movimento), que se estendeu até o final dos anos 1960. O que não significa a ausência deles ou de suas manifestações. Nesse sentido, Pinto (2003) chama a atenção para o relevante papel dos movimentos de mulheres entre as décadas de 1940 e 1950.

---

<sup>11</sup> De acordo com os estudos de Constância Lima Duarte publicado em 2017 no artigo “Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação” do dossiê Insubmissas no século XIX da Revista XIX, 1 (4).

Vale ressaltar, no entanto, que embora não se dissociem completamente dos movimentos feministas, os outros movimentos de mulheres (que não se posicionavam como feministas) possuíam peculiaridades: não se organizavam para problematizar as relações de gênero e poder e lutar contra a situação estrutural de opressão das mulheres, mas sim, para a luta de demandas específicas e, a partir delas, para intervir no mundo público.

No entanto, a segunda onda feminista só se consolida no Brasil a partir dos anos 1970. Diferentemente do cenário da segunda onda do feminismo europeu e do norte-americano, que vivenciava um momento de efervescência política e cultural, na América Latina esse período foi marcado por ditaduras e governos autoritários e sangrentos. No entanto, as diferenças não foram de total empecilho para que os movimentos brasileiros se nutrissem de inspirações de outros movimentos ao redor do globo.

A partir da década de 1970, em meio à ditadura militar, surgiram no Brasil os primeiros grupos organizados de mulheres feministas. Eram de caráter privado, dado a perseguição e repressão política do Estado, onde mulheres com afinidade intelectual e política se reuniam para refletir sobre os feminismos, a opressão das mulheres, democracia e o sistema político vigente. Vale salientar que, nesse período, conhecido como a segunda onda do feminismo, emergiam os primeiros estudos universitários sobre as realidades das mulheres, a desigualdade de gêneros, os movimentos feministas e a busca pelas origens da opressão à mulher. Os primeiros grupos foram formados, na maior parte, por mulheres intelectuais de esquerda que haviam tido contato com textos, estudos e pensamentos feministas da Europa e dos Estados Unidos.

Tendo em vista o cenário complexo e problemático do regime militar, muitas das mulheres que se empenhavam na luta feminista também eram ativistas na luta contra a ditadura, seja de forma organizada ou não, algumas em partidos políticos e outras até mesmo na luta armada. Outro fator importante para o desenvolvimento dos feminismos na segunda onda brasileira foi a organização de grupos de mulheres exiladas no exterior. Com a perseguição política, muitas ativistas se viram sem alternativas, senão, procurar asilo em outros países. Esse contexto proporcionou a formação de grupos de brasileiras (e outras latino-americanas) no exterior, como foi o caso do grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, do círculo de mulheres brasileiras em Paris e do grupo de mulheres em Berkeley, nos Estados Unidos. Alguns desses grupos se empenharam, também, em mandar materiais para o Brasil e tentar fazer contato e estabelecer alianças e redes com movimentos feministas nacionais, enfrentando as dificuldades da censura e da repressão impostas pela ditadura militar.

No exterior, as feministas exiladas puderam aprofundar o estudo e contato com vertentes feministas europeias e norte-americanas, que influenciaram as proposições e construções

teóricas dessas mulheres. De acordo com Pinto (2003), nesse período foram emergindo correntes feministas que tentavam dialogar com aspectos da luta de classes e da luta contra a desigualdade econômica e social, pautas caras à esquerda brasileira, com a luta pela libertação feminina. O cenário, no entanto, era complexo e contraditório, sendo que mesmo entre os militantes de esquerda, havia disputas ideológicas, sendo que uma parcela dos movimentos sociais e ativistas receava que os movimentos feministas pudessem dividir o engajamento da luta de classes e da luta contra a ditadura.

A Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 1975 como o ano Internacional da Mulher, inaugurando um novo *status* para os movimentos feministas e de mulheres, em nível global. O que reverberou no cenário nacional, com o fortalecimento dos grupos, além de ter possibilitado a construção de um evento público com o objetivo de comemorar o ano internacional das mulheres, patrocinado pelo centro de informação da ONU. As ideias feministas foram assim, conquistando outros espaços e ocupando partidos e sindicatos. Logo, os movimentos tornaram-se mais democráticos e plurais e menos elitizados.

O período de ditadura militar no Brasil também foi marcado pela emergência e pelo fortalecimento de modos de cultura e imprensa alternativos. Surgiram, assim, publicações como *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em tempo* e o *Lampião* que, mesmo enfrentando censura, ameaças e opressões, se dedicavam a construir narrativas de resistências e jornalismo alternativo. Nesse cenário, a partir de 1975, surgem também jornais feministas feito por mulheres e dirigido às mulheres, como o *Brasil Mulher* (que esteve em atividade entre os anos 1975 a 1980) e o *Nós Mulheres* (entre os anos 1976 a 1978). Os jornais sobreviviam, a duras penas, de doações dos leitores para se sustentarem. Atrelados a campanhas de apoio financeiro, ambos os jornais citados se engajavam na divulgação de outras publicações da dita imprensa livre ou alternativa

De acordo com o estudo de Rosalina Santa Cruz leite (2003), esses jornais pautavam, além de fatos da conjuntura e acontecimentos da realidade brasileira, temáticas relacionadas às lutas das mulheres pela sua libertação e debatiam questões teóricas referentes à problematização da opressão feminina e à busca pelas origens da exploração das mulheres. Também havia espaços para questões e temáticas de interesse dos grupos feministas e das organizações populares de mulheres da periferia para reivindicar direitos. Esses jornais, portanto, demonstram a preocupação de ativistas e grupos feministas em ocupar espaços de fala pública e de representação das mulheres e de suas causas e, assim, das relações próximas entre os movimentos feministas e os meios de comunicação alternativa

Com a redemocratização em 1985, os movimentos feministas vivenciaram uma nova fase, com a abertura política e o surgimento de conselhos, secretarias e a conquista de direitos para as mulheres. Alinhados com a terceira onda do feminismo, no Brasil surgem grupos feministas temáticos, que passaram a dar maior ênfase para lutas específicas, como a violência contra as mulheres ou a saúde pública da mulher. Também se fortaleceu em nível nacional, nessa época, o chamado feminismo acadêmico e os estudos sobre as realidades femininas, as lutas das mulheres e as relações de poder e desigualdade de gêneros

Para entendermos melhor os movimentos e manifestações feministas dessa época, é preciso estarmos atentos para as transformações políticas vivenciadas pelo Brasil na década de 1980, com a transição de um regime militar ditatorial para a redemocratização do país. No início da década, dois fatores foram relevantes para o desenvolvimento das ações de movimentos sociais: a reforma partidária e a anistia de exilados e presos políticos. A anistia possibilitou o retorno de ativistas e intelectuais que traziam também outras bagagens teóricas e práticas desenvolvidas em diversos contextos e marcou o início de uma época com menor repressão e maior possibilidade de agência pública dos sujeitos e coletivos. Aliado à reforma política, esse cenário colaborava para um reestabelecimento, gradual, da *normalidade política*, que se efetivaria, posteriormente, com o retorno da democracia (PINTO, 2003), o que também contribuiu para o desenvolvimento de processos de institucionalização de movimentos feministas.

Nesse período e conjuntura surgiram, a partir dos anos 1983, conselhos estaduais, locais e nacionais que se ocupavam particularmente das questões e demandas referentes às mulheres. O *Conselho Nacional dos direitos da Mulher* foi criado em 1985 (vale destacar que a intelectual, ativista, política e antropóloga Lélia Gonzales integrava a primeira formação deste conselho) junto ao Ministério da Justiça, no entanto só permaneceu ativo até 1989, perdendo seu orçamento durante o governo Collor. Em 1988, a assembleia constituinte, que resultou em uma nova constituição nacional, representou um momento paradigmático de atuação dos movimentos feministas (PINTO, 2003). Mesmo com menor porcentagem de representação no total de eleitos (apenas 26 mulheres foram eleitas para a câmara de deputados, na legislatura 1986-1990), as deputadas eleitas tiveram papel relevante na conquista de direitos legais para as mulheres ao elaborarem a “carta das mulheres” com 30 emendas sobre seus direitos.

O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. Em dois

pontos a carta apresentou originalidade em relação aos demais documentos do período. O primeiro refere-se à questão da violência contra a mulher, expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres, redefinindo o conceito de estupro e sua classificação penal, apenando o explorador sexual e solicitando a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher em todos os municípios do território nacional. O segundo diz respeito ao polêmico tema do aborto: a carta não propõe explicitamente a legalização da prática, mas postula um preceito constitucional que abriria caminho para uma posterior discussão do tema. Nela se lê: “Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o próprio corpo” (PINTO, 2003, p. 75).

A atuação das deputadas e a formulação da “carta das mulheres”, em conjunto com uma forte participação de associações de mulheres e grupos feministas (com o destaque para a intensa participação da Federação das Associações de Bairro de Salvador) na mobilização política e arrecadação de assinaturas para as emendas populares propostas da assembleia nacional da constituição foram de efetiva relevância para a conquista de direitos das mulheres na constituição de 1988. Também para a formulação e o planejamento de políticas públicas para as mulheres, que iriam desencadear na criação de casas de referências e secretarias da Mulher.

Outra questão para atentarmos, a partir dos anos 1970, foi a efervescência de estudos sobre mulheres e gêneros no Brasil, destacando a defesa da tese de livre-docência “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade” de autoria de Heleith Saffioti, em 1967, como uma das pioneiras nessa temática. Nesse sentido, de forma contraditória e peculiar, destaca-se também a iniciativa do investimento em pesquisas sobre a mulher financiados e promovidos pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford, durante o período entre os anos 1978 e 1998. Durante esse período, o departamento de pesquisa da fundação Carlos Chagas tornou-se uma referência nacional no que tange aos estudos sobre mulheres e gênero. Foi também na fundação que se iniciou o mais reconhecido jornal feminista da década, o *Mulherio*, em 1981. Este não era o único jornal feminista da época, sendo acompanhado por publicações como *Brasil Mulher*; no, entanto destacou-se pela popularidade e por se manter por um período de tempo mais constante.

Na década de 1980, em Salvador, sujeitos, coletivos e organizações que lutavam pelos direitos das mulheres se articularam em torno do *Fórum de mulheres de Salvador*. O fórum surgiu como uma organização suprapartidária a partir da organização de algumas feministas em 1987. Sua principal função era a de articular diversos grupos de feministas na cidade, entre eles os grupos universitários, do movimento negro, das mulheres sindicalistas e das mulheres lésbicas, constituindo-se de modo oscilante – fortalecendo-se em torno de datas simbólicas como o 8 de março. O fórum exerceu significativa atuação política na cena feminista da capital baiana nos anos que se seguiram, possuindo forte agência, também, no início dos anos 2000.

Nos anos 1990, o feminismo vivenciou um período de retração e esmaecimento, tanto em nível nacional quanto global. Os grupos de reflexão e as fortes manifestações públicas que haviam povoado a década anterior pareciam ter dado espaço para o que Pinto (2003) denomina de *feminismo difuso* – sem a formação de organizações, e que se difunde a partir da defesa de pensamentos feministas por mulheres e homens que não se apresentavam como ativistas. Também, para o surgimento de Ongs especializadas nas causas das mulheres, mas que, em um primeiro momento, não possuíam trabalhos constantes e sistemáticos no que tange à participação política pública. Contudo, a apresentação desse cenário não significa a ausência de mulheres militantes e até mesmo em posição de liderança em movimentos sociais e sindicatos.

Porto Alegre, no entanto, se posicionou de forma peculiar diante do contexto nacional. Articuladamente, neste caso, além do surgimento de ONGs como a *Themis* e o coletivo *Feminino Plural* (entre outras), os anos 1990 também representaram para a cidade um período de potencialidades no que a tange políticas públicas para mulheres e também, às possibilidades de organização de movimentos sociais. Isso se deu devido a uma expressiva experiência de participação cidadã e democrática a partir do desenvolvimento do Orçamento Participativo (OP).

De acordo com os estudos de Marina Albuquerque (2018), o OP oportunizou que os cidadãos compartilhassem a responsabilidade sobre tomadas de decisões a respeito de como os recursos públicos seriam investidos e, assim, quais políticas públicas receberiam financiamento. O instrumento foi viabilizado a partir de indivíduos e organizações populares, como movimentos sociais, ONGs, clubes e sindicatos, o que resultou em uma diversidade de propostas e em uma maior densidade nos processos de gestão conjunta da cidade. Assim, o OP foi possibilitado por cidadãos e coletivos, assim como por movimentos sociais e, conseqüentemente, foi responsável por fortalecer e, a partir de políticas públicas, criar espaços propícios para o surgimento, desenvolvimento e fortalecimento de novos e velhos movimentos sociais e coletivos.

No contexto de Porto Alegre há um número significativo de movimentos sociais e de ONGs que atuam de forma expressiva em diversas áreas dos direitos fundamentais, de identidade e gênero, raciais, entre outros. A cidade tornou-se referência num ambiente de exercício de cidadania e participação política, o que possibilitou a realização do Fórum Social Mundial, que articula diversos movimentos locais, globais e transnacionais, atuando em rede (ALBUQUERQUE, 2018, p. 16).

Dessa forma, a prática democrática de orçamento participativo possibilitou o financiamento de políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente visando assegurar os direitos das mulheres e combater a violência relacionada a gênero. Em 1993, por exemplo, foi

inaugurada a casa de apoio *Viva Maria* – albergue destinado a acolher mulheres em situação de violência. Em 1995 foi instituído por lei o *Conselho Municipal dos Direitos da Mulher*, com caráter deliberativo a respeito de políticas públicas direcionadas para as mulheres. Também em 1995 o *Fórum Municipal da Mulher* foi reconhecido por lei e o município de Porto Alegre se comprometeu com a implementação do PAM – *Plataforma de Ação Mundial da Mulher* – aprovada na 4ª Conferência Mundial da ONU. Em 1998 a Prefeitura Municipal, em um trabalho de rede interinstitucional, conjuntamente com o COMDIM, o *Fórum Municipal da Mulher* e a *Themis* realizaram um seminário interinstitucional sobre *Violência doméstica*, no qual tomaram conhecimento da existência de um significativo número de organizações coletivas e ONGS que atuavam na luta em prol dos direitos das mulheres.

A partir desse seminário foi ratificada a proposta, dos movimentos feministas, de uma rede de apoio à mulher. No mesmo ano, movimentos feministas lançaram o manifesto “Uma rede de apoio à mulher” que convocava organizações sociais para a organização de lutas para a defesa da vida das mulheres. Esses marcos da história do movimento feminista da cidade (entre outros acontecimentos) nos dão elementos para entrever a fertilidade que os anos 1990 apresentaram para a cena política, ativista e feminista de Porto Alegre

Com a virada do século e a eleição do presidente Lula, em 2002, o Brasil se viu no início de um novo momento, marcado pela criação da Secretaria Nacional de políticas para as Mulheres (SNPM) em 2003 e pela implementação de políticas públicas que visavam reduzir a fome, os índices de miséria e a desigualdade econômica. Tais políticas tiveram efetivo impacto no cotidiano das mulheres, especialmente nas das classes populares, que tiveram oportunidades de melhorias em suas condições de vida. Nesse sentido, Walquiria Leão Rego (2008) destaca o programa *Bolsa Família – programa de transferência estatal de renda* como política pública de cidadania que impactou especialmente as mulheres. A autora defende o direito à vida como condição elementar da conquista de cidadania e da democracia.

Essas políticas públicas possibilitarem a redução dos índices de miséria, da fome (O Brasil saiu do mapa mundial da Fome das Nações Unidas em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff) foram significativas para a conquista e manutenção do direito à vida e, assim, de outros direitos sociais e políticos, ampliando a participação e o reconhecimento dos sujeitos enquanto parte do povo-nação. “O princípio fundamental da vivência de direitos assenta-se na conquista progressista, por parte dos sujeitos, de autonomia política e moral, com destaque para sua capacitação em projetar politicamente seu destino social (REGO, 2008, p. 154). No entanto, vale salientar que a dimensão econômica não pode ser tida como a única responsável por soluções e conquista de cidadanias. A autora tenciona essa questão a partir do posicionamento

de que uma boa vida não pode ser reduzida à possibilidade de posse e usufruto de bens de consumo. Dessa forma, o cidadão não pode ser simplificado à figura de um mero consumidor.

Ao garantir que a titularidade dos benefícios das políticas públicas como *Bolsa Família* (e também o programa *Minha Casa Minha Vida*) fossem concedidas às mulheres, atribuindo a elas o controle, mediante senha pessoal, do cartão Bolsa família, o programa apresentou oportunidades de maior autonomia para as mulheres frente aos seus espaços familiares. Walquiria Rego salienta que, embora a dimensão econômica seja o aspecto concreto dessa autonomização, ela extrapolava muitas vezes o financeiro. Nesse aspecto, é importante considerar que as mulheres só foram reconhecidas como cidadãs tardiamente no século XX e que, histórica e culturalmente, foi relegado às mulheres lugar de sub cidadão e sub-humano, um espaço silenciador. Assim, o espaço imposto para as mulheres era o de valorização de virtudes atreladas à esfera do privado ou à servidão e não de valorização da autonomia e da autogestão. Por isso é tão necessário pensar em agências políticas das mulheres, assim como na construção de mais espaços de autonomia.

Vale ressaltar que os efeitos dessas dinâmicas se mostraram mais impactantes em regiões do Norte e Nordeste brasileiros que, historicamente, sofreram com a negligência de governos federais e com processos culturais de colonização interna por parte das regiões Sudeste e Sul. É o caso da Bahia, por exemplo, que além da negligência do Estado havia sofrido, nas últimas décadas, com os efeitos de políticas coronelistas. Aliada a estes aspectos, a implementação de políticas de democratização da educação (como as cotas raciais) e de políticas públicas voltadas às mulheres, como a *Lei da de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar*, mais conhecida como lei *Maria da Penha*, em 2006, e a *Emenda Constitucional 72*, que igualou os direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, conhecida como PEC das domésticas, em 2013, configuraram na cidade de Salvador um espaço potente para a agência política pública e para o desenvolvimento de movimentos feministas. Uma gama de políticas públicas passou a ser fortalecida e desenvolvida na região por meio de articulações com a *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres- SPM Mulheres*. Tais fatores conjunturais atravessaram a constituição e o fortalecimento de coletivos feministas na cidade, em especial os que se conectam aos feminismos negros e interseccionais, que se destacam historicamente na cena feminista da cidade. Em 2002, o *Fórum das Mulheres de Salvador* realizou uma *Conferência Estadual de Mulheres Baianas (CEMB)*, com maioria de militantes negras. Em 2005, o fórum já se definia como antirracista.

## 2.2 Políticas públicas para mulheres no Brasil

Como vimos, a luta feminista no Brasil, assim como em outros lugares ao redor do mundo, foi cervical para estruturações de políticas públicas para mulheres e, em certo grau, para provocar, também, transformações no Estado, em seu funcionamento, em leis e instituições. A luta feminista é uma luta pelos direitos das mulheres, mas também se dá no campo do simbólico pelo fim da desigualdade de gêneros e pela de reivindicação e legitimação da mulher enquanto sujeita de deveres e demandas, de agência, de sensibilidades, de pensamento crítico, de construção e criação de sentidos, significados, relações. Enquanto agente político e de transformação social também.

Historicamente no Brasil, a cultura política foi pensada e construída como um espaço masculino, sendo o espaço público destinado aos homens enquanto o espaço privado e do cuidado foi condicionado às mulheres. Essas noções – que carregam marcas herdadas de lógicas coloniais muito mais antigas – alimentam, no imaginário social acerca do *fazer política*, discursos que sustentam uma ideia de dominação e superioridade masculina frente às mulheres no campo político e também uma ideia do doméstico e o cuidado como *lugar de origem* feminino. Assim, faz parte da luta feminista desconstruir velhos estereótipos cristalizados no imaginário e propor novas soluções discursivas e narrativas que permitam garantir cada vez mais espaço no campo, nas elaborações e nas agendas políticas da sociedade. Essa luta passa pela percepção da mulher como sujeito coletivo, e pelo amplo questionamento a respeito das relações e dicotomias entre o público e o privado em nossa sociedade (CAPISTRANO, 2017).

A batalha pela garantia da cidadania formal de mulheres ao redor do mundo – ou seja, por serem reconhecidas institucionalmente como cidadãs – é histórica, atravessou o tempo e se intensificou a partir dos movimentos sufragistas e de mulheres trabalhadoras no início do século passado. Durante muito tempo, para a maioria das mulheres, a autonomia política e voz social foram negadas. O direito ao voto, em 1932, por exemplo, foi um marco crucial para o enfrentamento por espaços e pela agência política das mulheres, fruto de uma intensa movimentação política feminina, na qual o movimento feminista tem grande mérito. No entanto, apenas em 1962, quase 30 anos após a conquista do direito ao voto, com o *Estatuto da Mulher Casada* que as mulheres casadas puderam trabalhar, viajar e receber heranças sem autorização do marido.

A integração das mulheres nos espaços públicos institucionais e em locais de agência e tomadas de decisão no Brasil – principalmente no que tange à elaboração de políticas públicas – começou a se tornar possível a partir da movimentação política de mulheres e coletivos

feministas e também de uma configuração contextual de transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina a partir do final da década de 1970 (CAPISTRANO, 2017). No entanto, ainda hoje, temos a esfera política do Brasil majoritariamente masculinizada. De acordo com o Mapa Mulheres na Política de 2019, o Brasil ocupa a 149ª posição no *ranking* de representatividade feminina no governo. A participação feminina no Senado e na Câmara é de 15%, totalizando 77 das 513 cadeiras na câmara.

A partir da década de 1980, acompanhando os esforços de redemocratização do país, as pautas defendidas pelos movimentos feministas, como a luta contra a violência contra a mulher, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e direito à creche, alçaram a esfera da política tradicional e possibilitaram a conformação de políticas públicas efetivamente voltadas às mulheres. Farah (2004) ressalta que esse foi um importante momento histórico de transformações das relações entre Estado e sociedade, mobilizado tanto pela redemocratização quanto marcado por crises fiscais. As mudanças processadas nesse período tiveram como referência uma agenda de reforma que se construiu com a movimentação de diversos atores e coletivos sociais, entre eles os movimentos feministas. Agenda esta que visava tanto a transformação do sistema político, como também mudanças no nível de ação do Estado, de políticas públicas possíveis. A autora também destaca a expressiva presença de mulheres nos movimentos sociais da época, o que possibilitou e fortaleceu a consideração de pautas e problemáticas de gênero, e temas específicos à condição da mulher nas reivindicações conectadas à melhoria da qualidade de vida (FARRAH, 2004).

Em 1983 foi criado o primeiro *Conselho Estadual da Condição Feminina*, no Estado de São Paulo. Dois anos depois, em 1985, ainda em São Paulo foi construída a primeira *Delegacia de Política de Defesa da Mulher*. A partir disso essas instituições foram implementadas em outros estados por todo o país. A nível nacional, a mobilização de mulheres também foi fundamental para a instituição do *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM), em 1983, e do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, vinculado ao Ministério da Justiça, em 1985.

As pautas e lutas de mulheres também foram de significativa importância para a elaboração da Constituição de 1988. Várias propostas apresentadas por movimentos feministas e de mulheres foram incorporadas à constituição a partir de uma organização em torno do lema “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. As agendas propostas por essas organizações contemplavam diferentes áreas e temáticas relativas à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, e propriedade de terras. Nesse período, as principais políticas públicas pensadas nas áreas de combate à violência se situavam na esfera estadual e municipal, enquanto

às políticas direcionadas à saúde das mulheres estavam dirigidas pelo Governo Federal (FARRAH, 2004).

Os anos 1990 foram marcados, de um lado, por uma série de eventos internacionais nas quais as questões de gênero foram debatidas, como a *Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos*, em 1993, a *Conferência sobre População e Desenvolvimento*, em 1994, a *Conferência Mundial sobre as mulheres*, em Beijing, em 1995, e o *Fórum Social Mundial*, de 2001 a 2003. Por outro lado, nacionalmente o período foi de reorganização de agendas e lutas – entre elas, a preocupação com a questão na feminização da pobreza<sup>12</sup>(FARRAH, 2004) e o fortalecimento das pautas de combate à violência de gênero e suas consequências econômicas, políticas e sociais (CIPRIANO, 2017).

Na época, estavam emergindo diversos estudos que analisavam a problemática da pobreza por um viés de gênero na América Latina, chamando a atenção para a disparidade salarial entre homens e mulheres e para a situação de maior vulnerabilidade econômica das mulheres chefes de família. Logo, emergiu também uma maior preocupação com políticas públicas de combate à pobreza que focalizassem as mulheres. Essa proposta esteve, por exemplo, presente na *Conferência Mundial sobre as Mulheres*, em Beijing, 1993. Ideias essas que iriam fomentar políticas públicas efetivas na década seguinte, com o início do governo Lula, como já mencionei.

Cipriano (2017) também ressalta que os anos 1990 foram marcados pelo movimento crescente de uma cultura de judicialização de questões das mulheres, que foram significativamente úteis na construção de estratégias de enfrentamento e cobrança do Estado e também na formação de compreensões mais amplas acerca dos direitos das mulheres, e mais especificamente, sobre a problemática da violência. Esses movimentos, aliados ao fortalecimento e criação de redes formais e informais, foram significativos no que tange à construção de modos de atuação conjunta. Em 1994, a formação da *Articulação da Mulher Brasileira* (AMB) – possibilitou um aprofundamento nas articulações feministas da América Latina, por exemplo.

A partir do início dos anos 2000, a agenda pública de gênero ganhou maior notoriedade e efetividade em políticas públicas. De acordo com durante os governos Lula, a ação de

---

<sup>12</sup> No entanto, Farrah (2004) ressalta, é necessário tomar essa tese da feminização da pobreza também com um olhar crítico, não apenas situando o gênero nesta problemática, mas também outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe, e contextualizações, visto a grande desigualdade econômica e social existente entre as mulheres. Nesse sentido, ainda nos anos 1990, os movimentos feministas e de mulheres no Brasil passaram a demarcar a necessidade de focalizar as políticas públicas destinando-as àquelas que possuíam maior grau de vulnerabilidade.

movimentos feministas no interior dos estados se fortaleceu e ganhou novas particularidades, que colaboraram para um desenho de bases institucionais do feminismo. Destaca-se a criação da *Secretaria de Políticas para as Mulheres*, conectada à Presidência da República, em 2003, que proporcionou a implementação de *Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, Defensorias da Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor e Promotorias Especializadas* (CIPRIANO, 2017),

Em 2004 foi organizada a *I Conferência Nacional para Mulheres*, com participação da sociedade civil, que iria resultar no *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Nesse mesmo ano, as políticas de gênero no campo da saúde foram transformadoras no que tange o acesso de mulheres à saúde pública, valendo destacar a participação das mulheres como sujeito coletivo na formulação da *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher /PAISM*. Essas políticas representaram uma ruptura no modo como se pensava a saúde da mulher, ampliando as políticas de saúde para além do materno-infantil e buscando atender as mulheres de forma mais abrangente, de modo a contemplar diferentes etapas e ciclos vitais do que era entendido como corpo feminino.

Em 2005, foi formalizado o *Plano Nacional de políticas para as Mulheres*, que surgiu a partir da I CNPM. Esse plano se orientada a partir dos princípios de: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos e participação e controle social (Brasil, 2005). Esse plano propunha 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, entre as prioridades estavam: educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 2006, em um contexto que já sinalizava um esforço coletivo de exercício e organização de cidadania de gênero, foi implementada a *Lei Maria da Penha*, n. 11.340/ 2006, atrelada a uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Um ano depois, em 2007 o *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher* passou a compor a agenda social do Governo Federal. Ainda neste ano, foi elaborado o *II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, com a *II Conferência Nacional dos Direitos da Mulher*. Vale destacar também, como um fator de relevância no cenário de políticas públicas, a criação de um sistema nacional de dados e estatísticas sobre a violência doméstica, conforme foi determinado pela lei “Maria da Penha”.

Os planos nacionais de políticas para as mulheres, criados nas conferências nacionais em 2004 e 2007 propunham estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres que articulassem diferentes setores do Estado e ampliassem as ações para além dos campos de assistência social

e segurança pública, com o objetivo de garantir mais especificamente os direitos das mulheres (LEANDRO, 2014).

Ainda neste contexto próximo, o *Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres*, em 2007, continha 6 diretrizes e suas ações estavam baseadas em três premissas: transversalidade, intersetorialidade e capilaridade, o que compreendia ações em articulação com diferentes esferas de governos e agentes políticos locais e nacionais (CIPRIANO, 2011). Esse pacto continha como objetivos: reduzir os índices de violência contra as mulheres; promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos; garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência (Brasil, 2010). Como desdobramento destas políticas, de forma conectada com a formação do *Plano Plurianual 2004-2007* e com a criação das *Secretarias de Políticas para as Mulheres –SPM* e de *Igualdade Racial –SPM*, diversas experiências políticas transversais foram implementadas no âmbito do Governo (CAPISTRANO, 2017). Nesse período, de acordo com Cipriano (2017) foram implementados 15 comitês de Gênero, em 39 Ministérios, o que provocou uma efetiva transversalização da pauta de gênero nas políticas setoriais. Estratégia que foi fortalecida durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

A proposta de transversalidade foi ainda mais desenvolvida durante o Governo da presidenta Dilma Rousseff, que tomou posse em 2011. A política nacional propunha o estabelecimento de uma rede de serviços entre os governos federal, estaduais e municipais, a fim de articular uma ação coordenada de combate às discriminações, e em especial, em combate à violência contra a mulher. A rede de serviços proposta para o enfrentamento da violência contra as mulheres passou a ser composta pela implementação de *Centros de Referência de Atendimento às Mulheres*, *Núcleos de Atendimento*, *Casas Abrigos*, *Casas de acolhimento provisório*, *Postos de atendimento às mulheres em delegacias comuns*, *Central de atendimento às Mulheres*, ouvidorias e postos de atendimentos humanizados.

Em março de 2013, foi lançado o programa “Mulher, Viver sem violência”, com o objetivo de ampliar os serviços públicos voltados as mulheres, já existentes. O programa se estruturava a partir dos eixos: implementação da *Casa da Mulher Brasileira*; ampliação da central de atendimento à mulher – ligue 180; organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; implantação e manutenção de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira; campanhas continuadas de conscientização; unidades móveis de atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

O governo de Dilma Rousseff também se destacou por ter nomeado o maior número de mulheres ministras na história do Brasil. Ao todo, foram 18 mulheres durante os cinco anos de

seu governo, o que representou a afirmação de um compromisso com as questões das mulheres. Embora muitas questões sequer foram abordadas pelo seu governo, é inegável a manutenção de um avanço nas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres que vinha sendo organizado desde 2003. Outras áreas foram contempladas, como o esforço em prol da autonomia financeira de mulheres e igualdade no mercado de trabalho, ressaltando que as mulheres foram a maioria dos beneficiários de programas sociais, como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa Minha Vida*, como consta no relatório ONU Mulheres de 2015.

Nesse sentido, também refiro a chamada “PEC das Domésticas”, aprovação da PEC e Lei Complementar 150, em 2013. Essa PEC garantiu que os trabalhadores domésticos formais adquirissem maiores direitos trabalhistas, como a jornada de 8h de trabalho por dia, direito ao fundo garantia e seguro desemprego, auxílio doença, salário-maternidade, adicional noturno, adicional de viagens, entre outros. Essas conquistas foram de grande relevância no cenário de políticas públicas para as mulheres, sendo que o campo de serviços domésticos é majoritariamente ocupado por mulheres, no Brasil.

No entanto, em 2016, ainda na presidência de Dilma Rousseff, cortes no orçamento governamental atingiram a execução das políticas públicas voltadas às Mulheres e o Golpe de 2016 representou o início de um período de desmonte de políticas públicas, o que vem se desdobrando em constantes perdas significativas no que tange à luta feminista pelos direitos das mulheres. Quando Temer assumiu o poder, em maio daquele ano, a imagem da nova equipe ministerial, composta apenas por homens brancos, já era bastante significativa do que estava por vir. Era o primeiro ministério sem a presença de mulheres desde 1979.

Durante a gestão de Temer, as políticas para as mulheres sofreram grande redução em seu orçamento, o que prejudicou a execução de programas e dessas políticas. O investimento para ações pela cidadania das mulheres teve uma queda de 62,7 milhões em 2015, para 19,9 milhões em 2018. No plano simbólico, o governo de Michel Temer também colaborou para um retrocesso no que tange à representatividade e ao enquadramento sobre as mulheres. Ao colocar a mulher na figura de dona do lar, de quem administra uma casa em frente às prateleiras de um supermercado, em seu discurso pelo dia 08 de março de 2017, o então presidente reforçava a narrativa de *Bela, Recatada e do Lar*, que tanto serviu ao sistema patriarcal para a invisibilização e desconsideração das demandas e agências das mulheres.

O governo Bolsonaro, eleito em 2018, deu continuidade e intensificou a política de desmonte das ações de cidadania em prol das mulheres. Logo em seus primeiros meses, a Secretaria de Políticas para Mulheres foi desmontada e em seu lugar foi criado o Ministério da

*Mulher, Família e Direitos Humanos*, chefiado pela Ministra Damares Alves, conhecida pelos seus posicionamentos conservadores e pela militância contra os Estudos de Gênero.

Durante o ano de 2019, seu primeiro ano como presidente, Bolsonaro não investiu nenhum aporte financeiro no programa *Casa Brasileira*, órgão de apoio à violência doméstica. E durante o primeiro semestre de 2020, o governo investiu apenas 4% do orçamento previsto para políticas para mulheres na Lei Orçamentária de 2020. Apenas 5,6 milhões foram gastos com políticas públicas para mulheres, dos 126,4 milhões previstos para o ano, em um momento que uma crise sanitária de proporções mundiais atinge mais duramente as mulheres e que os dados apontam um aumento da violência doméstica contra as mulheres.

## **2.2 A condição de precariedade das mulheres**

Apesar das conquistas legais, jurídicas, políticas, econômicas, sociais e culturais dos movimentos feministas no Brasil e no mundo as mulheres, de forma generalizada, ainda vivenciam em seu cotidiano condições de precariedade. As mulheres ainda são cultural e socialmente vistas como menos competentes e servis, entre outros estereótipos, o que se reflete em piores salários, piores condições de trabalho, trabalhos domésticos e de reprodução não reconhecidos e, também, em condições de vulnerabilidade no que tange às condições de segurança e ao direito à vida. Mulheres são assediadas, estupradas e mortas por homens em crimes *passionais* todos os dias ao redor do mundo. Além das estatísticas criminais, os modos de opressão podem assumir dinâmicas e práticas cotidianas e sutis que atravessam a formação de subjetividades e identidades femininas.

De acordo com dados do IBGE de 2018, em relação aos homens, as mulheres possuem maiores índices de escolaridade, tanto no que se refere ao ensino médio quanto ao superior completo. No entanto, são eles que ocupam os maiores índices de cargos de representação política, gerenciais e de liderança. Proporcionalmente também, as mulheres possuem menores rendimentos. Entre as mulheres, também é evidente a precarização das mulheres negras: elas possuem menor escolaridade e menor índice de cargos políticos e gerenciais, se comparadas às mulheres brancas. Esses dados evidenciam lógicas machistas, misóginas e racistas nos setores trabalhista e financeiro.

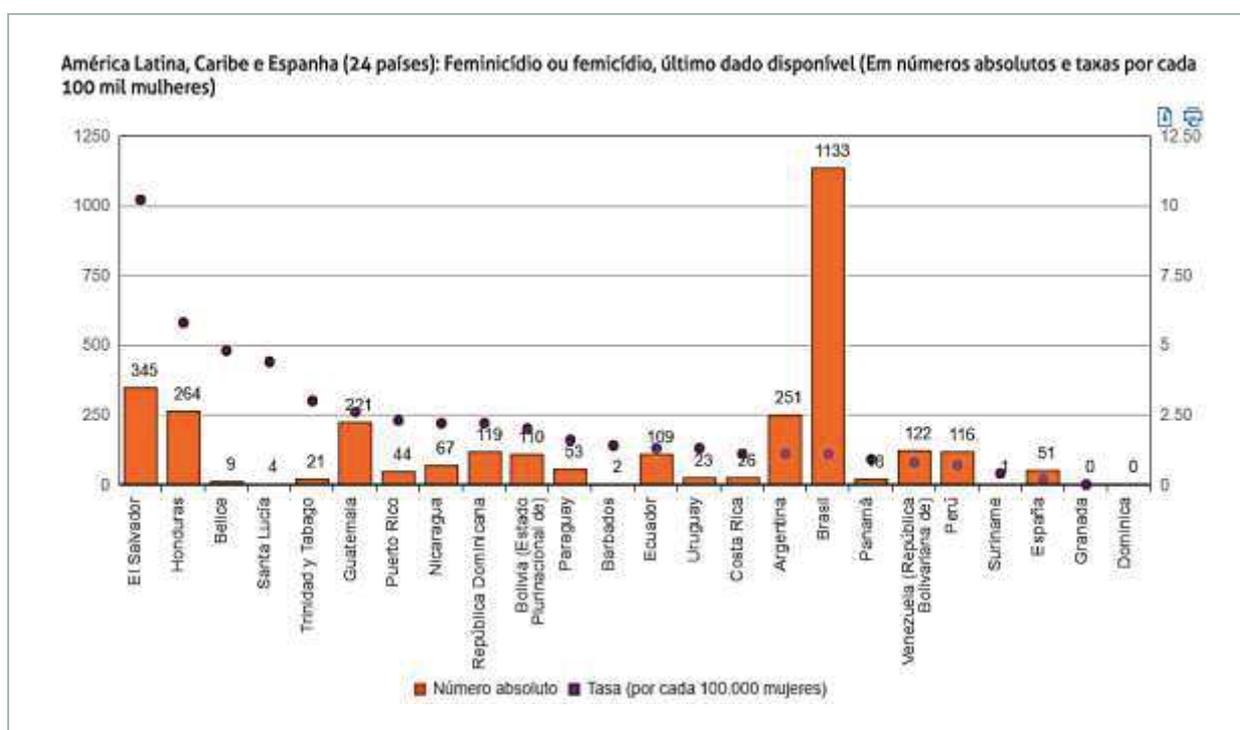
De acordo com dados oficiais coletados pelo observatório de igualdade de gênero da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL*,<sup>13</sup> 2.795 mulheres foram

---

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/nota\\_27\\_esp\\_0.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/nota_27_esp_0.pdf)

vítimas de feminicídio em 23 países da América Latina e do Caribe em 2017. Assim, o número de feminicídios por dia na América Latina e no Caribe em 2017 foi de aproximadamente 7 mulheres, ou seja, a cada 3 horas uma mulher foi assassinada<sup>14</sup>. Segundo este senso, em termos absolutos, a lista de feminicídios é liderada pelo Brasil (1.133 vítimas confirmadas em 2017). No entanto, se compararmos a taxa de feminicídios por cada 100.000 mulheres, os índices de El Salvador dispararam, não se encontrando paralelos em nenhum outro país da região, com 10,2 feminicídios por cada 100.000 mulheres (Ver gráfico 1)

Gráfico 1: Feminicídio na América Latina, Caribe e Espanha em 2017.



Fonte: Observatório de Igualdade de Gênero. Cepal

De acordo com o *Atlas da violência 2018* (Ipea/FBSP, 2018)<sup>15</sup>, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil brasileiras. Assim, cerca de 13 mulheres morreram por dia em 2016. Em dez anos, observou-se um aumento de 6,4 % no que tange a este índice no Brasil.

<sup>14</sup> Dados calculados por mim, com base no dado publicado pela CEPAL de que 2.975 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2017.

<sup>15</sup> Disponível em: [https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA\\_FBSP\\_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf)

No Rio Grande do Sul, foram contabilizados 308 assassinatos de mulheres em 2016, uma taxa de 5,4 por 100 mil habitantes. “Considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. De acordo com esse senso, no Rio Grande do Sul a taxa de homicídios de mulheres negras foi de 4,9 a cada 100 mil habitantes.” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018).

Ainda de acordo com o censo do *Atlas da violência 2018*, em 2016 foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro, conforme informações disponibilizadas no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 22.918 incidentes dessa natureza, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia. Em 2016, no Rio Grande do Sul foram registradas 1.928 vítimas pelo SINAN e 4.144 crimes de estupro pelo FBSP.

Gráfico 2: Dados sobre gênero, raça e violência de 2018



Fonte: Atlas da Violência 2018<sup>16</sup>

De acordo com o anuário 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP),<sup>17</sup> em 2017, foram contabilizados 4.539 homicídios de mulheres (taxa de 4,3 por cada 100 mil mulheres) e 1.133 feminicídios (taxa de 1,1 por cada 100 mil mulheres). No Rio Grande do Sul, em 2017, foram registrados 280 assassinatos de mulheres (taxa de 4,9) e 83 feminicídios (taxa de 1,4). Em 2017 também foram registradas 193.482 vítimas mulheres de casos de lesão

<sup>16</sup> Dados disponíveis em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_atlas\\_violenca\\_2108\\_Infografico.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violenca_2108_Infografico.pdf)

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuário>

corporal dolosa e violência doméstica no Brasil (taxa de 183,9). No Rio Grande do Sul foram 22.960 casos registrados (taxa de 398).

Gráfico 3: Dados de violência de gênero de 2018.



Fonte: 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018)

De acordo com o anuário 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP),<sup>18</sup> em 2017, foram contabilizados 4.539 homicídios de mulheres (taxa de 4,3 por cada 100 mil mulheres) e 1.133 feminicídios (taxa de 1,1 por cada 100 mil mulheres). No Rio Grande do Sul, em 2017, foram registrados 280 assassinatos de mulheres (taxa de 4,9) e 83 feminicídios (taxa de 1,4). Em 2017 também foram registradas 193.482 vítimas mulheres de casos de lesão corporal dolosa e violência doméstica no Brasil (taxa de 183,9). No Rio Grande do Sul foram 22.960 casos registrados (taxa de 398).

Conforme o *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil*<sup>19</sup> (2018), elaborado pelo Grupo de Pesquisa *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,

Em 2017, foram registradas 54 mortes de lésbicas no Brasil. Houve um aumento de mais de 237% no número de casos de 2014 para 2017 e de 80% em relação ao mesmo

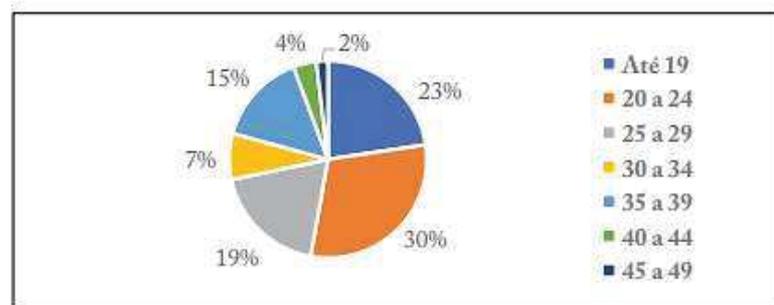
<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>

período do ano anterior. Foi o maior número de casos registrados em toda a história das pesquisas lesbocídios no Brasil. Foi também o maior número de casos de suicídios registrados em toda a história das pesquisas lesbocídios no Brasil, 19 casos só neste ano, representando 32% dos suicídios de toda a comunidade LGBTQ+ no Brasil, no ano. (DOSSIÊ SOBRE LESBOCIDIO NO BRASIL,2008).

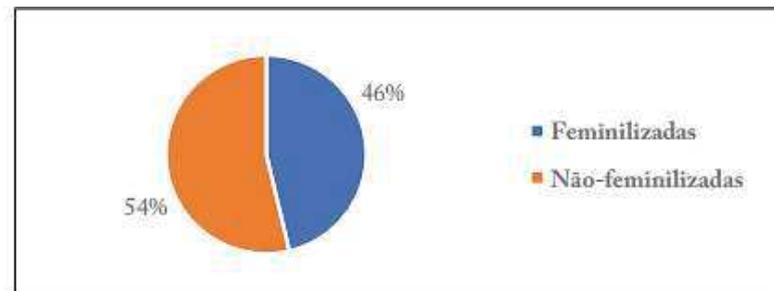
Das mortes de mulheres lésbicas registradas, 43% são de mulheres negras. Pelo terceiro ano consecutivo, o estado de São Paulo teve um dos maiores números de mortes de lésbicas, atingindo o percentual de 15%. O Rio Grande do Sul figura entre os estados com menos mortes registradas, atingindo percentual de 2%, de acordo com a pesquisa. Dos índices nacionais, 69% ocorreram em cidades do interior e 31% em capitais.

Gráfico 4: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por faixa etária



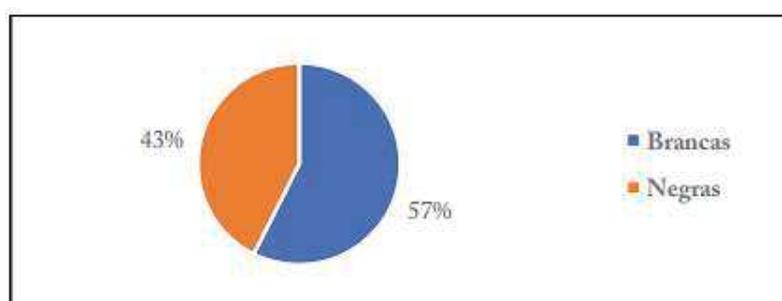
Fonte: Lesbocídio – A história que ninguém conta.

Gráfico 5: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por tipo



Fonte: Lesbocídio – A história que ninguém conta.

Gráfico 6: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por raça/etnia



Fonte: Lesbocídio – A história que ninguém conta.

### 2.3 Aspectos da conjuntura política nacional

Entendo que os processos de contextualização da pesquisa devem buscar envolver as mais diversas dimensões que configuram o processo que almejo analisar, a fim de nos aproximarmos cada vez mais da complexidade do mundo da vida. Assim, além das questões e temáticas mais peculiares dos movimentos feministas no Brasil, torna-se necessário traçar um breve olhar para aspectos da conjuntura política e social que estamos vivenciando. Enfrentamos o desafio da instabilidade do atual período e das limitações de um olhar momentâneo, ou seja, de um olhar que se dá imerso nas espirais dos acontecimentos simultaneamente com elas. Ainda assim, busco aqui um olhar para elementos que ajudem a pensar e tensionar a problemática e o objeto de pesquisa.

Em 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff – primeira mulher a se eleger (e reeleger) – sofreu um *impeachment* sem crime de reponsabilidade, o Brasil se viu em meio ao acirramento de crises econômicas e políticas. O golpe ocorreu em meio a um cenário de insatisfação por parte de uma parcela da população e de polarização política no país, que havia se fortalecido desde as jornadas de junho de 2013.<sup>20</sup> O desenvolvimento deste complexo esquema se deu a partir de um vasto acordo de interesses, entre eles, os de elites financeiras que, por meio do capital, ditam processos ao redor do mundo (SOUSA, 2016) servindo, portanto, para o estabelecimento de uma agenda de planos de privatização das riquezas brasileiras, como o petróleo e as tecnologias relacionadas ao pré-sal, e fragilização de políticas públicas de proteção social, durante o governo Temer.

Tratava-se de uma lógica de desmonte do Estado, ao tentar instituir práticas de minimização do Estado a partir de ideias e projetos referentes a privatizações e reformas trabalhistas e previdenciárias que, em vez de garantir melhores condições dos trabalhadores, atendiam às demandas do capital e dos grandes patrões. Mesmo que muitos desses projetos não tivessem se efetivado, revelaram um panorama de retrocessos quanto aos direitos dos trabalhadores.

Em “Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment”, texto publicado em 2016, Djamila Ribeiro sinaliza preocupação com um retrocesso no que diz respeito aos direitos das mulheres e da população indígena e negra – grupos historicamente discriminados que sofrem, muitas vezes, com o silenciamento e o não reconhecimento de

---

<sup>20</sup> Sobre o assunto, recomendamos a obra de Jessé de Sousa, “A radiografia do golpe”.

direitos, de potência, de agência e de cidadania. Grupos estes que tiveram significativas conquistas, tanto no que tange a políticas públicas e econômicas, quanto nas sutis e cotidianas mudanças culturais e sociais que o país havia vivenciado nas últimas décadas. Reconhecer isso não significa isentar o governo do Partido dos Trabalhadores (de Lula e Dilma) de falhas, erros e caminhos contestáveis. No entanto, penso que é preciso, além de reconhecer os benefícios desses governos, compreender que o *impeachment* significou uma ruptura no sistema democrático brasileiro e uma brecha para que as dinâmicas e os processos estatais e federais passassem a ser submetidos por lógicas outras que não as convencionais ao Estado democrático de direito, o que afeta de forma significativa a trajetória dos movimentos sociais. “Posicionar-se contra esse processo ilegítimo de impedimento, para muitas de nós, mostra-se como uma atitude necessária. Se com nossa frágil e falha democracia a situação ainda era desfavorável, sem ela não é possível seguir lutando pela ampliação dos direitos já conquistados” (RIBEIRO, 2016, p. 129).

De acordo com Weissheimer (2016), uma das consequências do estado de ruptura da ordem democrática instaurado no Brasil após o *impeachment* da presidenta Dilma foi a efetivação de uma política de criminalização de movimentos sociais, articulada por setores dos três poderes. O objetivo de medidas com esse caráter, além de efetivamente criminalizar movimentos sociais já existentes, é inibir a formação de movimentos sociais e lutas futuras. Em “O golpe e a criminalização dos movimentos sociais”, o autor supracitado faz um levantamento de casos, no Rio Grande do Sul, onde perseguição política e medidas estatais foram utilizadas em prol de reprimir movimentos ligados ao MST e a movimentos de luta pela moradia e ocupações.

Em 2018, após o resultado das eleições presenciais, uma PL para endurecer a Lei Antiterrorismo foi debatida em audiência pública. O projeto, se aprovado, abriria brechas para uso político em prol da criminalização de movimentos populares. Na exploração empírica no campo, em Porto Alegre, naquele mesmo período, final de novembro de 2018, percebi que esta era uma preocupação de integrantes dos coletivos feministas. Preocupação essa que extrapolava o mundo da vida e incluía cuidados com o uso das redes sociais e a criação de estratégias para lidar com as possibilidades de vigilância política nas redes.

A eleição de Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL), representou a instauração de uma onda conservadora e o fortalecimento do projeto de desmonte do Estado, a partir de privatizações, de projetos radicais de reforma da previdência e de cortes de orçamento nas áreas de Educação e Saúde. Militar, Jair Bolsonaro é conhecido como figura polêmica, cujas

opiniões, muitas vezes expressadas de forma violenta ou por discursos de ódio, carregam doses de preconceito, machismo, misoginia, racismo e xenofobia.

Rosana Pinheiro Machado (2018) aponta que um dos fatores que explica a adesão ao Candidato do PSL por parte de jovens, em sua maioria homens, é a percepção de uma perda de protagonismo social e a desconstrução da masculinidade hegemônica, frente à emergência de discursos feministas e tensionadores das relações de gênero e poder. No entanto, salienta que não devemos entender o bolsonarismo apenas como reação ao fortalecimento dos movimentos feministas, sendo esta uma visão simplista e limitadora.

Frente a esse cenário, os movimentos sociais se viram diante da necessidade de pensar e criar estratégias de luta e resistência. Durante as observações de campo, percebi que os coletivos feministas estavam iniciando e fortalecendo mobilizações em frentes e redes de luta e, também, viam a urgência do maior desenvolvimento de movimentos de trabalho de base, ou seja, de conexão com outras mulheres, que as militantes não estavam conseguindo atingir por meio das redes sociais ou manifestações.

Nesse sentido, uma significativa iniciativa, em nível geral de resistência nacional, é a formação de movimentos de greve geral unificada (no sentido de união entre variados movimentos sociais -movimentos feministas, movimentos pela luta antirracista, movimentos negros com sindicatos, partidos, associações) que pautam a resistência contra a reforma da previdência. Vale destacar, também, o surgimento de uma *Frente Parlamentar Feminista Antirracista*, composta por 23 organizações e movimentos sociais e populares. O estatuto da frente apresenta um levantamento que destaca cerca de 60 projetos de lei apresentados pelo Governo que representam ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, e perseguição aos estudos feministas e de gênero. A marcha das margaridas – mobilização de mulheres do campo, das florestas e das águas, com trajetória historicamente relevante nos movimentos nacionais de mulheres – também endossou o movimento de pressão na Câmara e marchou novamente em agosto de 2019 com união de 100 mil camponesas

Esses são alguns dos aspectos que me ajudam a pensar o contexto em que os coletivos feministas que analiso se inserem. A partir deles, podemos situar as principais frentes de luta dos sujeitos comunicantes colaboradores da pesquisa e, assim, localizar a problemática em contextos micro e macrossociais.

## **2.4 A pandemia mundial e as mulheres**

Em dezembro de 2019 foi registrado o primeiro caso de Covid-19 em Wuhan, que se tornaria o epicentro da doença na China. Causada por uma mutação do coronavírus, a doença possui alto índice de transmissão e logo se espalhou pelo mundo, estabelecendo uma pandemia global que matou mais de 1.500.000 de pessoas pelo globo terrestre, em menos de um ano. Até o presente momento a sua origem ainda não foi completamente confirmada. Sem conhecer como tratar ou lidar com o novo vírus, o mundo precisou parar. Várias nações foram submetidas a quarentenas e formas de distanciamento social como estratégia de combate ao vírus. Além da mais grave crise sanitária dos séculos XX e XXI, a situação representou também uma crise financeira mundial e agravou crises econômicas e políticas em diversas nações.

No Brasil, a primeira morte por Covid aconteceu em 12 de março de 2020 e de forma emblemática diz muito sobre como o país, e o sistema-mundo, reagiram frente a uma situação de tamanha gravidade. A primeira vítima foi uma mulher de 63 anos que trabalhava como empregada doméstica no Alto Leblon, o metro quadrado mais valorizado do país. Ela apresentou os primeiros sintomas após a patroa voltar de uma viagem à Itália, país com maior número de mortes por Covid até aquele momento

Apesar de afetar, de forma geral, a todos do planeta, a pandemia e as estratégias de enfrentamento ao vírus não atingiram a todos com a mesma intensidade. De fato, podemos observar que essa situação ofereceu lentes de aumento para todas as violências e desigualdades já existentes no Brasil e mundo afora. Como argumenta Naomi Klein (2020) não estamos apenas sob os ataques causados pelo vírus que ocasionou a morte de mais de 1.500.000 pessoas no mundo e o adoecimento de tantas outras, mas também sofremos, com maior ou menor intensidade as brutais consequências de um *capitalismo do desastre* (KLEIN, 2020) que se alimenta de crises (SANTOS, 2020).

Hoje já é de conhecimento geral que esse vírus ataca com mais intensidade os sistemas imunológicos mais fragilizados. Portanto, é preciso ressaltar a reponsabilidade que o modo de operação do sistema mundo capitalista, colonial, racista e patriarcal possui em enfraquecer o sistema imunológico coletivo, tanto fisicamente (onde a desigualdade profunda atua) quanto subjetivamente (KLEIN, 2020). Tanto a pandemia em si quanto as estratégias tomadas frente a elas foram especialmente violentas contra a parte da população que é socialmente vista como descartável.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos trabalhou a noção simbólica de sul para pensar e refletir sobre as experiências vivenciadas pelas pessoas com maior vulnerabilidade social frente à pandemia. Para o autor, esse sul refletido não se configura geograficamente, mas sim um como “espaço-tempo político, social e cultural” (SANTOS, 2020, p.151). Uma

metáfora para pensar a intensidade do sofrimento causada pela exploração do capitalismo, pela lógica colonial, pelo racismo estrutural e pela discriminação sexual.

Enquanto as grandes empresas e corporações, e alguns chefes de Estado buscaram meios de lucrar ou evitar prejuízos (a despeito de quantas vidas tais ações poderiam custar) os cidadãos comuns se viam no impasse entre cumprir as medidas de segurança e o distanciamento social, se protegendo do vírus, e se arriscar na luta pela sobrevivência econômica. No Brasil, apesar deste impasse ser realmente complexo e desafiador, o Governo federal demonstrou quase nenhuma sensibilidade e uma efetiva inabilidade frente as crises postas. Desde o início, o presidente assumiu uma postura debochada e negacionista para evitar reconhecer a gravidade da situação e tomar medidas mais sólidas e unificadas de enfrentamento à pandemia. De forma irresponsável, Bolsonaro estimulava publicamente que a população não cumprisse as medidas de segurança orientadas pela OMS.

A principal medida de redução de danos tomada pelo governo foi a distribuição de um auxílio econômico emergencial e o apoio à criação de hospitais e leitos de UTI emergenciais. Tendo em vista que as estratégias de segurança, saúde e proteção ao coronavírus se baseavam no isolamento e distanciamento social configurados em quarentenas, era necessário que a população obtivesse um suporte que garantisse e possibilitasse a permanência em casa. Apesar de assumidamente se posicionar contrário à estratégias mais rígidas de distanciamento estabelecidas pela OMS (com a justificativa de evitar uma crise econômica), o governo concordou em conceder o auxílio emergencial no valor de 600 reais (valor inferior ao salário mínimo no país, definido em R\$ 1.045 naquele momento) para trabalhadores autômatos de baixa renda, desempregados e camponeses, após intenso debate (tendo em vista que o governo federal pretendia propor inicialmente o valor do auxílio para 200 reais).

A proposta inicial, que previa um valor maior, foi levada para o Congresso por partidos de esquerda após mobilização de movimentos sociais. Apesar do auxílio emergencial, tendo em vista a ineficácia de um planejamento estratégico a nível federal, cumprir a quarentena se tornou um privilégio negado à grande parte da população. Somado a isso, está postura negacionista assumida não apenas por governantes da base presidencial, como, também, por seus apoiadores. Tal postura, alimentada por um tsunami de *fake news* sobre a doença, a origem do vírus e as possíveis vacinas, deu base para uma irresponsabilidade coletiva de parte da classe média e alta que teria condições financeiras de cumprir as medidas de segurança e distanciamento social, mas se negava a fazê-lo. Até o final de dezembro de 2020, 9 meses após o primeiro caso de morte no país, mais de 190.000 pessoas haviam morrido no Brasil.

Cumprir a quarentena foi difícil para a maioria das pessoas, e quase impossível e impraticável para a parcela menos favorecida da população. Um estudo da Fundação Oswald Cruz – Fiocruz, publicado no *Radar Covid-19 Favelas* em 30 de julho, apontou que os bairros periféricos foram os mais atingidos pela pandemia. O estudo mostrou que a precária infraestrutura urbana e sanitária (que engloba planejamento urbano, acesso à água, saneamento básico, coleta de lixo) e da assistência médica, demonstram uma ausência estrutural do Estado nessas localidades, o que contribuiu para que a contaminação fosse maior nessas áreas.

Os obstáculos foram tanto de ordem material quanto subjetiva, agravados por opressões e violências de classe, raça e gênero. Por conta de um histórico de racismo estrutural que se mostra em um constante descaso e violência estatal contra a população negra do país, são as pessoas negras que ocupam a maioria dos espaços precarizados, das periferias e dos subempregos. O racismo estrutural também permeia o modo como as políticas e ações de saúde são planejadas e executadas, a desigualdade do acesso e do tratamento. Um levantamento da ONG do *Instituto Polis* na cidade de São Paulo, durante o primeiro semestre de 2020 demonstrou que os homens negros são os que mais morreram por Covid 19 no país. Entre as mulheres, também são as negras que ocupam o maior número de vítimas fatais da doença.

Assim, a pandemia agudizou e expôs as desigualdades sociais já existentes. As desigualdades de gênero também foram amplificadas. As mulheres são a maioria na linha de frente do cuidado, tanto no trabalho de reprodução e manutenção dos lares como no trabalho social do cuidado: são a maioria nas enfermagens e nas assistências sociais. Muitas vezes, são elas que garantem a quarentena de idosos, crianças e doentes e que precisam fazer duplas ou triplas jornadas para isso. O que também afeta e forma geral a produtividade das mulheres, mesmo em situação de home office. As mulheres constituem a maior parte da rede de apoio social e familiar, e por isso assumem, durante a pandemia, ainda mais riscos físicos, financeiros e emocionais.

No Brasil, 49,5 % dos chefes de família são mulheres (PNAD, 2020). Em uma sociedade onde a desigualdade de gênero também é estrutural, as mulheres não só recebem salários menores, como ocupam cargos e posições menos favorecidos e estão mais vulneráveis à demissão em tempos de crise. Com a pandemia, muitas mulheres perderam seus empregos e foram obrigadas a migrar para trabalhos não formais, precarizados ou autômatos. De acordo com dados da pesquisa Pnad Covid 19 do IBGE, o número de mulheres que foram afastadas do trabalho foi maior do que o número de homens. Neste cenário, as mulheres negras foram as mais atingidas.

No caso das mulheres e de crianças, cumprir a quarentena também apresentou riscos e perigos. Para elas, muitas vezes, a casa não é um espaço seguro. O aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia foi um fenômeno mundial. A junção entre crise econômica, isolamento social e aumento do desemprego gera uma equação extremamente desfavorável para as mulheres, muitas se veem obrigadas a conviver com os agressores. No Brasil, 648 casos de feminicídios foram registrados durante o primeiro semestre de 2020, 1,9 % a mais do que o mesmo período do ano anterior (FBSP, 2020). A violência doméstica contra crianças também atingiu dados preocupantes. Só na cidade de São Paulo, foram registrados 5 mil casos de violência doméstica contra crianças durante a quarentena em 2020, dados contabilizados pela secretaria municipal de saúde.

Até o atual momento, meados de 2021, a pandemia tem escancarado de forma cruel todas as falhas, lacunas e desigualdades dos sistemas de poder com os quais convivemos. Da nossa predadora relação com a natureza (cujos desequilíbrios causados pela humanidade são parte grande parte da razão de surtos de doenças e pandemias), à profunda desigualdade existente no planeta, e da insustentabilidade do sistema neoliberal capitalista, colonial, racista e sexista de organização social. A pandemia está durando muito além do que era previsto em seu início, e, sem dúvidas, trouxe muitas consequências que não serão facilmente reversíveis e outras, irreversíveis.

No entanto, Boaventura Santos (2020) também nos pede a atenção para observamos às outras realidades reveladas por esse período histórico tão marcante, à capacidade social de propor alternativas e estratégias frente aos obstáculos mais desafiadores. De acordo com o autor essa capacidade de propor novos modelos será fundamental para a sociedade evitar o surgimento de novas pandemias mais letais e para se adaptar as situações e realidades postas. Dessa forma, o autor supracitado nos ajuda a olhar para as formas de resistência, de invenção e criatividade dos movimentos sociais, sujeitos e coletivos, a fim de refletirmos sobre como conformar as reformulações e alternativas necessárias.

### 3. TRILHAS INVESTIGATIVAS

Durante os quatro anos de doutoramento, esta investigação passou por transformações, desestabilizações e replanejamentos. Foi construída, no caminhar, com a confluência entre os métodos adotados, entre as percepções do real, da empiria que tensionaram as reflexões teóricas e organizaram a construção do problema/objeto. Tais processos se deram guiados pelos preceitos da perspectiva transmetodológica, e pela imagem da artesanaria científica. Assim, esse capítulo busca apresentar as reflexões epistêmicas e metodológicas que orientaram esta investigação. Bem como explicitar os processos metodológicos, os atravessamentos contextuais e as escolhas que moldaram a realização da pesquisa.

#### 3.1 Por uma ciência para mulheres

O movimento feminista vem consolidando, ao longo do tempo, uma marcante característica teórica, que se apresenta tanto na defesa e nos estudos de gênero e sobre mulheres, quanto na produção de conceitos, metodologias e epistemologias. De acordo com Sanderberg (2002), o maior objetivo do projeto feminista na academia é o de produzir conhecimentos não apenas que sejam feitos por mulheres e sobre mulheres, mas, principalmente, construir e disseminar saberes relevantes para as mulheres, suas lutas e demandas.

Entendo, assim, que colaborar para uma ciência para as mulheres demanda uma postura crítica e política no exercício de uma *práxis* científica interessada em produzir saberes críticos, emancipadores, situados e parciais nos sentidos propostos por Sanderberg (2002), Hill Collins (2020) e Haraway (1995). Uma ciência para as mulheres necessita se afastar de lógicas androcêntricas, eurocêntricas, coloniais, homogeneizantes, totalizantes e objetificantes. Precisa, inclusive, problematizar o que significa a categoria mulher, a fim de não reproduzir lógicas estereotipizantes e opressoras. É necessário questionar: sobre que mulheres falamos? para quais mulheres? para o interesse de que mulheres? quais são as vozes de mulheres que ecoam em nossas pesquisas? quem está no centro dos diálogos propostos? como nos inserimos nos jogos de poder que silenciam, deturpam ou menosprezam mulheres, sobretudo algumas mulheres e algumas perspectivas femininas?

Assim, também é preciso problematizar as múltiplas forças e elementos que atravessam a produção de pesquisas, teorias e conceitos. Quem fala? De onde? Como? Com que limitações? Esse exercício nos ajuda a situar os saberes, para melhor compreender as relações de saber e poder envolvidas. Grande parte das críticas feministas ao modo de produção científica moderna

partem da ideia de que não se pode separar o sujeito pesquisador – e o contexto sócio-político cultural em que se insere – da pesquisa que produz. O que coloca em xeque a noção de uma ciência neutra, baseada em fundamentos iluministas. Este parece ser um ponto de concordância entre as críticas de diversas vertentes do feminismo, apesar de suscitar modos distintos e divergentes de lidar com a questão

À luz dessas perspectivas feministas me alinho, neste texto, ao entendimento de que a prática científica produz *conhecimentos situados* (ou seja, a posicionalidade dos sujeitos determina o modo como os saberes são articulados e produzidos na *práxis* científica) e que é um produto social e, portanto, político (SANDERBERG, 2002). Assumir uma politização da ciência implica a compreensão de que o saber é poder e, conseqüentemente, os saberes científicos moldam relações de poder social. O que não significa tomar a ciência como instrumento de politicagem. Ao contrário, reforçar o político no fazer científico exige assumir uma responsabilização sobre tais saberes e também, em parte, sobre as conseqüências sociais que estes implicam. Provoca, desta forma, uma reflexão sobre o papel social da ciência. Uma ciência para mulheres precisa ser política para se comprometer na construção de mundos mais democráticos e solidários e atender aos interesses sociais e políticos das múltiplas mulheres e de todos os grupos subordinados. A política e a ética devem ser a base da construção de projetos de conhecimento emancipadores.

A politização e a recusa à uma pretensa neutralidade da ciência moderna não pode, no entanto, caminhar rumo à produção de saberes emancipadores sem o compromisso com o rigor científico. Nesse sentido, concordo com Haraway (1995) em sua proposição de uma objetividade científica feminista. A autora defende que por serem situados histórica e socialmente, os conhecimentos são também parciais. Em sua argumentação, Haraway (2002) evoca a metáfora da visão para refletir acerca da parcialidade e da *corporeidade* do olhar dos sujeitos envolvidos na *práxis* científica; no entanto, essa visão não é apenas orgânica. Quando pensa no olhar dos *sujeitos cognoscentes*, a autora está problematizando o *self* por trás do *olho* que vê e percebe o mundo. Nessa ótica, a visão é sempre atravessada pelo poder de ver e, talvez, “pela violência implícita em nossas práticas de visualização” (HARAWAY, 1995, p. 25).

Entendo, assim, a objetividade feminista a partir da noção de uma visão parcial, corporificada e responsável do fazer ciência (HARAWAY, 1995; SANDERBERG, 2020). A visão objetiva é dada pela perspectiva parcial responsável e organizada. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21).

### 3.2 Sobre a dimensão epistemológica no campo da comunicação

Com Maldonado (2013, 2015), entendo a epistemologia como uma dimensão que atravessa todas as dimensões e dinâmicas constitutivas do fazer ciência e das investigações científicas. Parto dessas reflexões para pensar uma epistemologia da comunicação que seja dialógica e que possibilite construir caminhos metodológicos críticos, reflexivos e tensionadores. Considero produtivo, para a constituição de trilhas investigativas científicas críticas, o exercício de problematizar e refletir sobre o fazer científico e sobre os modos de construção dos saberes e conhecimentos da ciência, em suas várias dimensões.

Concebo a pesquisa como *práxis* central de aprendizagem, em alinhamento com Maldonado (2013; 2015) entendendo, dessa forma, que o conhecimento se dá enquanto processo. Com Bourdieu (2003), penso que fazer ciência implica não só refletir sobre a eficácia e o rigor formal de métodos e teorias; inclui examinar as teorias e os métodos em sua aplicação e, ainda, refletir sobre os erros como modo de trabalhar na retificação metódica permanente dos processos e conhecimentos construídos, perspectiva também presente em Bachelard (1977) em sua noção de vigilância epistemológica.

Como argumenta Japiassu (1991), o conhecimento se dá em constante movimento e, portanto, só conhecemos efetivamente quando passamos de um conhecimento para outro mais amplo. Assim, é necessário, entre outros aspectos, o exercício de uma epistemologia de continuidade recuperando o que já foi feito com um olhar cuidadoso para, assim, avançar (MALDONADO, 2013). No entanto, vale ressaltar que em meu entendimento não se trata de uma equação de valores de conhecimento que siga necessariamente uma linearidade histórica, mas sim, do entendimento de que há possibilidades de outras explicações que aprofundem ou ampliem conhecimentos sobre determinado processo.

Como as ciências e os conhecimentos surgem e se desenvolvem em contextos sociais determinados, torna-se necessário investigá-las considerando suas múltiplas relações com a sociedade, com as relações de poder e saber e com as diversas dimensões que envolvem o processo. Dessa forma, a construção de saberes está intrinsecamente relacionada com as relações de poder presentes no tecido social e no campo científico, o que nos leva a pensar tanto em modos de manutenção de lógicas hegemônicas quanto de ruptura destas.

Penso, dessa forma, que a reflexão científica crítica deve se conectar à capacidade de resistência e de agência, de todos os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa, às lógicas opressoras e não democráticas. Refletir sobre o *fazer ciência* de forma crítica envolve pensar a

investigação como constructo, processo de *práxis* refletiva, tensionadora e inventiva e de elaboração de métodos para além do mero uso e repetição de propostas prontas. Envolve, também, pensar a ciência enquanto atividade humana e social, atravessada por funções, responsabilidades, desafios e lógicas de poderes e resistências (MALDONADO, 2013).

Entendo, assim, que numa perspectiva crítica, o fazer ciência não pode ser pensado como algo definitivo, que se imponha como uma verdade evidente por si só, nem como atividade que não se afeta pelas lógicas e práticas sociais, descolada do concreto, do mundo da vida e desvinculada da existência (JAPIASSU, 1991; PERUZZO, 2016). Os cientistas e, conseqüentemente, o fazer científico, estão inseridos e intimamente vinculados ao mundo complexo da vida e são atravessados por subjetividades, experiências, estados de ânimo, relações sociais, ideologias, motivações e dinâmicas de poder. Assim, não devemos enquadrá-los em um modelo de imparcialidade pura. Esse pensamento implica o abandono da concepção de ciência como entidade neutra e isenta (MALDONADO, 2013; ALVES, 2014).

Dessa forma, em diálogo com Peruzzo (2016) reflito que a ciência não é unívoca, mas sim, formada por construções plurais, históricas, que se movem e se transformam de acordo com os processos sociais em que se inserem. O que não nega, de forma alguma, as especificidades do conhecimento científico crítico e tensionador. As ciências constroem saberes rigorosos, guiados por normas lógicas e métodos racionais confrontados com a experiência. No entanto, esses saberes não se dão de forma definitiva.

Essas perspectivas levam a problematizar o papel da ciência e dos cientistas na sociedade, ou seja, pensar acerca da sua função social. Incitam, também, a refletir que a prática científica envolve tanto processos de construção de pesquisas e produção de conhecimentos quanto modos e mecanismos que possibilitem tornar os conhecimentos científicos acessíveis e entendíveis. Isso para que eles possibilitem a emergência e consolidação de novas lógicas, novos modos de entendimentos e, assim, mudanças sociais, principalmente transformações aliadas a valores de democracia e de combate às desigualdades e exclusões sociais.

Reforço dessa forma, que assumir que a ciência não é imparcial e neutra é, também, um modo de atentarmos para a responsabilidade do pesquisador ao percebê-lo à dianteira de um processo de construção da pesquisa, como produtor de conhecimento, colocando-o face a um dilema ético, epistemológico, metodológico e político do fazer ciência.

Realizar questionamentos dessa natureza também implica reconhecer a necessidade de nos afastarmos de pensamentos totalizantes e de lógicas excludentes e fundamentalistas. O que me leva a pensar na necessidade de cultivar olhares múltiplos que não se atrelem a lógicas

restritivas. O mundo da vida, da realidade concreta, é muito complexo para que uma pesquisa o decifre ou tente gerar respostas totalitárias e suficientes (MALDONADO, 2013).

Entendo que no campo dos estudos de comunicação (no qual esta pesquisa se insere), o exercício de reflexão sobre o fazer ciência e sobre a construção da pesquisa envolve a percepção de um cenário multidimensional e complexo dos contextos comunicacionais, midiáticos e do mundo da vida. Como observa Maldonado (2013), nos encontramos em uma época de passagem de uma cultura mecânica, estrutural e positivista para uma cultura de informação e conhecimento e experimentação. Vivenciamos, dessa forma, intensos processos de reestruturação da dimensão espaço/tempo a partir de inovações da técnica e tecnologia de comunicação e informação. Neste contexto, os desafios metodológicos e epistemológicos demandam um maior aprofundamento e reflexão e a formulação de estratégias multifocais que sejam capazes de perceber e problematizar as várias dimensões que esse processo abarca.

As limitações dos formatos disciplinares para o exercício de investigação e compreensão da complexidade do real demandam a elaboração do que denomina como práticas metodológicas inovadoras. No campo da comunicação, em especial, nos dias de hoje, é preciso desenvolver métodos capazes de considerar o caráter multidimensional e multicontextual dos processos de comunicação e seus desdobramentos. A perspectiva transmetodológica situa as diferentes competências científicas dos sujeitos (trabalhadores intelectuais, artesãos do saber e artistas) como fatores de saber, intercâmbio e enriquecimento gnosiológico, negando os privilégios patriarcais do modelo autoritário/escolar/burocrático. Reconhecesse, a priori, o valor epistêmico de todas as pessoas, independentemente de sua posição na estrutura institucional de poder acadêmico, distinguindo as suas competências científicas da função sistêmica determinada pelos dispositivos administrativos (MALDONADO, 2013, p.47).

Isso que se torna mais evidente, quando tratamos de sociedades em processos de mediação e digitalização, os quais possibilitam, como já vimos, reconfigurações em várias dimensões sociais. Neste contexto, torna-se necessária a adoção de uma postura construtiva transdisciplinar que pesquise correntes, perspectivas e teorias diversas, a fim de evitar pretensões totalitárias e logocêntricas.

### **3.2. A Perspectiva transmetodológica**

Para lançar um olhar atento sobre a complexidade dos fenômenos que nos propomos a estudar, é preciso buscar uma abertura epistemológica em relação aos vários campos de conhecimento, às diferentes perspectivas dentro desses campos e à multiplicidade de formas de

construção de conhecimento que essas perspectivas demandam. Para fins de tese, a opção pela perspectiva da transmetodologia se baseia no fato de que reconheço a necessidade de confluir múltiplas metodologias para estruturar, analisar e buscar entendimentos nas pesquisas voltadas para a comunicação, principalmente as que analisam as práticas comunicacionais de sujeitos e coletivos. Essa perspectiva possibilita problematizar questões e analisar as problemáticas de forma crítica e criativa, atrelando concomitantemente a *práxis* teórica, a observação empírica e uma leitura de conjuntura mais aprofundada.

A perspectiva transmetodológica se constitui a partir do entendimento de que a investigação científica no campo da comunicação social demanda uma profunda confluência entre métodos múltiplos, mistos, combinados (MALDONADO, 2015). Demanda também refletir e tensionar os próprios métodos, respeitando sua origem, mas se permitindo caminhar além para construir caminhos metodológicos mais alinhados às problemáticas e contextos que pesquisamos. “Estrutura-se a proposta transmetodológica como uma proposição paradoxal que se nutre da riqueza metodológica do passado, não rejeita seu valor nos limites e contextos nos quais foi enriquecedora e geradora de saberes, mas ao mesmo tempo, estabelece seus obstáculos epistemológicos, carências e problemas metódicos” (MALDONADO, 2015, p.720)

A transmetodologia também reconhece as contribuições dos saberes socioculturais seculares, como as matrizes milenares simbólicas e suas atualizações, na construção de entendimentos profundos, e assim, de construção de saberes. Essa perspectiva defende as experimentações científicas, nas quais podemos a sensibilidade criativa ao rigor científico para construir, problematizar e tensionar conceitos e métodos para aprofundar a forma como conhecemos o mundo. No campo dos estudos sobre a cidadania comunicativa, a prática transmetodológica nos ajuda a ampliar o conceito de cidadania de forma a compreender como as transformações tecnológicas e sociopolíticas e culturais estão moldando as práticas cidadãs na contemporaneidade (MALDONADO, 2015).

As premissas propostas por Efendy Maldonado (2013) nos orientam nesse caminho. A primeira e a segunda premissa situam o ser humano, as vidas terrestres e o bem comum do planeta como elementos centrais de respeito e prioridade na pesquisa, a partir de uma ecologia científica que confronte diretamente os valores utilitaristas, individualistas hegemônicos. Assim, essa ótica reafirma a necessidade de libertar a *práxis* científica dos interesses mercadológicos para direcioná-la às transformações necessárias para tornar a sociedade mais solidária, democrática, dialógica e crítica. Nessa pesquisa, isso demanda refletir sobre os modos como podemos contribuir para essa direção de transformação ao nos afastarmos de lógicas e métodos que objetifiquem as sujeitas e as relações.

Na terceira premissa, Maldonado (2013) define a investigação como *práxis* central do aprendizado humano e reconhece que a pesquisa científica se alimenta, no campo das ciências sociais e de comunicação, de saberes diversos, científicos e populares, ancestrais, regionais, étnicos. Seguir este apontamento demanda de quem pesquisa um olhar sensível aos arranjos e confluências entre diversos campos de saber, científicos ou não. Uma ótica epistêmica que seja ao mesmo tempo abrangente, criativa, organizada e crítica. No caso específico desta pesquisa, que considere e valorize epistemologicamente as mulheres e seus saberes para construir os conhecimentos

A perspectiva transmetodológica defende a confluência de diversos saberes e teorias por meio de uma postura construtiva transdisciplinar – quarta premissa. Assim, o interdisciplinar e o transdisciplinar devem se dar de forma a aprimorar conexões, construções e arranjos metodológicos que aprofundem conhecimentos. No entanto, esse exercício deve evitar uma lógica de superação ou negação dos conhecimentos disciplinares, visto que eles são necessários para a organização e o fortalecimento das ciências. “Alimentar-se das disciplinas, de suas lógicas, métodos e redes teóricas é condição básica de realização de projetos interdisciplinares que construam transdisciplinaridades” (MALDONADO, 2013, p.41).

A quinta premissa aponta que a prática científica deve dialogar, combinar e se alimentar dos *bons sensos* culturais, dos saberes e estratégias que a humanidade vem construindo ao longo do tempo. É preciso evitar colocar os saberes científicos em um pedestal intocável para conseguir trocar e aprender com as sabedorias culturais, regionais e milenares, fruto das experiências e observações organizadas em sociedade. “A ruptura com o *sensu comum* não pode confundir-se com a ruptura com os *bons sensos*” (MALDONADO, 2013, p.42).

A sexta premissa solicita problematizar, enquanto pesquisadores, o nosso próprio problema de pesquisa a fim de garantir a pertinência de nossas escolhas e foco para a construção do campo da comunicação. Demandam dessa forma, um *esforço paradoxal de distinção* das problemáticas comunicacionais. A sétima premissa propõe que uma investigação científica rigorosa e renovadora implica em assumir uma problematização teórica que se alimente da confluência entre múltiplos métodos de acordo com a necessidade de cada problemática. “Os problemas constantemente nos exigem diversos aspectos a trabalhar, básicos e iniludíveis, para os quais as construções metodológicas precisam realizar reformulações e configurações múltiplas” (MALDONADO, 2013, p.43).

Para efetuar uma pesquisa na perspectiva transmetodológica, é necessário construir objetos de pesquisa a partir de pensamento epistemológico crítico aprofundado – oitava premissa. O objeto de pesquisa não está dado *a priori*; é, portanto, uma construção científica,

um resultado, fruto de tensionamento do real, do empírico por meio de uma problematização teórica crítica e aprofundada. Tal construção demanda uma perspectiva heurística – nona premissa. A décima premissa versa sobre o comprometimento social da formação do sujeito pesquisador e de sua pesquisa, que precisa, prioritariamente, atender às necessidades do mundo da vida, do real que se dispõe à pesquisa, tendo como propósito contribuir para transformações que se direcionem aos caminhos da libertação, da solidariedade, e do bem comum.

Pensamos assim, que esse modo de reflexão epistemológica e crítica, preocupada com seu papel social e com a tolerância dialógica e democrática, é um caminho potencial para a construção de problematizações e de tensionamentos que possam vir a colaborar com o bem-estar social e com modos de emancipação dos sujeitos de lógicas hegemônicas.

### 3.3 Traçando trilhas para o caminho investigativo

Uma imagem inspiradora para refletirmos sobre o processo da investigação é a do pesquisador artesão e da *artesanía*, noções desenvolvidas por Mills (1975). Suas reflexões nos provocam a pensar sobre a autonomia do pesquisador e a necessidade de que ele controle a sua produção, realizando todas as suas fases de modo atento e cuidadoso aos detalhes, unindo pensamento, ação e reflexão (*práxis*). O trabalho do artesão é feito no dia-a-dia, acompanhando o processo de sua criação. “O artesão é, por conseguinte, livre para aprender com seu trabalho e para usar e desenvolver suas capacidades e habilidades na execução do mesmo” (MILLS, 1975 p. 59).

O processo de pesquisa se dá na construção de caminhos e metodologias que o viabilizem, que tornem possível a investigação crítica, a problematização e a produção de conhecimento. Para se desenvolver, ele precisa da processualidade, do tempo de refletir, de buscar respostas e até mesmo de errar, aprender com os erros e encontrar atalhos. Nesse sentido, compreendo os métodos de pesquisa como constructos orientados para um objeto a conhecer e não como algo completo, fechado, dado *a priori*. Uma pesquisa em construção precisa articular na sua estrada metodológica a construção de seu objeto teórico e de seu objeto empírico. E ainda, os fundamentos epistemológicos e éticos em que se baseia, pois, como reflete Maldonado “[...] precisamos incluir no conjunto de referências conceituais valores ético-filosóficos, que situem o projeto na sua relevância sociocultural. Não é permitido, nem justificado formular projetos que não contribuam para melhorar as sociedades pelas quais são sustentados” (2011, p. 279). Seguindo em perspectiva podemos pensar, a partir de Sartre (2011), no método como uma arma social e política no sentido amplo, que deve visar o bem comum.

Concebo, portanto, a investigação científica como um processo desafiador, dinâmico e que demanda reflexões, alterações, adaptações e construções, visto que o problema/objeto é constantemente atravessado por diálogos, novas questões e problematizações. Assim, cada pesquisa requer caminhos, estratégias, sistematizações e procedimentos metodológicos próprios que atendam às demandas do problema/objeto e objetivos propostos.

As técnicas e os procedimentos metodológicos não são apenas artefatos. Nesse sentido, a partir de Bachelard (2001), penso a metodologia como astúcia de aquisição, uma estratégia nova e útil na fronteira do saber. Corcuff (2015) complementa esta ideia ao considerar que a construção do método se viabiliza por meio de “diálogos transfronteiriços” (p. 69) entre uma diversidade de linguagens e saberes.

Bachelard (2011) nos convida a superar a mera aplicação de teorias e conceitos e, assim, a trilhar um caminho de construção de saberes no qual a teoria e a empiria estabelecem uma relação profunda, complexa, convergente e conflitante. Entendo, assim, que na construção de investigação científica é preciso que ambos os polos (teoria e empiria) confluem, se confrontem e se retroalimentem (PEDROSO, BONIN, 2012). No entanto, esse não é um processo linear, sendo que uma dimensão pode se sobrepor ou até mesmo refutar a outra.

Sartre (2011) nutre esta perspectiva ao defender a necessidade da prática filosófica na construção de investigações e métodos e na produção de conhecimento. Nesse sentido, compreendo que uma pesquisa deve se iniciar a partir de uma reflexão sobre o mundo. Sartre (2011) e Bachelard (2011) nos provocam a pensar que temos que nos elevar do abstrato ao concreto. Ou seja, a ideia é que devemos operar a construção de uma problemática que se estrutura na inter-relação entre o campo teórico e o empírico (BACHELARD, 2011; BONIN, 2012; MALDONADO, 2011; GIARD, 1994). A dúvida é uma companheira necessária, ela nos provoca a ir além na trilha investigativa. Uma pesquisa que já parta de certezas tende a se tornar mais um modo de reafirmação de uma ideia do que uma investigação crítica efetiva.

Compartilho com Bourdieu (2003) a ideia de que os métodos não devem ser estudados de forma desvinculada das investigações a que esses se integram. Ao refletirmos de forma abstrata sobre algo do real, precisamos atentar para que essa abstração não reduza a riqueza do real a generalidades. Este pesquisador também nos convida a perceber a relevância de assumirmos, no processo das investigações, uma postura e o exercício de atenção epistemológica que submeta técnicas e conceitos a um exame crítico de suas condições e validades, evitando uma aplicação automática de procedimentos. Recusa, assim como Japiassu (1991) e Morin (1986) e Popper (1975), as certezas de uma concepção de saber definitivo, para

ressaltar que a ciência se desenvolve ao colocar perpetuamente em questão os princípios de sua própria construção.

Alinhada às proposições de Lisiane Aguiar (2017) penso a experimentação como uma dimensão suscitadora de possibilidades no pensar e fazer ciência na atualidade, da *práxis* científica. Nesse sentido, concebo a experiência não como a primazia da empiria nos processos investigativos, mas como uma experiência do pensar, organizada racionalmente, refletida e problematizada. Uma experimentação ética que se faz nas trilhas e no caminhar da pesquisa, sendo o experimentador participante da experimentação. Assim, a pesquisa crítica deve partir de uma reflexão – como atividade filosófica necessária – sobre e para entender o mundo da vida, que é complexo e desafiador, visando organizar seus processos e gerar compreensões e construção de saberes evitando, dessa forma, tanto a empiria não refletida como a teoria isolada e descolada do real (MALDONADO, 2013).

Essas perspectivas me guiaram na construção do nosso objeto de pesquisa e na formulação da caminhada metodológica, como as bases que sustentam a construção científica. Assim, busquei construir o objeto de pesquisa a partir de uma *dança* fecunda entre a observação do real, a confrontação teórica e os nossos fundamentos éticos sobre a responsabilidade social da pesquisa científica.

Na Figura 1 apresento uma representação gráfica de dimensões envolvidas no processo de construção do problema/objeto de pesquisa, que serão detalhadas nos próximos itens deste capítulo metodológico.

Figura 1: Mapa de dimensões do processo de construção do objeto/problema de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora

### **3.4 Práxis metodológicas: movimentos construtivos da pesquisa**

O caminho metodológico e epistêmico da pesquisa se dá em processos contínuos de construção e apropriação de lógicas, teóricas e práticas. Assim, a constituição do processo metodológico que estrutura a pesquisa não deve ser entendida como uma simplificada aplicação de técnicas e métodos prontos a priori, mas sim um encaminhamento de caráter múltiplo e complexo que se constrói no caminhar, permitindo múltiplos arranjos e experimentações, a fim de que possamos construir um entendimento mais profundo acerca das multidimensões que compõe os processos comunicacionais e midiáticos. Neste item detalho as processualidades metodológicas envolvidas no processo de construção da pesquisa.

#### ***3.4.1 Levantamentos bibliográficos e pesquisa da pesquisa***

Para nutrir a construção da pesquisa, realizei um levantamento de investigações cujas temáticas tivessem relação com a problemática investigada. Assim, efetuei um levantamento de pesquisas a partir de bancos de dados digitais, bibliotecas e repositórios. Foram pesquisados os seguintes cenários: Banco de dados da Capes; Universidade Federal da Bahia –UFBA; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade de Brasília –UNB, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Repertórios da Compós, Intercom e Encontro internacional da REDOR – rede feminista norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre mulher e relações de gênero; Revistas da área de comunicação e de estudos de Gênero como as publicações *Ártemis*, *Cadernos Pagu*, *Revista Gênero* e *Revistas feminismos*; Banco de dados do Google Acadêmico.

Para as buscas, defini um conjunto de palavras chaves pertinentes à investigação, a saber: feminismo, movimentos sociais, movimentos de mulheres, movimentos sociocomunicacionais, ciberativismo, ciberfeminismo, gênero, redes sociais, cidadania comunicativa, práticas comunicacionais cidadãs. Os resultados desse processo me levaram a revisão teórica tensionadora que alimentou particularmente as aproximações teóricas e contextuais.

Os resultados desta busca nutriram esta pesquisa em várias dimensões: permitiram situar sua contribuição para o campo da comunicação; proveram elementos para a construção da contextualização, das perspectivas teóricas e dos processos metodológicos que a constituem.

A pesquisa da pesquisa é uma prática fundamental para a construção do caminho investigativo e para fortalecer a elaboração da problemática. A partir de Bonin (2013), entendo que esse movimento implica no estudo aprofundado e detalhado acerca de outras investigações já realizadas que possuam afinidades quanto à problemática ou afinidades teóricas, metodológicas ou epistêmicas. Implica assim, não apenas o levantamento e mapeamento de pesquisas, mas, principalmente, o movimento atento de desconstrução e reconstrução das pesquisas, a fim de entender as lógicas que motivaram cada caminho teórico, metodológico e epistêmico, as *linhas arquitetônicas* que estruturam a pesquisa e sua base de construção (BONIN, 2013). Destaco neste percurso quatro investigações que foram desconstruídas no percurso de amadurecimento da problemática desta pesquisa.

Os dois primeiros trabalhos analisados<sup>21</sup> me ajudaram a vislumbrar questões referentes aos novos movimentos sociais e problematizações acerca dos processos comunicacionais e midiáticos que esses movimentos estabelecem e, assim, a construir a base de referências a partir de autores como Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer – Warren, Alan Touraine, Manuel Castells, Raquel Recuero e Cecilia Peruzzo. Em especial, a pesquisa desenvolvida no programa de Pós-Graduação da UFSM também foi de efetiva importância para o nosso desenvolvimento teórico no que tange às relações de gênero e a percepção histórica dos movimentos feministas e, por conseguinte, a aspectos contextuais de usos e apropriações de manifestações feministas nas redes digitais. Outros trabalhos<sup>22</sup> analisados em profundidade foi particularmente potente para colaborar com a construção de contexto sócio-político e cultural dos movimentos feministas no Brasil, e mais especificamente em Porto Alegre. Por último, o trabalho<sup>23</sup> desenvolvido no Programa de Pós Graduação da Unicamp nos possibilitou uma aproximação maior à etnografia enquanto construção metodológica e epistêmica.

---

<sup>21</sup> A dissertação defendida em 2015 pelo Dr. Tainan Tomazetti, orientada pela Profa. Dra. Liliane Brignol, intitulada “Movimentos sociais em rede e a construção de identidades: a marcha das Vadias em SM e a experiência do feminismo em redes de comunicação”. A tese defendida em 2018 pela Dra. Marina Zoppas de Albuquerque, orientada pela Profa. Dra. Jiani Bonin, intitulada “Entre as redes sociais digitais e as ruas: processos comunicacionais nos coletivos Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas.

<sup>22</sup> A tese intitulada “Toda nudez será castigada? Sentidos construídos a partir do uso do corpo nu da mulher em performance ativista” defendida por Marcia Bernardes em 2017 sob a orientação de da Profa. Dra. Adriana Amaral.

<sup>23</sup> A pesquisa defendida por Aline de Lima Bonetti em 2007, no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Filomena Gregori, intitulada “Não basta ser mulher, tem que ter coragem. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife –PE”.

### ***5.3.2 Pesquisa de contextualização***

Compartilhando das visões de Maldonado (2015) concebo a pesquisa de contextualização como um movimento de aprofundamento, sistematização e reflexão que imprime valor social, histórico e científico à investigação. Ela permite ampliar nossos entendimentos e perspectivas de forma a contemplar questões abrangentes e particulares, e situar o contexto da problemática em sua dimensão comunicacional/midiática, como articulador dos outros contextos e componentes da trilha investigativa. A partir de uma construção de contexto eficiente, que contemple múltiplas dimensões (em especial, no caso, a dimensão comunicacional) podemos fortalecer o entrelace entre nossas problemáticas e os contextos em que se inserem.

Para realizar a pesquisa de contextualização, defini como eixos centrais a investigar: a) aspectos relativos à constituição dos movimentos feministas ao longo da história do Brasil e, em especial, do contexto de Porto Alegre e de Salvador (dando ênfase à dimensão comunicacional e midiática); b) Coleta de dados e estatísticas para embasar a discussão sobre a precariedade imposta às vidas das mulheres c) aspectos relativos à conjuntura política e social de Porto Alegre e Salvador, do Brasil e da América Latina vinculados aos movimentos feministas d) políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no Brasil. Além desses eixos centrais, considere necessário incluir na pesquisa de contextualização um levantamento de dados e reflexões acerca das repercussões políticas do golpe de 2016 e também, acerca dos impactos gerados pela pandemia mundial do Covid-19.

A pesquisa de contextualização se deu em quatro frentes: a primeira por meio de diálogo com informantes especializados, a segunda por meio de busca em base de dados digitais e de outras pesquisas; a terceira através de entrevistas de contextualização e a quarta por meio de eventos e palestras sobre Gênero e movimentos feministas nos contextos estudados.

Um primeiro passo da caminhada de construção do contexto foi formado por meio do diálogo com pesquisadoras e militantes, em um primeiro momento, da cidade de Porto Alegre e, em um segundo momento, da cidade de Salvador. Em Porto Alegre, foram, inicialmente, pesquisadoras do próprio curso indicadas pela orientadora, algumas com experiências na militância e posteriormente, militantes indicadas e apresentadas pelas primeiras pesquisadoras com quem conversei. Na cidade de Salvador, esses contatos ocorreram por indicação de familiares e pessoas próximas que me apresentaram mulheres engajadas na luta feminista da cidade. Também pude fazer contatos fecundos e diálogos importantes no evento Redor e nas manifestações em que participei.

A respeito dos eventos frequentados, no dia 25 de setembro de 2017, participei do Seminário Aborto Livre, organizado pelas organizações feministas Coletivo Plural, Comitê latino Americano e do Caribe de defesa dos direitos das mulheres, Marcha Mundial das Mulheres e grupo Gritam do Saju da UFRGS, que ocorreu na UFRGS. Esse seminário contava com a presença de profissionais do direito e da medicina da América Latina e teve como objetivo um debate didático e informativo sobre questões legais e de saúde que envolvem o tema aborto, enfocando alternativas que outros países encontraram para lidar com a temática e a importância de debater o assunto e discuti-lo como direito, especialmente no caso do Brasil. Ao final as ouvintes da plateia, em sua maioria mulheres, tiveram a chance de tirar dúvidas, dar depoimentos e se posicionar frente a temática. O evento foi divulgado em forma de evento do Facebook, grupo no qual foi publicado um vídeo do debate, além de outros vídeos informativos contextualizando-os em relação à conjuntura política, principalmente no que diz respeito à proposta da PEC 181, apelidada pelos movimentos feministas de cavalo de troia.

Naquele mesmo mês, participei de uma mesa de debate inserida dentro do ciclo de debates Movimentos Sociais e Eleições, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Apesar de não ser um evento diretamente ligado aos coletivos estudados, esta foi uma rica oportunidade para eu entender aspectos do contexto dessa investigação, ou seja, da cena feminista do Rio Grande do Sul, o que envolve dimensões jurídicas, políticas e econômicas específicas. Em suas falas, as palestrantes (todas com histórico acadêmico e duas também militantes) traçaram um panorama histórico da luta feminista e dos movimentos femininos, dando ênfase para a conquista de espaços, de direitos, para questões trabalhistas e para as falhas do sistema público frente às demandas das mulheres. Outra temática abordada foi a da invisibilização dos trabalhos relacionados ao cuidado.

Nesse ponto, uma das senhoras presentes na plateia trouxe para a discussão a questão do reconhecimento do trabalho doméstico materno enquanto um trabalho de fato, a partir de um relato sobre o tempo em que trabalhou como professora na rede pública de ensino, orientando as mães a se perceberem como trabalhadoras por realizarem as funções domésticas (já que muitas vezes essas atividades são socialmente naturalizadas, como algo que automaticamente fizesse parte das funções de esposa e mãe, ao invés de um trabalho reconhecido por aqueles que participam de suas relações sociais). O que foi falado naquela noite me fez pensar nos modos como aspectos contextuais atravessam as lutas feministas, suas demandas e as experiências das pessoas militantes. E assim, refletir como se dão aspectos comunicacionais de alguns movimentos de mulheres em contextos específicos diferentes que

são por sua vez atravessados, também, por lógicas e relações de poder, de gênero, raça e classe diversas, mas também semelhantes.

Durante os dias 04,05,06 e 07 de dezembro de 2018, acompanhei o congresso acadêmico REDOR- XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e relações de Gênero em Salvador -BA. O evento contava com falas e participações dos movimentos feministas da cidade, além das palestras e falas de pesquisadores sobre gênero e feminismo. Participar desse encontro foi de grande importância para ampliar meu entendimento sobre gênero e também para conhecer mais a respeito da cena feminista soteropolitana, suas especificidades e problemáticas. Também tive a oportunidade de fazer contato com líderes e integrantes de coletivos feministas da cidade.

### ***3.4.2 Pesquisa teórica***

Compartilhando com Bonin (2013), entendo que as problemáticas nos colocam desafios e modos de questionamentos e entendimentos acerca de fenômenos e processos comunicacionais que demandam exigências no que tange ao objeto empírico que objetivamos analisar e nos exigem olhar para dimensões e aspectos que possibilitarão nossas construções de arranjos metodológicos e de procedimentos de observação. Assim, o desafio, é construir de modo simultâneo, articulado e multidimensional os níveis teórico e metodológico da pesquisa. O teórico precisa ser desenvolvido em confluência e confrontação com o empírico e de modo a possibilitar tensionamentos, deslocamentos e problematizações acerca das concretudes dos fenômenos da empiria. Nesse sentido, entendo que os procedimentos de pesquisa da pesquisa, teórica, metodológica, de contextualização e exploratória são fundamentais para constituir em termos de Bachelard, uma mentalidade abstrato-concreta, de modo a colocar “o sujeito investigador pensante no centro da tensão entre esses movimentos” (BONIN, 2013, p. 33).

A partir dessas perspectivas, construí os eixos teóricos da pesquisa considerando as demandas e exigências da problemática e também levando em conta construções teóricas e epistêmicas de outras pesquisas, exploradas no movimento de pesquisa da pesquisa. Assim, para compreender os modos de construção e conquista de cidadania comunicativa vinculada à luta feminista, por meio de usos e apropriações comunicacionais, entendi ser necessário desenvolver não apenas um eixo para o feminismo, como também um para compreender modos de resistência e agência contemporâneas dos movimentos sociais. Também considerei a necessidade de realizar um aprofundamento e alargamento na noção de cidadania, especialmente de uma construção de cidadania comunicativa ligada à luta feminista. Para

melhor compreender como se dão, nesta construção, as relações de poder, considere o gênero é um operador analítico potente, e por isso também deveria ser trabalhado, em articulação aos outros eixos teóricos. E por fim, constatei a necessidade de compreender esses fenômenos em seu contexto de digitalização, globalização e mídiatização.

A noção e conceito de voz foi demandada pela observação, tanto presencialmente nas ações dos coletivos, quanto nos ambientes digitais. Pude perceber que a comunicação atravessa os movimentos que observei, não apenas como estratégia de visibilização, mas principalmente como meio de conexão entre as pessoas, suas histórias, memórias e saberes. Percebi, nesses ambientes, uma preocupação a respeito da construção de vozes individuais e coletivas, e de imaginários e narrativas atrelados a essas vozes. O que me instigou a pesquisar e aprofundar esses conceitos.

O desenvolvimento desses eixos se deu forma articulada ao movimento de pesquisa bibliográfica e pesquisa da pesquisa, assim como da pesquisa exploratória que foi guiada por movimentos de inspiração etnográfica, como detalho na sequência.

### ***3.4.3 Pesquisa empírica exploratória***

Em acordo com Bonin (2013), compreendo que a pesquisa exploratória é um movimento necessário para a construção da trilha investigativa, desde os primeiros desenhos da problemática, por possibilitar nos aproximarmos da realidade empírica que envolve nosso problema/objeto de investigação. Essa prática permite colher dados e pistas que favorecem e facilitam a construção e reconfiguração no processo de construção da problemática e dos arranjos teóricos e metodológicos; tensionar e problematizar conceitos e teorias a partir do empírico, das complexidades e especificidades do mundo da vida; também permite que possamos fazer experimentações reflexivas tanto teóricas quanto metodológicas.

Em confluência com os movimentos de pesquisa da pesquisa, pesquisa teórica e pesquisa de contextualização – *práxis* fundamentais para nos aproximar da produção teórica acerca das temáticas e discussões que circundam a problemática, foi de vital importância o exercício de aproximação ao concreto, à realidade dos movimentos feministas que objetivamos analisar. Assim, nos colocamos em movimento para acompanhar os percursos e caminhadas dos coletivos e das ativistas nas ruas e para navegar de uma plataforma a outra no ambiente digital, fluindo com suas mensagens e práticas comunicacionais. Era preciso entender o contexto local, o contexto digital, mapear os coletivos e conhecê-los na prática.

Esse movimento se mostrou significativamente desafiador, tanto no que diz respeito à dimensão teórico-metodológica e epistemológica, quanto no que tange à concretude da prática de pesquisa de campo, com suas limitações físicas e subjetivas para a pesquisadora. Precisamos nos debruçar sobre teorias e construções metodológicas e enfrentar as dúvidas, as instigações, os contratempos, os obstáculos, nossas próprias ignorâncias, paixões e estereótipos, inseguranças e timidez. No entanto, foram práticas dorsais para a construção da arquitetura desta investigação, para atentar para as especificidades concretas dos processos comunicacionais que pesquiso e para trabalhar uma investigação viva, em curso, dinâmica e em construção. Também para conhecer mais sobre os feminismos que circulam nas redes, nas ruas, as identidades e o imaginário dos sujeitos e da sociedade. E assim, tais dinâmicas se mostraram relevantes para nutrir teorias com a experimentação prática, o que me abriu caminhos para construir percepções, críticas e entendimentos sobre os processos de construção de cidadania comunicativa.

Nesta fase exploratória, organizei as ações em três eixos principais: aproximações exploratórias ao digital, aproximações de campo e realização de entrevistas. Estas aproximações, suas pistas e constatações são descritas a seguir.

#### 2.4.3.1 *Construindo o recorte de pesquisa*

Para desenvolver a pesquisa exploratória, um passo inicial tomado foi o de aproximação digital aos coletivos, para observar como se apropriam das redes sociais virtuais. Para nos guiar esses movimentos exploratórios, inspirei-me na Etnografia Virtual para ajudar a construir a abordagem e os caminhos de pesquisa. Meu primeiro movimento exploratório a internet, como meio de busca e de pesquisa, me ajudou a mapear coletivos feministas existentes nos contextos de Porto Alegre e de Salvador. A partir de investigações em base de dados digitais, como do MAMU – Mapa de Coletivo de Mulheres, desenvolvido em parceria com a Universidade Livre Feminista e da ferramenta de busca do Google, a fim de perceber rastros deixados no ambiente cibernético, tanto em vídeos de manifestações, notícias e artigos, quanto em páginas e conteúdos confeccionados pelos próprios coletivos. Viajando de *site* em *site*, e seguindo *links*, compartilhamentos, curtidas e grupos de redes, sociais fizemos um levantamento da cena feminista<sup>24</sup> nas duas cidades. Esse movimento se deu em confluência com encontros com

---

<sup>24</sup> Ao utilizar a noção de cena feminista me refiro a um cenário configurado nas duas cidades a partir das ações e agências de coletivos e movimentos feministas, com características e lutas próprias, que conquistou relativa visibilidade. Além da existência dos coletivos, constatamos a presença de redes de trabalho e vínculo entre os

informantes-chaves (pesquisadoras que investigavam coletivos vinculados a movimentos sociais de mulheres e ou militantes da causa feminista) que, generosamente, nos situaram contextualmente e nos apresentaram coletivos feministas e aspectos do cenário político, social, cultural e conjuntural da cidade.

Tal exercício me possibilitou uma aproximação aos coletivos e seus contextos. Após o levantamento, em um momento introdutório, iniciei uma observação atenta, porém livre, de páginas; inicialmente, blogs e sites dos coletivos para nos situarmos não apenas em relação à história e à atuação de cada coletivo, mas, também, em relação ao contexto dos movimentos sociais e dos feminismos em cada cidade. Esse movimento me deu pistas para construir melhor a problemática de pesquisa e o projeto de investigação.

Em um segundo momento, elaborei critérios para definir os coletivos pesquisados, bem como para nortear as observações relativas às apropriações dos sujeitos comunicantes integrantes no espaço digital. Para a delimitação de *corpus*, optei por selecionar os coletivos que possuíssem as seguintes características: a) se identificar como feminista; b) se identificar enquanto coletivo e movimento social; c) atuar por meio de ações coletivas tanto nas redes digitais quanto na cidade; d) possuir páginas no Facebook. A escolha pelo Facebook se deu a partir da constatação, durante o movimento mais livre de observação, de que essa era a plataforma mais usual de ação dos coletivos (nem todos os coletivos possuíam páginas no *Twitter*, ou no *Instagram*, por exemplo) e, também, de que essa plataforma possibilitava a observação não apenas da produção e do compartilhamento de conteúdos e comentários, como também da formação de grupos e redes.

Em um primeiro momento, essa etapa foi realizada no cenário de Porto Alegre para, em um segundo momento, se dar também no cenário de Salvador. Os coletivos mapeados, inicialmente em Porto Alegre foram os seguintes:

- **Ocupação Mulheres Mirabal:** A casa Mirabal surge em 25 de novembro de 2016, quando militantes do Movimento Olga Benário ocuparam uma casa no alto da rua Duque de Caxias (centro de Porto Alegre) para transformá-la em um centro de referência para mulheres vítimas de violência. A ação se inspirou na ocupação Belo Horizontina, Tina Martins (atualmente legalizada pelo Estado), também realizada por militantes do movimento Olga Benário. A ocupação oferece, além de um lar para mulheres, aconselhamentos psicológicos e orientação jurídica, realizadas por profissionais colaboradoras da casa. Para a manutenção

---

grupos, assim como de eventos com certa periodicidade, como atos em datas comemorativas, cineclubes, e, a exemplo do instituto Odara, até mesmo uma feijoada do autocuidado, realizada com periodicidade.

da casa, além da coleta de doações, foi montado um brechó com roupas doadas e uma *vaquinha* em plataformas digitais. Além do cotidiano da casa, as militantes organizadoras realizam sarais, reuniões de debate, rodas de conversa, reuniões de formação e plenárias abertas ao público, com a finalidade de construir consciência política feminista. Também participam de atos e manifestações.

- **Movimento de Mulheres Olga Benário:** O movimento de Mulheres Olga Benário é um movimento nacional que surge em 2011 a partir de uma delegação para a participação de uma conferência de mulheres de base que aconteceu na Venezuela, com a perspectiva de uma representação brasileira na conferência. Surge com o objetivo de ser um movimento de mulheres feministas com abrangência nacional engajado na luta antirracista e que se auto define como um movimento feminista socialista, anticapitalista e anti-imperialista, para problematizar as desigualdades econômicas e de classe e gênero no Brasil. Atualmente se organiza em 15 estados brasileiros, a partir de núcleos locais.
- **Coletivo feminino plural:** Surge em 1996 em Porto Alegre como uma organização feminista não governamental fundada por um grupo de mulheres engajadas na luta pelos direitos humanos e pela cidadania de mulheres e meninas. Atua no movimento feminista por meio de articulações locais, regionais, nacionais e internacionais, participando de redes e campanhas. Também promove debates, sarais, oficinas e rodas de conversa. Presta assessoria para a construção de políticas públicas para mulheres, ministra cursos e capacitações. Também desenvolve um programa de rádio autoral, denominado *Vozes Plurais*.
- **Marcha Mundial das Mulheres RS:** Núcleo da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Rio Grande do Sul. A MMM surge em 2000 como uma mobilização que reuniu mulheres de diversos países em uma campanha contra a violência e a pobreza. Seu início foi inspirado pela *Marcha Pão e Rosas* em Quebec, no Canadá. A marcha se propõe a construir uma perspectiva feminista que afirme o direito de autodeterminação e ao autogoverno das mulheres e a igualdade como base da sociedade que lutam para criar.
- **8M GIM:** O movimento Greve Internacional de Mulheres em Porto Alegre surge a partir da mobilização de mulheres feministas e ativistas em torno da mobilização de manifestações feministas com a greve como estratégia, como o 8M unificado em 2017. Além de organizar manifestações e atos, o coletivo promove reuniões com frequências mensais ou quinzenais e participa de conferências e convenções.
- **ACMUN- Mulheres Negras:** A associação Cultura de Mulheres Negras surge em Porto Alegre em 1994, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres negras do Morro Maria

Conceição. Possui como objetivo principal a valorização da população negra, especialmente das mulheres negras. A partir dessa perspectiva, desenvolve ações pautadas nas áreas de Saúde, Educação e Direitos humanos, lutado para o combate da discriminação de gênero, raça e etnia. Entre suas ações está o projeto *Agentes Multiplicadoras de Saúde*, que visa a formação de mulheres para intervenção comunitária em prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

- **Themis:** Surge em 1993, fundada por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o intuito de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema judiciário. Visa construir, a partir da elaboração de caminhos de acesso à justiça e fortalecimento da cidadania de mulheres e da luta contra das desigualdades raciais, socioeconômicas e culturais, um mundo onde as mulheres vivam livres de qualquer forma de violência e sejam protagonistas de seus direitos. Se concentra na atuação por meios de apoio e enfrentamento. Participou do consórcio de organizações que discutiu e propôs a *Lei Maria da Penha*. Entre as suas ações, está o programa de formação de promotoras legais populares, que se constitui como política pública não estatal, e a criação do aplicativo de celular *Laudelina* –em homenagem à Laudelina de Campos Melo, ativista do movimento negro –que visa a divulgação de direitos e a elaboração de redes de comunicação entre trabalhadoras domésticas e seus sindicatos.
- **União Brasileira de Mulheres (UBM) Porto Alegre:** A UBM é o núcleo local da UMB nacional. A UBM surge em 1988 como um movimento feminista nacional, sem fins lucrativos que objetiva a luta contra a opressão de gênero e contra desigualdades, visando a construção de um mundo menos desigual.
- **Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Porto Alegre:** Núcleo do Coletivo Ana Montenegro no Rio Grande do Sul. O coletivo, em nível nacional, surge atrelado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e possui como objetivo a luta pelo feminismo e pela superação de classes. Se auto define como movimento feminista classista, conectando-se a uma corrente de pensamento feminista alinhada ao marxismo, que luta pela libertação das mulheres a partir do fim da propriedade privada e da divisão sexual do trabalho. Seu nome é uma homenagem à militante feminista cearense Ana Montenegro.

Em Salvador, os coletivos cujas páginas no Facebook foram observadas foram os seguintes:

- **Tamo juntas:** O coletivo feminista surge em 2016 a partir da campanha #maisamorentenós iniciada no Facebook com a intenção de formar redes e correntes de solidariedade

autogeridas entre mulheres. Formado por advogadas, assistentes sociais, psicólogas, presta assessoria multidisciplinar gratuita para mulheres em situação de violência e visa o fortalecimento de mulheres por meio de publicação de conteúdos em redes sociais e participação em atos e eventos.

- **Mulheres de fibra Calabar:** O coletivo surge em 2003, no Calabar, comunidade de Salvador, situada entre a Ondina e o Alto das Pombas. O coletivo surgiu a partir da iniciativa de mulheres moradoras de uma rua do Cabalar que se uniram para debater a situação do bairro, e posteriormente, para construir ações feministas que visam promover a cultura, a saúde, o acesso à direitos, o esporte, o meio ambiente e a cidadania para moradores do bairro Calabar. Objetiva a capacitação de mulheres, a ampliação do acesso à cultura, a educação e a saúde. Realiza projetos junto à professores e alunos da UFBA. Entre suas ações estão a criação de uma geladeira biblioteca e a realização de cine-debates para promover discussões sobre gênero, feminismo, e lutas antirracistas.
- **Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro -BA:** Núcleo do coletivo Ana Montenegro na Bahia, O coletivo, a nível nacional, surge atrelado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e possui como objetivo a luta pelo feminismo e pela superação de classes. Se auto define como movimento feminista classista, se conectando a uma corrente de pensamento feminista alinhada ao marxismo, que luta pela libertação das mulheres a partir do fim da propriedade privada e da divisão sexual do trabalho. Seu nome é uma homenagem à militante feminista cearense Ana Montenegro.
- **Instituto Odara da mulher negra:** O instituto se define como organização negra e feminista, centrada no legado africano, voltada para a autonomia e fortalecimento de mulheres negras. Surge em 2009 a partir da iniciativa de intelectuais e ativistas negras que entendiam a necessidade de pautar as especificidades do *ser mulher negra* e de criar uma organização de mulheres negras com princípios baseados na luta antirracista. Possui como missão o combate ao racismo, ao sexismo, a lesbitransfobia e a defesa da liberdade, bem viver e autonomia das mulheres negras. Seus programas são desenvolvidos, principalmente, a partir de 3 dimensões: a saúde, os direitos humanos, a comunicação, e o desenvolvimento de ciência e intercambio.
- **Movimento de Mulheres Olga Benário - Ba:** O movimento de Mulheres Olga Benário é um movimento nacional que surge em 2011 a partir de uma delegação para a participação de uma conferência de mulheres de base que aconteceu na Venezuela, com a perspectiva de uma representação brasileira na conferência. Surge com o objetivo de ser um movimento de

mulheres feministas com abrangência nacional engajado na luta antirracista e que se auto definido como um movimento feminista socialista, anticapitalista e anti-imperialista, para problematizar as desigualdades econômicas e de classe e gênero no Brasil. Atualmente se organiza em 15 estados brasileiros, a partir de núcleos locais. Surge como núcleo na Bahia em Feira de Santana em 2011 e em Salvador em 2016.

#### 2.4.3.2 Aproximação ao digital

Para desenvolver a pesquisa exploratória, um passo inicial tomado foi o de aproximação digital aos coletivos, para observar como se apropriam das redes sociais. Para me guiar nesses movimentos exploratórios, inspire-me na Etnografia Virtual para ajudar a construir abordagem e os caminhos de pesquisa. Tratarei dos pressupostos para entender esse método mais à frente.

Durante a pesquisa exploratória, optei por realizar a observação das páginas oficiais dos movimentos observados, simultaneamente ao movimento de realização das entrevistas, onde pude me apresentar enquanto pesquisadora. Neste primeiro momento, em minha observação, fui explorando sites e redes sociais a fim acompanhar as postagens realizadas pelos movimentos no ritmo em que eles produziam. Minha intenção era observar dois principais pontos, a saber: os usos e apropriações das plataformas digitais e os modos como os movimentos se relacionavam (ou não) entre si e com outros movimentos sociais. Interessava-me compreender como esses movimentos utilizavam as redes sociais, para quais finalidades, com que frequência e quais os tipos de postagens e temáticas abordadas. Esses primeiros movimentos exploratórios foram realizados durante todo o ano de 2018.

As *postagens*, apesar de ocorrerem com frequência no período observado (alguns movimentos chegaram a publicar mais de três por semana), não apresentam uma agenda organizada com dias ou horários específicos para a divulgação de conteúdos. Dessa forma, não possuíam sempre uma frequência constante, mas cambiável de acordo com a conjuntura política, social e cultural, intensificando-se ou diminuindo a depender de acontecimentos e do contexto macro ou micro social, ou se aprofundando em torno de alguma data simbólica, como o dia das mulheres em março ou 19 dias de ativismo feminista em novembro, por exemplo.

Assim como a frequência das postagens, as *temáticas* também foram fortemente pautadas pela conjuntura, por datas simbólicas e acontecimentos, como foi o caso do brutal assassinato da deputada Marielle Franco e, posteriormente, os debates envolvendo as eleições, a reforma da previdência, a crise carcerária e os desastres causados pela mineração. Outras temáticas, no entanto, apareceram com mais constância, a saber:

- Saúde, em especial, questões sobre a luta da legalização do aborto, acerca da saúde e mortalidade maternas, das políticas públicas de tratamento de doenças como a Aids e debates relacionados à saúde mental, depressão e precarização das vidas das mulheres negras;
- Violência contra as mulheres, em especial violência doméstica e sexual;
- Questões trabalhistas, envolvendo debates acerca da luta de classes, desigualdade salarial e a necessidade de buscar soluções e práticas anticapitalistas e anti-imperialistas. Incluíram, também, problematizações acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas, do cuidado doméstico não remunerado enquanto trabalho e tensionamentos acerca da prática da prostituição e da precarização das condições de trabalho, de forma geral;
- Liberdade pessoal e direito ao próprio corpo, tanto no que diz respeito à liberdade sexual, quanto a questões relacionadas à autoestima e ao autocuidado;
- Questões referentes à luta antirracista e à defesa das vidas das mulheres negras, das vidas negras como um todo e também das indígenas;
- Defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- Defesa dos direitos dos portadores de deficiências;
- Questões referentes à luta LGBTQI, à luta contra a lesbofobia e a homofobia (também à forte presença de textos e *cards*<sup>25</sup> em favor da visibilidade bissexual); questionamento a respeito das representações das mulheres e do feminino;
- Resgate histórico e histórias de vida de mulheres;
- Visibilidade das mulheres.
- Intolerância religiosa, tema frequente especialmente no contexto de Salvador, em defesa das religiões de matrizes africanas.

Este primeiro movimento me deu pistas para pensar tanto a respeito dos usos que esses coletivos estavam dando às redes sociais, quanto sobre as demandas e narrativas produzidas por cada um. Constatei de modo geral, nessa mirada, que as páginas dos coletivos possuíam menos conteúdos autorais e interações por meio de comentários e mais compartilhamentos e postagens de divulgação de eventos. No entanto, essas dinâmicas variavam de acordo com os usos e apropriações de cada coletivo, assim como as temáticas.

A observação das temáticas me ajudou a perceber especificidades entre os movimentos analisados. Alguns, por exemplo, se voltavam mais às questões trabalhistas e à luta anticapitalista, como os coletivos Ana Montenegro e Olga Benário, pautando questões como a

---

<sup>25</sup> Quando falamos em *cards* nos referimos a mensagens vinculadas em redes sociais, geralmente formatada como imagem, contendo um plano de fundo e uma mensagem escrita. Similar a um cartaz dos meios digitais.

precarização do trabalho, a desigualdade salarial, o não reconhecimento de trabalhos não remunerados (como o de reprodução doméstica) enquanto trabalhos efetivos pelo sistema capitalista, a falta de creches públicas, os impactos negativos da proposta de reforma trabalhista vigente, entre outras temáticas. Outros se pautavam mais por questões relativas à saúde e a segurança das mulheres, tratando constantemente assuntos relacionados às violências contra as mulheres, às violências médicas, estatais e policiais, como o caso da ACMUN, da THEMIS, da Tamos Juntas, da UBM, entre outros. Algumas vezes, os coletivos possuíam posturas distintas em relação à mesma temática, como é o caso dos debates que envolvem a *prostituição*.

A observação das temáticas me ajudou também a perceber a diversidade das pautas reivindicadas por esses coletivos. As temáticas não eram apenas conectadas estritamente ao que socialmente se lê como *feminino*, ou do universo das mulheres; ao incluir temas mais socialmente lidos como políticos, educacionais e de ampla saúde, as narrativas se aproximavam de uma reivindicação política do lugar de sujeito e do direito de viver uma vida com mais segurança e dignidade.

Outro ponto que observei foi o modo como esses movimentos interagiam com outros coletivos e com meios de comunicação. A forma mais constante de interação – entre coletivos e entre outros sujeitos comunicantes e os coletivos – era por meio de curtidas e compartilhamentos. Assim, as páginas dos coletivos selecionados compartilhavam, principalmente, notícias de meios de comunicação massivos e alternativos, desde jornais de amplitude nacional ou local a blogs, *sites*, jornais e revistas alternativos e perfis de mídia comunicacional alternativa digital. Foi o caso de conteúdos de mídia tradicionais como *Estadão*, *Folha*, *Carta Capital*, *G1*, *O Globo*, mas também de mídias não hegemônicas como *Mídia Ninja*, *Sul 21*, *Mundo Negro*, *Brasil de Fato*, *Instituto Geledés*, jornal *A verdade*, portal *Observatório* e revista *Afirmativa*. Foram compartilhados conteúdos produzidos ou compartilhados por outros coletivos (tanto coletivos locais quanto de outras localidades e até mesmo outros estados do país).

Essas observações iniciais me deram pistas para entender que esses grupos e coletivos buscavam, por meio das redes sociais digitais, modos de dar visibilidade às suas ações, às suas conexões com outros coletivos e, também, às temáticas que lhes interessavam. No entanto, as redes sociais digitais não pareciam, naquele momento, ser os espaços mais utilizados para instaurar debates efetivos, visto que não havia significativos números de comentários, nem discussões efetivas nestes.

Quanto às temáticas, contatei que, cada vez mais, os coletivos buscavam ampliar seus interesses e abordar questões que afetassem a sociedade, em sua diversidade de gênero, classe

e raça. Observei também a preocupação em desconstruir estereótipos acerca do ser mulher, do ser feminista e do feminino, provocando rupturas com as noções hegemônicas de feminilidade, de heterossexualidade compulsória e naturalizada, de maternidade, e do papel social das mulheres, em especial das mulheres racializadas, como as negras e indígenas.

Em um momento posterior, entendi ser necessário um exercício maior de delimitação do *corpus* para a viabilidade da investigação. Estudar quatorze coletivos dificultaria o aprofundamento de questões caras à pesquisa, assim como tornaria difícil sua execução. Assim, reduzi o número e coletivos observados digitalmente, considerando questões de viabilidade, constância de postagens e frequência na participação de atos, manifestações e reuniões. Dei preferência para os que se mostravam um pouco mais participativos e consolidados. Também considerei minha própria aproximação com os coletivos, optando por aqueles com os quais estabeleci relações mais sólidas. Cheguei, assim, ao conjunto de três coletivos: *Coletivo Odara* em Salvador; *Movimento de mulheres Olga Benário* em Salvador e em Porto Alegre; e o coletivo *Feminino Plural*, em Porto Alegre e o *Movimento de mulheres Olga Benário de POA*. Este movimento teve início em janeiro de 2019.

A partir dessa delimitação dos coletivos, planejei um novo movimento exploratório. Nesse novo movimento exploratório, objetivei mapear e descrever os espaços digitais ocupados por cada um dos coletivos; descrever os usos e apropriações que faziam do ambiente digital (como utilizam as redes sociais e para quais finalidades), os tipos de postagens, sua frequência e as temáticas abordadas; identificar as relações com outros coletivos no meio digital.

Na Tabela 1 apresento um mapa dos espaços digitais ocupados pelos coletivos. A seguir busco descrever, de forma panorâmica, as dinâmicas e práticas comunicacionais presentes nesses locais sinalizados nesta tabela.

Tabela 1: Espaços digitais ocupados pelos coletivos

Coletivos	Espaços digitais ocupados				
	Site	Facebook	Instagram	Twitter	Outros
Odara- BA	x	x	x	x	Youtube
Olga Benário -BA	apenas o nacional	x			
Feminino Plural -RS	x	x	x	x	Web rádio
Olga Benário -RS	apenas o nacional	x	x		

Fonte: Pesquisa exploratória, 2018.

Em se tratando *dos sites*, o do *Feminino Plural* possuía estrutura acessível, de fácil leitura e eficiente organização visual. Há a preocupação, também, com a acessibilidade a portadores de deficiência visual, como a possibilidade de inverter as cores ou tornar a página em preto e branco (para daltônicos), diminuir e aumentar todas as fontes, e até mesmo a possibilidade de um leitor de textos. O *site* se encontrava atualizado e com acervo organizado por histórico de lutas. Havia também uma preocupação em organizar as seções por temas e projetos realizados. A maioria dos textos possuía *links* para outras plataformas ocupadas pelo coletivo como, por exemplo, para a web rádio *Vozes Plurais*. Além dos textos, o *site* também abrigava ferramenta de consulta *online* acerca do acervo da biblioteca Enid Backes, localizada na sede do coletivo.

O *site* do Instituto *Odara* também se mostrava acessível, bem diagramado e atualizado. Além de uma ferramenta de busca rápida, havia uma barra superior onde as informações estavam bem organizadas, por formatos e programas e, também, havia uma caixa onde os textos são divididos por temáticas. Além de sessões como “quem somos”, havia uma parte delimitada para a produção e veiculação de notícias. Continha também, descrições detalhadas sobre cada projeto e as principais ações do coletivo. Uma das sessões, por exemplo, se dedicava à Rede de Mulheres Negras do Nordeste a qual o coletivo se filia; outros parceiros, como a ONU Mulher, também estavam sinalizados. Os *links* para outras plataformas que o coletivo ocupava estavam bem visíveis e destacados.

O Facebook se mostrou a única plataforma em comum a todos os coletivos observados. Assim, aos moldes do roteiro de observação anterior, continuei a observar e mapear as ações e postagens de cada coletivo nesse espaço. Dessa forma, o mapeamento de formatos e temáticas desses quatro coletivos se deu apenas no Facebook e de forma mais detalhada no primeiro semestre de 2019.

Assim como constatei anteriormente, nessa outra etapa de observação percebi que, apesar de haver alguma produção de conteúdo autoral (mais ou menos dependendo de cada grupo observado), as páginas funcionavam mais como meio de divulgação de eventos realizados (relatos e fotografias de acontecimentos), de chamadas para próximos eventos e de compartilhamentos. Os coletivos compartilhavam conteúdos de perfis digitais mídias tradicionais, como *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *portal online do G1*, *revista Exame*, *revista Carta Capital*, *UMWOMAN* e *Estadão*, mas davam especial destaque ao conteúdo de mídias alternativas *online* ou a perfis digitais de mídias alternativas impressas, como *Jornal A verdade*, *Portal Sul 21*, *Portal Gaúcha*, *Revista Fala*, *Revista Alternativa*, *Mundo Negro*, *Mídia Ninja*, *Observatório*, *Brasil de Fato* e *Catraca livre*. Havia também (principalmente no contexto de

Salvador) compartilhamentos de outros coletivos e organizações como, por exemplo, a *Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial*.

Em todas as postagens observadas, houve apenas um caso de compartilhamento de conteúdo produzido em perfil particular. Outro fator que me chamou a atenção é que, muitas vezes, as chamadas de eventos não eram apenas para reuniões, atos ou passeatas dos coletivos, mas, também, para grupos de estudos, peças de teatro, *shows* de músicas, *sarais* e outros ambientes de democratização da cultura e da arte. O que funcionava também como estratégia de promoção do autocuidado e, assim, cuidado com a saúde mental, preocupação que tem conquistado espaço dentro das pautas de esquerda, principalmente após as eleições de 2018, como muitas vezes é explicitado nas próprias chamadas.

A seguir apresento os resultados do mapeamento das postagens dos quatro coletivos selecionados durante o primeiro semestre de 2019, sistematizados em tabelas.

### **Feminino Plural**

Tabela 2: Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Feminino Plural

<b>Tipo de postagem</b>	<b>Nº</b>
Chamada para eventos e atos	16
Compartilhamento de conteúdo	12
Podcast – leitura de livros	8
Divulgação de eventos realizados	5
Roda de conversa	3
Agradecimentos	2
Nota	2
Texto autoral	2
Texto publicitário	1
Entrevista	1
<b>Total</b>	<b>52</b>

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

Tabela 3: Mapeamento das temáticas de postagens do coletivo Feminino Plural

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>
Educação e produção de conhecimento	10
Democratização da cultura e arte	8
Violência contra as mulheres (violência sexual; doméstica; assédios e feminicídio)	6
Feminismos plurais (negros, feminismos e acessibilidade, Interseccionalidades)	6
História de vida e relatos pessoais	6

Democracia e cidadania	4
Direitos reprodutivos e morte materna	2
Eleições, ação política e representação de mulheres na política	2
Combate ao Racismo	2
Legalização do aborto	1
Estudos de Gênero	1
Combate à Gordofobia	1
Marielle Franco	1
Empoderamento das mulheres	1
Luta LGBTQI	1
Problematização da pornografia	1
Casamento infantil	1
Total	36

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

### **Olga Benário –RS**

Tabela 4: Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Olga Benário –RS

<b>Tipo de postagem</b>	<b>Nº</b>
Chamadas para eventos e atos	28
Compartilhamentos	17
Divulgação de eventos realizados	15
Textos e cards autorais	14
Notas	3
Notícias	2
Abaixo assinado	1
Total	80

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019

Tabela 5: Mapeamento de temáticas das postagens do coletivo Olga Benário – RS

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>
Luta por creches	16
Violência contra as mulheres (violência doméstica, sexual, assédio e feminicídio)	11
Educação e produção de conhecimento	10
Problematização do Feminismo	8
Luta de classes	5
Participação política e eleições e defesa da democracia	4
Defesa da educação	3
Luta antirracismo	3
Feminismo negro	3
Marielle Franco	3
Relatos e histórias de vida	3
Políticas públicas para mulheres	3
Reforma da previdência	3
Mortalidade materna e violência obstétrica	2
Arte e cultura	2

Recuperação histórica	2
Partido UP	1
Maternidade e representação da figura Mãe	1
Luta por moradia digna	1
Mulheres indígenas	1
Debate sobre legalização do Aborto	1
Flexibilização da legislação sobre armas de fogo	1
Total	87

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

### **Odara**

Tabela 6: Mapeamento tipos de postagens do coletivo Odara

<b>Tipo de postagem</b>	<b>Nº</b>
Chamada para eventos	70
Compartilhamento de conteúdos	33
Posts e <i>cards</i> e autorais	26
Divulgação de evento realizado	19
Transmissões ao vivo	13
Vídeo autoral	7
Vídeos de alívio cômico	1
Fotografias	1
Nota	1
Campanha	1
Sorteio	1
Total	173

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

Tabela 7: Mapeamento de temática das postagens do coletivo Odara

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>
Enfrentamento ao racismo	47
Democratização de cultura e educação	21
Mulheres negras nos espaços de representação	12
Ação Política e reforma política	12
Feminismos negros	11
Luta contra intolerância religiosa	6
Movimentos sociais e democracia	6
Problematização do Feminismo	6
Ação da juventude negra	5
Movimento de mulheres negras	5
Defesa das religiões de matriz africana	5
Saúde pública	5
Democracia plurirracial	4

Rede de mulheres negras	4
Debate sobre educação	4
Luta nordestina	4
Recuperação histórica	3
Luta indígena	3
Racismo e representação negra na mídia	3
História de vida de mulheres	3
Violência contra as mulheres	3
Violência policial	3
Apropriação cultural	3
Maternidade	2
Disputa de narrativas	2
Mídia negra	2
Marielle Franco	2
Políticas públicas para as mulheres	2
Desenvolvimento sustentável	2
Igualdade de gênero	1
Legalização do aborto	1
Trabalho doméstico e direitos do trabalho	1
Economia solidaria	1
Legalização da maconha	1
Empoderamento feminino	1
Branquitude	1
Combate à gordofobia	1
Luta LGBTQI	1
Crise carcerária	1
Total	200

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

### **Olga Benário –BA**

Tabela 8: Mapeamento de tipos de postagens do coletivo Olga Benário-BA

<b>Tipo de postagem</b>	<b>Nº</b>
Compartilhamento de conteúdo	4
Chamada para eventos e atos	3
Divulgação de eventos realizados	2
Total	9

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

Tabela 9: Mapeamento de temáticas de postagens do Olga Benário

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>
Luta por creches	1
Reforma da previdência	1
Luta LGBTQI	1

Luta antimanicomial	1
Debate sobre educação	1
Problematização da flexibilização da legislação de armas de fogo	1
Luta contra a violência contra mulheres	1
Total	7

Fonte: Pesquisa exploratória no Facebook do coletivo, 2019.

O mapeamento sistematizado nas tabelas anteriores, sinaliza que as lutas dos coletivos abrangiam no período mapeado uma variedade de temáticas que se vinculam às lutas feministas e aos contextos em que essas mulheres se inserem. Além da problematização de temas mais estritamente relacionados às mulheres, percebemos a forte presença de pautas amplas como o enfrentamento ao racismo, a democratização da educação e da cultura e a problematização de políticas públicas, como as críticas à reforma da previdência e a flexibilização das armas de fogo. No entanto, estas não eram tratadas de forma desarticulada das lutas, resistências e vivências de mulheres, mas sim, integradas à noção de luta feminista.

Percebemos, portanto, a emergência de projetos interseccionais de feminismo e de emancipação da sociedade. Os feminismos pautados por esses coletivos (com intensidades e modos diferentes, variando de coletivo para coletivo) distanciam-se da noção de feminismo neoliberal, e assim, do empoderamento da mulher de forma individualista, pautada por liberdades pessoais e empreendedorismo, para se aproximar de feminismos que se constroem a partir do entrelaçamento de lutas e da emancipação coletiva. Ao pautar questões relacionadas à luta de classes, à luta LGBTQ e a à luta antirracista, esses coletivos me deram pistas da construção de lógicas cidadãs emancipadoras, que se viabilizam pela experimentação de novas narrativas e alternativas às lógicas da mídia e do mercado hegemônicos.

Outra característica que me chamou a atenção, e que perpassa, mais ou menos, quase todos os coletivos observados, é a ressignificação de relatos históricos e da história de mulheres, assim como a ênfase no compartilhamento de histórias de vida e relatos pessoais. Ao fazerem isso, os coletivos experimentam outros modos de narrar lutas, de dar voz a quem estruturalmente é silenciado e de lidar com a construção de memórias.

A observação exploratória me possibilitou visualizar pistas e realizar constatações que nos ajudam a traçar compreensões, mesmo que iniciais, de estratégias e modos de ocupação e apropriação desses coletivos dos ambientes digitais. Percebi, assim, que ao tratar de uma variedade temática por um olhar feminista, além de ampliar as noções sobre o ser mulher e sobre o ser feminista, esses coletivos estão construindo bases de intersecção que favorecem movimentos de possíveis estabelecimentos de redes e alianças de luta. Assim, aliado às

observações de campo, podemos perceber que a escolha por utilizar as redes sociais mais como espaço de visibilização de atos, eventos e causas do que um lugar de debate efetivo, para voltar-se mais às ruas e aos outros espaços do mundo da vida, também faz parte de uma estratégia de defesa frente aos modos de vigilância digitais e segmentação algorítmica.

Em relação ao *Instagram*, com exceção do movimento Olga Benário – Bahia (no primeiro semestre de 2019), todos os coletivos observados possuíam páginas nesta plataforma. O coletivo *Odara* fez sua primeira publicação em 10 de maio de 2018, da sua logomarca. Nesta plataforma, possuía até maio de 2019, 2.000 seguidores e seguia 428 perfis. Identificava-se como organização política: “É uma organização negra e feminista, centrada no legado africano, voltada para o fortalecimento e autonomia de mulheres negras” (ODARA, perfil). O perfil costumava publicar fotografias, *cards* e vídeos com frequência, além de transmitir, por meio da ferramenta *Stories*, vídeos ao vivo filmados em reuniões, encontros e palestras. O perfil está vinculado ao *site* no coletivo.

O perfil do coletivo *Feminino Plural* possuía, neste mesmo período, 958 seguidores e seguia 518 perfis. Se identificava como “organização não governamental feminista de Porto Alegre que atua em defesa dos direitos de mulheres e meninas desde 1996” (FEMININO PLURAL, perfil). Estava vinculado ao *site* do coletivo e fez a sua primeira publicação em 18 de maio de 2018. O perfil costumava publicar com moderada frequência vídeos, *cards* e fotografias, além de fixar alguns *stories*, para chamadas de eventos.

O coletivo *Olga Benário – Rio grande do Sul* identificava-se na plataforma como “movimento de mulheres revolucionárias que lutam pela libertação das mulheres e pelo socialismo, organizando lutas no país inteiro por seus direitos (OLGA BENÁRIO RS, perfil). Fez sua primeira publicação em 9 de março de 2019 e possuía, ao todo 17 postagens. Até aquele momento, o número de seguidores era de 243 e seguia 202 perfis. Também fazia uso da ferramenta *stories*, utilizando-a para compartilhar postagens de outros perfis.

Identificamos a presença de perfil no Twitter do *Instituto de Mulheres Negras Odara* e do coletivo *Feminino plural*. O perfil do coletivo *Odara* existia no Twitter desde setembro de 2017. Possuía 527 seguidores e seguia 147 perfis. Publicou 85 *tweets* e possuía conta vinculada com a página do site. O perfil do coletivo *Feminino Plural* existia desde maio de 2017 e possuía 90 seguidores, seguindo 82 perfis. Publicou 379 *tweets* e não vinculava seu perfil a outra página do coletivo.

Além das redes sociais mencionadas anteriormente, os coletivos *Odara* e *Feminino Plural* possuíam outros espaços de atuação nas redes. O coletivo *Odara* tinha um canal no Youtube onde, além de veicular vídeos rápidos, também exibia entrevistas, gravações de reuniões,

encontros, seminários, palestras (tanto os organizados pelo Odara, quanto os que o coletivo participava como convidado) e programas, como o papo *ao vivo com as pretas* (que funciona como uma mesa redonda de debates). Já o coletivo *Feminino Plural* possuía uma webrádio, a *Vozes Plurais*, que podia ser acessada tanto pelo *site* do Feminino Plural, quanto pelo aplicativo *Sound Cloud*. A rádio funcionava como uma rádio móvel (o equipamento foi instalado em uma maleta antiga) que podia ser deslocada para outros ambientes e até mesmo atos. Além de entrevistas e notas, havia a publicação de programas e o desenvolvimento de um projeto de democratização da cultura e da educação, chamado *Conhecimento é poder*, que constava em *podcasts* de leitura de trechos de livros literários e didáticos e debate sobre eles.

#### 2.4.4.2 Aproximações exploratórias presenciais

Aliado ao movimento de aproximação digital, realizei aproximações empíricas por meio de observação das ações dos coletivos em palestras, marchas, encontros e conferências organizados por coletivos e, também, em visitas às sedes. Os movimentos realizados tiveram inspirações em caminhos etnográficos encontrados em outras investigações por meio da fase de pesquisa da pesquisa.

Os primeiros movimentos de aproximação com o campo se deram sem roteiros de observação prévia. A ideia era me aproximar da cena dos movimentos de mulheres e feministas de Porto Alegre para poder conhecer e mapear os coletivos, as ações e pautas de luta. Assim, buscando trabalhar a noção de *artesanía* desenvolvida por Mills, procurei me deixar afetar pelas múltiplas experiências e experimentações de ativismo feminista para poder posteriormente refletir de forma crítica sobre as questões que objetivava investigar. Buscava pensar também em estratégias metodológicas que possibilitassem tratar esses processos comunicacionais multifacetados e dinâmicos de forma a compreender seu caráter multidimensional e complexo.

Em um segundo momento, elaborei um roteiro de dimensões a serem observadas, que me ajudou a direcionar o olhar e as percepções de forma mais reflexiva, racionalizada e organizada. Roteiro este que foi repensado e reconstruído a partir das experiências no campo e de questões que percebi serem demandas pela realidade investigada. Por exemplo, a dimensão da gestualidade e da performance não estava previamente considerada, mas emergiu com certa força a partir das observações de marchas, passeatas e atos coletivos. As dimensões componentes deste roteiro foram as seguintes:

- *Modos de socialização*: atividades organizadas, periodicidade, finalidade, espaços ocupados, dinâmicas realizadas

- *Relações de gênero e poder*: manifestação de relações de poder entre as integrantes e na construção e desconstrução das as noções de gênero.
- *Especificidades dos coletivos*: concepções de feminismo e relação com as temáticas e frentes de luta, vínculo com correntes ideológicas, particularidades, construção comunicacional e estética.
- *Relações com outros coletivos*: trabalhos, interações com outros coletivos feministas e movimentos sociais, formação de redes entre coletivos.
- *Divergências e semelhanças*: pautas em comum entre os coletivos, divergências, distinção de estratégias para pautas semelhantes, marcas contextuais das duas cidades nos coletivos.
- *Discursos e narrativas nas manifestações*: tipos e formas dos discursos nas manifestações, quem ocupa os espaços de fala e como ocupa, temáticas abordadas e modo de abordagem
- *Produção de material comunicacional autoral*: produção de mensagens autorais, meios são utilizados, forma de utilização.
- *Performances, gestualidades e intervenções artísticas nas manifestações de rua*: modos de inscrição da arte e da performance nas manifestações e nos atos, finalidades, sentidos evocados, construção estética própria e criação estética nas redes sociais digitais.
- *Temporalidades e espacialidades*: cenários onde acontecem as práticas (atos, reuniões), trajetos das manifestações, frequências.
- *Temáticas e reivindicações*: temas abordados, tipos de abordagem, frentes de lutas, demandas representadas nos atos e na comunicação digital.

Durante a fase exploratória, consegui acompanhar diferentes eventos, encontros e ações coletivas (Ver quadro 1).

Devido a especificidades e particulares dos modos de organização dos coletivos feministas observados (que muitas vezes são atravessados pela incompatibilidade de agendas das mulheres que possuem múltiplas jornadas de trabalho e de militância<sup>26</sup>), algumas reuniões enfrentavam dificuldade de estabelecer e manter datas; assim, algumas vezes eventos que pretendíamos ir foram cancelados ou prorrogados no mesmo dia. As observações realizadas permitem dizer que a cena feminista de Porto Alegre se mostrou, durante esses dois anos de pesquisa, bastante atuante e múltipla em suas ações.

---

<sup>26</sup> De acordo com uma das interlocutoras de pesquisa, representante da Marcha Mundial das Mulheres, durante as entrevistas de contextualização.

Quadro 1: Eventos, encontros e ações coletivas acompanhados durante a pesquisa exploratória

- Seminário Aborto livre – UFRGS (25/09/17).
- Movimentos Sociais e eleições| Mulheres na Política – UNISINOS (27/09/17).
- Todas contra a PEC 181 –Esquina Democrática (13/11/17).
- Nas ruas pelo fim da violência contra as mulheres – redenção (25/11/17).
- Debate violência e Gênero – assembleia (07/03/18 – manhã).
- Ciclo de debates: Gênero, classe, raça e etnia – Mulheres e lutas sociais – UFRGS (07/03/08 – noite).
- Dia da Mulher – Movimento unificado – Rodoviária (08/03/18 – manhã).
- Dia da Mulher – Grande Assembleia – Esquina Democrática (08/03/18 – tarde).
- Dia da Mulher – Concentração e caminhada –Mercado Central (08/03/18 – noite).
- Roda de conversa: Saúde mental e gênero: o que isso tem a ver? –CASA Mirabal (13/03/18 – noite).
- Reunião de avaliação do 8M-2018 (22/03/18); Oficina Performance (20/04/18).
- Reunião em prol da Mirabal (16/05/18); Roda de conversa com Manuela D’avila e Marcia Tiburi (12/05/18).
- Reunião 8M.
- Reunião interna para decidir o dia 25.
- Plenária de Apresentação do Movimento de Mulheres (10/11/18).
- 2 anos de luta e resistência (23/11/17 e 24/11/17).
- Dia Internacional pela não violência contra as mulheres (25/11/18), 8M- SSA.
- Dia das mulheres em Salvador: Mulheres: Vivas, Livres e Resistentes (08/03/2019).
- Dia das Mulheres em Salvador (08/03/2020).

Fonte: Pesquisa exploratória, 2017 a 2020

Meu primeiro contato com os movimentos feministas foi a partir *da Marcha 8 M unificado*, que se realizou no dia 08 de março de 2017, dia internacional da mulher. Na ocasião, a pesquisa de doutorado tomava rumos distintos<sup>27</sup>, mas coincidentemente pude acompanhar a caminhada que, posteriormente, saberia ser o primeiro movimento “unificado” de 08 de março de Porto Alegre, que fluía conjuntamente um movimento maior, mundial, que tinha raízes no movimento *Ni una menos* na Argentina.

De modo geral, as aproximações exploratórias de campo me proporcionaram muitas constatações e pistas para pensar as apropriações comunicacionais dos coletivos feministas e de suas integrantes e como se constroem no cotidiano entendimentos e práticas cidadãs por meio da comunicação. O acompanhamento de marchas me possibilitou perceber que há uma grande preocupação em horizontalizar a fala e, assim, a comunicação. Em todas as marchas e passeatas que acompanhei, as principais falas não eram realizadas de cima de trios elétricos por um número seletivo de manifestantes, mas sim, em rodas de conversas realizadas no chão, com o

<sup>27</sup> O projeto inicial buscava investigar a cidade como mídia a partir das apropriações comunicacionais por meio de pichações. A proposta sofreu modificações a partir de conversas de orientação e da aproximação de teorias e conceitos nas aulas do curso de doutoramento.

auxílio de um microfone, que estava aberto às inscrições de quem desejasse falar. Essa busca pelo dialogismo também se fez presente na maioria das reuniões e dos encontros que presenciamos, o que foi um primeiro alerta para buscarmos entender mais a questão do cuidado com a construção das vozes individuais e coletivas.

Um dos primeiros movimentos de aproximação exploratória que fiz foi o de acompanhar a passeata “Todas contra a PEC 181”, que ocorreu no dia 13 de novembro de 2017, no fim da tarde. A ação foi organizada pelo coletivo 8M e possuía como objetivo principal protestar contra a PEC 181/2015 (projeto de lei que inseria na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já garantidos por lei, que eram: em casos de estupro, de anencefalia fetal e de risco à vida da gestante) que naquele momento estava em trâmite. O evento foi divulgado pela página do Facebook do Coletivo e possuía um texto explicativo sobre o ato, com informações e dados sobre a temática e a explicitação de fontes utilizadas.

Quando cheguei na esquina democrática (local da concentração do ato), percebi que não havia um caminhão de som. As mulheres fizeram uma grande roda no centro da esquina e estabeleceram uma roda de conversas com microfone livre para quem se inscrevesse. Não consegui anotar as discussões, nem as gravar, mas as falas giravam em torno da temática do aborto. Algumas falavam especificamente da PEC 181, de modo a tentar informar as pessoas do que estava acontecendo e como isso impactava as vidas das mulheres. Outras defendiam mais explicitamente a descriminalização do aborto, oferecendo dados sobre a mortalidade de mulheres e reivindicando a opção do aborto em rede de saúde pública enquanto direito das mulheres. O microfone também era utilizado para entoar gritos de guerra, como “Feminismo é revolução!”.

Ao redor, notei que havia a participação de outros coletivos feministas, como *Olga Benário*, *Mirabal* e *UBM*, mas não consegui mapear todos no momento. A maioria das mulheres que participavam da concentração aparentavam ser jovens, mas mulheres mais velhas também estavam presentes. Havia muitas faixas e cartazes, de múltiplas cores e formatos, com dizeres como “tirem as garras dos nossos direitos”, “meu útero é laico e livre”, “Aborto é saúde pública! Legalize”, “Nossas vidas importam”, “Estupro é crime, aborto é direito”, “Mexeu com uma, mexeu com todas”, “Meu útero não é seu espaço de fala”, “Nenhumx a menos”, “Pela autonomia das mulheres”, “Somos todas clandestinas! Eu aborto, tu abortas, todos calam”, “Meu corpo, minhas regras”, “Aborto ilegal é feminicídio do Estado”. As ativistas também distribuíam panfletos, cartilhas, além de algumas venderem, no momento do ato, jornais alternativos que abordavam a temática.

No dia 25 de novembro, acompanhei o ato “Nas ruas pelo fim da violência contra a mulher” (conhecido com o dia internacional pelo fim da violência contra a mulher), no parque Farroupilha, organizado pelos coletivos *8M*, *Coletivo feminino plural*, *Ocupação de mulheres Mirabal* e pelo bloco *Não mexe comigo que eu não ando só*. A programação contava com uma roda de conversas, o ensaio do bloco *Não mexe comigo que eu não ando só* e uma apresentação da atriz Juçara Gaspar interpretando Frida Khalo. Enquanto conversava com manifestantes, uma delas me relatou a dificuldade de compor atos de fala pública, visto que muitas mulheres não se sentiam à vontade para se expressar para um grande público, e como era necessário criar e pensar estratégias para tornar a comunicação mais possível.

Próximo aos arcos, algumas mulheres estavam sentadas no chão, em uma reunião aberta do coletivo *8M*. A pauta principal era discutir modos e estratégias de comunicação frente a um acontecimento específico: uma mulher porto alegreense havia sido presa por negligência porquê, enquanto estava trabalhando, o pai das crianças que estava cuidando delas em casa assassinou os próprios filhos. Logo, as falas demandaram a necessidade de pensar em uma campanha sobre a violência do Estado contra as Mulheres e, assim, brevemente foram discutidas algumas estratégias de comunicação, como campanhas no *twitter*, nas redes sociais; por fim, foi combinada uma nova reunião apenas para discutir essa campanha. Durante a roda percebi o quanto era importante para o grupo que todas pudessem falar e que se sentissem à vontade para expressar seus pontos de vistas, assim como também parecia importante para a maioria das participantes frisar que se tratava de uma violência estatal e não casos isolados.

No dia 7 de março de 2018, acompanhei duas atividades em Porto Alegre. A primeira, pela manhã, foi o debate *Violência e Gênero*, promovido pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do RS. O evento contava com a participação da procuradora especial da Mulher, Manuela D’Avila, da pesquisadora Rochele Fachinetto (UFRGS), de representantes do instituto Cidade Segura e de Denise Dora, representante da ONG feminista *Themis*. O debate foi divulgado e transmitido ao vivo por uma página de eventos no Facebook. Iniciou-se com a apresentação de dados de pesquisas relativas a discursos produzidos em julgamentos de homicídio de mulheres e à violência contra as mulheres na cidade de Porto Alegre e insegurança pública. Também houve uma apresentação sobre o atendimento realizado pelas promotoras legais populares.

A fala da pesquisadora Rochele Fachinetto ressaltou as estratégias discursivas que legitimavam posicionamentos machistas e uma adequação normativa a papéis sociais recorrentes nos julgamentos, evidenciando as marcas de relações de poder presentes nas falas e nos discursos. Assim, foi problematizado o modo como o que falamos e reproduzimos se ancora

em variadas lógicas anteriores que podem legitimar relações opressoras. Já as falas das representantes do *Instituto Cidade Segura* e da *Themis* focavam nos dados de violência contra a mulher e na sensação de insegurança pública que não entra nas estatísticas. Gradualmente, o debate foi se encaminhando para a discussão sobre as estratégias que precisavam ser pensadas em um momento contextual onde o conservadorismo e a intolerância estavam adquirindo força. Uma das problemáticas pautadas se conecta à necessidade de se pensar em estratégias nas escolas e nas comunidades, em estratégias de defesa, em rastreamento da violência e em iniciativas de aconselhamento jurídico e psíquico e de enfrentamento a lógicas que inviabilizam a densidade do problema de violência contra a mulher. Naquele momento não percebi a colocação do espaço da comunicação midiática ou digital no campo de estratégias a serem pensadas.

A segunda atividade daquele dia foi o debate *Mulheres e Lutas Sociais*, vinculado ao ciclo de debates *Gênero, classe e raça/etnia*, organizado pelo grupo de extensão Movimentos Sociais e Serviço Social. O evento ocorreu em um auditório no campus de Farmácia da UFRGS. Foi divulgado em forma de página de evento no Facebook, e nela se explicitava que o objetivo do encontro era “propiciar um espaço de debate para a comunidade acadêmica e externa, acerca de Gênero, Classe e Raça/Etnia, além de promover aproximação e articulação com os movimentos sociais feministas de Porto Alegre”.

O debate iniciou-se com uma mesa composta por representantes do centro acadêmico de serviço social que apresentaram a proposta do ciclo de debates. Em suas falas, apresentaram um breve contexto sobre o cenário político, social e cultural contemporâneo do Brasil, enfatizando a importância da luta contra as reformas e o “desmonte de direitos”, contra a homofobia, o racismo e o machismo e, também, a importância das mulheres ocuparem espaços sociais e de poder.

Em seguida, foi formada a segunda mesa, que contava com uma mediadora (representante do curso de serviço social) e representantes de movimentos feministas: *UBM*, *Ana Montenegro*, *Marcha Mundial*, *ACMUN*, *Olga Benário* e *Juntas*. Após as apresentações, a primeira a falar foi Vitória, representante do movimento feminista *Olga Benário*. Sua fala se iniciou com uma breve apresentação sobre a ocupação *Mirabal*, 2ª ocupação feminista da América Latina e coletivo que funciona de forma vinculada ao coletivo *Olga Benário*. Assim, Vitória nos contou sobre essa casa que recebe mulheres vítimas de violência, sobre dificuldades enfrentadas de acolhimento do serviço público, sobre as mulheres que moram lá, e as que colaboram para que a ocupação continue funcionando. Relatou que casas destinadas a receber mulheres vítimas de violência, na teoria são pensadas nos programas de políticas públicas, mas

na prática não funcionam da maneira que deveriam ou de maneira que supra as demandas básicas dessas mulheres, como acolhimento dos filhos e de outros membros da família. Falou, assim, sobre algumas das dificuldades que essas mulheres encontram, com políticas públicas falhas e um contexto marcado por desigualdades, opressões, onde o machismo e a violência contra as mulheres é algo estrutural.

Em sua fala, apresentou o interesse de criar espaços de diálogo entre os movimentos feministas e, também, entre a sociedade, os sujeitos, os movimentos sociais e as instituições, a fim de pensar, debater e construir novos modos de políticas públicas. Assim, abordou a necessidade de ouvir as pessoas para construir estratégias e espaços de ação e fala. Também marcou a ideia da necessidade de união entre os movimentos feministas, para fortalecê-los, sem desconsiderar suas semelhanças, diferenças e múltiplos pontos de vista. Disse que o Olga debate condicionantes de raça e classe e que é preciso demonstrar que existe diferenças para assim enfrentar as desigualdades.

A segunda fala da mesa foi a de Susane, representante da ACMUN, organização de mulheres negras, que possui 23 anos de organização em Porto Alegre. Ela nos contou que o coletivo surgiu, no Bairro Maria da Conceição, como uma reunião de mulheres com interesses de empreendedorismo. Mas aos poucos o reconhecimento de níveis de opressão, machismo e racismo foram demandando encontros, propostas e debates maiores. “Uma sobe e puxa a outra” ela disse, citando um bordão comumente utilizado nos movimentos feministas digitais. Assim, foi falando sobre movimentos que o coletivo realiza, sobre projetos que desenvolve nas comunidades periféricas e sobre o que tem pensado a partir dessas experiências, as desigualdades sociais e, especialmente, o que elas significam na vida das mulheres negras periféricas de Porto Alegre. Também refletiu como as políticas públicas nos últimos governos (citou o da Dilma e o programa bolsa família) influenciaram nas oportunidades das mulheres e como a atual conjuntura (referida como governo golpista e ilegítimo) atravessa atualmente essas vivências.

Susane também trouxe para o debate questões acerca da construção de referências identitárias e culturais e da representatividade das mulheres, em especial das mulheres negras. Abordou como a grande mídia (e as telenovelas, por exemplo), reforçam lógicas de poder, de opressão, de machismo e de racismo. E como é preciso enfrentar essas representações, pensar em modos, lógicas e representações que não funcionem por uma lógica opressora e hierárquica. E assim, criar representações mais feministas. Em um depoimento pessoal, ela apontou a sua experiência com a ACMUM e com coletivos feministas para pensar possibilidades de resistências e de organização de referências a partir de mulheres reais, para se sentir mais

representada por essas mulheres. Falou também da sua experiência de vida e das mulheres integrantes desses coletivos.

A terceira fala da mesa foi a de Maiara, representante do coletivo Marcha Mundial de mulheres. Sua fala foi direcionada ao debate de relações de gênero e feminismo na academia e em instituições de ensino, à importância dos estudos feministas e estudos sobre os movimentos feministas, apontando, no entanto, a necessidade de que esses estudos viessem de forma conjunta com práticas também feministas no cotidiano. Nos provocou também a pensar nos modos de devolução para os movimentos sociais e para a sociedade dos conhecimentos adquiridos na academia. Refletiu, assim, sobre como o conhecimento representa poder, e como ele pode funcionar como uma poderosa ferramenta, uma arma. Provocou ainda os estudantes que pesquisam movimentos sociais a acompanhar mais de perto, a participarem dos atos e a militarem também.

A quarta fala da mesa foi a de Mariana, representante do coletivo Ana Montenegro, vinculado ao partido Comunista. Em sua fala, Mariana trouxe uma breve retrospectiva do movimento feminista no Brasil, evidenciando as características interseccionais (especialmente no que tange à luta de classes) que os feminismos podem assumir e defendendo uma descolonização eurocêntrica e masculinista para pensar demandas e lógicas mais compatíveis com a realidade brasileira. Destacou também elementos do contexto (do atual cenário nacional) que atravessam e, algumas vezes dificultam, a criação de espaços de militância e de organização e união de movimentos feministas.

A quinta fala da mesa foi a de Adriana, representante do coletivo UBM. Foi a mais breve e se voltou para as potências do feminismo enquanto capacidade de nos colocarmos como “agentes da humanidade”. Enfatizou as opressões que as mulheres sofrem (citou o capitalismo ancorado no patriarcado), opressões que também são culturais e não apenas as que são amparadas pelas instituições e pelo sistema. Adriana também falou sobre a função social da representação da imagem da mulher, defendendo que a questão da representação e da representatividade é fundamental, mas falou que lutar por uma representação menos opressora e mais justa, por si só, não resolve o problema da opressão. Defendeu, assim, a necessidade de romper com as lógicas do sistema.

Acompanhar a mesa nos ajudou a perceber, além das especificidades de cada coletivo, um efetivo exercício, por parte das palestrantes, de diversificação de pautas e de construção de narrativas alternativas à hegemônica, principalmente no que tange à construção de imaginários sobre o lugar da mulher e as representações femininas, e assim, conseqüentemente, um exercício de reconstrução de padrões e de problematização das relações de poder. Também foi

um evento importante para eu me aproximar das integrantes do coletivo e apresentar minha pesquisa a elas.

No dia seguinte, acompanhei 3 atividades do dia das mulheres (todas haviam sido anunciadas no Facebook como página de evento), ou *8M unificado* – como foi nomeado (8m foi uma nomeação do dia da mulher internacionalmente, em especial na América Latina. Não possui relação exclusiva com o coletivo 8m, embora algumas atividades tenham sido organizadas por esse coletivo). A primeira atividade do dia era uma caminhada, seu início estava marcado para as 7:30h, partindo da rodoviária de Porto Alegre.

Como estratégia de mobilização, algumas ativistas começaram a conversar com os presentes (principalmente com as mulheres) na rodoviária e a convidá-los para participar da caminhada. No entanto, à medida que outras mulheres militantes se aproximavam e a concentração crescia (em número de militantes), notei certa rejeição por parte de algumas pessoas que por ali se movimentavam, principalmente por meio de olhares desconfiados, muitas vezes por parte de homens. Dois casos foram especialmente agressivos: um sujeito estapeou um cartaz e outro esbarrou, de forma truculenta, em algumas manifestantes enquanto ensaiávamos gritos de guerras e canções.

Após a concentração, nos juntamos com os manifestantes do MST e da CUT e começamos a caminhada até a frente da prefeitura. Nesse momento, seguíamos um carro de som, em duas fileiras. Caminhamos da rodoviária em direção ao mercado central. Ao chegar em frente à prefeitura, fizemos uma pequena concentração. Nesse momento, fui informada que a performance aconteceria na faixa de pedestres de uma das ruas em volta. Éramos 13 mulheres, em menção ao dado de que 13 mulheres morrem por dia no Brasil (dado referente ao mapa da violência de 2015). Caminhamos até a faixa, enquanto uma roda de pessoas se formava ao nosso redor. Como combinado, uma das mulheres com microfone começou a explicar com dados o contexto de violência contra as mulheres no Brasil.

Após a performance, seguimos em direção ao Palácio do Governo, passando pela esquina democrática. Ao chegar em frente ao palácio, fomos recebidos por um policiamento fortemente armado na fachada do prédio, bloqueando a entrada para o palácio e maiores aproximações. Nos concentramos na frente do palácio, onde quem estava no carro de som desceu e fizemos uma roda no chão. Assim, foi aberta a lista de inscrição de fala do microfone e o convite para as mulheres falarem, colocando o microfone à disposição em “defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos de todas as mulheres”. Várias críticas foram feitas ao governo, em função do forte policiamento, inclusive direcionadas ao governador

Sartori, nominado como Sartori Cagão. Também foram entoados gritos de guerra e canções, como “Esse canto que devia ser um canto de alegria soa apenas como um soluçar de dor”.

Vários representantes de grupos e coletivos se manifestaram com demandas diversas. Não consegui mapear todos, mas notei a presença dos movimentos *Olga Benário*, *Ocupação Mirabal*, *MST*, *CUT*, *Ana Montenegro*, *8M*, *Marcha mundial das mulheres*, *Levante Popular*, *UBM*, *Jovens socialistas*, *Sindicato das sapateiras*, *movimento de camponesas* e, também, outros sindicatos e partidos políticos, como o PT e o PCdoB. Apesar de quase todas as falas localizarem o ato como um dia de luta em favor dos direitos e contra a violência e opressão das mulheres e não uma “festa capitalista” cada representante trouxe, em seu discurso, demandas específicas ou posicionamentos de seu grupo, múltiplos pontos de vista. Foi ressaltado, em várias falas, o caráter interseccional do ato e dos feminismos ali presentes. As falas, portanto, adquiriram também marcas da conjuntura política e do contexto e expressaram demandas que não tocavam apenas as mulheres, mas toda a sociedade.

As *mulheres camponesas do MST*, por exemplo, reivindicavam creches e transporte escolar para suas crianças. Elas tinham horário marcado com um representante da casa civil para discutir essas questões, mas na última hora a reunião foi adiada para a tarde. Assim, informaram que voltariam para reivindicar suas pautas junto a um representante do governador. Já a *Marcha das mulheres* apontou com maior ênfase, as questões referentes ao aborto, defendendo sua descriminalização e a luta contra a violência contra a mulher. A representante do *8M* destacou a luta relativa à violência contra as mulheres e a falta de políticas públicas de segurança e acolhimento das mulheres. A representante do *FMD* fez uma fala em favor da democracia, da volta da presidenta Dilma e contra a intervenção militar no Rio de Janeiro (descrito como “laboratório de violências”) e a violência policial. Trouxe a denúncia à política de exploração do carvão e de minérios no Rio Grande do Sul, que afeta diretamente, de acordo com sua fala, as mulheres indígenas, quilombolas e pescadoras, “estamos com elas nessa luta”, pontuou. A representante da *União de Juventude Socialistas* enfatizou que a luta e a resistência das mulheres são feitas não apenas no dia 8 de março, mas sim, no cotidiano. Comentou a presença do policiamento fortemente armado “porque é assim que esse Estado recebe quem constrói”. A representante do *Semex* afirmou que “a nossa luta é contra todas as formas de opressão”, fazendo também críticas à presença da brigada policial, ressaltando os dados de violência contra as mulheres no Brasil e que quando se manifestam para reivindicar seus direitos são recebidas por uma brigada.

Críticas contra a violência policial, o posicionamento da mídia hegemônica e o governo foram recorrentes. Foi ressaltada a luta a favor da democracia e contra o golpe (também estavam

presentes manifestações a favor da Dilma, “Volta Dilma” e contra os governos no exercício atual do poder: “Fora Temer”; “Fora Sartori”; “Governo Golpista”; “Golpe machista e sexista”), as reformas trabalhista e previdenciária. Nesse sentido, foi refletido que essas reformas iriam afetar diretamente a situação de trabalho das mulheres, precarizando a situação de várias delas, especialmente as mais pobres. Sobre a questão do trabalho e da economia, outras manifestantes apontaram que as mulheres produzem e “tocam a economia do país”, que elas trabalham, estão nas fábricas e também no trabalho doméstico, que não é remunerado, é pouco reconhecido e que é visibilizado.

Assim, aspectos da conjuntura política, social e econômica atual atravessavam visivelmente as falas e demandas explicitadas dessas militantes. Uma das militantes do *MLB* (movimento de ocupações e moradias) colocou que a realidade hoje era de “cada vez mais retrocesso e retirada de direitos”, referindo-se especialmente ao aumento dos preços, ao desemprego e às propostas de reformas. E enfatizou que não eram apenas práticas do governo Sartori e do Marquazan, mas sim, um sistema e situação políticos que envolviam o legislativo, o judiciário e o executivo que “compactuam com violências que as mulheres sofrem todos os dias”. Muitas falas expressavam a sensação de que esse seria um ano de fortes lutas e de enfrentamentos (especialmente por ser um ano eleitoral e pelos posicionamentos e ações políticas do governo em poder).

Várias falas também reivindicavam a ocupação do espaço do político por mulheres; “Lugar de mulher é na política” foi uma das falas das representantes. Após a concentração em frente ao Palácio, a caminhada seguiu para o Parque da Harmonia em frente ao TRF 4, onde estava programado um almoço comunitário com as militantes camponesas. Ao chegarmos no TRF 4 havia novamente uma brigada policial fortemente armada e foi preciso uma negociação para que fosse permitido que entrássemos no Parque.

Naquela noite ocorreu a caminhada “unificada”, que tinha como concentração o largo em frente ao Mercado central. Neste ato, a concentração contava com um número maior de militantes do que a assembleia. Pude notar a presença de vários coletivos, como *Plural Feminista*, *8M*, *Mirabal*, *UBM*, *Marcha das Mulheres*, *Ana Montenegro*, e também de partidos políticos e de militantes da campanha à presidência de Manuela D’Avila, pré-candidata do PCdoB. Havia muitas faixas, de formatos e cortes e estéticas diferentes. Além disso algumas manifestantes usavam técnicas do grafite, pixo e estêncil para deixar marcas no chão.

Assim como nos dois eventos anteriores, foi formada uma roda de conversa, com microfone aberto e lista de inscrição. No centro da roda algumas mulheres jovens faziam uma performance: sem camisa, pintadas com tinta vermelha (simulando sangue) e com os rostos

cobertos pelas próprias camisas enroladas, elas choravam e erguiam cartazes onde se podia ler “Somos todas Irene!”, “Somos raízes fortes”, “Decidimos por nós”; “Justiça por Cibele”. No chão, havia aos seus pés um sutiã vermelho queimado. No entanto, ao contrário da dinâmica tranquila dos atos anteriores, nesse momento (talvez pelo número maior de manifestantes) houve uma disputa acerca da hora de fala e posse do microfone.

Desta vez o percurso foi diferente do feito pela manhã; ao invés de seguirmos pelo centro, fomos acompanhando os trilhos do trem até a passarela e, depois, passamos por dentro do túnel. Durante o trajeto, cantávamos canções e gritos de guerra, ao mesmo tempo em que algumas militantes ainda falavam. Em certo momento, foi colocado que a manifestação iria passar pelo campus da UFRGS em apoio aos estudantes que estavam lá acampados, manifestando em defesa das cotas. No entanto, não entramos no campus. A caminhada terminou no largo Zumbi, na cidade baixa.

Neste ato, pude perceber de forma mais evidente disputas de poder entre integrantes de movimentos e coletivos diversos, principalmente no que tange à participação de partidos políticos, ao espaço de fala, e aos sentidos de cada manifestação. Algumas manifestantes que entraram em conflito pareciam ter noções diferentes sobre o que significava a caminhada e qual seu mote ou bandeira principal.

Além das grandes marchas, também tive a oportunidade de acompanhar atos menores, muitas vezes localizados dentro das próprias sedes dos coletivos. Foi o caso da roda de conversa sobre gênero e saúde mental (que ocorreu na casa Mirabal), da reunião de avaliação *do 8M*, da oficina *Vivências performativas do feminino*, da assembleia geral na ocupação *Mirabal*, da Plenária de apresentação do *Movimento de Mulheres Olga Benário*, dos atos de comemoração aos dois anos de luta da casa *Mirabal* e da reunião de organização do ato do dia 25 de novembro de 2018.

No dia 13 de março ocorreu na casa *Mirabal* a roda com o tema *Saúde mental e gênero: o que isso tem a ver?*”, organizada pelo próprio coletivo. A roda de conversa foi formada por suas convidadas (da área de saúde, enfermeiras), duas militantes do movimento Olga Benário e da casa Mirabal (mas que não eram moradoras), e uma moradora. A maioria das moradoras não quis participar. O encontro se deu em uma das salas da casa, que parecia um escritório, com uma planilha na parede, uma mesa para o computador, estantes e bancos. Um lugar pequeno, devido ao número de pessoas e onde poderíamos assistir um vídeo da internet. De início, assistimos um vídeo do Youtube sobre a importância dos cuidados com a saúde mental. Em um segundo momento, as convidadas passaram a nos contar sobre como a saúde pública de Porto Alegre lida com essa temática no atendimento aos pacientes. E como algumas técnicas

ainda são extremamente antiquadas (tratamentos com choques), sendo que muitos médicos e profissionais da saúde não se mostram receptivos para aprender técnicas novas e outros modos de terapia, como arte, música, plantas medicinais.

O debate seguiu para a problematização a respeito da diferença de tratamento recebido por homens e mulheres e como muitas vezes questões relativas à saúde mental das mulheres são desvalorizadas ou desacreditadas, como se fossem menos importantes. Por outro lado, foi colocado que a saúde mental, se utilizada em uma narrativa de má fé e opressão, também pode funcionar como pano de fundo para a construção de desvalorização e silenciamento de mulheres, que muitas vezes são estigmatizadas como loucas. Por fim, as convidadas palestrantes enfatizaram que a preocupação com a saúde mental é extremamente importante em vários tratamentos. Naquela roda de conversas a ética de cuidado aos moldes de Patricia Hill Collins (2019) se fazia presente não apenas na reivindicação do cuidado da saúde mental como direito, mas também no modo dialógico com que a conversa se deu, no cuidado com que as palestrantes e militantes possuíam em construir um espaço de escuta qualificada das narrativas e dores de cada um expôs.

No dia 22 de março ocorreu, na casa *Mirabal*, uma reunião de avaliação da marcha do dia 08 de março, convocada pelo coletivo *8M*. Nela estavam presentes pouco mais do que 15 mulheres e ficou evidente que grande parte dos coletivos que organizaram em conjunto a marcha unificada não participaram da reunião de avaliação. As pautas giraram principalmente em torno de questões práticas da organização como horário, trajeto, estratégias de segurança e dinâmicas de fala e som.

Um dos pontos levantados foi o de que o trajeto (que consistia em sair do Mercado Municipal até o Largo do Palmares, passando pela UFRGS e atravessando um túnel) não parecia ser o mais eficiente para dialogar com mulheres que estivessem fora da marcha, já que o percurso passava por regiões desertas e de maior acesso de automóveis, não de pedestres, além de atravessar um túnel, o que dificultava a visibilidade da marcha. De acordo com elas, o horário escolhido (à noite) também não se mostrou o mais indicado para que quem estivesse passando ou trabalhando pelo comércio ouvisse. Outro fator apontado foi referente ao microfone aberto que, aliado ao grande número de organizações presentes, não foi democratizado da melhor forma, sendo que algumas organizações tiveram menos espaço para se colocar. Assim, percebemos que, para os coletivos, a possibilidade de se fazer ouvir, se fazer entender e dialogar com o seu entorno toma um lugar prioritário na organização e avaliação da marcha, mais mencionado até mesmo do que a repercussão midiática.

No mês seguinte, participei da oficina *Vivências performativas do feminino* organizada pelo coletivo *Feminino Plural* e realizada na sede da organização. A oficina foi mediada pela artista Renata Flor Cieslak e contou com a presença de apenas cinco mulheres. Visava, a partir de exercícios de experimentação artística, como danças, performances e dinâmicas variadas, debater sobre a imagem do feminino para desconstruir velhos padrões e estereótipos sobre o que é ser mulher e o papel da mulher na sociedade. Uma das dinâmicas, por exemplo, consistia em escrever em papelzinho 5 características atribuídas às mulheres no senso comum e 5 elogios que queríamos fazer a uma mulher. Os papéis foram colocados em uma caixa de sorteios e fomos convidadas a dançar, ao som de Nina Simone. A cada intervalo um papel era sorteado para que, por meio de gestos, representássemos o significado daquela característica. Assim, se um papel foi sorteado com a palavra “delicada”, era preciso dançar de acordo com nossa interpretação de “delicada”. Ao final debatemos sobre a construção de estereótipos na sociedade e sobre a importância da arte para nos fazer acessar de forma mais lúdica e experimental algumas discussões teóricas. Essa vivência nos ajudou a pensar em como as performances, tão presentes nas manifestações e atos públicos eram pensadas não somente como

Outra atividade observada foi a assembleia geral de ocupação da *Mirabal*, que ocorreu no dia 03 de maio de 2018, convocada pelo Casa Mirabal e pelo movimento de Mulheres Olga Benário com o objetivo de mobilizar outros coletivos e ativistas para fortalecerem a causa da ocupação *Mirabal*. O encontro também teve o intuito de pensar estratégias de ação política e defesa da ocupação *Mirabal*. Naquele momento, a ocupação estava enfrentando uma reintegração de posse do prédio que ocupavam. Após uma reunião com a prefeitura, foram oferecidas duas possibilidades que não atendiam às necessidades do coletivo. Posto esse cenário, a reunião girou em torno da criação estratégias de defesa das necessidades da Casa Mirabal.

Aliados à procura de orientação jurídica para a criação de um plano mais efetivo, o uso da comunicação foi apontado como uma estratégia de luta possível, tanto no que diz respeito à organização de atos de mobilização, quanto no que tange à comunicação midiática. Uma das ativistas considerou que a comunicação, além de garantir visibilidade, é um meio de disputar narrativas, ou seja, de construir uma comunicação estratégica de defesa da causa feminista e da ocupação Mirabal para combater narrativas opressoras de interesse das corporações, do grande mercado e da mídia hegemônica. Assim se instalou um debate sobre as potências da comunicação nas relações de poder e a importância de reivindicar o espaço midiático e o espaço urbano para lutar contra violências estatais. A comunicação foi, desta forma, vista como uma “arma apontada para nossas cabeças”, mas também ferramenta passível de apropriação.

Entre os meses de junho a outubro de 2018, por motivos de mudança para a Bahia, não foi possível acompanhar de maneira mais próxima as ações dos coletivos de Porto Alegre. No entanto, por conta das eleições, percebi que as ações dos coletivos se voltaram para pautas políticas relacionadas ao acontecimento contextual, como o movimento #elenão em oposição ao então candidato do PSL à presidência Jair Bolsonaro, (conhecido por seus posicionamentos machistas, racistas, xenofóbicos e homofóbicos aliados a um discurso violento) e ao fascismo social que ele representava.

A partir do início de novembro, logo após a eleição de Jair Bolsonaro, voltei ao Rio Grande do Sul e tive a oportunidade de acompanhar alguns encontros dos coletivos e também o ato de dia 25 de novembro, dia mundial pela *não violência contra a mulher*. De forma geral, senti que o resultado das eleições impactou fortemente os discursos e colocações das ativistas durante as reuniões. Naquele primeiro mês, pairava uma incerteza sobre o projeto de governo do presidente eleito (já que este havia se ausentado dos debates e entrevistas alegando problemas de saúde), uma tensão se instalava no ar, o que repercutia nas falas e planos dos coletivos.

Pude perceber a emergência de duas estratégias em comum nas falas das ativistas de diversos coletivos (tanto nos encontros que participei, como principalmente na reunião para a construção do dia 25): a primeira dizia respeito à formação de redes de trabalho, ou seja, do esforço de encontrar lutas em comum entre os diversos coletivos, estabelecer e fortalecer alianças. Nesse sentido, surgiu na cidade a iniciativa de uma frente ampla de Mulheres contra o fascismo. Nela a maior preocupação era trabalhar um elemento que as unisse, a luta contra o preconceito e o fascismo social apesar das diferenças (e sendo um movimento que não se rotulava como feminista, o posicionamento político feminista era uma das diferenças a ser superada).

A segunda estratégia se constituía a partir da aproximação com o chamado trabalho de base, ou seja, com o cotidiano da vida das mulheres, principalmente das que não possuem acesso ou tempo disponível para integrar as discussões feministas. Tratava-se, assim, da preocupação de atingir e conseguir dialogar efetivamente para além das redes sociais digitais. Esse movimento partia da percepção entre os coletivos de que as redes sociais digitais e os conteúdos *online* não conseguiam dar conta de penetrar o cotidiano de muitas mulheres (especialmente das mulheres de periferia) e que, assim, as discussões feministas não estavam conseguindo atingir uma grande gama de mulheres (sendo que essas temáticas também não encontravam espaço de aprofundamento nas mídias tradicionais). Foram sugeridos, por exemplo, saraus e encontros de chá em bairros periféricos de Porto Alegre. Fluindo com essa

perspectiva, a ocupação *Mirabal* fez 3 encontros, em sua casa, abertos ao público para discutir a luta contra o fascismo (em forma de formação teórica, ou seja, uma aula sobre o que foi e é o fascismo, e o que ele representa), as eleições e a política democrática e a descriminalização do aborto (as duas últimas em formato de roda de conversa).

Outra questão também mencionada, de forma complementar ao último ponto, foi a necessidade de criar estratégias para se preservarem no uso das redes sociais. As ativistas presentes nos encontros relatavam que as eleições haviam acirrado tensões e instaurado um clima de ameaças. Por conta de posicionamentos políticos, ativistas e feministas, muitas das mulheres presentes nos encontros haviam sofrido ameaças nas redes sociais. Dessa forma, as mulheres demonstravam uma preocupação efetiva com a segurança nas redes sociais, tanto no que tange aos discursos violentos e ameaças na rede nas redes, quanto às restrições algorítmicas e, também, com a possibilidade de vigilância virtual. Em vista desse cenário, algumas táticas estavam sendo tomadas, como a migração para redes de *softwares* livres (como do WhatsApp e Facebook para o Signal<sup>28</sup>) e o cuidado com imagens disponibilizadas nas redes sociais e até mesmo com conversas com estranhos. Algumas mulheres narravam que estavam evitando conversar com pessoas estranhas nas redes, mesmo que estas se manifestassem com perfis femininos e que também estavam colocando adesivos em câmeras de aparelhos como notebook e computadores.

No dia 25 de novembro foi realizado, no Parque da Redenção, sob os arcos, o ato relativo ao dia mundial *pela não violência contra a mulher*. Acompanhei parte do processo de organização do ato em uma reunião onde coletivos se encontraram com a frente ampla de mulheres contra o fascismo. Nesta reunião, foram formadas equipes de organização, ou seja, grupos de trabalho. No ato, a estrutura montada consistia em dois toldos, faixas, cartazes e uma caixa de som. Enquanto acontecia uma roda de conversas com microfone aberto me convidaram para realizar, junto com outras ativistas, a distribuição de panfletos de conscientização sobre a luta contra a violência contra as mulheres. Nos foi instruído que, além de entregar os panfletos, buscássemos conversar com as mulheres sobre a temática.

A ética do cuidado, que já estava presente nas falas e discursos, também se materializou em uma dinâmica. Em um segundo momento do ato, foi realizada uma dinâmica com o propósito de estabelecer vínculos e contatos entre as manifestantes. Cada mulher ganhou uma bola vermelha, onde um papel colado estampava o símbolo do feminino, no qual deveria

---

<sup>28</sup> O signal é um aplicativo de mensagens instantâneas similar ao WhatsApp. No entanto é conhecido por ser uma plataforma mais segura em relação ao WhatsApp devido a mecanismos criptografia que verificam a identidade dos interlocutores e possibilitam a autodestruição de mensagens.

escrever porque tinha decidido estar ali e nos engajar na causa. Também ganhamos um outro papel, com o desenho de uma mão, onde deveríamos colocar nosso número de seu contato. Após preencher os papéis, a dinâmica nos convidada a trocar as bolas e os contatos com outras participantes, em um gesto que sinalizava o comprometimento e cuidado com a outra.

No início de 2019, resolvi dar mais ênfase aos movimentos exploratórios no *cenário de Salvador*, para me aproximar mais da cena feminista da cidade. Assim, no dia 08 de março, decidis acompanhar o ato pelo dia mundial das mulheres em Salvador, que foi nomeado de *8M-SSA Mulheres: Vivas, Livres e Resistentes*. O ato estava marcado para as 14:00h na Praça da Sé, no Pelourinho, próximo ao Elevador Lacerda. Quando cheguei, alguns minutos antes do combinado pela página do Facebook, notei que havia um desencontro de informações sobre o horário e o local do ato, havendo menos de dez mulheres no lugar. Um cinegrafista e uma jornalista da TV Bahia (filiada à Globo) já estavam recolhendo imagens e depoimentos das ativistas presentes.

Gradualmente, foram chegando mais ativistas e se acumulando cartazes e faixas no chão. Aproveitei esse tempo, enquanto a ação não se iniciava efetivamente, para conversar com outras mulheres e líderes de movimentos, com o intuito de apresentar minha pesquisa e, assim, fazer contatos. Foi dessa forma que conheci as integrantes do movimento *Olga Benário* na Bahia e da Organização *Odara*. Também pude fazer contato com um cinegrafista que estava filmando todo o ato e que concordou em compartilhar algumas imagens.

Aproximadamente uma hora após eu chegar, quando a concentração de pessoas na praça havia se tornado expressiva iniciou-se, ao redor dos cartazes no chão, embaixo de um grande toldo, uma roda de conversas com microfone aberto. Um minicarro de som também acompanhava, amplificando a sonoridade das falas e tocando músicas no intervalo entre uma fala e outra. Várias representantes de grupos, coletivos, partidos e outras organizações tomaram a palavra naquele momento. Não consegui mapear todos, mas notei a presença dos movimentos *Odara*, *Olga Benário – Bahia*, *Fist – Feministisches Internationalisches Soliradirchs treffen*, *Elekô*, *Mulheres Quilombolas*, *Quilombo Rio dos Macacos*, *Movimento de Mulheres Diaristas*, *Movimento de Mulheres domésticas*, *UBM*, *União de lutas por moradia*, *UEB – União dos estudantes da Bahia*, *UJS – União da juventude socialista*, *UNEGRO*, *Levante Popular da Juventude*, *Grupo de Mulheres Ginga*, grupos de capoeira, terreiros CUT e partidos políticos como o PT, PSOL, UP e PCdoB.

Além das faixas de coletivos e organizações, muitas manifestantes erguiam cartazes e faixas, e até havia mesmo cartazes sanduiches. Em várias delas, o assassinato da deputada Marielle foi lembrado. Uma delas, em especial, trazia em uma diagramação semelhante à de

uma laca de rua, um trecho do samba-enredo *História para ninar gente grande*, da escola de samba Mangueira (vencedora do carnaval de 2019) que dizia “Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”. Outras figuras políticas também foram lembradas em cartazes, como a ex presidenta Dilma Rousseff (um dos cartazes trazia sua imagem com os dizeres “continuamos e resistimos) e o ex presidente Lula (a frase “Lula Livre” estampava faixas, cartazes e camisetas, em menção à prisão controversa do presidente). As faixas também manifestavam descontentamento com o governo Bolsonaro (havendo vários cartazes com os dizeres: # elenão) e com políticas públicas, como a crítica ao projeto de municipalização da saúde indígena e ao projeto de reforma da previdência.

O ato se iniciou com uma primeira fala que afirmava que a manifestação era de todas e em defesa da vida das mulheres “Todas as mulheres, as moradoras de rua, gordas, trans, lésbicas, de sindicatos, de partidos, as negras, as indígenas, os terreiros, as quilombolas, as marisqueiras, pescadoras, aqui estão todas, menos aquelas que a violência conseguiu pegar”.

O microfone permaneceu aberto durante toda a roda de conversa; no entanto, foi exposto que seriam priorizadas as representações de coletivos que estiveram presentes na construção da marcha, especialmente das que moravam em regiões mais afastadas ou cidades próximas à Salvador. As temáticas se mostravam variadas, pautando a luta contra a violência às mulheres e o direito à vida das mulheres, as lutas contra o racismo, contra a LGTBQfobia, por políticas públicas que visem as mulheres, contra a reforma da previdência, contra a intolerância religiosa e contra os ataques racistas aos terreiros. No entanto, várias vezes se voltava a um ponto em comum: a necessidade do estabelecimento de alianças e redes de lutas que priorizassem a necessidade de ocupação de espaço de luta de mulheres de forma ampla, contemplando mulheres negras, indígenas, mulheres trans, de diversas classes, opções sexuais, religiosidades, plasticidades. Ou seja, a reivindicação de um feminismo que também seja antirracista, democrático e sustentável e da reconstrução dos sentidos e significados da noção de feminismo e das lutas de mulheres.

Após a roda de conversa, a caminhada se iniciou, seguindo um mini trio elétrico, até a praça do campo Grande, cruzando a Barra, espaço de grande movimentação na cidade. No percurso, houve uma pequena alteração de trajeto devido ao trânsito. Vez ou outra, a caminhada fazia uma pausa para a formação de uma nova roda de conversas no chão. Entre os intervalos das rodas de conversa, algumas manifestantes também tomavam a palavra de cima do mini trio. Percebi que, assim como ocorria com a performance artística teatral em Porto Alegre, em Salvador, a arte invadia as narrativas por meio das músicas. Durante as rodas de conversa no chão e também no mini trio, artistas locais fizeram apresentações. Além destas, um pequeno

carro de som puxava a caminhada com músicas brasileiras que remetiam aos anos 1970, período em que a música foi uma importante ferramenta de luta contra a ditadura militar.

A segunda marcha do dia das mulheres que acompanhei em Salvador, em março de 2020, possuía uma atmosfera bastante diferenciada da primeira que observei na cidade. A estética presente nas faixas e o tom musical da marcha se mantinha o mesmo, mas dessa vez a marcha estava menos festiva e claramente dividida, entre as mulheres que estavam apoiando candidatas à prefeitura de Salvador, e as que não queriam discutir naquele momento as eleições municipais. A ameaça da pandemia já se fazia presente, em alguns discursos e comentários das manifestantes, ainda que não tivesse chegado oficialmente ao Brasil. O trajeto também havia sido modificado, dessa vez o percurso mais curto se deu na avenida da Barra, lugar turístico e nobre de Salvador, onde geralmente ocorrem os circuitos de carnaval. Podemos pensar que a mudança do habitual trajeto pode ser lida como uma reivindicação do direito de existir, aos moldes de Butler (2018), em lugares onde não costumam ocupar politicamente, para assim, propor novos interlocutores para os diálogos e desestabilizar o jogo de visibilidades.

De forma geral, percebi que as marchas do dia 8 de março que acompanhei (e algumas outras ações dos coletivos), não possuíam uma única pauta motriz, mas diversas que dialogavam diretamente com leituras que os coletivos faziam da conjuntura política que os cercavam. Questões operacionais e de organização, como o horário e o trajeto das marchas, também eram estrategicamente pensadas em sua dimensão prática e simbólica, ou seja, pensava-se tanto em quem as manifestações iriam atingir ao serem realizadas em determinadas horas e lugares, assim como em qual simbolismo determinadas localidades da cidade representavam<sup>29</sup>. Outra questão percebida por meio da observação de marchas nas ruas foi a preocupação com a produção de conteúdos, desde de panfletos distribuídos, a jornais, e confecção de faixas e cartazes. Acompanhar as marchas também me possibilitou entender as performances artísticas e gestualidades como estratégias e práticas comunicacionais para visibilizar pautas, emocionar e causar comoção e impacto. Gritos de guerra como “Feminismo é revolução!”, eram acompanhados de performance; as palavras eram combinadas com o movimento de se agachar e se levantar pausadamente, até estar completamente em pé e começar a pular.

Como um exemplo, na passeata “todas contra a PEC 181”, que ocorreu no dia 13 de novembro de 2017 (organizada pelo coletivo 8M e que possuía como objetivo principal

---

<sup>29</sup> O que ficou evidente em uma reunião de avaliação das marchas.

protestar contra a PEC 181<sup>30</sup>), uma moça jovem começou a fazer uma performance. Ela andou até o centro da roda, levando uma bacia contendo um líquido vermelho que se assemelhava a sangue. Sentou-se no chão e, com calma, começou a lavar as mãos e os braços e, em seguida, os ombros, o rosto e os cabelos, as pernas, até estar ensopada do líquido vermelho, dando a impressão de que estava completamente ensanguentada. Durante a performance, alguém começou a entoar, no megafone, “nem recatada e nem do lar,<sup>31</sup> a mulherada está na rua pra lutar”, e sua voz foi acompanhada pelo coro das manifestantes. Essa, aliada a outras várias performances realizadas, demonstra a importância que as performances visuais e gestuais possuem como práticas comunicacionais para essas manifestações.

Ocupar as ruas é de grande importância para os movimentos feministas, assim como foi reforçado nas entrevistas que fizemos durante a fase exploratória. Ocupar as ruas possibilita uma visibilidade do face a face, do diálogo com quem atravessa, uma mobilização por si. A partir de Judith Butler (2018), em suas proposições sobre uma teoria performativa de assembleia, podemos pensar que o próprio ato de ocupar as ruas em um exercício político democrático comunica. Quando as mulheres se reúnem em espaços públicos para manifestar suas reivindicações, seus corpos por si só já reivindicam e exercem o que Butler chama de “direito plural e performativo de aparecer” (BUTLER, 2018, p.17). Juntas, formam uma reivindicação corporal e performativa pelo direito a existir, a ser visível, a ser reconhecível, e a uma vida que possa ser melhor vivida.

No entanto ao acionar a arte, as performances artísticas, plásticas, musicais, podemos pensar que tais performances funcionam como reforço e amplificador desse exercício performativo de aparecer e de demandar reconhecimento. A arte aciona o emocional, o lúdico, o imaginário. A arte choca, emociona, comove e provoca um engajamento que vai além dos padrões lógicos. Talvez a arte possa ser pensada como uma ferramenta de ampliação e eco das vozes, ao instigar uma comunicação que busque o outro, o coloque no centro de um diálogo, que construa uma atmosfera para provocar em seu interlocutor, uma afetação baseada no reconhecimento e respeito de si e do outro. Ao usar a arte para instaurar debates necessários às lutas feministas, as manifestantes estabelecem um diálogo a partir da presença das emoções no comunicar para estabelecer conexões entre os sujeitos que emitem a mensagem e aqueles a quem o diálogo é proposto.

---

<sup>30</sup> Projeto de lei que inseria na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os que já eram garantidos por lei, que eram: em caso de estupro, em caso de anencefalia fetal e em caso de risco à vida da gestante

<sup>31</sup> Em referência à uma matéria da revista *Veja* que retrata a então primeira dama Marcela Temer como “bela, recatada e do lar”. Frase que foi ressignificada e apropriada de forma irônica e paródica em campanhas feministas nas redes sociais.

No campo narrativo e discursivo, tanto nas marchas quanto nas palestras, encontros e outros modos de ação coletiva, a multiplicidade de pautas se destacou. Mesmo que alguns atos (principalmente os mobilizados por acontecimentos específicos ou datas simbólicas mais pontuais) sejam pensados em torno de uma pauta motriz, a prática desses coletivos, assim como seus discursos, não se limitou a uma ou duas pautas, mas sim houveram várias temáticas e leituras de conjuntura. Assim, acompanhei discussões que evidenciavam diversas dimensões, sejam elas referentes a questões da saúde, políticas, jurídicas, econômicas, trabalhistas, sociais ou culturais, embora temáticas vinculadas à violência contra a mulher, à violência de estado contra as mulheres, à invisibilização do trabalho doméstico e materno, à autonomia sexual e corporal das mulheres, ao aborto, à saúde mental e à ruptura como estereótipos e convenções de gênero ocupassem maior destaque e constância. Também pude perceber a importância que a dimensão comunicacional ocupa na formulação de estratégias e de leituras críticas de conjuntura. Em encontros de coletivos e reuniões de avaliação, a vigilância nas redes e a *disputa de narrativas* com meios massivos foram temáticas de força e relevância.

A partir dessas observações na fase exploratória, percebi que há semelhanças e também especificidades nos cenários experimentados. A formação de redes, a democratização dos espaços de fala, o retorno às manifestações de rua e ao trabalho de base parecem ser estratégias em comum aos dois locais, em vista dos desafios apresentados pela conjuntura política e social nacional. Há, inclusive, elementos estéticos comuns aos dois cenários, como a utilização de chita em faixas, bandeiras, bandanas, de fabricação própria de instrumentos musicais, faixas, cartazes, de gritos de guerra em comum e de atravessamentos artísticos.

Nesse último sentido, notei semelhanças e particularidades, ambas as cenas se utilizam de aspectos culturais e artísticos para se comunicarem e se destacarem. No entanto, enquanto a performatividade teatral é a estratégia adotada em manifestações de Porto Alegre, a música, a poesia cantada e os batuques tomavam conta em marchas presenciadas em Salvador. Nas manifestações, também notei uma maior diversidade e interseccionalidades das narrativas e discursos no cenário de Salvador, onde o feminismo negro impulsiona, muitas vezes, a cena feminista, e onde líderes religiosas, artísticas, travestis e transexuais também tiveram maior posição de destaque e protagonismo nos espaços de fala. Não que não houvesse diversidade entre as ativistas em Porto Alegre, no entanto a interseccionalidade do cenário de Salvador chamou a atenção em uma primeira mirada.

#### ***3.4.4 Entrevistas exploratórias***

A fim de buscar uma maior aproximação com o contexto político, social, histórico e cultural dos movimentos feministas em Porto Alegre e Salvador, realizei entrevistas semiestruturadas (Ver roteiro no Apêndice A) com militantes representantes de seis coletivos observados, a saber: *Marcha Mundial das Mulheres*; *UBM*; *ACMUN*; *Ana Montenegro*; *Mirabal*; *Olga Benário*; *Coletivo Plural Feminino*, *Tamo Juntas*; *Mulheres de Fibra do Calabar*, e *Instituto Odara da Mulher Negra*. A escolha das pessoas entrevistadas se deu a partir da aproximação com os coletivos, atravessada por questões de disponibilidade. Muitas vezes, essa escolha partiu do próprio coletivo. Além da ampliação de dados relativos ao campo empírico, as entrevistas me ajudaram no processo de seleção dos coletivos investigados de modo aprofundado na fase sistemática de pesquisa empírica.

O roteiro da entrevista focalizou aspectos conjunturais, de organização dos movimentos, de construção do feminismo e relacionados à comunicação, práticas e apropriações dos sujeitos comunicantes. Esse movimento me fez perceber que os coletivos são diversos e possuem diferentes lógicas de organização entre si, assim como distintas perspectivas e entendimentos sobre o feminismo e sobre ser feminista. No entanto, todos demonstraram atenção e preocupação em construir o feminismo tanto por meio de ações práticas da militância, quanto por exercícios de reflexão crítica, formações, estudos e leituras guiadas. Demonstraram, assim, preocupação com transformação e emancipação social e com a dimensão da cidadania<sup>32</sup>.

#### 2.4.4.1 Contexto de Porto Alegre

A partir da observação das falas das entrevistas em conexão com a observação em campo presencial e digital, percebi que os coletivos apresentam uma construção teórica crítica do feminismo, em processo bastante fortalecida, o que me fez refletir sobre o potencial educacional das práticas desses coletivos. Apesar das divergências, as coprodutoras de pesquisa afirmaram que os coletivos estão interessados e realizam trabalhos de rede e articulação com outros movimentos feministas e de mulheres, além de movimentos sociais em geral. De igual maneira, apesar de divergências teóricas e ideológicas, ressaltaram que os coletivos estão buscando na prática e na teoria movimentos de intersecção. De acordo com as entrevistadas, esses processos de articulação dão-se, principalmente, em prol de atos e ações coletivas específicas ou em torno de datas simbólicas determinadas. Elas destacaram, também, o uso de grupos de WhatsApp para a comunicação interna e entre coletivos. Para a organização

---

<sup>32</sup> Sobre esse aspecto, além de permear as entrevistas, a integrante do coletivo Plural mencionou a missão cidadã.

do chamado *8M unificado*, por exemplo, foi criado um grupo nessa rede social; de acordo com as coprodutoras desta pesquisa, passada a manifestação ele continuou ativo, mas enfraqueceu a função de articulação para exercer maior papel de divulgação de atos e ações.

Sobre a conjuntura política e a cena feminista na cidade de Porto Alegre, as entrevistadas perceberam uma emergência e intensificação do movimento, apesar de possuírem diferentes pontos de vista acerca do tema. Para a integrante do coletivo *Plural*, o feminismo está mais “popular”. As entrevistadas apontaram diferentes fatores que culminaram na efervescência feminista no contexto atual, entre elas a luta histórica, os novos meios de comunicação e a apropriação do conceito por parte da grande mídia e do sistema capitalista. Assim, de acordo com as entrevistadas, os dois primeiros fatores ajudaram a fortalecer o movimento, a dar visibilidade à causa e a mostrar as mulheres “que não estamos sozinhas.”<sup>33</sup>

No entanto, ficou explícita a preocupação com um modo esvaziamento do que é o feminismo. Quando algumas entrevistadas falaram em esvaziamento, elas estavam indicando sua percepção sobre narrativas de *empoderamento* e autonomia individuais que servem aos interesses de mercado, da grande mídia e do sistema capitalista, mas que não mobilizam em torno do movimento social. De acordo com a representante da UBM, está emergindo um feminismo individual que nem sempre gera uma organização coletiva e, no seu entendimento, é a organização coletiva que transforma e provoca mudanças que atingem as estruturas sociais e, assim, se refletem na vida das pessoas, no cotidiano. Essa percepção e preocupação também apareceu nas falas de algumas outras entrevistadas, como as das integrantes da *Marcha Mundial das Mulheres* e do coletivo *Ana Montenegro*. Faz parte assim, dos objetivos dos coletivos mobilizar a organização e a resistência de mulheres, e isso se dá, geralmente, por meio da divulgação de ideias e informações e da comunicação.

As entrevistas, permitiram reforçar a constatação de que a os coletivos realizavam variadas práticas e estratégias comunicacionais, sejam elas nos meios digitais ou presenciais, como postagens nas redes digitais, criação de blogs, *sites*, páginas no Youtube, vídeos, filmes, fotografias, marchas, formações, dinâmicas, encontros, leituras guiadas, entre outras.

De acordo com a entrevistada representante do *Coletivo Plural feminista*, a comunicação tem o poder de incidir e difundir conhecimento e de transformar a cultura. Assim, a dimensão da comunicação é ao mesmo tempo vista como de fundamental importância e também como algo que necessita maior comprometimento, tempo, prática e habilidades para ser melhor desenvolvida.

---

<sup>33</sup> Fala de entrevistada representante da UBM.

Todos os coletivos entrevistados em Porto Alegre se mostraram produtores de conteúdos, são divulgados de diferentes formas, com diversas intensidades e frequências, seja por meio de vídeos, fotos, textos e postagens múltiplas nas redes sociais como pela distribuição de panfletos e jornais e pelas rodas de conversa, leituras guiadas, batucadas e manifestações. Na maioria das vezes, de acordo com as entrevistadas, esses conteúdos eram produzidos de forma voluntária, sem haver comissões organizadas responsáveis (salvo em campanhas maiores, como o 8 de março Unificado). As finalidades desses modos de comunicação eram muitas e incluíam construir narrativas sobre as mulheres que sejam de resistência às narrativas hegemônicas, aproximar o feminismo de outras mulheres, dar visibilidade aos movimentos, convidar outras mulheres a participar, divulgar informações e fazer chamadas para reuniões, marchas, encontros e outros eventos. No entanto, de forma geral, foi colocado que a produção de práticas comunicativas enfrenta percursos de produção (falta de disponibilidade e habilidades técnicas); dificuldade de acessar mulheres que não vão as marchas e não estão nas redes digitais e vigilância nas redes digitais, sendo que alguns coletivos sofrem ataques de setores mais conservadores da sociedade. Mas apesar das dificuldades enfrentadas, todas as entrevistadas defenderam a importância da comunicação para a mobilização, e a importância de se ocupar, por meio da comunicação, espaços urbanos e digitais.

#### 2.4.4.2 Contexto de Salvador

No contexto de Salvador, realizei uma aproximação inicial, entrevistando mulheres de três coletivos com estruturas e propósitos diferenciados, a saber; *Mulheres de Fibra do Calabar*; *Tamos Juntas* e *Instituto da Mulher Negra – Odara*. Apesar das especificidades, constatei que se conectam a partir de projetos que trabalham com a comunicação de base, com a experiência e vivência de mulheres de bairros da periferia de Salvador e, também, se conectam a partir da preocupação com processos educacionais e de formação de consciência política.

Nesse sentido, por exemplo, a representante do *Mulheres de Fibra do Calabar* – coletivo formado por moradoras do Calabar, comunidade de Salvador – relatou-me que realizavam rodas de estudo e conversa para debater as relações de gênero e também discutir aspectos da conjuntura política atual, considerando os impactos que os acontecimentos políticos alcançariam no cotidiano das moradoras do Calabar. E que definem o feminismo que constroem como feminismo comunitário, realizado a partir de ações cotidianas e frequentes, no sentido de desconstruir estereótipos relacionados a gênero, raça, classe e sexualidade que povoavam o imaginário de moradores do bairro. De acordo com esta colaboradora, apesar de estudar os

feminismos e conceituações de gênero produzidos por intelectuais, cientistas, sociólogas e filósofas como Simone de Beauvoir e Ângela Davis, elas veem a necessidade de construir ideias e noções próprias que se atrelem de forma mais efetiva às suas vivências e experiências, marcadas pelos seus contextos e lugar de fala. Ela argumenta que o estudo acadêmico é fundamental, mas que também é necessário falar sobre e a partir das próprias vivências, construindo uma ótica e lógicas próprias.

Após nos conhecermos em um congresso onde apresentei um artigo sobre esta pesquisa, combinamos por meio do WhatsApp uma conversa, que foi realizada na rua onde as ações do coletivo se concentram. Esta colaboradora me contou que o coletivo *Mulheres de Fibra do Calabar* possui como objetivo ampliar os horizontes das moradoras do bairro, fomentar discussões de gênero, horizontalizar a educação, a comunicação e as relações de poder e promover o exercício político e a construção de consciência política. Que realizam parcerias com professores e alunos da UFBA, assim como atividades em conjunto com outros coletivos de mulheres, como a realização de uma roda de construção de flores de papel, que funciona como uma terapia em conjunto e um espaço para debater e construir estratégias para o autocuidado e a promoção da saúde mental. “Se você transforma um pedaço de papel em uma flor, pode também se transformar” me disse ela.

O objetivo principal, no entanto, é desconstruir imaginários. Uma das ações realizadas nesse sentido foi a de arrecadação e disponibilização de bicicletas pintadas de rosa para desconstruir, junto a crianças e jovens, padrões de gênero, como a ideia de que cores são específicas de um ou outro gênero. Entre os projetos do coletivo, além das experiências cotidianas como conversas com os moradores, destacam-se iniciativas como a formação de um cineclube – com o propósito de levar as discussões trabalhadas a jovens, adolescentes e crianças – e a construção de uma biblioteca pública que funciona dentro de uma geladeira – para democratizar o acesso à literatura e à ciência. Esta colaboradora também me contou que um projeto a ser implantado é a construção de uma rua-escola, que vise o bem viver, a solidariedade como prática, a democratização de acesso à cultura e artes e a educação ambiental.

Outro coletivo com o qual nos aproximamos foi o *Tamo Juntas*, formado por advogadas, psicólogas, agentes sociais e outras profissionais que visam realizar atendimentos jurídicos e de acolhimento a moradoras da periferia da cidade. Conversamos com três colaboradoras representantes do coletivo após contato prévio via Facebook com a página do mesmo, na sua sede, localizada em uma sala ofertada por uma pequena igreja católica.

Minhas colaboradoras representantes do coletivo destacaram a preocupação com promover atividades e acolhimentos que priorizem questões culturais visando a promoção de

consciências de gênero, classe e raça. Buscam, assim, orientar-se pelas perspectivas feministas de sororidade e horizontalidade e pela promoção de autonomia nos atendimentos realizados. Demarcaram que o feminismo que elas constroem não é o feminismo liberal apenas preocupado em conquista de direitos, mas um que se empenhe na libertação efetiva e coletiva de opressões das mulheres. Se identificam com a luta feminista antirracista e interseccional. Ressaltaram que objetivam, mais do que a visibilização da causa, o exercício da prática feminista a partir de acolhimentos, atendimentos e promoção de ações, considerando a escuta atenta como ferramenta fundamental de contato com outras mulheres. Também apontaram a educação e a formação crítica como um aspecto fundamental dos atendimentos e atuação do coletivo, defendendo que munir as mulheres de informação é um modo de fortalecê-las, salientando que entendem que a construção de saberes não se dá de forma unilateral, mas sim, por meio de trocas, narrativas de experiências, aprendizados mútuos e discussões

O coletivo *Tamos Juntas* surgiu a partir de uma campanha organizada nas redes sociais, por meio da #MaisAmorEntreNós em 2016, e logo se concretizou no mundo da vida. Para minhas colaboradoras, ocupar os espaços digitais é fundamental para divulgar ações, dar visibilidade ao coletivo e até mesmo para fazer orientações online. No entanto, sinalizaram a preocupação com a vigilância nas redes sociais, tanto a vigilância estatal quando a perseguição virtual de homens acusados de cometer violências contra as mulheres. Nesse sentido, nos contaram que utilizam como estratégia a migração para aplicativos criptografados mais seguros.

Por último, conversamos com o *Odara - Instituto da Mulher Negra*, organização de mulheres negras que visa a defesa da mulher negra e a luta antirracista. Minha aproximação com este coletivo se deu a partir da marcha pelo 8 de março de 2019, na qual conhecemos uma das suas integrantes. A partir desse primeiro momento, nos encontramos três vezes para conversarmos com mulheres do coletivo. Somente no último encontro realizamos efetivamente a entrevista. Considero interessante ressaltar que durante o segundo encontro conversamos sobre esta pesquisa, e a colaboradora integrante do coletivo sugeriu um aprofundamento teórico no que tange ao feminismo negro, referenciais que foram significativos e relevantes para esta caminhada investigativa.

Em nossa conversa, esta colaboradora me contou que o coletivo trabalha em quatro frentes principais: programas de direitos humanos, de saúde, de comunicação e de pesquisa e intercâmbio. A preocupação com a educação como modo de promoção de consciência crítica se mostra, assim, também presente em ações da organização. Um exemplo disso é a criação da biblioteca Ana Célia Silva (em homenagem à uma intelectual e ativista negra da Bahia relevante historicamente na cena feminista e na produção científica de Salvador), também disponível em

acervo digital, que promove espaços de *escrevivência*, onde as mulheres possam escrever e publicar textos e produções acadêmicas, configurando um espaço de concentração de memória da produção de mulheres negras.

No que tange à comunicação, o coletivo constrói seus programas, usos, apropriações e produções comunicacionais de modo a centralizar as múltiplas narrativas das mulheres negras. Objetiva, desse modo, fomentar modos de comunicação nos quais se possa visibilizar narrativas diferentes de mulheres negras, de modo a desconstruir imagens simplistas e estereotipadas que permeiam as mídias hegemônicas. De acordo com ela, além da preocupação em visibilizar narrativas, o grupo entende a necessidade de trabalhar a comunicação como um direito. Para isso, realizam cursos, formações e programas para capacitar jovens negras a partir dessa perspectiva, como mencionamos anteriormente.

Assim, ambos os coletivos me ajudaram a perceber o potencial da comunicação de movimentos sociais em promover espaços de educação política, cultural e social para além da educação formal. De construir novas lógicas e outros saberes. No que tange à construção de cidadanias comunicativas conectadas à luta feminista, vislumbrei pistas relativas a modos de comunicação mais dialógica, de democratização dos espaços de comunicação, de informação e de cultura. Nesse sentido, também percebi um esforço em construir narrativas outras que, por meio da desconstrução de estereótipos, contribuam para a luta contra as opressões e a favor da libertação da precariedade submetida a parcelas da população. O que mostra possibilidades no sentido de tornar o imaginário social mais democrático e potente para o desenvolvimento de resistências às lógicas hegemônicas excludentes.

#### ***3.4.5 O movimento do real atravessa a pesquisa e a modifica***

O caminho se faz caminhando e por isso, de vez em quando, a gente se perde, como evoca uma canção nordestina. Quando comecei a trilhar os percursos exploratórios, os horizontes da pesquisa pareciam mais visíveis. Parecia que saberia quais os caminhos e atalhos seguiria e quais armadilhas evitaria. A ideia inicial era aprofundar os contatos com cada coletivo, estando presente por algum tempo no cotidiano de cada um dos movimentos observados. Imaginei que poderia fazer uma etnografia *online* aliada aos movimentos etnográficos presenciais e, em paralelo, desenvolver outras estratégias metodológicas que me permitisse aprofundar o contato com as sujeitas comunicantes. No entanto, a pandemia do Covid-19 mudou completamente os planos traçados e as realidades vivenciadas pelos próprios coletivos, realocou as prioridades de ambos e desestabilizou até mesmo meus entendimentos

sobre os rumos da pesquisa, sobre o que estava observando e sobre o que tinha observado até então.

O olhar inicial estava muito focado às formas como os processos comunicacionais se davam nos espaços públicos e presenciais, e como se vinculavam os modos de ocupar os espaços digitais. A relação entre as redes e a rua me instigava muito. As entrevistas davam pistas de que a rua era extremamente necessária para o desenvolvimento das lutas travadas pelos movimentos feministas que pude observar. Mas, de uma hora para a outra, a rua tornou-se ainda mais perigosa, e muitas vezes impraticável. Não ocupar as ruas passou a ser resistência a um governo negacionista que ignorava os riscos da pandemia e que propunha uma política de morte.

A experiência da pandemia afetou a todos e, conseqüentemente, desestabilizou, modificou e agudizou demandas e prioridades dos coletivos, fazendo emergir demandas específicas conectadas ao contexto. Tentar lutar pela garantia de uma vida digna (e muitas vezes da sobrevivência) das mulheres tornou-se uma tarefa ainda mais árdua. Os grupos observados tiveram que lidar com a mudança repentina de projetos e planos e passaram a se mobilizar em prol da conquista de cestas básicas e auxílio emergencial. Era preciso construir novas estratégias, táticas e ações para dar seguimento à luta nas ruas e nas redes. Campanhas de arrecadação de fundo foram criadas, reuniões presenciais foram muitas vezes substituídas por encontros *online* e parcerias foram intensificadas ou criadas. A necessidade de ocupar os ambientes digitais foi cada vez mais ampliada, suscitando problemáticas e possibilidades.

Se no próprio cotidiano, metodologias e estratégias dos grupos foram atravessados drasticamente pela realidade que se apresentava, do lado de cá, a pesquisa parecia ter perdido seu chão, suas bases, sua estrutura. Acompanhar presencialmente os grupos, em um exercício mais tradicional de etnografia tornou-se um caminho inviável. Meu interesse nas manifestações e na ocupação do espaço público, de entender a cidade na luta, também precisou ser ressignificado, realocado e reformulado. O ‘olho no olho’ era particularmente caro a essa pesquisa, e não apenas precisou ser mediado por telas, como muitas vezes, não conseguiu ser efetivado em meio aos cotidianos reajustados, aos processos de readaptação. Em um primeiro momento, logo após a primeira morte, que coincidiu ser em uma data muito próxima à da última observação presencial de campo (da marcha do dia 8 de março), a pesquisa empírica congelou. Havia a esperança de que a *normalidade* como a entendíamos voltaria em cerca de dois ou três meses. Eu cultivava a esperança de que as entrevistas poderiam ser marcadas presencialmente logo, sem grandes prejuízos, e que tudo voltaria ao *normal*, ao planejado.

Repensar as estratégias levou tempo e gerou ansiedade. Mergulhar no digital, a escolha mais óbvia, necessitou de readaptações. Tanto de planejamento quanto, é preciso salientar, de organização interna e emocional. Tomar a pesquisa como artesanaria tal qual nos desafia Mills (1975) nos coloca frente a frente a um processo quase criativo de construção, reconstrução, de calcular e recalcular rotas, direcionamentos. Frente a desestabilizações e crises, é necessário encontrar soluções possíveis, mesmo que não sejam as mais satisfatórias. Estamos envolvidos em cada pequena decisão da pesquisa, e assim, sujeitos a todas as formas de afetação que ela pode nos provocar. A visão epistemológica dos movimentos feministas (HILL COLLINS, 2020, HOOKS, 2019, SANDERBERG, 2002) nos ensina que a experiência vivida tem critério de significado mesmo nas pesquisas científicas e que, dessa forma, não se é possível desatrelar a pesquisa dos sujeitos pesquisadores, das lógicas que os circundam, assim como não é possível dissociar uma investigação de seu tempo, espaço e contexto. Esta pesquisa está completamente atravessada por um momento de crise, provocado por uma pandemia global que se estende há um ano. Atravessada por adaptações, transformações, afetações emocionais, frustrações e aprendizados.

A realização de uma pesquisa que envolve temas delicados como o feminismo, as relações de gênero, raça, classe e poder, em meio ao caos pandêmico não se deu sem algumas doses de dor, de cansaço, de tristeza. Saliento isso, não só como desabafo, mas para registro histórico e para refletir sobre algumas questões próprias ao fazer científico. Assumir o atravessamento das emoções não justifica as possíveis falhas no caminho, nem diminui o rigor científico, mas nos faz problematizar a necessidade de encontrar modos de construir afastamento e tempo necessários para reinterpretar a pesquisa, não só os dados, mas toda a sua estrutura que se move com eles.

Como nos coloca Popper (1975), reiteradamente me esforcei para evitar os possíveis erros. No entanto, não errar é uma ambição simplista. Vamos errar, o que importar é o esforço em construir formas de correção dos erros, e especialmente, de aprender com eles, mesmo quando concertá-los não se torna efetivo. Em meu caso específico, o atraso na adaptação do pesquisar foi um erro diagnosticado. Ao meu ver, a pandemia demandou uma aceleração no pensamento e uma sensibilidade nas reconstruções e flexibilizações que pode ter, em algum momento, me faltado. Um exemplo concreto se dá com as entrevistas. A frustração pela mudança de planos veio acompanhada da frustração em perceber que uma rigidez de protocolos se mostrou inútil. Tentar realizar as entrevistas simultaneamente em um dado período, obedecendo a uma padronização no seu modo de operar se revelou improdutivo. As entrevistas foram realizadas em temporalidades e meios distintos. Algumas se arrastaram por dias por

aplicativos como WhatsApp. Ter mais sensibilidade para entender o tempo do outro e para flexibilizar as formas e os modelos teria nos agilizado e, talvez, produzido conexões mais profundas. Fica o relato para problematizar que a intensidade da troca, por vezes, ocorre nos desencontros. É preciso estar aberto a eles, por sorte, pudemos perceber a questão.

Assim, em sua concretude, a pesquisa foi pensada e repensada inúmeras vezes em seu processo. Fazer e desfazer caminhos faz parte do trilhar científico. Entendo que a pesquisa é também atravessada pelas subjetividades acionadas e agravadas pelo contexto. Acompanhar os modos de reconstrução de lógicas, tanto as relacionadas às próprias pesquisas, quanto às conectadas às experiências dos grupos observados, enriqueceu minhas observações e problematizações. Na prática, meu foco foi reajustado e mergulhei cada vez mais na pesquisa etnográfica nos ambientes digitais.

#### *3.4.5.1 Abraçando o olhar etnográfico no digital*

A etnografia pode ser percebida como uma prática metodológica na qual o investigador se coloca em contato com realidades vividas por aqueles que pesquisa, compartilhando aspectos culturais a fim de propor reflexões e problematizações. A partir de Hine (2000) e Fragoso et al. (2011), entendo a etnografia como um caminho para nos aproximarmos da compreensão acerca dos modos como as pessoas interpretam o mundo ao redor e como produzem sentidos e significados e organizam suas vidas, e assim, da complexidade dos processos da vida social. Enquanto método, visa a produção de entendimentos da cultura com base em observações atentas e conceitos que ganham concretude no processo da investigação, e não que se imponham a priori para o investigador (HINE, 2000). Dessa forma, ela não oferece soluções e fórmulas prontas, ao contrário evidencia o processo da construção de saberes.

De acordo com Polivanov (2013), enquanto método, a etnografia é definida pelo esforço intelectual da construção de uma descrição densa que combina a observação sistemática e atenta e interpretação desta, de modo que o etnógrafo possa traçar entendimentos sobre as experiências e dinâmicas sociais que constituem teias de significado, a fim de entender variados aspectos de diversas culturas. Para além de reportar elementos e eventos, cabe ao pesquisador o exercício de construir explicações acerca do que observou.

Assim, tradicionalmente, as etnografias são compostas por construção de relações com sujeitos, deslocamentos, mapeamentos, observações. Tendo isso em vista, a internet se apresenta como uma espacialidade complexa e desafiadora. Constitui um campo de observação com contradições e características específicas que podem vir a demandar diversas abordagens.

Ela possibilita que, de dentro de um lugar fixo, possa-se viajar ciberneticamente e explorar espaços sociais, não implicando necessariamente que o etnógrafo se desloque fisicamente. De acordo com os autores Amaral, Frago e Recuero (2011), essa questão suscitou debates acerca da apropriação da etnografia para os estudos direcionados à internet devido ao estranhamento das localidades e temporalidades do campo de pesquisa na internet – que não possuía as mesmas particularidades e características das idas a campo presenciais, sendo que o deslocamento é lido como necessário para a abordagem etnográfica. Contudo, entendo que o *fazer etnográfico* na internet não abole os deslocamentos e observações densas, apenas demanda maiores adaptações às peculiaridades da realidade digital. Mesmo na internet, o olhar etnográfico não pode ser separado dos contextos nos quais este se insere (HINE, 2000).

Em uma entrevista cedida à Adriana Braga para a revista da E-Compós, Christine Hine (2012) reflete sobre as possibilidades de um exercício de etnografia nos meios digitais. Como observa a pesquisadora, um aspecto essencial para a realização de uma etnografia no meio digital, diante de fenômenos fragmentados e complexos é a reflexividade. Refletir sobre o espaço, as temporalidades e sobre como sabemos o que sabemos, sobre “como nosso entendimento é plasmado por determinadas abordagens metodológicas, pelo subconjunto de participantes com quem acontece de estarmos interagindo e pelos meios que escolhemos para essa interação” (HINE,2012).

Nos anos 2000, em seu livro *Etnografia Virtual*, Hine (2000) propôs que a internet seja compreendida como cultura ou como artefato cultural, sendo que ambas as perspectivas possuem suas especificidades analíticas. Compreender a internet como cultura, nos moldes de Hine (2000), implica vê-la como um espaço no qual reconstituímos a cultura. Já tomar a internet como produto cultural demanda percebê-la como um produto da cultura, tecnologia produzida por indivíduos com intenções e prioridades particulares e contextuais. Assim, essa tecnologia é vista como um elemento da cultura que não se dá como entidade isolada, a parte do *off-line*, mas sim, a partir de imbricamentos e inter-relações entre o mundo da vida e o virtual. Essa perspectiva favorece os estudos que enfocam os usos e apropriações de sujeitos comunicantes no espaço digital. Quinze anos depois, Hine (2015) reflete que essas concepções ainda são proveitosas para se pensar a internet, no entanto, defende que esses dois aspectos se nutrem de forma mútua, não podendo ser compreendidos de forma separada um do outro.

Partindo dessa ótica, uma perspectiva que nos interessa é a apontada por Frago et.al. (2011) e também por Polivanov (2013), que compreende a internet tanto como cultura, quanto como artefato cultural, como “tecnologia midiática geradora de práticas sociais” (POLIVANOV, 2013, p.4). Esse ponto de vista se conecta à noção de internet enquanto artefato

cultural, considerando não apenas a dimensão simbólica, como também a dimensão material do campo virtual.

Entendo, a partir do diálogo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011) que o campo de pesquisa da internet não deve ser lido como um lugar deslocado do real, distinto do domínio da vida cotidiana, mas sim, explorado sem limitações prévias em todas as suas nuances, texturas, atividades sociais e possibilidades. Nesse sentido, a leitura de Claudia Ferraz (2019) colaborou para esse entendimento da condição material das conexões *online*, para atentar às conexões entre o mundo tecnológico e o humano.

A internet não é uma ilha, um território ou esfera isolada, a parte do real, portanto não é virtual. Meu entendimento de etnografia de campos de pesquisa na internet passa pela compreensão de que o online e off-line se hibridizam entre o digital e o social, o corpo e a tecnologia. Tendo em vista que no nosso mundo contemporâneo não há mais fronteiras rígidas entre as diversas temporalidades e espacialidades. Nosso mundo acontece conectado ao digital. (FERRAZ, 2019).

Nesse sentido, Hine (2015) entende a internet na contemporaneidade como um fenômeno permeado, cotidiano e incorporado, que adquire sentido nos contextos em que se insere. Assim, a autora defende que o fazer etnográfico na internet demanda flexibilidade, adaptações e criatividade para analisar com rigor das conexões múltiplas e imprecisas do mundo digital. É preciso, assim, manter a vigilância, o senso crítico e evitar concepções a priori acerca dos usos que os sujeitos fazem da internet.

A partir dessas perspectivas compreendo que, para uma melhor contextualização do campo de pesquisa, e assim, qualificação e aprofundamento das análises, é necessário construir caminhos metódicos e estratégias de aproximação e coleta de dados considerando os aspectos de permeação e hibridização da internet no nosso cotidiano contemporâneo.

O avanço das tecnologias digitais e dos aparelhos móveis, complexificou ainda mais o nosso entendimento sobre a internet, sobre o digital e suas materializações. E, assim, o fazer etnográfico na internet também demandou maiores complexidades e sensibilidades ao novo e as múltiplas formas de uso e apropriação da internet. Nesse sentido, as experiências vividas com a pandemia amplificaram o nosso entendimento de hibridização do digital, dos entrelaçamentos com a realidade palpável. O campo digitou passou a se apresentar de forma cada vez mais material e interconectada ao cotidiano, ao palpável, ao mundo dos sentidos.

A partir desse momento, o campo da internet também ganhou um peso ainda maior nessa investigação, visto as adaptações que se fizeram necessárias no contexto da pandemia. A não viabilidade dos deslocamentos e observações presenciais no campo tornou necessária a

construção de outras estratégias e planejamentos. Foi preciso abraçar o olhar etnográfico no digital com ainda mais sensibilidade. Uma das decisões que tomei foi a de ampliar o campo digital para além do Facebook –como estava previsto inicialmente. A experiência da pandemia impactou não somente o fazer da pesquisa, como também, os modos como os grupos que elegi observar usam e se apropriam nos espaços digitais. O volume de postagens foi intensificado, em certos casos, alguns grupos passaram a ocupar mais plataformas e redes sociais e a construir outras práticas e estratégias comunicacionais. Tendo em vista a riqueza de ações comunicativas nesse momento, optei por construir mapas de ocupação digital dos movimentos, que guiaram minha observação *online*. Passei a acompanhar o *Facebook*, o *Instagram*, o *Twitter*, o *Youtube*, *sites* e *blogs*. A ideia era realmente me deslocar conforme a ocupação de cada grupo. Vale ressaltar que apenas observei os perfis oficiais dos grupos; os perfis pessoais das integrantes não compuseram o *corpus* de observação.

Desta forma, meu olhar etnográfico se construiu a partir de três movimentos simultâneos: a observação; a coleta e sistematização de dados; e as entrevistas *online*. Redes sociais como o Instagram e o Facebook possuem dispositivos que me ajudaram na coleta de dados, como a opção de salvar postagens e de ativar notificações. A observação se deu de forma participativa (interagindo com as postagens por meio de curtidas), a partir da identificação enquanto pesquisadora, mas todas as interações e comunicação com as integrantes ocorreram de forma relacionada à pesquisa.

A observação sistemática se estendeu de junho de 2019 até novembro de 2020. Para orientar a coleta de dados, elaborei tabelas identificando quais as temáticas abordadas nas publicações e quantificando o número de postagens. Também me acompanhou um caderno de campo no qual registrei minhas percepções a respeito das postagens.

Compreendendo que a internet não é um local à parte, e que, portanto, a etnografia digital precisa estar atrelada ao seu contexto e a técnicas que vão além da observação online, realizei duas entrevistas em profundidade com cada grupo. As entrevistas foram pensadas de forma a ajudar a entender um pouco mais sobre o processo de criação das ações comunicacionais, as intencionalidades dessa comunicação e como a comunicação se articula aos objetivos e necessidades de cada grupo.

As entrevistas se deram em ambientes digitais, por meio de conversas pelo aplicativo Zoom, por chamadas de vídeo pelo WhatsApp e por trocas de mensagem por esse mesmo aplicativo.

O primeiro roteiro de entrevista foi organizado em setes blocos, que exploravam as seguintes dimensões: aspectos organizacionais (referentes à organização interna, objetivos e

processos de definições de pautas e ações coletivas); parcerias e formação de redes (referentes aos trabalhos em conjuntos com outros coletivos, entidades e atores sociais); construção do feminismo (preceitos teóricos, éticos e metodológicos da perspectiva feminista); práticas comunicacionais (usos e apropriações dos meios de comunicação e processos comunicacionais); usos das redes sociais digitais (práticas e entendimentos acerca dos territórios digitais); educação e formação política (como a dimensão educativa atravessa o modo de agir dos coletivos). (Ver o roteiro completo no Apêndice B).

O segundo roteiro de entrevista realizada foi composto por apenas oito perguntas acerca das experiências vivenciadas pelos grupos relacionadas à pandemia do COVID-19. (Conferir o roteiro no Apêndice C).

Apesar dos roteiros de entrevista terem sido estruturados com blocos de perguntas norteadoras, permiti que as entrevistas ocorressem de forma mais fluida, com espaço para que os sujeitos comunicantes pudessem dialogar e se expressar de forma mais livre, o que foi enriquecedor na maioria das vezes. Entendi que as entrevistas em profundidade me ajudariam delinear um panorama mais amplo e aprofundado desses processos e relações comunicacionais. De fato, as entrevistas, aliadas ao processo anterior de pesquisa exploratória, me levaram a refletir acerca do cuidado da voz, nos moldes que abordarei mais à frente.

#### *2.4.5.2 Dimensões de análise*

Explicitados e articulados os operadores conceituais, outra ação fundamental foi a de definição dos operadores analíticos, que se materializou por meio das categorias de análise do objeto. Elas foram estabelecidas em função dos objetivos geral e específicos deste projeto e parametrizados pelo problema de pesquisa. Para investigar as estratégias os usos e apropriações comunicacionais de grupos feministas na construção, exercício e reivindicação de cidadania comunicativa, considere que deveria atentar a alguns aspectos e características das práticas comunicacionais e, assim, explorar alguns conceitos teóricos

Ressalto a necessidade de pensar a cidadania de forma multidimensional, considerando os sujeitos e cidadãos não apenas como seres políticos de demanda e direitos, mas como sujeitos integrais, com sensibilidades, experiências, vivências e lógicas próprias. Penso, portanto, que é relevante tomar a cidadania comunicativa considerando sua possibilidade de abarcar questões de identidade, comunicação, cultura, sociabilidades, emocionalidade, pertença e prática sociais. Esta deve promover a garantia de direitos e deveres, como também a promoção de debates, reflexões e expressões que se vinculem a diversas dimensões da cidadania. Mas olhando-a por

uma perspectiva feminista, também deve possibilitar que os sujeitos desenvolvam capacidades e lógicas de maior autonomia comunicacional, social, política e cultural vinculadas à luta por uma vida mais digna, menos desigual.

Entendendo que a luta feminista se dá em um campo discursivo de ação feminista (ALVAREZ, 2014), articulando-se por meio de tramas político-comunicativas para além da esfera civil pública, penso que a prática de cidadania comunicativa exercida pelos coletivos analisados passa por uma disputa de sentidos, ocorrendo também no nível simbólico, daquilo que alimenta o imaginário social, mais especificamente dos modos como são construídas as ideias do ser mulher, ser feminista, de igualdade de gêneros e vida digna. As redes sociais são um território discursivo digital complexo onde essa disputa também se realiza.

Frente a isso, para atender ao que nos exige a problemática, observar com cuidado e refletir criticamente sobre o conjunto de postagens que coletadas, elaborei dimensões específicas de observação, detalhadas a seguir.

- *Focos da disputa e aspectos considerados* - Busco nesta dimensão entender quais são as temáticas e questões as quais os coletivos se dedicam para construir e disputar narrativas e de que formas são trabalhadas. A ideia é analisar como, a partir do tratamento que dispensam a esses aspectos, os coletivos se colocam e se expressam; como os coletivos apresentam pontos de vistas próprios, como os temas são tratados. Interessa observar e analisar também possíveis aproximações a narrativas hegemônicas.
- *Sujeitas que falam, o que falam, como falam e para quem* - Nesta dimensão, a proposta é identificar quais as vozes constroem as narrativas, analisando quem são as sujeitas comunicantes que falam e de quem são os pontos de vista narrados, o que eles agregam e a que mulheres esses grupos feministas pretendem atingir.
- *Construções narrativas sobre o ser mulher e o ser feminista* - Nesta dimensão, busco observar como são trabalhadas as relações e construções de gênero nas postagens. Interessa observar e analisar como aspectos identitários aparecem nas postagens; quais elementos são reivindicados, como disputam as narrativas sobre o ser mulher, sobre os enfrentamentos, realidades e experiências das mulheres, como percebem as relações de gênero, quais as rupturas com as narrativas hegemônicas e se existem contradições.
- *Relações de poder* - Esta dimensão inclui analisar de que forma raça, classe e gênero são trabalhados nas postagens. Inclui observar se existe uma preocupação efetiva em trabalhar esse aspecto de modo crítico e fecundo, se existem contradições.
- *Estratégias utilizadas para a comunicação digital* – Esta dimensão objetiva mapear a ocupação dos coletivos nas redes sociais e a partir, disso, observar de que modo se utilizam

das especificidades de que cada plataforma para produzir suas estratégias e conteúdos atentando, assim, para a criação de redes digitais, compartilhamentos, e possíveis espaços de diálogo com outros sujeitos e coletivos.

- *Estratégias narrativas e elementos estéticos* - Tendo observado que há uma preocupação com os modos de dizer e a expressão estética em manifestações, interessa observar como isso se traduz no mundo digital, se há uma formulação própria ou uma adaptação de modelos hegemônicos ou usuais da mídia, o que essas utilizações e construções revelam sobre as intencionalidades dos coletivos.
- *Presença de elementos educacionais na forma de comunicação dos grupos* - A ideia é observar os modos como o elemento educacional atravessa as práticas comunicativas, atentando para aspectos como as estratégias utilizadas para mobilizar debates e construção de senso crítico.

Essas dimensões foram analisadas a partir de um recorte ou *corpus* específico de postagens, selecionados do conjunto total. Em nossa fase sistemática contabilizados todas as publicações em redes sociais dos três movimentos analisados, identificando cada temática abordada. Dessa forma, afim de realizar um olhar mais aprofundado e conectado às nossas dimensões de análise foi preciso optar por exemplos que pudessem exemplificar as nossas percepções a partir dos dados. Como pode ser visto no quinto capítulo, no qual nos dedicamos à sistematização dos dados e a explanação das análises realizadas.

Explicitadas neste capítulo os percursos metodológicos trilhados na construção desta pesquisa passo, o próximo capítulo se dedica às reflexões e problematizações teóricas que possibilitaram a fundamentação desta investigação.

#### **4. PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS**

Este capítulo se dedica a apresentar as construções teóricas que fundamentam esta pesquisa. Vale salientar que o aporte teórico se conforma em confluência com os processos empíricos e metodológicos da investigação, nutrindo-se simultaneamente. Busca-se fundamentação teórica afim de analisar e interpretar os dados coletados na investigação sistemática. Por sua vez, as pistas dadas pelos movimentos exploratórios nos fazem ajustar e reconfigurar nossas lentes teóricas.

Assim, estruturo tais problematizações em três eixos principais. Em um primeiro momento, penso os processos midiáticos e as vinculações aos processos midiáticos digitais, valorizando nestas perspectivas o lugar e ações dos sujeitos comunicantes. Em um segundo momento, problematizo os movimentos sociais, dando enfoque aos movimentos feministas e aos modos como as relações de gênero e poder os atravessam. Por fim, me dedico a pensar a noção de cidadania comunicativa e suas possíveis ampliações. Alinhando o conceito às lutas feministas e a percepção da necessidade de se refletir sobre o cuidado com a voz enquanto dimensão da reivindicação de cidadania comunicativa.

##### **4.1 Os processos midiáticos e os usos e apropriações das redes sociais digitais**

Somos seres sociais e comunicacionais. Isso quer dizer que a ação, o discurso e a vida em sociedade são elementos intrínsecos ao que caracteriza a humanidade. A vida humana em sociedade se dá a partir da interação uns com os outros e não poderíamos pensar em atuação humana sem a presença direta ou indiretamente de outros seres humanos, e, assim, sem comunicação. Como nos lembra Arendt, “uma vida humana sem discurso e sem ação [...], é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (ARENDDT, 2001, p. 221). Dessa forma, uma vez que somos seres sociais também somos comunicacionais.

Com Maldonado (2014), compreendo a comunicação como uma dimensão sociocultural fundamental das formações sociais e reconheço a sua complexidade no que tange ao seu múltiplo caráter: discursivo, dialógico, sociológico, psicológico, político, histórico e tecnológico. Por meio da comunicação conseguimos dar forma ao tempo, nos conectar com os outros, perceber e buscar explicações sobre o que nos cerca e nos organizar em sociedade. Por meio da comunicação criamos, legitimamos e ignoramos realidades e situações.

Assim, para melhor explorar seus potenciais, a humanidade forjou e construiu inúmeras tecnologias de comunicação e informação ao longo da história, desde as pinturas rupestres, ao 5G. Tecnologias estas que foram formuladas para atender às demandas e questões complexas da tessitura social de cada contexto, e que também, paradoxalmente suscitavam outras questões, e transformações. Inventamos e transformamos a tecnologia e somos transformados por elas.

Desta forma, pensar processos midiáticos contemporâneos nos exige entendê-los imersos a tramas e lógicas complexas que atravessam o tecido social e variam de acordo com o contexto, com os aspectos de espaço e tempo em que se localizam. Nesse sentido, os processos de globalização e midiaticização são dimensões chaves para traçar um panorama das relações constitutivas dos processos midiáticos.

#### ***4.1.1 Globalização e midiaticização***

Boaventura Santos (2010) propõe a definição de globalização como um processo no qual uma entidade ou condição local estende seu campo de influência ao global e “ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (SANTOS, 2010, p. 438). A globalização não se dá de forma unívoca; engendrando-se a partir de lógicas da macroestrutura, a globalização é atravessada e atravessa, de modos distintos, diferentes contextos, temporalidades, culturas e lógicas sociopolíticas. Assim, como argumenta Santos, este processo deve ser tratado no plural, como globalizações que não se desenvolvem da mesma maneira em todos os lugares, nem com os mesmos efeitos, dinâmicas e modos de operar.

Para melhor perceber a questão, o autor supracitado distingue modos de globalização que dão origem a duas formas de produção deste processo: a hegemônica – interligada a lógicas capitalistas e neoliberais – e a contra hegemônica – possibilidade de resistência a nível global (a qual comentaremos em um momento posterior). Desta forma, os processos de globalização podem representar, ao mesmo tempo, projetos de unificação global que se sustentem de forma brutal e veloz fragilizando elos sociais importantes, assim como uma gama de possibilidades de agências (as quais nos ateremos posteriormente neste texto), apesar destas formas não se equalizarem em potência e agência.

No campo hegemônico, as transformações desencadeadas pelos processos de globalização, entre outros efeitos, estão implicadas em impactos nos modos como entendemos temporalidade e distância, nas relações espaço/tempo, no enfraquecimento e descentramento de instituições e laços de pertencimento e reconhecimento social, do afastamento entre as lógicas

do global e do local (BONIN, 2013). Ao se atrelar às lógicas de mercado impostas por instituições de unificação global, muitas vezes o Estado encontra dificuldades em responder às demandas específicas de sua sociedade.

Assim, a globalização financeira e capitalista deflagra um devastador processo de uniformização que aprofunda as diferenças, provoca descentramentos e amplifica desigualdades sociais. Abre brechas para que a “perversidade sistêmica” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.18), o capitalismo global, produz o aumento da pobreza, das desigualdades, do desemprego e a precarização do mundo do trabalho (BONIN, 2013; BARBERO, 2014). Recorro à Boaventura Santos (2010), para entender que nesse processo, o que se globaliza é aquele que vence uma disputa pela apropriação de recursos e pelo reconhecimento hegemônico e pela capacidade de ditar os termos da negociação e os modos de integração, inclusão e exclusão. “O que a globalização põe em jogo não é só uma circulação maior de produtos, mas, sim, uma rearticulação profunda das relações entre culturas e países, mediante uma descentralização que concentra o poder econômico e uma desterritorialização que hibridiza culturas” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 64).

Nesse sentido, recupero o alerta que Chimamanda Ngozi Adiche (2019) nos faz acerca do perigo da histórica única para pensar sobre os modos como os processos de globalização hegemônica corroboram para a constituição e manutenção de narrativas favoráveis à manutenção do poder de quem está no topo da pirâmide global. Quantas histórias únicas acerca das culturas subalternizadas por uma lógica colonialista permeiam a nossa visão de mundo? E a quem elas servem? Atento, assim, aos modos como essas narrativas limitam nossos entendimentos dos outros, das culturas e sociedades, servindo, muitas vezes a lógicas de desumanização.

Boaventura (2010) e Adiche (2019) nos fazem pensar nas formas como as lógicas coloniais que oprimem, desestabilizam e provocam *apagamentos* de culturas vão se atualizando e se reconfigurando, criando novos formatos para perpetuar sistemas de poder. Lógicas estas que atuam por meio dos processos de globalização hegemônica, ou nas palavras de Santos “globalização de cima para baixo” (SANTOS, 2010, p. 438), que converge para uma diferenciação cada vez maior entre o Norte e o Sul global.

Os processos de globalização possibilitaram que a macroeconomia, regida por dinâmicas capitalistas, abalasse o lugar das relações políticas institucionais, contribuindo para o esvaziamento simbólico da política, ou seja, para a perda da capacidade de nos reconhecermos enquanto sociedade e a fragilização do sentimento de pertença a um comum, conduzindo a uma

crise de representatividade dos partidos políticos e ao enfraquecimento de instituições e identidades sociais (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Nesse plano complexo de acirramento de diferenças, conflitos e desigualdades, e por outro lado, de hibridização de fronteiras, do aprofundamento do contato entre culturas, lógicas e epistemologias diversas, a comunicação se torna dimensão chave constitutiva de um modelo social que impulsiona sociedades para um caminho de intensificação de contatos e conflitos, criando inter-relações e embates entre culturas de um modo que não havia antes (MARTÍN-BARBERO, 2014). A exposição de culturas a outros modos de organização social, política e cultural provoca intensos descentramentos não apenas nas dimensões políticas e financeiras, mas principalmente no quadro de referências, nos vínculos sociais, nas experimentações e construções de bens simbólicos e culturais, nas formas de comunicar, nas identidades, nos modos de acessar memórias e na imaginação coletiva das sociedades. Como argumenta Martín Barbero:

É o próprio lugar da cultura na sociedade que muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, adensar-se e converter-se em estrutural. Pois a tecnologia remete hoje não só, e nem tanto, à novidade dos aparatos, mas também a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escrituras (2014, p. 25).

Os processos de globalização, que surgiram atravessados por transformações tecnológicas, agiram também na produção de lógicas e demandas que impulsionaram o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação. Consequentemente, os modos como a comunicação se dava em meio ao tecido social foram se transformando, sendo moldados e se readaptando, assumindo novos espaços. Como argumenta Martín Barbero (2006), a comunicação passou a ocupar um lugar estratégico na formação de novos modelos de sociedade. Assim, no cenário de globalizações e revoluções tecnológicas a mídia passou a exercer um papel central no processo de negociação e reconfiguração de identidades e de construção de um imaginário social.

Penso a centralidade e contínua expansão das mídias na configuração da sociedade atual a partir do conceito de midiatização, que busca pensar o papel estruturador de práticas, sentidos e relações da mídia na trama social (BONIN, 201). De acordo com Bonin (2009), os conceitos de midiatização e de cultura midiática são propostas que visam entender as alterações e reconfigurações nos modos como a sociedade se estrutura, se transforma e constrói significados, sentidos e organiza memórias comuns, ao longo do processo de expansão das mídias em diversos segmentos e territórios sociais.

A midiaticização estruturada pelos processos histórico/econômicos/políticos gera formas de vida social e culturas específicas que constroem modelos, nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas. Ele possui a característica de atravessar todos os outros campos, condicioná-los e adequá-los as formas expressivas e representativas da mídia (MALDONADO, 2002 p. 7)

As mídias se inserem na textura da experiência cotidiana (SILVERSTONE, 2002), e operam agendando, por meio de sua programação (seja por rádio, internet, jornais, cinema, televisão, entre outros), a nossa vivência no dia-a-dia. Em nossa sociedade contemporânea, temos o nosso cotidiano diariamente atravessado (em diversos graus e níveis) pelas mídias, seja impressa, audiovisual ou eletrônica. Recorremos a ela de variados modos e para múltiplos fins: para nos mantermos conectados com a realidade do mundo, antenados com os fatos e as notícias, para nos informar, para nos entreter, para buscar conforto e segurança, para dar sentido às experiências e seus processos e continuidades e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência. Partindo de uma percepção de complexidade e onipresença dos processos midiáticos em nossa sociedade, Silverstone (2002) nos convida a olhar a mídia de forma multidimensional: como dimensão cultural e social, mas também política e econômica, como um elemento que coopera para nossa variável capacidade de compreender o mundo, compartilhar e produzir sentidos e, assim, que colabora para a construção de um quadro de referências que alimenta o nosso imaginário social.

Assim, as mídias também operam no mundo simbólico; oferecem critérios, sentidos, representações, estruturas para a condução da vida diária, pontos de parada, pontos de referência, de engajamento e desengajamento com os quais sujeitos e coletivos podem se identificar (BONIN, 2011; SILVERSTONE, 2002). Ao se inserirem em nosso cotidiano, as mídias nos oferecem com enquadramentos e narrativas que atravessam os modos como configuramos nossa visão de mundo e nossa construção de memória - individualmente e socialmente.

Sendo que os fluxos da representação da mídia são interrompidos e ressignificados nos processos de circulação, sendo consumidos, apropriados ou rejeitados pelos sujeitos comunicantes, sob suas lógicas, resistências e usos. “Nossa entrada no espaço midiático é, ao mesmo tempo, uma transição do cotidiano para o limiar e uma apropriação do limiar pelo cotidiano (SILVERSTONE, 2002, p.25)”. Assim, também nos movemos em espaços midiáticos, em quadros de especificidades de espaço/tempo e inter-relações. As mídias também atuam na construção de memórias sociais, na negociação e transformação dessas memórias no universo da recepção (BONIN, 2009). Assim, são um elemento configurador daquilo que

lembramos, e do que esquecemos, do que legitimamos e das nossas fontes de reconhecimento social e identitário.

Pensar que nossas sociedades estão em processo de mediação implica perceber que temos o desafio de compreender as transformações sociais, políticas, culturais, relacionais provocadas pelo crescente envolvimento das mídias no modo como nos relacionamos uns com os outros e com o mundo ao nosso redor. Do que tomamos como verdade e aquilo ao que resistimos e duvidamos. E como, conseqüentemente, respondemos ao que nos é ofertado, ou seja, como, no universo simbólico, negociamos esses sentidos.

Muniz Sodré (2016), acrescenta à nossa discussão ao propor que o processo de mediação constitui um *bios* específico, que funciona como uma dimensão imbricada ao cotidiano, ao modo de existência real e histórico do indivíduo, “uma quarta esfera existencial” (SODRÉ, 2016, p.22). As mídias constituem um ambiente de existência e possibilidade do real que atravessa o cotidiano dos sujeitos, constituindo um *ethos midiático*, ou seja, as lógicas midiáticas interpelam os modos os sujeitos e sociedades constroem quadros de referências sociais, costumes, afetos e programações e organizações (SODRÉ, 2013).

#### **4.1.2 Processos midiáticos digitais e movimentos sociais**

Nas últimas décadas, as possibilidades e difusão das dimensões e configurações digitais impulsionou, como vimos, uma efetiva transformação cultural, qualitativa e profunda acerca dos processos midiáticos e comunicacionais, tanto no que tange à acessibilidade às mídias quanto no que toca à produção de bens simbólicos, imaginários e narrativas. Na atualidade, a internet possibilitou formas mais acessíveis de produção de conteúdos, de modo que sujeitos podem, de forma cada vez mais acessível, ser produtores de narrativas, imagens e signos que circulam de forma abrangente, até mesmo em escala massiva, atingindo milhões de pessoas. As formas de experimentação estética, discursiva, comunicacional, invenções e inovações foram ampliadas. Os processos de circulação se complexificam e tornam-se, assim, mais dependentes de aspectos simbólicos para estabelecer hábitos culturais, reconhecimentos e vínculos de comunicação. “O processo de mudança da civilização, que configura os modos de vida (*ethos*), tem como elemento importante de sua constituição a participação de culturas e sistemas midiáticos, informacionais e tecnocientíficos que condicionam significativamente as estruturas socioculturais.” (MALDONADO, 2015, p.723).

Ao observar os novos desenhos de processos midiáticos, Martín-Barbero (2015) repensa as configurações das mediações a partir de relações técnicas e políticas. A técnica, como

argumenta o autor, vai além de uma noção puramente instrumental, por isso ele considera a importância de tomar a técnica como um problema filosófico tecendo, dessa forma, críticas ao tecnocentrismo. O autor se posiciona contra o pensamento único que legitima a ideia da técnica como a grande mediação entre os atores sociais e o mundo.

Devemos, assim, reconhecer o papel relevante e central da técnica, sem nos deixar cair na armadilha de considerá-la única ou maior protagonista dos processos comunicacionais (MIEGE, 2009). Nesse sentido, recorro à Vieira Pinto (2005) para entender a técnica como inerente à ação racional humana e, dessa forma, pensar os perigos de demonizar ou endear a tecnologia. O autor alerta para a ingenuidade de tomar a técnica como algo muito distante do modo *natural* de agir do homem, de enquadrar a técnica em uma atmosfera de maravilhamento ou, ao contrário, como ameaça geradora de pânico. A técnica em si, não deve ser encarada como um *deus ex-machina* ou como agente de desumanização do homem. Quem tem o poder de destruir e erguer mundos é a utilização política das técnicas e tecnologias. É preciso, portanto, nos atentarmos para as armadilhas de visões dicotômicas e que se pretendem definitivas acerca da técnica, e mais especificamente, dos processos midiáticos digitais.

A técnica possui, na nossa sociedade contemporânea, uma atividade vinculante, especialmente quando pensamos na nova ambiência digital. Como argumenta Castells (2013), as mudanças do ambiente comunicacional, como as transformações geradas pelo mundo digital, afetam de forma direta os padrões de construção de sentidos e, dessa forma, também as relações de poder. *Os suportes comunicacionais digitais*, como nos coloca Maldonado (2015), oportunizaram uma revolução no que tange à viabilidade de produção de conteúdo, imagens e discursos. O ambiente digital possui lógicas e temporalidades que permitem uma maior facilidade de experimentações comunicacionais, plásticas e estéticas. Comparados a outros meios comunicacionais, os suportes digitais estão “mais próximos da velocidade do pensamento, da complexidade da mente, da dimensão poética e científica do cérebro humano” (MALDONADO, 2015, p.714).

A digitalização possibilitou novos modos de agência e de práticas comunicacionais (do fazer e do dizer) dos atores sociais (FLICH, 2016). Na sociedade contemporânea, os sujeitos passaram a gozar de ferramentas mais acessíveis (em certos graus) para produzir e compartilhar conteúdos, tecer comentários, criar redes de contatos e de colaboração e alimentá-las. Dessa maneira, os atores sociais participam mais ativamente dos modos de reconfigurações de espaço e tempo e dos processos de produção de sentidos e entendimentos do mundo e, conseqüentemente, da produção de referências, na medida em que se envolvem em processos de circulação e produção, em práticas complexas de convergência e divergência.

Os processos digitais oportunizam o compartilhamento de informações, saberes, conhecimentos e pontos de vista, as inter-relações e o reconhecimento de diferentes formas de vida, de diversos costumes, valores e construções simbólicas (MALDONADO, 2015). Favorecem assim, modos, em teoria, menos desiguais de disputa de narrativas, de criação de imagens comuns resistentes e de co-construção e reapropriação de memórias. A produção de conteúdos torna-se, nesse ambiente, multifacetada, complexa, plural, ampla e fragmentada simultaneamente.

Isso nos possibilita visualizar, nesse ambiente, discursos e modos de acesso que obedecem a lógicas diversas, como também perceber lógicas divergentes da oferta midiática e evidências de um sistema específico, cuja produção de sentidos se dá de modo autônomo e de acordo com lógicas de operação específicas e não referenciadas apenas a em um dos polos tradicionais. Os processos midiáticos devem, assim, ser entendidos em sua complexidade, em suas múltiplas dinâmicas processuais. Em suas potencialidades de desenvolvimento da autonomia e de intensificação das conexões, traduções e lutas sociais, como também em seus desafios e potências de vigilâncias, opressões, disputas de poder e exclusão.

Quando observamos as novas configurações de mídia, nas quais a sociedade passa a construir, conjuntamente com os grandes meios, os processos de comunicação midiática, nos atentamos ao surgimento de novos fluxos, linguagens, narrativas e modos de comunicar. Por um lado, as possibilidades ofertadas pelo processo de digitalização e pelas tecnologias de comunicação e informação no que tange às apropriações particulares e coletivos que os sujeitos fazem delas nos instigam a lançar um olhar mais atento para os modos de autonomia possíveis que constituem essas comunicações.

Ao defender que a internet é uma plataforma privilegiada para a construção de modos sociais de autonomia, Castells (2003) nos provoca a refletir sobre como a potencialidade ampliada de conexão entre os saberes, os atores, e as narrativas podem representar modos de construção comunitária e autônoma de resistências. Tanto no que tange à construção de novas estratégias e modos de organização de movimentos – próprios ao contexto do processo de digitalização – quanto no que respeita à produção e disputa simbólica do imaginário social. Na visão do autor, a transição de uma tendência cultural de individualização da globalização para uma cultura de autonomia pode ser operada a partir da construção de redes sociais, sendo a internet uma plataforma potencial para a tradução da cultura de liberdade em prática autônoma. Assim, a partir da possibilidade de comunicação mais acessível e horizontalizada que a internet pode vir a oferecer em alguns casos, os movimentos sociais também encontram espaços para

interagirem, se conectarem, fortalecendo uma prática autônoma de comunicação, de estruturação de lógicas e de construção de conhecimentos.

Assim, as proposições de Castells (2003) me permite pensar que está se configurando um espaço de atuação dos movimentos sociais em rede, híbrido entre o mundo cibernético e o urbano, que se caracteriza como um espaço de autonomia. Autonomia que se constrói na capacidade de se organizar em espaços das redes de comunicação, assim como de se reapropriar do espaço da cidade, desafiando padrões disciplinares. No entanto, entendo que essa autonomia não consegue se efetivar completamente sem empecilhos, visto que a internet também é um território de disputas políticas, econômicas, de vigilância e de controle (MATTELART, 2007; CARLÓN, 2015).

Dessa forma, os movimentos em redes operam de formas multimodais e multidimensionais em configurações que permitam o fluxo e a confluência de luta nos espaços cibernéticos e da cidade de modo a combinar narrativas e meios de comunicação atuando, assim, muitas vezes, simultaneamente por lógicas locais e globais. É o que podemos perceber na primavera feminista e nos movimentos de greve feministas que se articulam no dia 8 de março de forma global e localizada, por meio das redes sociais e das manifestações e ocupações do espaço social urbano. Assim, manifestações como a greve feminista, seguindo as lógicas da internet, viralizam, espalhando-se para várias cidades, estados e países. Algo que se manifesta, em um primeiro momento em Buenos Aires, por exemplo, pode vir a ecoar e influenciar manifestações em Salvador, Porto Alegre ou Madrid. O que não se dá apenas pelo caráter viral de difusão de mensagens da internet, mas, também, por dimensões simbólicas, pela construção de imagens e seus sentidos de mobilização e efeito de demonstração dos movimentos (CASTELLS, 2003).

Entendo, em diálogo com Ortiz (2012), que as redes podem vir a imprimir um giro político nos regimes da propriedade social e do bem comum da humanidade. Por outro lado, o reconhecimento de que emergiram outros modos, condições e lugares por onde passam a experiência e ação coletiva pode vir a nos dar a impressão errônea de que as tecnologias por si só produzem transformações políticas emancipadoras; no entanto, são as estruturas, as redes e as práticas sociais que outorgam significado e configuram tendências de uso e inovação social, sejam elas emancipadoras ou o contrário disso. Essas práticas fazem emergir novos modos de ação política e novas configurações do espaço público e social (ORTIZ, 2012). Dessa forma, se dão permeadas de valores culturais, modos de vida e construção de sentido.

As tecnologias de comunicação e informação, nos possibilitam reconfigurar os modos como construímos sentidos, significados e os partilhamos, os modos como estabelecemos e

mantemos vínculos sociais. E, conseqüentemente, redesenham elos estruturais do tecido social, como as construções de tempo e espaço, de representação, reconhecimento e agência política. Assim, as possibilidades de manter e estabelecer vínculos sociais ganham cada vez mais força no tecido social. Conseqüentemente, não apenas os movimentos sociais estruturados se apropriam dessas tecnologias para potencializar suas práticas e ações sociais e políticas, mas, também, emerge uma cultura de autonomia onde os sujeitos atuam individualmente e também, parcialmente em comunidades efêmeras.

Una dimensión de lo político a través de la activación de redes sociales electrónicas de contactos de amigos, se ha visto por ejemplo em las convocatorias a marchas, manifestaciones y otras acciones em el espacio público donde las tecnologías digitales han jugado un papel catalizador. Se trata de prácticas políticas incidentales que se organizan y regulan de manera compleja (em el sentido de la autoorganización) y donde prevalece una “política de la amistad” y de los afectos que convoca a la acción, por sobre las invitaciones que provienen del estado o de otras organizaciones civiles (ORTIZ, 2012, p. 103).

Este pesquisador reflete sobre os novos modos de socialização e ação política que são operados por meio das redes sociais digitais, em ações sociais como marchas e manifestações. Essas mobilizações surgem e se desintegram passada a ação social, ou seja, não se trata de movimentos sociais, que mantêm suas práticas antes, durante e depois da manifestação, mas sim o que o autor denomina de novo “socius”, de uma “Multitud” que atua mobilizada por afetos e que logo que desarranja. “Sin embargo, esta nueva condición de la experiencia subjetiva –individual y social se enfrenta siempre a un doble juego de posibilidades, entre la cooperación y la creatividad social, y a novedosas formas de dominación y captura propias del capitalismo contemporáneo” (ORTIZ, 2012, p, 104).

O conceito de “multitud” trabalhado por Ortiz (2012) pode nos ajudar a compreender dentre as possíveis práticas sociais, uma energia social instável que emerge em uma voz coletiva que resiste à ordem político e social com uma potencialidade inesperada. Ortiz (2012) entende que o “comum” configurado por esses novos espaços de ação política não é homogêneo, está cheio de multiplicidade, diferenças, heterogeneidades e até mesmo desigualdades.

Embora essa noção não se aplique às marchas que observei na exploração empírica, como o caso da internacional das mulheres ou do ato contra a PEC 181 (já que estas foram organizadas por um ou mais coletivos, demandando processos de construção das marchas), ela nos ajuda a perceber elementos que atravessam os modos como os sujeitos lidam com a tecnologia para aderir, mesmo que de forma efêmera, a mobilizações. Nos ajuda a entender como foram formadas marchas como a *Marcha das Vadias* e como essa lógica, mesmo quando

não se efetiva por completo, atravessa o modo como os coletivos se organiza, por exemplo, interferindo na escolha de temáticas ou da prioridade da agência.

No entanto, é válido considerar que, mesmo nas manifestações que surgem na internet, é necessário algum modo de prática organizativa presencial, antes, durante ou depois da manifestação (PERUZZO, 2018). Quando olho para a manifestação da Greve Feminista do 8 de março, que acompanhei em Porto Alegre nos anos 2017 e 2018 e em Salvador nos anos 2019 e 2020, vejo que ela se desenvolve a partir de organizações no mundo da vida, a partir de trabalhos que dão em formação de rede entre coletivos e outros segmentos dos movimentos sociais feministas. No entanto, não podemos negar que se ela se constrói atravessada por usos, apropriações e lógicas digitais e midiáticas, ecoando particularidades em nível global.<sup>34</sup>

Entendo, portanto, que é fundamental observar como experiências singulares e coletivas em interação com diversas tecnologias estão configurando redes e modos alternativos de compartilhar o saber, a vida social e a ação política. E assim, como interpelam as formações de vínculos, de comunidades e da construção daquilo que é “comum” em uma dada sociedade.

Castells (2003) nos convoca a pensar a agência e organização dos movimentos sociais nos contextos de processos de globalização e midiatização a partir da ideia de movimentos em rede. A formação de redes sociais de movimentos organizados não é uma novidade. No entanto, os avanços das tecnologias de comunicação e informação, assim como as dinâmicas proporcionadas pela revolução tecnocultural que vivenciamos, amplificam as possibilidades e potencialidades de contato e formação de redes, fornecendo plataformas que permitam que essa prática se expanda, crie modos de continuação e evolua junto com os movimentos.

Assim, a forma de conectar-se em redes se torna multimodal, e os movimentos sociais se conectam entre si por meio de redes internas e com outros movimentos, com a blogosfera da internet e com a sociedade em geral, seja por meio de telefones, celulares, redes sociais digitais, blogs, WhatsApp, ou outros modos analógicos de comunicação, fazendo com que essas redes confluam nessa trama de meios, narrativas e modos de conexão. Martín-Babero (2006) aponta, nesse sentido, as potencialidades de superação de dicotomias a partir a criação de espaços de conexão digitais de compartilhamento de informações e saberes que podem ser fecundos para a emergência de novos modos de cidadania.

---

<sup>34</sup> Vale considerar que há uma diferenciação entre protestos ou manifestações públicas e movimentos sociais. Aqui nos apoiamos em Peruzzo (2018) para entender que manifestações configuram organizações mais fluidas, ocasionais e momentâneas, enquanto os movimentos sociais constituem estruturas mais solidificadas, de maior duração e, geralmente, com alguma organização institucionalizada.

A partir destas concepções, penso que quando se inserem em múltiplas plataformas e territórios digitais (*sites*, blogs, webrádio, redes sociais digitais), os coletivos que observei procuram buscam os espaços de autonomia e solidariedade sinalizados por Castells (2003) e Ortiz (2012). Procuram, portanto, por modos não apenas de divulgar suas ações, como também de difundir saberes, conteúdos, e de disputar, com os grandes meios hegemônicos e com o senso comum da sociedade, as narrativas sobre o ser mulher, sobre as experiências e demandas reais das mulheres, sobre as desigualdades de gênero, e sobre o feminismo. No entanto, as mulheres com quem conversei mostram-se conscientes que esse espaço não se realiza de forma democrática ou completamente livre. Conscientes de que o digital é mais um espaço de disputa intensa e vigilância, onde, cada vez mais, sentem ser necessário se inserir.

Se tomamos a habilidade técnica e a capacidade de criar gramáticas, projetar e construir relações como *expertises* humanas intrínsecas a espécie (PINTO, 2005), somos convocados a olhar para o digital de forma a considerar seus múltiplos usos, os emancipadores e os reacionários, e os complexos interesses que atravessam e formam a trama social. Helânia Thomazine Porto (2019) colabora com esta visão ao ressaltar os limites da comunicação midiática para mobilizações e agências sociais. A partir da autora, penso que, para analisar as agências dos sujeitos comunicantes e comunitários no *online*, é preciso considerar o domínio de grandes empresas e capitais sobre as plataformas, estruturas e programações do digital. E assim, a predominância que as lógicas hegemônicas ainda possuem na construção de representações e realidades simbólicas da sociedade.

Analisando o nosso contexto atual social, político e técnico, disputar narrativas de forma estratégica nesses espaços digitais requer a constatação de que, apesar de possuímos ferramentas potentes e fecundas, enfrentamos as lógicas do capital que majoritariamente estão envolvidas nos processos de construção dessas ferramentas. Lógicas estas que moldam as bases de funcionamento das redes sociais, e até mesmo da própria arquitetura da internet e que, grande parte das vezes não são dominadas pelos sujeitos e coletivos que se inserem no espaço digital. O que, conseqüentemente, se mostra um desafio para a construção de estratégias de segurança e proteção aos modos digitalizados de vigilância.

Como nos coloca Martín-Barbero (2006), os processos de midiatização e de digitalização possibilitam a configuração de novos espaços públicos, caracterizados por uma pluralidade de agentes e leituras críticas, como podemos verificar a partir das campanhas feministas digitais como: #metoo, #meuamigosecreto, #meuprimeiroassedio, #vamosjuntas; e das marchas vinculadas às greves feministas do dia 8 de março. Contudo, ao mesmo tempo em que novos territórios discursivos públicos são criados, as fronteiras entre o público e o privado

se flexibilizam e hibridizam. Um dos fatores cruciais destes movimentos são as redes sociais e as lógicas de visibilização e performatização que elas evocam. Nesse sentido, tal flexibilização pode ser lida como ferramenta para fazer emergir temáticas e demandas acerca de nossas sensibilidades, construções de memórias, relatos e vozes múltiplas que não teriam espaço e o mesmo impacto em outros meios.

No entanto, o outro lado da moeda é que passamos a nos inserir em uma cultura não apenas saturada de informações e compartilhamentos, mas que também normaliza e cultua a super exposição e fetichiza a sensação de proximidade - vide a emergência de *instagramers* e *youtubers* que constroem verdadeiros *reality shows* de si mesmos. Sentimos a necessidade de estar conectados, seja por questões de uma sensação de segurança, ou da busca por conexões e aceitação, ou mesmo para nos percebermos como atuantes e informados na sociedade, em um mundo eu produz acontecimentos com cada vez maior frequência e agilidade. Consumimos e produzimos conteúdos em uma velocidade acelerada. Vale ressaltar também que o mesmo ritmo frenético digital que potencializa a circulação de saberes e amplia os campos discursivos e dialógicos, também é fator e palco de informações falsas e apropriações rasas e deturpadas de pautas e causas sociais.

Tanta informação concentrada em um ambiente veloz como a internet gerou um acúmulo de produção de conteúdos e informação acessível até então inédito em nossa sociedade. Da mesma forma que inovações tecnológicas foram motores para grandes transformações sociais no passado, como o arado, a escrita, a prensa, os processos de digitalização são simbólicos de um momento de transformações sociais, econômicas e políticas.

Como nos coloca Dowbor (2020), atualmente, o acesso à informação e o controle do conhecimento, em amplo sentido, tornam-se centrais nas dinâmicas que estruturam nossa sociedade. Os mecanismos de exploração, as formas dominantes de apropriação do excedente por minorias (elites que pouco ou nada produzem), se sofisticaram e deslocaram. Além da apropriação por meio da mais valia, de salários baixos e lucros exorbitantes sobre produtos, temos agora a emergência de novas formas de apropriação do conhecimento como força produtiva. Passamos de ciclos de acumulação de capital produtivo, na qual o investimento na produção retornava em forma de lucro, para sistemas de financeirização improdutivo que amplificam o rentismo e intensificam ainda mais as desigualdades econômicas, conformando-se em práticas de dreno e estrangulamento econômico do sistema produtivo.

Vivemos em um sistema capitalista que se alimenta da exploração desenfreada de recursos, sejam eles naturais, ou humanos como a força de trabalho. No entanto, estamos enfrentando uma nova forma de extrativismo, o extrativismo de nossos dados pessoais, daquilo

que produzimos simbolicamente e nos apropriamos. O extrativismo de um recurso que, ao contrário dos recursos naturais, não são finitos. Temos atualmente a capacidade de produzir e armazenar imagens, produções simbólicas, conhecimento e informação sem limites conhecidos. Dizer isso, nos convoca a olhar os modos como as formas de organização social estão se movimentando em nosso atual contexto.

Ao refletir sobre os processos econômicos do capitalismo contemporâneo, Dowbor (2020) defende que vivenciamos uma economia do conhecimento, onde a informação se torna a força produtiva central desse sistema. A informação torna-se uma mercadoria. Quem detém o poder sobre as informações produzidas e a capacidade de regular seus acessos passa a deter o capital do conhecimento. Nessa lógica capitalista que visa o acúmulo, e não a partilha e o desenvolvimento social sustentável, para se extrair um valor de troca sobre determinado fator é necessário restringir o seu acesso. Assim, patentes, *royalties*, *copyrights*, e o domínio de plataformas digitais são estratégias utilizadas pelo capitalismo a serviço do interesse em acúmulo de capital (DOWBOR, 2020).

Sem querer me alongar em discussões tão complexas, interessa aqui entender o modo como, ao se apropriar da informação como uma moeda de troca, o sistema capitalista provoca deslocamentos e redesenhos nas estruturas de poder da sociedade. No ambiente digital são as grandes empresas de tecnologias que dominam não apenas a produção de suportes e dados móveis, como também de plataformas e redes sociais. Ao nos inserir nesses sistemas, estamos produzindo e consumindo informações, imagens, símbolos também dentro de ambientes dominados por corporações que servem à interesses dominantes, como as redes sociais plataformizadas.

É preciso visualizar esse cenário para entendermos o extrativismo de dados e as formas de vigilância ampliada (BRAGA, 2015) e capilarizada (DOWBOR, 2020) que estão sendo exercidas e experimentadas na contemporaneidade. Sendo a informação uma moeda de troca, as tecnologias digitais passam a ser ferramentas também utilizadas em prol dos interesses dominantes, como meio para a extração e exploração de dados e dispositivo de controle e vigilância. Nesse sentido, Mattelart (2015) nos alerta que esse modelo capitalista de exploração da informação atravessa as nossas vidas de modo tão intenso que não pode se desenvolver sem que haja uma sistemática negação dos direitos dos sujeitos à privacidade. Precisamos, assim, atentar para as complexidades que envolvem as tecnologias digitais e seus usos.

É urgente que nos movamos a compreender a internet para além das ilusões e aspirações de espaços de democracia, conexões e interações, visto que o território digital também é formado por disputas desiguais, por lógicas de segregação, de vigilância e controle e do

extrativismo não apenas da força produtora e criativa dos sujeitos, mas também de suas sensibilidades e intimidades.

Nesse sentido, Mattelart (2015) nos convoca a pensar nos modos como as tecnologias de informação e comunicação possibilitam o surgimento, a multiplicação e a intensificação e de técnicas e formas de vigilância e de espionagem. O autor alerta, mais especificamente, para como esse contexto tecnocultural permitiu a intensificação e propagação dos modos de perfilamento dos sujeitos. A produção de perfis de comportamento de sujeitos não é uma tática nova de vigilância controle e espionagem, sendo utilizada ao longo da história para diversos fins, geralmente atrelados a fins políticos e bélicos. No entanto, este modo de controle e vigilância foi aperfeiçoado por meio das potencialidades tecnológicas (MATTERLART, 2015).

De modo geral, na contemporaneidade a internet atingiu um alcance global e um entrelaçamento ao cotidiano não apenas dos meios de comunicação, das grandes mídias e dos sistemas financeiros, como também da vida dos sujeitos. Nos inserimos cada vez mais, com mais ou menos graus de dependência, em seus sistemas digitais e nas estruturas de sua arquitetura. Os modos de rastreamento tecnológico e coleta de informações que alimentam os bancos de dados e a sistematização de perfis atravessam atualmente múltiplos setores sociais, desde o mercado, o marketing até os serviços médicos e de educação, passando pelo controle estatal e por modos de entretenimento. Assim, nos submetemos cotidianamente à coleta de dados quando navegamos na internet, quando possuímos contas em redes sociais digitais e serviços de endereço eletrônico, e até mesmo quando nos inscrevemos em serviços de crédito bancário ou realizamos compras e pagamentos fornecendo CPF aos locais de comércio e aos serviços contratados

Nesse sentido, Braga (2016) complementa estas argumentações ao apontar que, diferentemente dos modos de espionagem e perfilamento utilizados anteriormente ao estabelecimento das tecnologias digitais, os novos modos permitem um afastamento entre a captação de dados e os objetivos para seus usos. Ou seja, os bancos de dados são constituídos não apenas para um específico fim, mas sim, alimentados por diversos interesses, sejam eles estatais ou financeiros. Torna-se uma moeda de troca, que pode ser utilizada tanto para mapear perfis de oponentes e inimigos políticos, quanto para conformar perfis de consumidores, em ambos os casos traçando perfis psicológicos que busquem prever crenças e comportamentos dos sujeitos.

Ao nos inserir nos ambientes digitais e, mais especificamente nas redes sociais, não apenas produzimos e consumimos conteúdos, como principalmente cedemos informações pessoais que devassam a nossa privacidade. Os dados coletados são, muitas vezes, fornecidos

pelos próprios sujeitos em suas ações cotidianas, quer eles tenham consciência ou não, do processo. Mattelart (2015) nos alerta, portanto, para a invisibilidade dos processos de perfilamento e rastreamento digital que permitem a desmaterialização dos suportes de coleta e, assim, condiciona sua eficácia.

As tecnologias digitais simplificaram e tornaram mais acessível e baratos os mecanismos de vigilância e de invasão da privacidade (DOWBOR, 2020). A desterritorialização dos processos de rastreamento, a automatização da coleta de dados, dos algoritmos postos em prática e o entrecruzamento e difusão de dados, potencializados pelas tecnologias de comunicação e informação, potencializam a exploração de dados em uma escala que até então não conhecíamos, o que se constitui como uma ameaça às liberdades e construção de identidades das pessoas (MATTELART, 2015). Tudo o que fazemos, pesquisamos e consumimos nas redes pode ser mapeado, observado, devassado. Temos, assim, a nossa privacidade invadida a uma dimensão avassaladora, da qual não temos total conhecimento ou controle.

Atraídos pelos benefícios dos serviços oferecidos nos ambientes digitais, muitos usuários de tecnologias de comunicação não tomam consciência do potencial de controle daqueles sistemas, ou, com frequência, apesar de conhecerem tais processos, não estabelecem rupturas com os sistemas que os vigiam por conveniência ou por uma sensação de segurança. Os processos de fichamento são, geralmente, os mais transparentes visto que há a necessidade de concordar com termos de segurança para utilizarmos redes sociais digitais ou ter acesso a determinados conteúdos em sites. No entanto, vale ressaltar que, apesar de se ter algum grau de consciência de que estamos cedendo dados, não é posto em evidência para os sujeitos de que forma essas informações serão utilizadas. Desse modo os dispositivos de controle tensionam cada vez mais as relações entre segurança e vigilância, liberdade e controle.

De modo geral, os usos e apropriações de nossos dados e informações e as consequências desses sistemas de vigilância ampliados não estão objetivamente claros para a maioria da população. Ainda existe uma carência de informações sobre os mecanismos de controle e sobre sua gravidade. Muitos de nós desconhecemos ou tentamos parecer indiferentes às consequências. Como nos coloca Dowbor (2020), o impacto da invasão de nossa privacidade é mais facilmente percebido quando começa a atingir esferas de nosso cotidiano, afetando nossas buscas por emprego, contratações de seguro, relações com bancos. No entanto, o extrativismo e difusão de dados e informações ilimitadas sobre nossas vivências, dados pessoais, comportamentos rastreados, e até mesmo gostos, opiniões e crenças –sob o controle

de instituições ou grandes corporações –podem ter afetações devastadoras sobre nossas vidas pessoais e sobre a nossa sociedade.

Precisamos ter em mente que as tecnologias, como produção humana, não são neutras. Assim, as estruturas arquitetônicas da internet são programadas por pessoas a serviço de determinados interesses, sejam eles sociais, governamentais ou corporativos. Uma vez que o domínio das programações mais usuais está sob o controle de grupos dominantes, hegemônicos e opressores, os mecanismos produzidos –como os algoritmos e fluxos digitais –obedecem a determinadas lógicas. Atualmente, os algoritmos possibilitam o cruzamento e tratamento de informações que torna fácil o processo de individualização de dados, mapeamentos e perfilamentos. Ao ter acesso ao atravessamento entre nossos dados pessoais, gostos, crenças e preferências, pode-se traçar verdadeiros perfis psicológicos dos sujeitos. Assim, pode-se construir um perfil psicológico de sujeitos, coletivos e organizações a partir da observação vigilantes de todos os passos dados no meio digital.

Mattelart (2015) nos alerta para os riscos que os mecanismos de controle generalizado – possibilitados pelo perfilamento psicológico dos sujeitos e mapeamentos de personalidades – podem operar não só em nossas liberdades individuais como também em nossos sistemas democráticos. A partir do perfilamento de identidades, torna-se possível calcular e antecipar probabilidades de comportamento dos sujeitos. Concordo com o autor que a *exploração mercadológica de nossas identidades* e privacidades não apenas afeta o modo como consumimos, como ficamos mais vulneráveis a estratégias de marketing, mas também, de forma mais preocupante, afeta as relações de poder, os modos como são estruturadas e planejadas as governabilidades, como o caso das campanhas eleitorais. Nesse sentido, é elucidador o caso da empresa Cambridge Analytica, que combinava mineração, violação e análise de dados, sem a devida autorização dos usuários de redes sociais, para perfilar os sujeitos, e a partir disso, produzir uma comunicação estratégica voltada para a personalização de discursos e narrativas de marketing político. Os dados passam a ser utilizados para tentar incitar determinadas lógicas ou posições, simultaneamente em diversos sujeitos, para provocar ações específicas que atendam aos interesses de grupos econômicos ou de governos.

Os processos de personalização do conteúdo digital – por meio da configuração de algoritmos – alimenta a formação de filtros que funcionam de forma a priorizar informações mais acessadas pelos utilizadores e acabam por inibir o acesso a conteúdo divergentes, colaborando para a formação de bolhas nas redes sociais digitais que afetam os processos de circulação (CADIMA, 2016; AQUINO, 2016). De posse desses dados e dos sistemas de programação, grandes corporações e empresas (como foi o caso da Cambridge Analytica),

podem ir além e, a partir dos sistemas autômatos e algoritmos, com bases no perfil psicológico dos sujeitos, bombardeá-los de informações a serviço de interesses econômicos ou políticos de forma personalizada, calculando as probabilidades de cada sujeito em tomar aquele discurso como realidade, ou próximo a ela.

Em um mundo em processos de globalização, mídiatização e digitalização, não existem fronteiras entre as enormes massas de dados coletados. É o que nos alerta Mattelart (2015) ao refletir sobre a nova geopolítica de controle. Isso permite que agentes, governos, instituições e corporações não possuam limites geográficos rígidos para a exploração de dados e para suas agências, tornando os sujeitos e coletivos cada vez mais vulneráveis à vigilância e controle de quem detém o poder e o controle sobre os mecanismos de extrativismo e programações. O campo das tecnologias comunicacionais torna-se, assim, cada vez mais, território acirrado de disputas governamentais e econômicas, onde grandes potências disputam por espaços de hegemonia. O que se torna evidente ao observarmos as tensões atuais entre a China e os Estados Unidos em um modo de guerra comercial tecnológica com o advento da rede de 5G de telefonia móvel.

Reflico, assim, que a internet enquanto tecnologia, enquanto espacialidade e enquanto campo discursivo de disputa, não é neutra, nem possui fluxos e acessos tão livres e fluidos quanto os mais otimistas proclamavam. Dessa forma, para pensar os modos como os sujeitos e coletivos utilizam, se apropriam e experimentam os meios comunicacionais digitais, é preciso considerar os modos como a arquitetura da internet conforma obstáculos à circulação de informação, conhecimento e narrativas.

Neste sentido, Abeba Birhane (2020) me ajuda a pensar o modo como as programações algorítmicas conformam novas formas de opressões coloniais. De acordo com o autor, na contemporaneidade, onde vemos nossos cotidianos e intimidades perpassados e devassados por algoritmos digitais, os limites entre corporações tecnológicas e digitais se tornam mais difusos, à medida que esses agentes se entrelaçam e se tornam codependentes. Assim, há uma emergência de um *colonialismo tecnológico* que é conduzido por grandes corporações de tecnologia e mídia que buscam acumular cada vez mais riquezas e capital. Sendo que os gigantes da tecnologia ainda se alinham ao poder colonial tradicional que visa dominação unilateral das regiões e culturas mais fragilizadas pelo sistema capitalista extrativista.

Essa forma de colonialismo tecnológico voltado para o lucro pressupõe que a alma, o comportamento e ação humanos sejam matéria-prima livre para serem capturados. Conhecimento, autoridade e poder para classificar, categorizar e ordenar seres humanos recaem sobre os tecnólogos, para os quais somos meramente recursos naturais humanos (BIRHANE, 2020, p.157).

Tendo em vista que as grandes corporações atuais se inserem nas maiores economias do mundo e obedecem às lógicas de colonialidade tradicional, que visa o domínio unilateral sobre as outras nações, territórios e culturas, Birhane (2020) me faz questionar sobre os limites do domínio que essas grandes empresas – aliadas a interesses governamentais – possuem sobre as nações mais massacradas pelo sistema capitalista. Até onde a circulação de informações no ambiente digital, mediada pelos algoritmos, podem interferir nos rumos de outras nações? Os algoritmos nos tornam mais vulneráveis ao fortalecimento de lógicas e práticas coloniais?

Birhane (2020) nos convoca, portanto, a refletir sobre os impactos e efeitos que as programações digitais possuem na construção de nossos cotidianos e na formação de nossos entendimentos sobre a vida. O autor defende que estamos cada vez mais inseridos em um cotidiano mediado por decisões autômatas de algoritmos, até mesmo quando utilizamos aplicativos que nos ajudam a ter hábitos mais saudáveis, e rotinas mais funcionais. E dessa forma, somos cada vez mais atingidos pela visão dos programadores sobre o que são hábitos saudáveis ou funcionalidade na rotina, por exemplo. Esses aspectos corriqueiros, portanto, são fecundos para questionarmos nossas escolhas e posicionamentos nos ambientes digitais.

Dessa forma, mesmo a chamada inteligência virtual, a automação de decisões algorítmicas, não se realiza de forma imparcial. Tais algoritmos são programados para identificar perfis e ofertar conteúdos e produtos que se encaixem em cada perfil mapeado, se retroalimentando de coleta de dados, da observação dos comportamentos que os sujeitos desenvolvem nas redes e no ambiente digital. Nesta lógica, aquilo que é mais consumido e compartilhado é mais visibilizado e ofertado. No entanto, a questão é mais complexa, os algoritmos são programações realizadas por sujeitos que detêm o poder daqueles sistemas, e, assim, obedecem às lógicas, ideologias, interesses e visões de mundo desses programadores. Ou seja, a própria arquitetura da internet também é responsável por uma série de rupturas e impeditivos aos fluxos de mensagens, imagens e conteúdos. E isso se dá, muitas vezes alinhado à interesses, lógicas e ideologias dominantes, reforçando estereótipos, discriminações e estruturas racistas, machistas e homofóbicas.

Nesse sentido, recorro à Tarcízio Silva (2020) para refletir sobre os modos como mecanismo *invisíveis*, que perpassam os processos de circulação no campo digital, podem colaborar com sistemas opressões. De acordo com o autor, cada vez mais, os algoritmos possuem a capacidade de tomar decisões por nós, nos tornamos mais vulneráveis aos interesses dos programadores, e, assim, à reprodução de relações de poder e opressão já existentes e agentes em nossa sociedade. Não se trata aqui de desconsiderar que os sujeitos usam e se apropriam dos conteúdos e informações de acordo com os próprios interesses,

ideologias e conveniências, no entanto é preciso considerar que esses mecanismos *invisíveis* estão atuando e atravessando as práticas dos sujeitos.

Dessa forma, o autor supracitado nos convoca a perceber que olhar apenas para o racismo e as formas de opressão explícitas no formato discursivo é insuficiente para perceber os modos como processos de busca e circulação de mensagens afetam a vida e a saúde mental de grupos minorizados. Especialmente, o autor se dedica ao estudo sobre o racismo algorítmico. A noção de micro agressões no ambiente digital trabalhada por Silva (2020) nos ajuda a entender como sistemas opressores como o racismo estrutural se faz presente no modo como os ambientes digitais são programados. O autor nos faz perceber que os sistemas opressões e o racismo digital não são apenas fruto da produção dos usuários, como também são constitutivos e inseridos nos códigos computacionais e nos sistemas autômatos de inteligência artificial.

Em seus estudos, Silva (2020) elenca uma série de exemplificações de como esses algoritmos privilegiam a branquitude e reforçam estereótipos racistas. Entre eles, estão exemplos dos modos como os sistemas de busca *online* reforçam imagetivamente estereótipos em relação à população negra, apresentando imagens hipersexualizadas para buscas como “garotas negras”, associando jovens negros à gorilas, ou invisibilizando imagens de famílias negras (SILVA, 2020). Nesse sentido, recentemente uma polêmica<sup>35</sup> instaurada na plataforma Instagram, aqueceu as discussões sobre racismo algorítmico ao questionar se os códigos de programação estavam limitando o alcance, engajamento e visibilidade de pessoas negras. Em relação ao sexismo, de acordo com uma reportagem realizada pelo jornal *El Pais*,<sup>36</sup> uma pesquisa realizada pela Universidade Carnegie, revelou que mulheres tendem a receber menos anúncios de empregos bem remunerados no Google.

É preciso sublinhar que tratamos aqui de casos ligados à algoritmização de plataformas de comunicação como mídias sociais, fornecedores de visão computacional, processamento de linguagem natural e aplicativos mobile, onde aspectos do capitalismo de vigilância de engendram em meios onde até recentemente os principais discursos festejavam a descentralização das hierarquias comunicacionais. Essas práticas se aproximam cada vez mais da vigilância estatal e policial desenvolvida a partir de tecnologias de controle de corpos negros. (SILVA, 2020, p. 133)

É necessário, portanto, reconhecer que enquanto o poder de programação e domínio estiver atrelado aos interesses coloniais, capitalistas e hegemônicos, o espaço digital será

---

<sup>35</sup> Em outubro a *instagramer* Sá Ollebar, que possui mais de 80 mil seguidores na plataforma, denunciou que as postagens com imagens de pessoas brancas estavam sendo mais visibilizadas pelo Instagram do que postagens com pessoas negras. A denúncia teve grande repercussão; vários artistas e produtores de conteúdo negros endossaram a crítica e a denúncia.

<sup>36</sup> Reportagem disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015\\_847097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015_847097.html)

marcado por relações de poder baseadas no controle e na vigilância; na mercantilização e extrativismo de informação e conhecimento. No entanto, é igualmente necessária a percepção de que este também é um espaço de possibilidades, complexidades de agências e apropriações.

Mas como propor táticas e estratégias frente a um sistema que tem se estabelecido exponencialmente? Como se dariam essas táticas e modos de resistência? É possível que esses modos de rastreo sejam reapropriados como mecanismos de defesa? De forma complementar, Castells<sup>37</sup> nos convoca a pensar em como as tecnologias atravessam, constituem, e reorganizam as relações de poder em nossa sociedade, e conseqüentemente os modos de contra poder. O sociólogo nos alerta, assim, para os contextos e sistemas configurados pela revolução tecnológica, nos quais ao acessarmos e participarmos das redes sociais digitais (e dos modos de comunicação na internet, como um todo) estamos não apenas nos expondo cada vez mais ao rastreo e vigilância estatal e mercadológica, como também ao monitoramento dos outros usuários das redes.

A tecnologia da internet, portanto, também possibilita, com certas limitações (mais ou menos intensas dependendo das situações) a capacidade de vigiar quem nos vigia, instalando um ambiente de vigilância e controle que não havíamos experimentado até então. Castells (idem) nos chama a atenção para os modos como os sistemas de vigilância e a comunicação em tempo real também estão sendo utilizados como instrumentos de denúncia. Estamos sujeitos a vigilâncias de todos, o que acarreta conseqüências diversas. No entanto, reconheço que não uma equidade e distribuição democrática sobre o potencial de vigilância, e sobre o poder de controlar as programações, a coleta de dados e sua utilização.

Nesse sentido, em minhas caminhadas no campo de pesquisa, percebi que a segurança nos meios digitais é uma preocupação instalada dentro dos movimentos feministas com os quais nos aproximamos. Frente a percepção de insegurança e o receio de vigilância estatal e civil nas redes sociais, ativistas debatem sobre as possibilidades de migração para outros espaços digitais mais alternativos e livres, como o caso do movimento de migração de aplicativos, como do WhatsApp para o aplicativo Signal<sup>38</sup>.

Como um exemplo, tomo o relato de nossa colaboradora de pesquisa integrante do Instituto Odara que nos contou que, como estratégia, as integrantes do Odara estão gradualmente substituindo os sistemas operacionais dos suportes (como computadores e

---

<sup>37</sup> Em palestra cedida em 16 de julho de 2019 no Seminário Comunicação, Política e Democracia, transmitido ao vivo pelo canal FGV, da Fundação Getúlio Vargas, no Youtube.

<sup>38</sup> O signal é um aplicativo de mensagens instantâneas similar ao Whatsup. No entanto é conhecido por ser uma plataforma mais segura em relação ao Whatsup devido a mecanismos criptografia que verificam a identidade dos interlocutores e possibilitam a autodestruição de mensagens.

celulares) para *softwares* livres, além de desligarem celulares em reuniões e manter contato direto umas com as outras para saberem se estão em segurança. Uma outra estratégia que notei, motivada por uma apreensão frente à crescente possibilidade de modos de criminalização dos movimentos sociais foi, antes da pandemia, a de afastamento dos meios tecnológicos, um retorno a comunicação cara a cara, menos passível de vigilância. Essa retração do tecnológico também se atrela à percepção de que as mensagens emitidas e compartilhadas no meio digital nem sempre conseguem chegar as mulheres com quem os movimentos feministas pretendem dialogar devido a limitações de acesso e configurações algorítmicas da arquitetura da internet.

Desta maneira, para pensar as limitações da comunicação digital também podemos, ao problematizar a questão do acesso, perceber que ela é atravessada e afetada por outros fatores e dimensões, como as condições econômicas e o domínio de competências digitais. Assim, não podemos ainda, especialmente em um contexto como o brasileiro, tomar a digitalização como um processo terminado e acessível a todos. A democratização da digitalização ainda é uma realidade distante da maioria das pessoas de nosso país. Além do custo dos aparelhos como celulares, *smartphones*, *tablets* e computadores, ainda é preciso arcar com altos custos por programas de dados de internet nas telefonias e empresas especializadas. Assim, é preciso levar em consideração as condições limitadas de internet no país, tendo em vista a operação ineficiente de empresas de internet que cobram valores altíssimos pelo serviço e muitas vezes não entregam em qualidade e nem em todas as localidades do país.

Além do mais, o acesso ao suporte não é suficiente para que as apropriações da tecnologia; são necessárias competências digitais, entre outros fatores. O domínio da tecnologia digital não diz respeito apenas do manejo do *hardware* e dos aparelhos, mas de tudo aquilo que a internet oferece aos seus usuários, da compreensão de suas lógicas e modos de funcionamento (LIVINSTONE, 2011).

Essas perspectivas são necessárias para compreender os sistemas e relações que ambientam e atravessam as práticas comunicativas dos coletivos que observo nos espaços digitais. Analisar fenômenos sociais e culturais por uma perspectiva comunicacional nos demanda o exercício de situar e localizar nossa problemática em seu tempo/espaço e com maior atenção, em suas dinâmicas e tramas de processos sociais, políticos, culturais e comunicacionais. Entendo, assim, que para lançar um olhar mais atento aos modos como os coletivos feministas observados usam e se apropriam de mídias e suas práticas comunicacionais na construção e exercício de cidadania comunicativa, é preciso entender a digitalização enquanto processo complexo em movimento.

Recorro à Jiani Bonin (2018) para entender que os processos de digitalização estão em expansão e que precisam ser entendidos considerando os contextos sociais, econômicos,

históricos e políticos em que se inserem sendo necessário um olhar amplo para os entrelaçamentos entre os múltiplos fatores que conformam diversos contextos interligados. A autora nos convoca, portanto, a pensar a digitalização a partir da multidimensionalidade dos processos e dos sujeitos comunicantes envolvidos. Concordo com Bonin que é necessário complexificar o olhar sobre os usos e apropriações dos sujeitos comunicantes e sobre os processos de produção midiática entendendo que eles se constroem em bases contraditórias. Bases essas em que, ao mesmo tempo em que podem ser programadas para sustentar e reforçar ordens sociais, pode haver brechas e possibilidades de reinvenções, apropriações e subversões por parte dos sujeitos comunicantes.

#### ***4.1.3 Usos e apropriações da comunicação digital pelas sujeitas comunicantes***

As perspectivas trabalhadas anteriormente me ajudam a perceber os sujeitos em comunicação como agentes sociais, produtores de relações, imaginários e bens simbólicos que vivenciam e experimentam práticas de sentido em múltiplos contextos, criando, negociando e configurando, por meio de dinâmicas comunicacionais, espaços de autonomia e cooperação.

Tendo em vista que a comunicação é um processo relacional (RESENDE, 2009), partimos do ponto que a *leitura*, ou percepção frente a uma mensagem não é uma ação passiva e implica em processos abertos à várias formas de interconexão e interpretação. Como propõe Martín Barbero (2009), a competência textual, narrativa, não é apenas condição de emissão, mas também da recepção. Assim, a noção de “receptor” para se referir aos sujeitos, quando tratamos de processos comunicacionais e midiáticos contemporâneos, torna-se simplista e redutora.

Nos últimos anos, observamos que a comunicação sofreu intensas modificações potencializadas pela emergência de tecnologias digitais e de comunicação e informação aliadas ao que Castells (2013) vai denominar de *autocomunicação de massa*. De acordo com Bonin (2016), esses processos provocam reordenamentos nas práticas e modos de produção da mídia, assim como nas formas de relação das mídias massivas com seu público, e nas relações entre o próprio público. Nesse sentido, como propõe Maldonado (2014), devemos repensar a noção de receptor tendo em vista que esta se vinculou à entendimentos funcionalistas, instrumentais e mercadológicos, como é o caso do esquema de comunicação linear. A palavra receptor é restritiva e redutora em vários aspectos entre os quais desta: por não considerar com profundidade a dimensão do poder e do agir social que configura modos de vida dos sujeitos, por ignorar o papel construtivo dos grupos em que os sujeitos se inserem, por desconsiderar

aspectos da dimensão cultural e por não entender os sujeitos em sua capacidade de produção e ressignificação de sentidos. Ou seja, a visão do sujeito como mero receptor passivo, enquadrado, formatado, que apenas reproduz esquemas midiáticos pouco pode contribuir de maneira efetiva para os estudos sobre as apropriações midiáticas em nossas sociedades.

As mudanças histórico-culturais e técnicas das duas últimas décadas (final do século XX e início do século XXI) apresentam rupturas relevantes de caráter civilizador. Na dimensão comunicacional, é importante apontar o processo de socialização das técnicas de produção comunicativa; a ruptura da função do receptor de mensagens nos limites da mídia massiva; o aprendizado qualitativo de competências comunicativas digitais fora das instituições educativas, dos cursos mercadológicos e das estruturas políticas tradicionais; a configuração de sujeitos produtores de informação e comunicação, além dos enquadramentos conservadores; a intensificação e a expansão da fruição estética comunicativa em estruturações, experiências e apropriações múltiplas de caráter renovador (MALDONADO, 2014, p. 93).

Assim, me apoio na perspectiva de Maldonado (2014) para apontar a relevância, no que tange a questões teórico-metodológicas, de perceber os sujeitos comunicantes contemporâneos como seres sociais integrantes de um contexto, inter-relacionados com processos e sistemas midiáticos e produtores de sentido de forma “fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (MALDONADO, 2014, p.4). São sujeitos que experimentam práticas de sentido em esferas e contextos e múltiplos. As relações entre sujeito e mídia e os modos de apropriação midiática não se dão de forma direta e linear, mas sim em processos complexos e multidimensionais.

Em diálogo com Martín-Barbero (2009) concebo a problemática da comunicação em sua relação com o campo da cultura, no âmbito “das mestiçagens que a tecem e dos anacronismos que a sustentam, e por fim, do modo com que a hegemonia trabalha e as resistências que ela mobiliza, do resgate, portanto dos modos de apropriação e réplica das classes subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 300). As lógicas dos usos da comunicação, então, se conectam aos modos de interação e diferenciação sociais, as variadas óticas e percepções da realidade que conformam diferentes agências, táticas e resistências.

Nesta perspectiva, a pluralidade de lógicas do uso se articula às diferenças sociais de classe e acesso e também à questão das competências culturais dos sujeitos e coletivos, que atravessam as classes, a educação formal, as culturas e lógicas regionais. Assim, e a problemática dos usos e apropriações está intimamente conectada ao modo como os sujeitos percebem o mundo, e se percebem no mundo, como eles negociam forças, crenças, identidades e narrativas e jogam o jogo das representações. Não se pode observar os usos e apropriações sem considerar o contexto desses sujeitos comunicantes.

Esses processos estão interligados aos modos como, imersos nos processos comunicacionais e midiáticos, os sujeitos (individuais e coletivos) constroem e disputam sentidos. Nesta via, uma perspectiva elucidadora é a colocada por Patrícia Hill Collins, em seu estudo sobre o poder da autodefinição, na qual considera processos de negociação, construção de identidades e ressignificação simbólica que mulheres negras realizam frente a imagens controladoras amplamente divulgadas e conformadas pelas mídias acerca da condição das mulheres negras.

Para observar os usos e apropriações realizados pelos coletivos feministas é necessário atentar para o modo como as tecnologias de informação e comunicação e as redes sociais abrem um leque de possibilidades de agências, de usos e apropriações no meio digital. Dessa forma, recorro à Castells (2013) para entender a internet e os modos de comunicação digital como um espaço de potencialidade no que diz respeito a configurações do agir comunicacional de forma a possibilitar práticas cidadãs, circulação, ressignificação e produção de sentidos. Assim, a comunicação digital possibilita o surgimento de novos contornos a uma velha maneira de comunicação, gerando, assim, possibilidades de organização comunicativa e apropriações coletivas.

O meio digital e as redes sociais digitais ofertam uma série de finalidades e recursos que obedecem às lógicas e finalidades programadas pelo sistema. Os coletivos que estudo negociam com essas propostas, assimilando-as e subvertendo-as em diferentes níveis, com finalidades distintas à programação do sistema. O que me provoca a pensar nas utilizações das redes sociais como apropriações de uma gama de técnicas e instrumentos do digital em prol de uma luta que se propõe emancipadora.

Podemos conectar esses processos de apropriação ao que Certeau (2003) chama de *fabricação*, modo de *produção* frente as mensagens que foram ofertadas por quem as produziu. Ou seja, formas de ressignificar mensagens, imagens e símbolos e coproduzir sentidos. Surgem das práticas das sujeitas comunicantes distintos modos pelos quais se pode reapropriar das técnicas da produção cultural (CERTEAU, 2003). As práticas de apropriação constituem formas de resistência ao que está posto, modos de jogar com os mecanismos dos sistemas dominantes.

A fim de ampliar nossa compreensão sobre as lógicas de consumo, usos e apropriações das mídias, recorro à Lacerda e Maziveiro (2011) para pensar as tensões entre aquilo que é da ordem do uso – alinhado à sua programação e a lógicas pré-determinadas – e aquilo que é da ordem da apropriação, da subversão das lógicas programadoras, da ordem dos desvios e das gambiarras. Conforme os autores, os usos podem ser entendidos como as formas usuais de

aplicação de algo (tecnologia, objeto ou discurso) de acordo com sua finalidade habitual, guiando-se pelo conjunto de regras e etapas pensadas pelo polo que as produziu. Já as apropriações se formam como modos de engenhosidade para construir novos sentidos. É o modo como as sujeitas comunicantes encontram de jogar, de resistir e criar possibilidades de ressignificar estruturas, tecnologias e padrões, mesmo que não sejam os autores das regras do jogo. As apropriações são manobras de resistência possibilitadas pelas agências e competências dos sujeitos comunicantes (LACERDA & MAZIVEIRO, 2011; ALBUQUERQUE, 2019).

As noções de usos e apropriações, portanto, nos levam a perceber a impossibilidade de se pensar a comunicação como uma via de sentido único, e sim como rotas que pertencem a fluxos, fugas, contornos e desvios complexos. No campo mais específico desta tese, tal noção me motiva a observar as ações dos coletivos questionando acerca das fronteiras e tensões entre os usos e as apropriações. Ou seja, até que ponto, os coletivos assimilam as lógicas das redes sociais digitais que ocupam? E quais as chaves utilizadas para subverter essas lógicas? Como os coletivos se apropriam dessas estruturas para promover construções de cidadania?

## **4.2 Movimentos sociais e feminismo**

Afim de buscar compreender como se dão os processos comunicacionais dos movimentos feministas observados nas cidades de Porto Alegre e Salvador é necessário buscar compreender certos aspectos de suas agências, demandas e organizações. Faz-assim necessário refletir sobre como se constroem e agem os movimentos, especialmente no que tange os processos comunicativos desenvolvidos por movimentos sociocomunicacionais. A partir disto entendemos como necessário também uma reflexão sobre a construção do movimento feminista, suas transformações e suas atuais potencias e possibilidades. Ao final do tópico, recorreremos aos estudos de gênero para refletir sobre como as relações de gênero e poder atravessam e moldam as agências e demandas dos movimentos sociais feministas.

### ***4.2.1 Para compreender os movimentos sociais***

Tendo em vista a atual conjuntura política e social em que nosso país se encontra – e assim, o contexto em que a problemática que busco analisar se insere – bem como as transformações tecnológicas, sociais, culturais e políticas que a sociedade ocidental vivenciou no último século (como abordei anteriormente), parto da compreensão de que os movimentos sociais necessitam, cada vez mais, ser analisados e compreendidos nestes cenários e em suas transformações. Entendo que é necessário, principalmente na América Latina, o estímulo a

estudos, análises e à construção de pensamentos teóricos que busquem compreender os movimentos sociais em sua complexidade, nas maneiras de atuar, de operar em seus direcionamentos críticos, nos seus modos de leitura do mundo e de propostas, nas formas de se comunicar e construir redes em uma sociedade em processo de midiatização.

Os movimentos sociais possuem um relevante papel na dinâmica política, cultural e social das sociedades em se inserem, tanto no campo das disputas de poderes como na construção de novas percepções sobre o significado de viver em sociedade e agir coletivamente, podendo vir a problematizar as agências e identidades particulares e coletivas. Nesse sentido, alinho-me a Maria da Glória Gohn (2017) para pensar o potencial que o exercício político coletivo tem de democratizar as relações de poder, ao incluir segmentos sociais e novas e diversas perspectivas nos debates e nas decisões sobre temáticas de interesse público. Aliado a isso, compreendo que os movimentos sociais também são potenciais agentes no exercício de democratização da comunicação social, ao viabilizar narrativas de contrapoder.

Sobre este eixo de problematização, considero que buscar uma base teórica mais aprofundada a respeito dos movimentos sociais e de suas inter-relações com a comunicação social e com as relações de poder é uma demanda da problemática que me ajudará a perceber melhor as características e os modos de operar e agir dos coletivos feministas (e de suas integrantes), que são os protagonistas do processo comunicacional que investigo.

Inicialmente, parto das contribuições de Maria da Glória Gohn (2017) para caracterizar os movimentos sociais como ações coletivas de fundo sociopolítico e cultural que possibilitam diversos modos pelos quais a população pode se organizar, construir e visibilizar suas reivindicações. Os movimentos sociais necessitam ser pensados em seu contexto histórico, social, político e conjuntural, como sujeito social coletivo. Nesta perspectiva, percebo estes movimentos como ações coletivas que atingem determinado estado de estruturação social, com identidades mais coesas, projetos de sociedade ou de resolução aos problemas, lideranças e opositores. Vale salientar que as identidades dos movimentos sociais não são unívocas, mas sim múltiplas, combinadas e cambiáveis a partir da conjuntura em que se inserem, sendo construídas em inter-relação com os contextos micro e macro político-social e histórico. Eles se transformam a partir das experiências dos sujeitos envolvidos que geram aprendizados e novos modos de percepção de interesses e demandas. Diferente de outros modos de organização coletiva, demandam de seus integrantes a militância de uma causa, a defesa de um projeto de sociedade. “Eles têm laços de pertencimento e identidade com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização” (GOHN, 2017, p. 24).

Castells (2013) nos convida a lançar um olhar mais atento para a potência de transformação emancipatória que os movimentos sociais podem representar em nossas sociedades. Em especial, nos incita a pensar sobre as possibilidades que as tecnologias digitais

podem configurar na *práxis* dos movimentos sociais na contemporaneidade em contextos de globalização e de mídiatização. Em seus estudos acerca da emergência de movimentos sociais potencialmente transformadores em rede, o autor parte da percepção de que as relações de poder são constitutivas da sociedade, sendo que o poder pode ser exercido tanto de forma coercitiva, quanto de forma simbólica, agindo na mente do indivíduo e, conseqüentemente no imaginário social. As relações de poder se encontram inscritas nas instituições sociais e, uma vez que as sociedades são complexas e contraditórias, onde há poder, há também contra poder, ou seja, há capacidade de resistência e agência dos atores sociais em desafiar esse poder, a fim de reivindicar representações de seus interesses e valores.

Se olharmos para o nosso macro contexto social, percebemos que as grandes inovações em tecnologias de informação e comunicação potencializaram o alcance dos meios de comunicação no cotidiano dos sujeitos e, dessa forma, em quase todas as esferas da vida social possibilitando o que Castells (2013) denomina de autocomunicação de massa. Modo de se comunicar este no qual os sujeitos comunicantes passaram a poder produzir seus próprios conteúdos, sendo uma comunicação massiva de muitos para muitos. “A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, e-book)

Nesse sentido, a luta fundamental pelo poder é a disputa pela construção do campo simbólico, do imaginário social e dos indivíduos. Sendo que a principal fonte de criação social de significados e do imaginário se dá por meio da comunicação socializada. É por meio da comunicação social que se constroem e se operam as redes sociais.

Como propõe Gohn, os movimentos sociais são, dessa forma, “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (2017, p. 333)”. A autora observa que, para analisar os saberes e as construções simbólicas produzidas pelos movimentos sociais, precisamos buscar essas redes de articulações que os movimentos constituem em seu cotidiano e analisá-las em inter-relação à conjuntura e ao contexto que os movimentos se inserem, pois não se trata de fatores isolados, mas de processos políticos e sociais.

Nesse sentido, as formulações de Santos (2018) nos ajudam a compreender os movimentos sociais como lugar potencial para a construção de saberes contextualizados e situados em prol de práticas e ações revolucionárias. Dessa forma, eles são um lugar privilegiado para o que o autor denomina como ecologia dos saberes. Podemos assim pensar que, como protagonistas de ação social e política, os movimentos sociais também podem desempenhar papel protagonista na criação de saberes que se propõem interessados, úteis e aplicáveis.

A perspectiva da ecologia dos saberes desenvolvida pelo ator supracitado nos convoca a pensar o conhecimento para além de lógicas engessadas e excludentes, um conhecimento que se afaste de burocracias e se aproxime de uma *práxis* emancipadora. Longe de desvalorizar os conhecimentos científicos tradicionais, essa noção de ecologia dos saberes preza pelo reconhecimento de pluralidade de visões de mundo e de construção de saberes distintas. É, portanto, um conjunto de epistemologias que se baseiam na possibilidade de diversidade e na globalização contra hegemônica para construir e fortalecer conhecimentos, combatendo hierarquias e poderes abstratos naturalizados por epistemologias reducionistas (SANTOS, 2018). Dessa forma, tomando os movimentos sociais como protagonistas de processos de aprendizagem e produção de saber, busco compreender a construção de outras cidadanias por meio da formação de redes e pontes e de epistemologias emancipadoras. Como propõe o autor,

#### ***4.2.2 Movimentos sociais, comunicação e a construção de redes***

Castells (2013) argumenta que nossa sociedade é uma sociedade em rede, na qual o poder hegemônico é multidimensional e se organiza em redes programadas, sendo essas redes fontes decisivas da construção de poder. Nesse raciocínio, em contrapartida, o contrapoder também se organiza em redes, em torno de interesses e valores diversos aos do poder a qual se opõe ou se posiciona. Engajando-se na produção de conteúdos para comunicação de massa, os sujeitos comunicantes podem criar redes horizontais de comunicação para defender seus interesses e direitos, como foi o caso das militantes argentinas que elaboraram campanhas e lideraram os movimentos “Nenhuma a menos” e a greve internacional de mulheres. Estes movimentos tomaram uma dimensão mundial graças ao trabalho de redes desenvolvidos no meio digital. No entanto, vale ressaltar que a sociedade em rede não é algo exclusivamente contemporâneo e pertencente ao mundo em processo de digitalização. É uma configuração histórica potencializada pela técnica.

De forma complementar, recorro à Scherer-Warren (2006; 2008) para pensar nas potencialidades de formação de redes de movimentos sociais na contemporaneidade. Na atualidade, em um contexto marcado por processos de globalização e midiaticização, as redes constituídas por movimentos e grupos sociais se caracterizam por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de referenciais relativamente abertos e plurais (SCHERER-WARREN, 2008). Nas sociedades multiculturais e globalizadas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e complexas, e assim, as lutas por cidadanias incluem uma vasta gama de identificações e dimensões do *self* e do Outro. São, assim, redes multiformes que agrupam múltiplos atores, compostas de diversificadas pautas, valores, estéticas, narrativas,

utopias e objetivos em torno de um interesse ou temática em comum, possibilitando processos dialógicos e o tensionamento de interesses.

As redes de movimentos das mobilizações às redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade (SCHERER-WARREN, 2006, p.127).

Entendo, portanto, que para buscar maiores conhecimentos sobre a formação e os modos de operação das redes de movimentos sociais, é necessário lançar um olhar mais atento para os sentidos que os atores sociais organizados constroem entre as demandas e as suas significações e assim, para como são criadas identidades, identificações e demandas coletivas que possibilitem a articulação dos movimentos em uma rede. É preciso, dessa forma, atentar para os modos como os movimentos sociais desenvolvem potencialidades de tradução de lutas (SANTOS, 2006; SCHERER-WARREN, 2006, 2008). Ou seja, entender como movimentos diferentes com lógicas e utopias diversas traduzem as demandas específicas e particulares em algo mais amplo e mais inclusivo, a outros movimentos, lógicas e utopias.

O trabalho de tradução permite criar sentidos e direções precários, mas concretos, de cujo alcance, mas radicais nos seus objetivos, incertos, mas partilhados. O objetivo da tradução de saberes é criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica. O objetivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática (SANTOS, 2010, p. 135)

Vivemos uma época em que o mundo experiência uma grande fragmentação, diversidade e múltiplas oportunidades, emancipatórias como também retrógradas. Nesse sentido, Santos (2010) nos coloca uma questão: “Como dar conta teoricamente da diversidade inesgotável do mundo? (p. 123). Com o autor, entendo que uma alternativa para essa problemática seja o trabalho de tradução. A tradução é tomada, assim, como processo que possibilita inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, sejam elas disponíveis ou possíveis. Esse processo não confere a nenhuma experiência o estatuto de totalidade exclusiva nem o de parte homogêneas. “As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidade que não se esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade” (SANTOS, 2010, p. 124).

Assim, o trabalho de tradução atua de modo a dar a ver os elementos de diferença e de intersecção entre movimentos sociais a fim de determinar os limites e as potencialidades de articulação entre eles. Entendo, assim, como um movimento de grande relevância na formação de redes, especialmente de atuação global, local territorial que configurem o que Santos (2018) denomina de globalização contra hegemônica. A tradução, portanto, é uma prática que sinaliza a configuração de novos modos de ação política contra hegemônica que propõem e possibilitam formas de globalização alternativa à globalização neoliberal a partir de redes transnacionais de movimentos locais (SANTOS, 2018).

Redes formadas por movimentos feministas, quando apesar das diferenças e adversidades há uma comunicação dialógica e a eleição de prioridades, mesmo que momentâneas, podem representar exemplos possíveis do exercício da tradutibilidade necessária para as articulações. Os movimentos feministas também podem apresentar exemplos de tensionamentos quando o exercício de tradutibilidade se ausenta. Os feminismos são múltiplos e diversos, havendo muitas vezes conflitos entre os diferentes entendimentos e visões e de mundo. No entanto, para a formação de uma construção conjunta em rede, é necessário que se encontre um ponto em particular que, apesar das diferenças e contradições, consiga mobilizar um conjunto de grupos em prol de uma luta.

Uma determinada luta, particular ou local (por exemplo, uma luta indígena ou feminista), só reconhece outra (por exemplo, uma luta ambiental ou laboral) na medida em que ambas percam parte do seu particularismo e localismo. Isto acontece quando é criada a inteligibilidade mútua entre as lutas. A inteligibilidade mútua é um pré-requisito do que eu chamaria a mistura, auto reflexiva e interna, da política da igualdade e da política da diferença no seio dos movimentos, das iniciativas, das campanhas ou das redes. A falta de auto reflexividade interna é que tem permitido que as teorias da separação prevaleçam sobre as teorias da união. Alguns movimentos, iniciativas e campanhas reúnem-se em torno do princípio da igualdade, outros em torno do princípio da diferença. A teoria da tradução é o procedimento que possibilita a sua mútua inteligibilidade. Tornar mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas. (SANTOS, 2006, p.198).

Como propõe Castells (2013) os movimentos sociais, ao longo da história, atuaram como produtores de novos modos de entendimento, de valores e propósitos sociais que podem vir a tensionar e colaborar para transformações nos modos de organizar a vida social. É o caso dos movimentos feministas que desencadearam intensas transformações no modo de agir, de representar e de viver o cotidiano das mulheres.

Em sentido convergente, Touraine (2006) nos convida a perceber os movimentos sociais como ação coletiva que coloca em xeque modos de dominação social difundidos. Assim, para ser um movimento social emancipatório, a ação coletiva precisa se opor à dominação social

(TOURAINÉ, 2006). Vale ressaltar que nem todos os movimentos sociais são transformadores e emancipadores havendo, ao longo da história, movimentos com caráter conservador. No entanto, estes não são o foco desta pesquisa. Portanto, recorro a Castells para entender que os movimentos sociais comprometidos com a emancipação social (incluindo nessa categoria os feminismos) se manifestam como contrapoder, constituindo-se por meio de processos de comunicação autônoma.

Na atualidade, as inovações tecnológicas possibilitaram uma efetiva transformação tecnocultural que alteraram as ações comunicativas dos cidadãos e dos grupos sociais, ampliando as possibilidades de produzir conteúdo, elaborar as próprias narrativas e estéticas, criar redes sociais e trilhar rumo a democratização da comunicação e de formas do poder-saber. Esses são, portanto, alguns dos componentes dos processos comunicacionais pelos quais os movimentos sociais se conectam com a sociedade e com seu entorno, com o espaço público. Dessa forma, faz parte dos processos comunicacionais dos movimentos construir e ocupar os espaços públicos, sejam eles institucionais ou não, “Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes[...]. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos.” (CASTELLS, EBOOK, 2013).

A ocupação desse espaço público institucional, das ruas e dos locais simbólicos, desempenha um relevante papel na história da mudança social e na prática contemporânea por criar um senso de comunidade e, assim, fortalecer laços de proximidade e pertença; por reivindicar o controle ao espaço urbano, simbolizando o controle às próprias vidas, sendo que esse espaço já possui uma significação simbólica própria; e por construir um espaço de deliberação público e político, construindo comunidade em um espaço de significação simbólica. Em nossa sociedade contemporânea, o espaço público pode ser entendido como espaço híbrido, entre a localidade urbana e o espaço digital da internet, “conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2013). Assim, o espaço público, situado em um entre e com os espaços urbanos e digitais, é um cenário de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é vista, assim, como elemento essencial que possibilita que os movimentos se formem e se relacionem com a sociedade em geral.

Concordo com Castells (2013) quando resalta que os movimentos sociais são compostos e formados por sujeitos comunicantes – indivíduos com suas próprias experiências, identidades, posicionamentos, que se conectam uns com os outros por meio de processos de

comunicação que podem levar à ação coletiva. Para a mobilização em um movimento social é preciso, portanto, uma eficiente comunicação capaz de fazer com que experiências individuais se conectem e colaborem para a organização de ideias, planos e projetos. Um processo de comunicação que possa promover ideias, eventos, e emoções a eles associadas.

Os movimentos sociais, historicamente, exerceram de variadas formas seu potencial comunicacional, seja por meio de mecanismos e estratégias comunicacionais como panfletos, discursos, meios de comunicação alternativos, cartazes, ou até mesmo até mesmo as próprias marchas, os corpos nas ruas, os ritmos e músicas e as performances artísticas. Contemporaneamente, as tecnologias digitais de comunicação e informação colaboram para novas táticas e novos modos de organização dos movimentos sociais. Quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, maior potencial do próprio movimento de ser mais participativo (CASTELLS, 2013) impactando, também, nos modos como as ideologias, propostas e ideias são pensadas de modo coletivo. No entanto, é preciso ressaltar que, apesar de representar um espaço de potencial autonomia, as redes digitais também representam espaços de disputa de poder e narrativas e de vigilância e controle, como já discuti anteriormente. Assim, considero necessária uma maior atenção para analisar as inter-relações entre a digitalização, os movimentos sociais e os espaços públicos.

#### ***4.2.3 Movimentos sociais, comunicação e estética em ações políticas***

Ao longo da história, os movimentos sociais desenvolveram variadas estéticas, táticas e ferramentas de luta e resistência, situadas e contextualizadas em seu tempo, espaço e em sua realidade política. Nesse sentido, o campo da comunicação abre variadas possibilidades para a visibilização de causas, divulgação de eventos, compartilhamento de notícias e ideias e até mesmo para disputar narrativas, alimentar e ressignificar elementos do imaginário social, democratizar o poder da comunicação e assim, do espaço público e do espaço de cidadania, produzindo dialogicamente saberes.

O campo das artes, mostra-se igualmente fértil, assim como as inter-relações entre a comunicação, a arte e as estratégias de luta. Neste sentido percebi que, nos coletivos observados na pesquisa exploratória, elementos da arte e da performance atravessam os modos de se comunicar e de fazer resistência política, tanto no meio digital como, principalmente, nas ruas, nos atos e nas manifestações. Assim, música, teatro, poesia, grafite, ilustrações, cores, tecidos, adesivos, gritos de guerra e ritmos são elementos utilizados, de diversas formas e para múltiplos fins, de forma a fortalecer as frentes de luta e criar estéticas e experimentações que afetem as pessoas e as tornem mais sensibilizadas para as mensagens compartilhadas.

Em uma leitura de Marx e Engels, Ângela Davis (2017) entende a arte como uma forma peculiar de consciência social, que tem potencial de despertar nas pessoas impulsos de transformação criativa das condições opressoras que as cercam. As artes podem, assim, influenciar tanto os sentimentos e a formação de subjetividades como a construção de conhecimentos e a *educação de emoções humanas* (CAUDWELL, *apud* DAVIS, 2017). “A arte pode funcionar como sensibilizadora e catalisadora, impelindo as pessoas a se envolverem em movimentos organizados que buscam provocar mudanças sociais radicais” (DAVIS, 2017, p. 166).

A arte atua no campo simbólico e pode colaborar com a construção de imaginários emancipadores e despertar o interesse nas temáticas em prol das lutas organizadas. Sensibilizando os sujeitos e produzindo campo subjetivos experimentais, pode ser uma ferramenta de emancipação social. Pode servir tanto para manter quanto para desestabilizar lógicas e sistemas.

Historicamente, de várias maneiras, a arte se mostrou estratégia potente e alinhada com lutas sociais exercendo, muitas vezes, papel fundamental, como foi o caso de resistências artísticas no período da ditadura militar (na qual muitos artistas foram exilados) por exemplo, ou da trajetória e impacto de estilos musicais como o samba, o *rap*, e o *funk* brasileiro.

Recorro, assim, à Martín-Babero (2019) para observar as dimensões teatrais e simbólicas que acompanham o fazer política. O autor observa que na contemporaneidade as cidadanias se constroem por meio de *práxis*, ações e atuações, e que as novas formas de ação políticas se conectam a estratégias de *empoderamento* situadas e a partir do campo da cultura. O campo da cultura representa o espaço de possibilidades e potências do simbólico, da construção de crenças, visões e imaginários individuais e coletivos, que nos dizem muito sobre os modos como os sujeitos se conectam com o mundo da vida, com a política, as espacialidades, o tempo, os meios de comunicação e, em certo grau, com os modos de exercício de poder, em seus múltiplos atravessamentos.

O que os novos movimentos sociais étnicos, de gênero, lésbicos e gays, religiosos ou ecológicos requerem não é tanto serem partidários ou ideologicamente representados, mas serem sócio culturalmente reconhecidos, isto é, fazerem-se 'cidadaneamente' visíveis em sua diferença; o que dá espaço a um modo novo de exercer politicamente seus direitos, pois a nova visibilidade catalisa o surgimento de novos indivíduos políticos. Assunto entrevisto pelo feminismo ao subverter o profundo machismo que se encontrava nas esquerdas com seu grito: “o pessoal é político!”, que veio a incorporar, ao mesmo movimento, o sentimento de dano e vitimação e o do reconhecimento e empoderamento (MARTÍN-BARBERO, 2019, online)

O campo das artes e das performances torna-se, portanto, um campo frutífero para que a cidadania atuante, que se materializa e encarna por meio de artes, possa ultrapassar fronteiras elitistas e descentralizar culturas, desestabilizando, negociando e ressignificando memórias e

expressões culturais a fim de criar e provocar experimentações e sentidos emancipadores. (MARTÍN-BABERO, 2019).

Neste sentido ao utilizar dança, teatro, performances, músicas, grafitti, tatuagens e tecidos em suas ações políticas, os movimentos feministas estão encontrando meios de atrair a atenção e fomentar debates para as frentes de luta com as quais se conectam. As performances estéticas podem se formar de variados modos, inclusive de formas mais encarnadas, como o uso do nu e de estéticas decoloniais na moda, na pintura, nas danças, músicas e nos ritmos. A arte aliada a um movimento e objetivo político é, portanto, meio de resistência.

Ângela Davis (2017) nos convoca a pensar nas lutas coletivas e nos movimentos sociais políticos como fundamentais para a expansão de arte popular revolucionária e progressista. A autora enxerga na arte potencial não apenas para visibilizar causas, mas, também, para sensibilizar e unir pessoas em torno de ideias, conhecimentos e projetos coletivos. Considero os atravessamentos artísticos, dessa forma, um elemento relevante para entendermos as construções de sentido e exercícios de cidadania dos coletivos observados.

Historicamente, as performances teatrais e as poéticas experimentais são elementos que acompanharam as ações dos movimentos feministas e que, na contemporaneidade, estão ganhando novos contornos a partir dos atravessamentos tecnológicos. Os elos e redes potencializados pelo campo digital também dão novas cores e sons às apropriações performáticas de grandes manifestações, por exemplo. Performances realizadas na Espanha e na Argentina, midiaticizadas nas redes digitais, por exemplo, ganham de certa forma, ecos nos manifestos do Brasil e em outros países, sendo uma importante estratégia de luta em várias marchas.

#### ***4.2.4 Pensando o feminismo***

As perspectivas desenvolvidas no item anterior me ajudam a entender o feminismo enquanto movimento social, que propõe o fim da opressão às mulheres e da desigualdade de gêneros, a partir da oposição a um modo de organização da sociedade-mundo masculino e patriarcal e que, inicialmente, se constituiu a partir da construção da identidade mulher – questão que abordarei com mais cuidado no próximo item. O feminismo, de acordo com Gohn, se enquadra na categoria de novos movimentos sociais, por se firmar a partir de uma identidade e buscar se diferenciar de modos de organização coletiva mais tradicionais (como movimentos operários e sindicais), afastando-se de estruturas rígidas nos modos de operação.

bell hooks define o feminismo como um “movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (2019, p.13). Essa definição deixa claro que o intuito do feminismo não é combater os homens, mas todo um sistema de opressões sexistas estruturais.

É uma postura ética e política. Em nossa sociedade atual, todos nós somos ensinados a aceitar, desde o nascimento, valores e pensamentos sexistas, machistas e opressores. O que quer dizer que todos nós, independente do gênero podemos, em variados graus, perpetuar relações de opressão sexista e machismos. Nessa perspectiva, pensar por um viés feminista implica o esforço contínuo em desconstruir esses sistemas de crenças e práticas (um esforço tanto coletivo como individual) e lutar por uma efetiva transformação social.

Recorro também a Tomazetti (2015) para considerar o feminismo como um sistema de ideias, lógicas e práticas de transformação que se baseiam na oposição à assimetria e desigualdade de gênero. Não se trata, no entanto, de um movimento unívoco, unificado e homogêneo, mas de sim, de uma complexidade e multiplicidade de ideias e pontos de vista diferentes, compartilhados ou não, e muitas vezes contrastantes e confrontantes entre si, em transformação.

Como nos lembra bell hooks (2019), compartilhar um objetivo em comum não implica que as pessoas engajadas por esse objetivo não possuam perspectivas radicalmente diferentes sobre como este poderá ser alcançado. Contudo, a autora alerta para o quanto é problemático entender que pode haver tantas versões do feminismo quanto existem diferentes mulheres. O feminismo, enquanto postura ética, não pode ser maleável ao ponto de ser compatível com qualquer posicionamento sócio-político. Chama a atenção, assim, para as formas de despolitização do movimento e também para os perigos de sua cooptação pelo sistema capitalista.

Concebo, portanto, que um feminismo que não esteja efetivamente engajado no combate ao sexismo e aos sistemas integrados de opressão de todas as mulheres não é de grande valor à luta pela liberdade das mulheres. Assim, não basta que algumas mulheres conquistem direitos e assumam lugares de poder se esses avanços não contribuírem para o combate contra as estruturas que oprimem todas as mulheres.

Por exemplo, vejamos a questão do aborto. Se feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista, e se privar mulheres de seus direitos reprodutivos é uma forma de opressão sexista, então uma pessoa não pode ser contra o direito de escolha e ser feminista. Uma mulher pode afirmar que jamais escolheria fazer aborto enquanto afirma seu apoio ao direito de as mulheres escolherem, e ainda assim ser uma defensora de políticas feministas. Ela não pode ser antiaborto e defensora do feminismo. Ao mesmo tempo, não pode haver algo como “feminismo como poder”, se a noção de poder suscitada for poder adquirido através da exploração e opressão de outras pessoas (hooks, 2019, p. 23)

Concordamos com bell hooks (2019) que despolitizar o feminismo e tomá-lo como um estilo de vida, supondo que qualquer mulher possa ser feminista, independentemente de suas convicções políticas, seria equivocado. Vou deter mais profundamente a esses aspectos

posteriormente. Antes, para compreender um pouco mais sobre o feminismo é necessário um olhar, mesmo que breve, para a construção do movimento ao longo de sua história.

#### *4.2.4.1 Um breve histórico sobre a categoria mulher no feminismo*

A partir de bell hooks (2019), entendo que a educação feminista para uma consciência crítica foi e ainda é uma estratégia de luta poderosa para o feminismo. Possibilitou ir além de um mecanismo de visibilização da realidade vivenciada por mulheres e validação de demandas e necessidades, para um efetivo esforço de compreender como se dão e como operam relações de poder e de opressão em nossa sociedade. Nesse sentido, Célia Regina Pinto (2009) destaca uma característica teórica do movimento, uma capacidade de reflexão crítica que desencadeia a formação de conceitos e teorias. De acordo com ela, podemos conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do movimento, ou seja, sua trajetória, e da produção teórica feminista.

Ao longo de sua trajetória histórica, percebe-se que o movimento feminista se desenvolveu marcado por diferentes momentos e demandas de luta que o configuraram no que diz respeito à sua vertente política e ideológica em contato com as transformações estruturais e culturais da sociedade (TOMAZETTI e BRIGNOL, 2015). Em função de uma facilidade didática, foi convencionado subdividir a história desse movimento a partir do que é denominado de ondas. Vale ressaltar, no entanto, que os movimentos feministas e de mulheres constituíram caminhos e trajetórias que possuem múltiplas dimensões e, assim, podem ser narradas de diversas formas sob diferentes óticas (MEYER, 2003).

São apresentadas, geralmente, três grandes ondas que configuram este pensamento: a primeira onda, data do final do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial e configura um feminismo demarcado pela luta por direitos, como o voto e as condições de trabalho e educação, marcada pela ascensão do movimento sufragista principalmente nos EUA e na Inglaterra. A segunda onda, definida pelo período de efervescência política e cultural da década de 1960, advém de um processo de transformações na economia mundial e transnacionalização dos estados capitalistas, este período deflagra o início da produção teórica e a força da prática militante do movimento sob o escopo do feminismo radical. A terceira onda do feminismo, ou feminismo contemporâneo, como preferimos denominar, é assinalada através das vertentes que surgem a partir do final da década de 1980 até a atualidade. (TOMAZETTI, BRIGNOL, 2015, p.3).

De acordo com Mariano (2005), é comum encontrarmos textos teóricos que identifiquem na fase inicial do feminismo uma busca por uma unidade em torno da categoria mulher como categoria universal, por algo que as unisse em torno de um elo comum. Assim, surgia uma busca pelas origens de uma opressão feminina universal. Dessa forma, reivindicavam um espaço de atuação política e social para as mulheres.

Nessa fase inicial, o grande objetivo dessas estudiosas era dar visibilidade àquela que havia sido historicamente ocultada das narrativas científicas, histórias e antropológicas. Dessa forma, os estudos iniciais eram formados, muitas vezes, por descrições do trabalho e da vida de mulheres em diferentes espaços. Havia, assim, uma disposição de construir uma história, psicologia ou sociologia da mulher (LOURO, 1997).

Vale salientar, contudo, que apesar do esforço em dar visibilidade e lutar pela libertação das mulheres, em seu início, o movimento feminista era composto, em sua maioria, por mulheres burguesas brancas, que não somente podiam ignorar e desconhecer as múltiplas realidades de vivência e de opressões das mulheres, como também, em muitas ocasiões, podiam perpetuar óticas e práticas racistas, homofóbicas, classistas e outras formas de opressão. Mariano (2005) aponta que, na fase inicial, o conceito de patriarcado e a noção de uma história comum de opressão feminina colaboraram para a busca de uma unidade e universalidade em torno da categoria Mulher. De forma geral, uma noção de biologia feminina (que incluía além dos aspectos físicos do corpo, uma ideia de maternidade e sexualidade heterossexual) era utilizada como base para explicar uma origem da opressão das mulheres, o que se mostrou uma concepção limitadora para buscar analisar as desigualdades de gênero.

Compreendo esse exercício inicial dos estudos feministas como uma tentativa, ainda que repleta de limitações, de ruptura com uma noção de sujeito social vigente que era sobretudo masculino, o homem universal (branco, heterossexual, burguês) que excluía tudo o que não se encaixava em seu leque. No entanto, os estudos iniciais que buscavam uma origem da opressão feminina e que, assim, se empenhavam em construir uma unidade em torno das mulheres, um sujeito do feminismo universal, não conseguiram romper com o determinismo biológico e com noções essencialistas e lógicas excludentes, racistas e elitistas acerca da mulher e do sujeito social.

Inspirado pelos ideais iluministas o pensamento liberal, que marcou a época moderna, trazia a noção do sujeito social como universal, racional, livre e autônomo (MARIANO, 2005). Essa perspectiva de entendimento do sujeito enquanto universal lhe atribuía um valor de unidade e homogeneidade. Contudo, a tentativa de uma unidade do sujeito desconsidera uma gama de diversidades que essa noção moderna e liberal (ainda vigente no senso comum) do sujeito social não consegue contemplar. Nesse sentido, teorias antirracistas, marxistas e feministas construíram críticas à essa noção de sujeito universal e abriram o caminho para a percepção de uma necessidade de descentramento do sujeito.

Guacira Lopes Louro (1997) observa que, a partir da chamada segunda onda do feminismo, militantes feministas trouxeram para dentro da academia questões que se conectavam com suas experiências pessoais, que as mobilizavam e interessavam. Consequentemente, ao realizar esses movimentos interessados, as teóricas feministas

tensionavam e problematizavam valores caros ao mundo acadêmico daquele contexto (valores que ainda encontram grande espaço nas universidades ocidentais contemporâneas), como a neutralidade e a imparcialidade no fazer científico. Assumiam, assim, que “tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1997, p. 19).

Desse modo, as tentativas de se criar uma noção unificada de mulher e do sujeito do feminismo receberam críticas das feministas negras, latino-americanas, de ex colônias e lésbicas. Vale lembrar que muitos anos antes da chamada segunda onda, essa questão já havia sido levantada pela feminista negra Sojourner Truth, ainda em 1851. Tais críticas apontavam que uma tentativa de Mulher universal se mostra limitadora ao não conseguir agregar a diversidade de experiências das mulheres, de culturas e de contextos que as envolvem e os modos de intersecção dos marcadores sociais como, também, por não conseguir romper com um pensamento essencialista e binário que estabelece o que são homens e mulheres, nem com lógicas racistas e de hierarquização entre as mulheres. “Trata-se da crítica ao feminismo branco ou dominante, colocando em questão o que é ser mulher e denunciando que a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante” (MARIANO, 2005, P.489).

Assim, apesar de possuir relevância histórica, a busca por uma unidade, uma base e uma opressão comum a todas as mulheres não só não resolve as limitações da noção de sujeito social moderno nem consegue dar conta de explicar a assimetria entre homens e mulheres, como também perpetua lógicas coloniais racistas e elitistas. Assim como não há uma única forma universalizante de ser mulher, não há também um único modo de opressão que consiga explicar as desigualdades de gênero. Dessa forma, também a inclusão e evidência de mulheres (apesar de muito relevante) nas narrativas históricas, reivindicando espaço político e social não “resolvia de todo o problema com o universalismo, o essencialismo e o binarismo que constroem hierarquias e subordinações” (MARIANO, 2005, p. 484).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente diferentes e que, por isso, devem desempenhar papéis diferentes em uma relação complementar funcionou, muitas vezes (tanto no meio acadêmico quanto no senso comum), para tentar compreender e para criar justificativas sobre a desigualdade social de gênero (LOURO, 1997). No entanto, as desigualdades se produzem no campo da cultura e do simbólico e não do biológico.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente os sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se construir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p.21).

Assim, a emergência do gênero como nova categoria de pensamento apresentou uma virada epistemológica para os estudos feministas. De acordo com Louro, a categoria gênero possibilitaria ir além da construção de uma ciência sobre as mulheres, das mulheres, para analisar a construção cultural e social do feminino e do masculino (e o que essas categorias representam socialmente), colocando em foco o modo como, a partir dessas categorias de diferenciação, os sujeitos são constituídos e se constituem, imersos em relações de poder.

Essa perspectiva acerca das relações de gênero nos possibilita buscar compreender os modos de construção de desigualdades não com base nas diferenças biológicas (sendo que talvez as diferenças de sexo não possam ser compreendidas fora das lógicas sociais que se inserem, de forma pré-discursiva) mas sim na história, nos modos de operação e construção de culturas, nos modos de representação, nas condições de acesso aos recursos em uma sociedade e nos modos como se forjam os arranjos sociais (LOURO, 1997). Assim coloca-se em foco, para problematizar tais questões, os campos social, cultural e simbólico. Não se trata de desconsiderar as diferenças que os corpos abrigam (diferenças biológicas) e, sim, de colocar em foco os processos de construções históricas e sociais produzidas sobre essas diferenças, ou seja, os modos como social e culturalmente tais corpos foram sendo significados, reconhecidos e caracterizados. Vale salientar, contudo, que apesar de extrema importância, a categoria gênero, se isolada, não é suficiente para uma análise criteriosa sobre as desigualdades entre mulheres.

Louro (1997) ressalta que entender gênero como uma construção social relacional não significa que devemos pensá-lo como a construção de papéis masculinos e femininos, já que entende que a noção de papéis a serem desempenhados pode acarretar entendimentos simplistas e redutores. Essa concepção não permite analisar as múltiplas formas que as masculinidades e feminilidades podem assumir no tecido social nem possibilita maiores entendimentos acerca das complexas relações de poder que envolvem e forjam as relações de gênero, assim como suas desigualdades e hierarquizações. Dessa forma, recorro à autora para entender que, mais do que funcionar como representação de papéis, as relações de gênero integram a formação das identidades dos sujeitos.

Portanto, entender gênero como parte constituinte da identidade do sujeito nos faz pensar na categoria Mulher (assim como a categoria Homem e todas as outras possíveis que não estão incluídas no modo de entendimento binário) como uma categoria em aberto, capaz de rearranjos. O que não significa desconsiderar a existência de mulheres e de suas práticas políticas representativas. Essa discussão, particularmente, é cara a essa proposta no momento em que propomos analisar e buscar entender mais acerca de práticas comunicacionais de integrantes de movimentos feministas visando a construção de cidadania comunicativa, propondo que ela deve ser pensada de forma multidimensional (contemplando aspectos

culturais, sociais, políticos e também subjetivos, entre outros); também a partir da inter-relação entre o sentimento de pertença, as identidades individuais e coletivas e práticas sociais, elementos que se atravessam.

Essa discussão me leva a pensar nas inter-relações entre as identificações de gênero e o feminismo enquanto movimento e posicionamento político e, assim, na construção do sujeito do feminismo. O debate a respeito dos sujeitos do feminismo, tanto na academia quanto na militância, não é feito sem tensionamentos, mas sim com múltiplas óticas, defesas e embates. Há diversas formas de entender a questão, perspectivas que se baseiam em diferentes conceitos, teorias, ideologias, experiências e experimentações.

De acordo com Mariano (2005), em sua reflexão sobre o sujeito do feminismo, desconstruir uma ideia fixa de identidade e do sujeito não significa declarar sua morte. Assim, desconstruir a categoria Mulher não quer dizer abandoná-la, mas sim, ressignificá-la. Uma caracterização fixa e unívoca sobre o feminino não é, dessa forma, pressuposta nem desejada, por restringir os sujeitos que espera representar, e por disfarçar uma experiência de gênero variada e contraditória).

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de uma produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25).

Butler (1998) não contesta uma necessidade política do feminismo de se falar enquanto mulher e pelas mulheres, pois reconhece que é desta forma que a política representativa funciona. Concorde, assim, com reivindicações e manifestações em nome das mulheres. No entanto, a autora entende que essa necessidade precisa ser reconciliada com outra, a de compreender a mulher por uma visão menos limitada do feminino. Uma vez que uma especificidade é articulada, há a resistência dentro do próprio grupo que está supostamente unido por uma articulação do seu elemento em comum. Butler (1998) discorda, dessa maneira, de uma visão unívoca sobre o ser mulher. A autora considera a possibilidade de que apenas diante de uma liberação da categoria mulheres de um referente fixo, algo como uma capacidade de agir se torne possível, já que se o termo permite uma ressignificação, novas configurações se tornam possíveis. Ao longo da história, o que significa ser mulher foi, em certos universos, dado como certo, e o que foi configurado como “referente” do termo se fixou, naturalizado em posições de subordinação. Assim, o significado se fundiu ao referente, de forma tal que um conjunto de significados foi levado a ser inerente a uma natureza real das mulheres. Portanto,

autorizar a categoria mulheres como um lugar de ressignificações possíveis é ampliar as possibilidades do que significa ser mulher.

Dessa forma, Butler (1998) defende que as divergências entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo “mulheres” devem ser preservadas e valorizadas. E que essas divergências deveriam ser afirmadas como fundamento infundado da teoria feminista. Para a autora, desconstruir o sujeito do feminino não significa censurar a utilização do termo, mas sim, liberá-lo para um futuro de diversas significações, libertando-o de ontologias maternas e racistas as quais esteve relacionado durante a história do movimento feminista e fazendo desse conceito um lugar onde significados não antecipados possam emergir.

Desde meados da última década, algumas autoras e autores discutem a percepção do que se denomina como quarta onda do feminismo, que se faz presente a partir da intensificação dos processos comunicacionais digitais. Ou seja, a partir dos entrelaçamentos entre um contemporâneo processo de emergência de movimentos feministas e os usos e apropriações da internet, o feminismo na era digital. Intelectuais como Heloisa Buarque de Holanda (2018) enxergam o atual momento como uma nova geração política do feminismo, com estratégias e formas de organização próprias. Nesta perspectiva, Bogado e Holanda (2018) destacam dois pontos do feminismo atual no Brasil: a busca da horizontalidade e a performance como modo de expressão e linguagem de luta.

Neste contexto, as tecnologias digitais abriram um leque de possibilidades e potencialidades para os exercícios políticos dos movimentos sociais, suas lutas, demandas e visões de mundo. Saltaram aos olhos as multiplicidades de relatos de experiências e narrativas sobre o ser mulher e o ser feminista, tornando possível novas e múltiplas formas de os feminismos se perceberem em suas diversidades, unicidades e contradições. Para as autoras supracitadas, a internet e as redes digitais possibilitaram a sistemática exploração da força mobilizadora dos relatos pessoais como instrumento de luta.

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostram ainda mais uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos de mulheres. (BOGADO, HOLANDA, 2018, Ebook).

#### *4.2.4.3 Feminismo, política e identidade*

De forma complementar às perspectivas trabalhadas no item anterior, bell hooks (2018) nos convida a refletir sobre os atravessamentos entre política, identidade e o feminismo

enquanto movimento social e postura ética e crítica. Nos faz pensar sobre as fragilidades de um engessamento e da primazia do identitário para a luta política do feminismo.

A partir do icônico *slogan* feminista “o pessoal é político”, a autora tece uma argumentação crítica a respeito da identidade na postura política feminista. Se por um lado o *slogan* representou uma ruptura de paradigmas e funcionou como ferramenta para pensar a politização do cotidiano, do íntimo e para o entendimento do Eu como um lugar de politização, por outro, também foi utilizado de forma equivocada para legitimar políticas não emancipadoras dentro do próprio movimento. Assim, o perigo está em leituras que equalizam as duas esferas, que tomam o político como sinônimo de pessoal. “Se o pessoal e o político são um e o mesmo, então não há politização, nenhuma maneira de se tornar um sujeito feminista radical” (HOOKS, 2019, ebook).

Dessa forma, em um sistema patriarcal de supremacia branca e capitalista, a ideia de cristalizar identidades e colocar o Eu no centro de uma postura política pode se mostrar uma estratégia arriscada na medida em que sirva a lógicas de despolitização e cooptação do movimento. Além de desviar a atenção de políticas radicais, a primazia do pessoal em si (e não da politização do pessoal) pode gerar modos de desconexão com a realidade material mais ampla, invisibilização de experiências, atomização de atores e dispersão do trabalho de formar comuns e comunidades.

Quando olhamos para o feminismo liberal, entendemos melhor a crítica de hooks aos modos de centralização do *Eu* que, em vez de promover reflexões sobre as identidades, conduz a práticas e lógicas individualistas. Em uma rápida visita a redes sociais virtuais como Instagram, Facebook ou Twitter, podemos nos deparar com narrativas que exemplificam essa situação, que se apropriam de lógicas, conceitos e estéticas feministas para promover um *empoderamento* individual que apenas serve para corroborar com o sistema capitalista e racista já vigente. *Empoderamento* esse que, por debaixo de frases feitas, e rasa sensatez, esvazia conceitos e significados fundamentais para a luta contra as opressões das mulheres.

hooks nos faz perceber como o foco no aspecto identitário, sem o esforço em uma politização crítica, pode engendrar crises de engajamento e comprometimento, conformando modos de feminismo individualistas. O maior risco está em explorar e afirmar identidades como elas já existem, cristalizando-as em vez de movimentar e desestabilizar estruturas rígidas para refletir e problematizar suas existências. Os entrelaçamentos entre identidade e política são complexos e essa é uma discussão cada vez mais atual a respeito do movimento feminista. Sua crítica ao identitarismo individualista – assumido algumas vezes por movimentos feministas –

está na percepção de que a primazia da descrição da experiência e na exploração e reafirmação de uma identidade pode enfraquecer o engajamento efetivo em lutar contra opressões.

A questão, no entanto, não é desconsiderar a importância de se pensar identidade e desvalorizar o pessoal; tal postura não traria benefício nenhum ao feminismo. Entendo que é fundamental radicalizar o que nos diz o *slogan*, nos movimentarmos ao encontro de um crítico exercício de politização e problematização das identidades, das experiências e das subjetividades, de modo dialético e interessado em refletir a construção social de identidades resistentes. A força e a fragilidade do feminismo estão intimamente entrelaçadas com as questões sobre o pessoal, o eu e identidades.

Para modificar políticas identitárias, devemos oferecer estratégias de politização que ampliem nossa concepção de quem somos, que intensifiquem nosso sentido de intersubjetividade, nossa relação com uma realidade coletiva. Fazemos isso enfatizando como a história, a ciência política, a psicanálise e diversos modos de saber podem ser usados para construir nossas ideias de ser e identidade (HOOKS, 2019, e-book)

Dessa forma, hooks (2019) aponta a necessidade do feminismo examinar o eu, o pessoal e as questões identitárias por um viés crítico. Tal perspectiva partiria do entendimento que simplesmente ter conhecimento e descrever a experiência de opressão não significa necessariamente uma postura e um olhar politizado sobre essa experiência. É necessário ir além de visibilizar vivências, é preciso politizá-las, olhá-las de forma interessada em entender os mecanismos de poder que a tornam possível, e assim, estratégias que poderiam transformá-las. Descobrir, reafirmar e trabalhar a identidade, em um contexto onde o processo de colonização e dominação invisibiliza, subalterniza e desumaniza determinados aspectos identitários, pode sim representar um ato de resistência crítica. No entanto, a identidade deve ser um meio, uma estratégia e um caminho de engajamento e não o fim em si só. Reconhecer e entender as identidades é uma fase de um processo revolucionário maior. Assim, a efetiva politização do eu é no feminismo, parte necessária de um projeto maior de mudança social. Projeto esse que é também atravessado pelo entendimento sobre as estruturas, sobre o funcionamento das opressões, e assim, que necessita de um comprometimento com a educação para a formação de conscientização crítica.

#### *4.2.4.4 O feminismo e a luta contra o sistema integrado de opressões – a perspectiva da interseccionalidade*

Guacira Louro (1997) nos ajuda a perceber que os sujeitos se constituem a partir de e em múltiplas identidades e, se concebemos que as identidades são mutáveis, transitórias e

parciais, a noção de uma identidade explicativa universal se torna muito limitante. Nesse sentido recorrendo à autora, penso que também é limitadora a ideia de que há uma (a) categoria social que é a base da compreensão da formação de desigualdades e contradições da sociedade (LOURO, 1997), seja ela de gênero, raça ou classe social, por exemplo.

Dessa forma me aproximo de hooks (2019) em sua crítica a pensadoras e militantes feministas que defendem que o feminismo seja a agenda política central de mulheres em todo mundo. Como argumenta a autora, esse pensamento permite que mulheres, em especialmente as brancas e privilegiadas, sugiram que opressões de raça e classe sejam frutos de um sistema maior de opressão do patriarcado e de gênero, e que podem ser resolvidas apenas com a luta contra o sexismo e o machismo, o que é uma leitura equivocada. E dessa forma, essa hierarquização de opressões pode corroborar com práticas opressoras, de silenciamento e exploração, mesmo dentro de movimentos que se diz em prol da libertação de todas as mulheres.

Posto isso, penso que os marcadores sociais são categorias que devem ser pensadas de forma conjunta, contextualizada, em inter-relações, atravessamentos e tensionamentos na trama social e sempre inseridos em relações de poder, de hierarquização, dominação, subordinação e também de resistência. Portanto, nesse entrelaçado de nossa sociedade contemporânea ocidental, um mesmo sujeito pode viver simultaneamente várias condições de subordinação que se atravessam. Assim como também pode viver posições contraditórias, podendo ser ao mesmo tempo oprimido por sistemas machistas e opressor dentro de sistemas racistas e classistas.

Assim, e à luz das concepções de Audre Lorde (2019), entendo que não devemos hierarquizar as opressões. De acordo com a autora, opressões diferentes, como o sexismo e a homofobia surgem do mesmo lugar que o racismo, da crença em um setor ou raça superior a todos os outros e do seu direito a dominar.

Não tenho como achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico. E não tenho como escolher em que frente vou lutar contra essas forças discriminatórias, independente de que lado elas estejam vindo para me derrubar. E quando elas aparecem para me derrubar, não irá demorar a que apareçam para derrubar você (LORDE, 2019, p. 236).

Dessa forma, hierarquizar as opressões, definindo qual luta é mais legítima se mostra enfraquecedor para as lutas em prol da liberdade e pelo fim das precariedades sociais. O que não significa ignorar que parcelas da população são estruturalmente mais precarizadas e oprimidas do que outras. E também que as opressões não são sentidas da mesma forma por todos, mas sim atravessadas pelos contextos e pelo sistema integrado de opressões. Como

coloca Akotirene (2019, p. 28) “Iniquidades de gênero nunca atingiram as mulheres em intensidade e frequência análogas. Gênero se inscreve no corpo racializado”.

De modo geral, a identidade nacional do Brasil e de outros países da América Latina se estrutura a partir do mito da democracia racial – cuja origem se encontra na miscigenação racial, estruturalmente fruto da violação colonial causada por homens brancos contra mulheres negras e indígenas – e que até hoje desencadeia violências simbólicas especialmente sobre essas mulheres, como nos lembra Lélia Gonzales (2019). Assim, a violência sexual colonial configurou o que Sueli Carneiro (2019) denomina como “cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2019, p.313). Violência esta que foi romantizada, adquiriu novos contornos, mas que continua presente no imaginário social mantendo intactas ou até mesmo reforçando modos de relações de gênero e raça instituídas no período escravocrata.

Para entender os feminismos no Brasil, seus modos de agência, resistência e as narrativas que eles constroem, precisamos atentar para os contextos e para a realidade social e histórica das mulheres em nossa sociedade. Nesse sentido, os textos de Lélia Gonzales e a noção de Amefricanidade<sup>39</sup> cunhada pela autora, nos ajuda a entender mais sobre a construção cultural do nosso país, sobre como se dão relações de raça, gênero e classe em nosso contexto, e sobre os modos de resistências que permeiam também a nossa cultura e até mesmo a língua que falamos. Também nos faz refletir sobre as peculiaridades do racismo *disfarçado*, no caso do Brasil, ou como a autora coloca, racismo de denegação que ao mesmo tempo que atua devastadoramente diz não fazer isso.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que tem que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômicas existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. (GONZALES,2019, EBOOK)

De modo geral, na América, desde o período colonial as mulheres negras, assim como as indígenas, tiveram experiências históricas diferentes das mulheres brancas. Experiências marcadas, de forma cruel, por lógicas racistas, imperialistas e coloniais impostas pela branquitude. Experiências estas que não foram reconhecidas ou representadas pelo discurso clássico de opressão da mulher veiculado pelo feminismo branco ou hegemônico. Mesmo

---

<sup>39</sup> A autora Lélia Gonzales (2019) propõe a categoria Amefricanidade para refletir sobre a construção sociopolítica e cultural do Brasil e de outros países que incorpora processos históricos de cultura dinâmica, de resistências e adaptações no nosso contexto.

dentro dos movimentos feministas, muitas vezes, as experiências das mulheres não brancas foram silenciadas, ignoradas e desqualificadas sob o manto de uma pretensa homogeneidade de opressão das mulheres que não se efetivava.

No contexto da América escravocrata, por exemplo, as mulheres negras que foram escravizadas não foram enquadradas no mito de fragilidade feminina nem como mães presas ao lar, que oprimiu historicamente as mulheres brancas, pois não eram vistas como frágeis. Desumanizadas e objetificadas, essas mulheres negras escravizadas foram obrigadas ao trabalho compulsório e submetidas a diversas violências, assim como foram separadas de suas famílias e tiveram também seus filhos, companheiros e familiares apartados, vendidos ou mortos. Seus costumes, crenças e heranças ancestrais e culturais sofreram apagamentos e silenciamento. Essas marcas continuam como cicatrizes que não conseguem sarar em nossa sociedade, visto que o mesmo racismo do período colonial se perpetua nos dias atuais, apesar de usar novos discursos, máscaras, contextos e práticas.

Quando em 1851, em seu brilhante discurso<sup>40</sup> Sojourner Truth questionou “E eu não sou uma mulher?”, ela denunciava ao mesmo tempo o machismo que impunha estereótipos, arquétipos, comportamentos e controle sobre mulheres e o racismo de uma sociedade que negava suas experiências, sua feminidade e humanidade. Ao questionar a categoria mulher, em sua argumentação, a Sojourner articulou as opressões estruturais de raça, classe, gênero e idade, colocando em foco experiências vivenciadas e atribuídas a mulheres negras, identificando seu lugar enquanto mulher negra em seu contexto, em meio às encruzilhadas das avenidas identitárias.

O que nos faz refletir sobre como a supremacia branca<sup>41</sup>, nos termos de hooks (2019), forjou modos de opressão simbólicas e de práticas igualmente cruéis que desumanizam todos aqueles entendidos como os Outros. Ou seja, práticas e lógicas que trabalham na negação do outro como um sujeito de vontade e pensamento crítico, agindo tanto de por meio de práticas e políticas imperialistas e coloniais, quanto por meio simbólicos, desqualificando saberes, culturas, resistências e filosofias, atacando até mesmo a autoestima, a estética, e outras formas de expressão.

---

<sup>40</sup> Discurso intitulado originalmente “Ain’t I a Woman” proferido por Sojourner Truth em 1851 durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron. A tradução realizada pelo Doutor Osmundo Pinheiro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi publicada no Portal Geledés em 8 de janeiro de 2014.

<sup>41</sup> A autora bell hooks utiliza o termo supremacia branca para identificar “a ideologia mais determinante da maneira como pessoas brancas (independente da inclinação política, de direita ou esquerda) percebem e se relacionam com pessoas negras e pessoas não brancas nesta sociedade” (hooks, 2019).

Assim, olhar para o modo como os sistemas de opressões integradas atuam, em especial sobre as mulheres negras, nos faz perceber como as mulheres negras vivenciam relações de gênero diferentes das experienciadas por mulheres brancas, como também opressões de raça diversas às dos homens negros.

Em geral, a unidade na luta das mulheres nas sociedades não depende apenas de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras, em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres que se instituem para as mulheres brancas (CARNEIRO, 2018, p. 315).

De forma complementar, Audre Lorde (2019) nos convoca a pensar em como a economia baseada no lucro (os nossos capitalismo globalizados) necessita da institucionalização da rejeição às diferenças que produzam a ideia de forasteiros como *superávit*. Aponta, assim, a profunda falta de modelos de convivência com as diferenças em nossa sociedade. De acordo com a autora, imersos nessa cultura de lucro, fomos programados a reagir com ódio frente às diferenças e, sempre que possível, ignorá-las, ou imitá-las – se forem entendidas como dominantes – e destruí-las – se forem entendidas como subordinadas. No entanto, não são as diferenças as causadoras dos abismos que temos uns com os outros, com nós mesmos e com o Outro, mas sim, a “nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e expectativa humana” (LORDE, 2019, p. 240).

Olhar para essas distorções também significa olhar para os modos como as opressões e relações de poder se estabelecem em uma sociedade. Nos ajuda a perceber os modos como, mesmo entre mulheres (que compartilham alguns problemas e modos de opressão), há opressões de sexualidade, de raça e de classe, entre outras. Ao me alinhar com essas perspectivas, concordo também com a necessidade, explicitada por Lorde (2019), de nos empenharmos cotidianamente em nos desfazer dessas distorções, desconstruir e redefinir os modos como lidamos com as diferenças, uma vez em que fomos criados em uma sociedade onde tais distorções são estruturais e atravessam o nosso cotidiano e a formação das nossas percepções mais simplórias e ordinárias. E assim, de reconhecer em nós mesmos os modelos opressores que estão instaurados em nossas construções de sujeitos sociais, que nos fazem muitas vezes agir de modo subordinado às táticas de opressão ou até mesmo de modo opressor frente às diferenças. Mulheres brancas, por exemplo, são historicamente oprimidas pelos sexismo e machismo, mas também podem igualmente serem opressoras em um sistema racista, por se beneficiarem dos privilégios da manutenção de uma supremacia branca. Só

reconhecendo os modelos opressores em nós, podemos caminhar na trilha de desconstrução efetiva.

Como mulheres, precisamos desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós mesmas se quisermos ir além dos aspectos mais superficiais da mudança social. Agora precisamos reconhecer as diferenças entre mulheres que são nossas iguais, nem inferiores, nem superiores, e encontrar maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas visões e nossas lutas. O futuro de nossa terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres em identificar e desenvolver novas definições de poder e novos modelos de convivência com a diferença. As velhas definições não serviram para nós nem para a terra que nos sustenta. Os velhos modelos, não importa o quão inteligentemente organizados para imitar o progresso, ainda nos condenam a repetições cosmeticamente alteradas das mesmas velhas trocas, da mesma velha culpa, de ódio, recriminação, lamentação e desconfiança. (LORDE, 2019, p. 247).

Concebo, assim, que os movimentos feministas só podem ser efetivamente libertadores e emancipadores se forem, ao mesmo tempo, movimento antirracistas, anti-imperialistas, empenhados em lutar contra as desigualdades econômicas e sociais e contra a lbtfobia, especialmente quando consideramos a realidade histórica, política e social do contexto brasileiro e também do latino americano. Só conseguimos efetivamente lutar pela libertação das mulheres e contra a desigualdade de gênero se lutarmos também contra as opressões de classe, raça e sexualidade, contra os racismos e a lbtfobia, contra as opressões que transformam as diferenças em desigualdades.

Compreendo como um movimento necessário para o avanço das lutas feministas o de demarcar e de instituir, na agenda dos feminismos brasileiros, a relevância de se considerar as experiências, pautas e narrativas das mulheres negras, indígenas e não brancas introduzindo, assim, discussões que contemplem temáticas caras ao movimento negro (assim como ao movimento LGBT e ao movimento de trabalhadores). Precisamos debater o peso que a questão racial possui nos sistemas de opressão das mulheres brasileiras, visto que a maior parte da população feminina do país não é branca. Discutir assim, a violência racial como aspecto que determina as violências sofridas por mulheres brasileiras, e assim, pautar políticas públicas e mecanismos sociais, políticos e econômicos que mantêm as desigualdades entre as mulheres, considerando os modos como as relações de gênero, raça e classe atravessam e configuram as relações de poder social e político no Brasil. Entendo assim, com base nas trilhas no percurso teórico e também empírico, o papel fundamental que os feminismos negros, indígenas e decoloniais tem exercido, historicamente e cada vez mais, nas conquistas e nos avanços das mulheres no nosso país.

Nesse sentido, a noção de interseccionalidades cunhada por Kimberlé Creenshaw, no âmbito do direito, me ajuda a olhar com mais profundidade para as relações de poder e as

múltiplas opressões que perpassam o cotidiano, a vida e as identificações dos sujeitos. De acordo com Carla Akotirene (2019), o conceito é uma “sensibilidade analítica” (p. 19) pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações analíticas eram ignoradas tanto pelos movimentos feministas tradicionais compostos por mulheres brancas quanto por movimentos antirracistas. A noção surge da crítica feminista negra para lançar luz às complexidades dos sistemas de opressão e seus entrelaçamentos, para descrever a localização das mulheres negras em meio às avenidas identitárias e sua marginalização estrutural e assim para refletir sobre a inseparabilidade dos sistemas de racismo, capitalismo e *cisheteopatriarcado*.

Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismo institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação (AKOTIRENE, 2019, p. 59).

Na visão de Akotirene (2019), a interseccionalidade objetiva proporcionar instrumentos teóricos-metodológicos para a análise da inseparabilidade estrutural das opressões, do racismo, do capitalismo, e do *cisheteropatriarcado*. Assim, ao olhar para a estrutura social e para os sistemas de opressão, o conceito nos ajuda a perceber a fluidez das “identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe, de raça, e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (p. 37).

Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificando opressões. (AKOTIRENE, 2019, p. 46)

Mas mais do que uma reflexão sobre múltiplas identidades, a interseccionalidade é “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Assim, a interseccionalidade fala sobre como se constroem e operam relações de poder que se estruturam atravessadas pela inseparabilidade de estruturas de raça, classe e gênero. A interseccionalidade nos revela os espaços invisibilizados pelas categorias modernas e, assim, também mostra de que forma mulheres negras e não brancas sofrem opressões e são cada vez mais empurradas lugares identitários que as tornarão mais vulneráveis à colisão de estruturas modernas.

A partir de seu estudo sobre interseccionalidade, a autora supracitada também nos faz refletir sobre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado como modeladores de

subjetividades e experiências da colonização. Assim, nos faz refletir sobre a responsabilidade do padrão colonial moderno na promoção de racismos e sexismo institucionais.

O impacto do colonialismo à natureza fez milhares de pretos serem atirados ao Oceano e lançou a dicotomia entre natureza e humanidade do padrão capitalista global. As feminilidades e masculinidades construídas pelo cisheteropatriarcado e racismo, juntos, saíram dessa experiência (AKOTIRENE, 2019, p. 42).

Nesse sentido, María Lugones (2019) é uma leitura importante para refletirmos sobre o impacto da colonização no sistema de estruturas e opressões. Para a autora, a dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia entre humanos e não humanos, o que permitiu que as colonizações impusessem uma lógica de desumanização sobre os colonizados. De acordo com ela, o pensamento moderno colonial e capitalista sobre raça, gênero e sexualidade está centralizado por lógicas de hierarquia, categorias e dicotomias. Nessa visada, a modernidade organiza o mundo em categorias atômicas e separáveis e hierarquizadas que não são suficientes para entender vivências que extrapolam essas categorias. O olhar interseccional, portanto, lança luz aos campos não percebidos pelas categorias atômicas, categorias estas que ignoram experiências e existências.

Essas perspectivas nos levam a perceber que, para olhar para as opressões vivenciadas por mulheres, precisamos atentar e analisar com complexidade a trama de opressões sociais em que os sujeitos estão imersos. Assim, atentar para as opressões e relações de gênero e poder, demanda olhar para as relações de classe, de raça, de idade, sexualidade, para as condições de vida dos portadores de deficiências e para as condições de precariedades sociais. Necessitamos atentar também para as relações de poder que se dão em macro e microescala, em suas dimensões políticas, sociais e econômicas e, assim, para os imperialismos e relações de poder coloniais, considerando seus efeitos e consequências sociais.

#### *4.2.4.5 Silenciamentos e as vozes das mulheres*

Um das lutas e discussões que tem sido travadas pelos movimentos feministas diz respeito à comunicação como um espaço de poder que necessita ser ocupado e disputado. De acordo com bell hooks, um dos aspectos centrais do movimento feminista tem sido provocar as mulheres a se expressarem, a contarem suas histórias, seus pontos de vista e suas sabedorias. “Enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres” (2020, e-book).

Como nos rememora Michelle Perrot (1998), ao longo da história, mulheres sofreram diversos modos de silenciamento e de exclusão das esferas de poder, e das tomadas de decisão,

tanto no que tange ao coletivo como, até mesmo, no que se refere às suas próprias vidas e liberdades. Sendo o verbo poder, calar a voz das mulheres (ou socialmente de qualquer sujeito ou grupos de pessoas) é negar o acesso às disputas e jogos de poder. Indo além, negar o direito de expressão é negar a nossa construção enquanto sujeitos, as nossas identidades e as nossas percepções.

O silenciamento é uma prática que tem sido utilizada socialmente como modo de dominação disciplinar, que ao impor o *cale-se*, fere as subjetividades, deslegitima as existências, epistemologias e resistências dos sujeitos. As estruturas de poder, dominação e opressão que definem socialmente quem é mais ou menos valorizado, quem é validado ou desumanizado são as mesmas que operam os modos de silenciamento e apagamento dos sujeitos subalternizados, das suas vozes, saberes e expressões.

Vale ressaltar que silenciar, da forma que estamos falando, não é exatamente o mesmo que se calar. Calar-se, ou o silêncio é abstenção da própria fala, intencionalmente ou não. Os silêncios podem ser motivados por vários fatores, e até mesmo pode ser estratégico. Já o silenciamento é da ordem da imposição e da dominação, que para além dos corpos e das expressões particulares, pode ser dar de forma social. Ambos, os silêncios e os silenciamento, o calar e o falar (e o falar por) integram os mesmos jogos de poder.

No caso das mulheres tanto o espaço público (dominado por violências múltiplas) quanto o espaço privado (atravessado por lógicas sexistas e por opressões de gênero, entre outras) são desafiadores, e muitas vezes permanecer calada e suprimir ideias e a própria voz pode ser uma tática de sobrevivência à mão. Mulheres aprenderam a se calar, a se moldar e a se adaptar, mesmo que a forma como esses aprendizados se deu e a forma como essa voz foi silenciada seja diferente dependendo de relações de raça, classe, sexualidade e outros marcadores.

Para Perrot (1998), o que foi recusado socialmente e historicamente para as mulheres foi a fala pública. A autora defende que a voz das mulheres, enquanto forma de expressão, pertencia à ordem do privado e à vertente do informal, não sendo legitimada socialmente. E que na Europa, a Igreja Católica exerceu grande influência nesse silenciamento colaborando para que as vozes das mulheres e as mulheres que ousassem se expressar fossem vistas com desconfiança. De forma complementar, Silva Federici (2019) em seu livro *Mulheres e caça às bruxas* reflete sobre como o silenciamento de mulheres se tornou uma prática social fortalecida na sociedade europeia.

De acordo com a autora supracitada, a partir do início da modernidade se intensificou a deterioração da posição social das mulheres na sociedade europeia, e conseqüentemente, dos

seus direitos de expressão. A obediência feminina passou a ser uma condição cada vez mais imposta pelo poder patriarcal e pela Igreja (principalmente com a intensificação das caças às bruxas), que se refletia na opinião pública e nas punições cruéis introduzidas contra as mulheres que não se submetessem, as subversivas, as rabugentas e as bruxas. A autora nos faz refletir como essas punições atravessavam os imaginários sociais construídos e as subjetividades das famílias e dessas mulheres, que eram constantemente apavoradas pelas ameaças de tortura.

Federici (2019) narra que umas das punições, chamada de *scold's bridle* (freio das rabugentas) se tratava de uma armação sádica de couro e metal que circundava a cabeça da mulher, com um bridão acoplado e projetado para dentro da boca, em cima da língua. Essa engenhoca que muitas vezes continha pontas afiadas poderia rasgar a língua das vítimas que ousassem falar. Tal instrumento de tortura foi registrado pela primeira vez na Escócia em 1567 e foi criado como castigo para mulheres de baixa renda consideradas inconvenientes, subversivas ou suspeitas de bruxaria. Muitas vezes a tortura era acompanhada com uma sessão de humilhação pública na qual as mulheres, além de obrigadas a usar tal estrutura, eram obrigadas a desfilar pelas cidades. Atravessando o oceano, máscaras similares e outras formas de tortura também foram utilizadas na colonização das Américas durante o período de escravidão contra pessoas escravizadas para controlá-las e silenciá-las. Isso nos diz muito sobre a prática de silenciamento e as relações de gênero, classe e raça nas sociedades colonizadas

O silenciamento como modo de opressão disciplinar, tortura e apagamento das subjetividades, epistemologias e ancestralidades encontrou, nas sociedades colonizadas, diferentes formas operacionais e atinge os sujeitos subalternizados de formas diversas, em maior ou menor intensidade (atravessados pelos encruzilhamentos das relações de poder). Como são múltiplas as realidades e opressões vivenciadas pelas diversas mulheres, são múltiplas as formas de silenciamento.

Nesse sentido, a discussão de bell hooks (2020) no seu livro *Erguer a Voz*, nos faz refletir sobre como os silenciamento operam na sociedade e nas diversas feminilidades, e sobretudo, como os silenciamento operam mesmo nos atos de expressão. Abordando o contexto norte-americano, a autora critica a leitura de que a fala e a expressão livre mais presente nos contextos de mulheres negras nos Estados Unidos possa ser lida automaticamente como gesto de poder. Assim, ela argumenta que ao contrário das mulheres brancas privilegiadas, que foram socializadas na submissão e no silêncio, as mulheres negras do seu contexto eram mais convocadas a se expressar, pois a manifestação compunha as performances de gênero esperadas. Assim, para as mulheres negras dos Estados Unidos o que expressar era uma questão maior do que simplesmente poder se expressar.

Dessa forma, os silenciamentos operam não apenas na possibilidade da expressão, mas, talvez ainda mais contundentemente, no conteúdo da expressão. bell hooks (2020, e-book) defende que “quando o assunto é se posicionar, o conteúdo do que é dito é mais importante do que os atos discursivos”. Penso, assim, que ocupar os espaços de fala seja uma estratégia crucial para do movimento feminista para lutar contra os silenciamento impostos. No entanto concordo com a autora que isso por si só não é suficiente sem a liberdade do que se pode expressar. Não basta que as mulheres possam falar, é preciso que falem, que sejam ouvidas e que falem o que necessitam falar (principalmente quando o conteúdo não é de interesse das esferas de poder). A voz aqui utilizada não é apenas expressão vocal, mas forma de se expressar no mundo.

Penso que essa questão é fundamental para observamos os modos como as expressões e os silenciamento ocorrem numa época onde é tão acessível falar; onde não temos mais as ameaças explícitas das fogueiras, torturas e das máscaras de ferro, mas não nos livramos das opressões, das novas formas de mordada e das punições das vozes resistentes e revolucionárias. As ameaças são apenas outras e o medo continua talvez o mesmo. No mundo da internet, temos ainda que nos perguntar, quais vozes são mais propagadas? Quais são escutadas? Quem fala, o que fala e para quem? A quem é permitido se expressar? Quem grita mais alto? No mundo dos processos de midiaticização ainda há outro ponto, quem pode falar por si? Quem pode falar pelo Outro? Quem fala por nós?

#### *4.2.4.6 O gênero como categoria analítica*

Em uma utilização comum, gênero tem sido usado como sinônimo de mulher, uma outra forma para se falar dos estudos sobre as mulheres. No entanto, quando falamos de gênero a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, o tomamos como uma categoria relacional que nos possibilita tensionar e problematizar como as diferenças de corpos foram e são transformadas socialmente em desigualdades de gênero, engendradas em complexas relações de poder, subordinação, privilégios e prestígios (sem desconsiderar nesses processos as múltiplas formas de resistência). No entanto, falar de gênero, considerando as relações de poder, implica tomá-lo como um sistema de ordenação social que está presente em várias instâncias e dimensões de nossa sociedade.

Dessa forma, quando abordo gênero, falo não apenas sobre mulheres, mas também, sobre homens, outros gêneros possíveis e, principalmente, sobre códigos simbólicos e modos de conhecimento, sobre noções de feminino e masculino para além dos corpos e identidades dos sujeitos. Falo sobre um modo de organização social (ou uma ferramenta) para qualificar, especificar, hierarquizar e valorar não só os seres humanos, como suas lógicas, práticas, valores

sociais e culturais, seus modos de se posicionar sobre o mundo, de ensinar, de fazer política, de se manifestar, seus modos e possibilidades de agir e construir saberes. Assim, as relações de gênero e poder extrapolam os corpos sexuados e podem ser entendidas, em nossa sociedade, como presentes em qualquer coisa do mundo, em todas as esferas sociais.

Em nossa sociedade ocidental, atribuímos valores aos gêneros, os classificamos e hierarquizamos e, dessa forma, conferimos valores generificados às pessoas (convencionalmente associados ao masculino e ao feminino), aos costumes, aos esportes, às instituições. Dessa maneira, a vida social vai se organizando e delimitando ao que é esperado ou melhor aceito, de modo convencional, de nós, em cada uma de nossas experiências. Em grande parte das sociedades modernas e ocidentais, aquilo que é convencionado como masculino é construído como algo mais valorizado, que possui os preferenciais atributos para a sobrevivência e o alcance do sucesso. As relações de gênero e poder são um dos dispositivos de poder que, de certa forma (e em vários e diferentes graus e contextos), vão disciplinando nossas condições sociais de vida e morte (VEIGA, 2015).

Buscar compreensões a respeito das relações de gênero e poder, por essa ótica, também possibilita atentarmos às múltiplas formas de resistência e desconstrução dos sujeitos, assim como nos permite problematizar o modo de conhecimento do binarismo e, conseqüentemente, atentar para uma necessidade de rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária (SCOTT, 1995). Como propõe Butler, “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (2014, p.3)”.

Se identificamos aspectos de construção social em movimento em categorias como gênero, sexualidade e identidade e as concebemos como complexas, passíveis de transformação e ressignificação, podemos conceber com mais facilidade a capacidade de resistência e de agência dos sujeitos, de pensar estratégias e possíveis modos de funcionamento diferentes aos vigentes na nossa contemporaneidade. Modos que podem ser pensados com o objetivo de combate à transformação de diferenças em desigualdades, por exemplo.

Assim, recorro à Joan Scott (1995) para entender gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (p. 86). Nesta perspectiva, o lugar da mulher na vida social não é fruto direto de suas ações, do que ela faz, mas sim, do modo como suas ações adquirem significados por meio de interações sociais. As relações de gênero operam, assim, no campo do simbólico atreladas a relações de poder. Entendo, portanto, que o gênero se entrelaça às lógicas de poder que constituem o tecido social e que produzem regulações e sentidos de naturalização e normatividade (SCOTT, 1995).

Guacira Louro (1997), em sua leitura de Foucault, entende que o poder opera como uma rede que, de forma capilar, se constitui em toda a sociedade. Nessa visada, o poder deve ser

entendido como uma estratégia, um exercício e não algo que alguém possui por si só, ele se dá em processos e relações. A ideia de que um polo possui estavelmente o poder, enquanto o outro não, pode ser limitadora para buscar compreender os modos de operação e manutenção do poder. Deve-se, portanto, pensar em exercícios de poder e em formas múltiplas de resistência.

Na leitura de Guacira Louro (1997), para Foucault o poder não é compreendido apenas como negativo e coercitivo, mas também, em seu caráter positivo e produtivo. Ou seja, o poder também pode ser criador, produzir e construir algo, incitar ações e lógicas. Nesse sentido Marcia Veiga (2015), recorrendo a Foucault, percebe o poder como poder-saber, como um híbrido complexo e inseparável. Nossas condições sociais de vida e morte são organizadas por dispositivos de poder que endossam a sujeição, que devem ser pensados não de forma restritiva a partir de indivíduos, mas sim, analisados a partir de circunstâncias epistêmicas e históricas que possibilitaram modos de conhecer o mundo a partir de determinados conceitos e formas de racionalidade. Assim, o híbrido poder-saber atua em dinâmica de rede, perpassando sujeitos e objetos sociais por meio de regimes de verdade que se constituem como saber a partir de lugares de poder.

Tais regimes de verdades influenciam e colaboram na construção de modos de entender e conhecer o mundo, tornando-se parte dos modos de operação de relações de poder.

Atravessando as práticas sociais e discursivas, esses regimes de verdade forjam a normalização social, instituindo o nós e o Outro. Incidem nas possibilidades de pensamento com a criação do que Foucault denominou de episteme, um sistema coerente de ideias e valores formulados pelo conjunto de contextos discursivos que servem como matriz das formas coletivas de representação da realidade (VEIGA, 2015, p.32).

Assim, o discurso, e conseqüentemente, as práticas comunicacionais, podem ser tornar um *locus* privilegiado de observação de como se constroem e operam lógicas e relações de poder em uma sociedade. Portanto, a partir dessas perspectivas, o gênero pode ser adotado como categoria de análise que nos ajuda a problematizar os modos como as convenções e naturalizações sociais a respeito do feminino e masculino, forjadas na trama social em meio à complexas teias de relações de poder. Nos permite, dessa forma, questionar os modos como essas convenções produzem hierarquias e desigualdades (VEIGA, 2013).

Partindo das perspectivas abordadas, penso que as relações de gênero e poder são uma categoria analítica, metodológica e epistemológica importante na construção desse caminho investigativo para observar as relações de poder que atravessam as práticas dos coletivos. No entanto, é preciso fazer algumas considerações quanto ao conceito e ao modo de utilizar essa ferramenta analítica.

Como vimos antes, seria um equívoco pensar gênero enquanto uma categoria atômica, dissociada de outras como raça, sexualidade e classe. Se vista isoladamente, a categoria gênero

possui limitações que não dão conta de contemplar as diversas realidades de mulheres, do nosso país, e dos coletivos feministas que investigo. É preciso, portanto, analisar gênero tendo em vista a o caráter inseparável de opressões em nossa modernidade, e assim, nos aproximarmos de uma ótica interseccional. E, portanto, também é preciso entender gênero como uma categoria analítica pensada inicialmente de um lugar específico, e assim também atravessada por óticas colonizadoras.

O atravessamento colonial na categoria é um dos pontos centrais de crítica de diversas intelectuais e pesquisadoras. Entre elas, recorro à Lugones (2019) para entender a necessidade de decolonizar os gêneros, e assim, de decolonizar o nosso olhar sobre essa categoria e sobre as dicotomias modernas. De acordo com a autora, a colonialidade dos gêneros atravessa a intersecção gênero/raça/classe como construção central do sistema de poder capitalista. O sistema de gênero e poder atravessa vivências de forma diferente, se diferencia hierárquica e racialmente. Assim, a diferenciação racial nega a humanidade e também o gênero dos colonizados.

Dessa forma, decolonizar os gêneros requer contextualizar as relações de poder e gênero a partir da percepção das subjetividades e intersubjetividades que constroem e são construídas nesses processos, implica em perceber e aprender sobre e com os outros, construir óticas e percepções para além (e também de confronto à) lógicas eurocêntricas, imperialistas e excludentes.

Decolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis. Trata-se de transformar uma crítica da opressão de gênero – racializadas, colonial, capitalista e heterossexista – em uma mudança viva da sociedade; colocar o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano, subjetivo/intersubjetivo da relação oprimir – resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (GONZALES, 2019, p. 363).

Dessa forma, a autora nos faz refletir sobre as consequências da imposição de uma lente colonial de gênero e assim, sobre os modos de resistências concretas dos colonizados que vivem em habitats em um *locus fraturado*, nas palavras de Gonzales (2019). E assim, nos faz perceber como uma leitura colonizada e dicotômica de gênero pode ser equivocada para refletir sobre experiências e vivências que ultrapassam dicotomias modernas, invisibilizando realidades de sistemas de gênero complexos, e também apagando modos de resistência ao padrão colonial. Se utilizarmos lentes colonizadas e impor entendimentos eurocentrados a respeito de homens e mulheres, de masculinidades e feminilidades, impondo-as sobre identidades resistentes, corremos o risco de esconder a própria resistência. Ou seja, é preciso que estejamos abertos para conhecer realidades que escapam às lógicas colonizadoras, para nos sensibilizar e aprender

com outras construções, subjetividades, expressões e epistemologias, que escapam, resistem, repensam, atravessam e convivem com as dicotomias modernas, em solo fragmentado.

O que não quer dizer negar a existência das dicotomias e seus atravessamentos nas lógicas de poder que nos cercam cotidianamente. De acordo com Lugones (2019), isso não seria possível e tentar fazê-lo não só negaria a colonialidade de gêneros, como impossibilitaria a percepção de respostas, resistências e vivências em tensão da diferença colonial.

Essas perspectivas me ajudam a fortalecer o entendimento sobre a categoria gênero e percebê-la como uma ferramenta analítica possível para olhar para as relações de poder e gênero no contexto desta pesquisa. Mas também entender a necessidade de não a atomizar, e de pensá-la de forma contextualizada e integrada a outros modos de opressões, atentando aos olhares decoloniais e interseccionais.

### **4.3 Cidadania e comunicação**

O debate acerca da cidadania não se dá, principalmente nas ciências sociais, de forma unívoca, fixa e conclusa. Ao contrário, é um conceito histórico que se constitui pelos processos e disputas de diversos entendimentos e correntes teóricas e que, ao longo da história, desde a Grécia antiga, sofreu modificações, complexificações e expansões, na medida em que também se transformavam as comunidades, sociedades e suas relações de poder e interações sociais, políticas, econômicas e culturais. (PERUZZO, 2007; MARSHALL, 1967). O conceito tem sido pensado de várias formas e usado de variados modos e para múltiplas funções.

Assim, entendo como um exercício necessário a problematização do conceito para abrigar as demandas e especificidades dos contextos contemporâneos, e, em especial, dos processos que observo. Uma grande questão para pensarmos a cidadania na sociedade ocidental contemporânea é a relação e os embates entre as noções de igualdade e diferença que permeiam as lógicas e ações políticas e, conseqüentemente, a conquista, manutenção e prática cidadã. Portanto, precisamos lançar um olhar mais atento para as realidades, os contextos e processos que constituem as relações de poder e disputas em uma dada sociedade, a fim de configurar a noção de cidadania que melhor possibilite a compreensão de fenômenos políticos, sociais, culturais e comunicacionais.

Nesse sentido, dialogo com Botelho e Shwarcz (2012), ao tomar a cidadania como um conceito múltiplo, complexo, detentor de uma vasta carga histórica e epistemológica que continua em construção e necessita, dessa forma, de ampliações e atualizações. “Parece mais produtivo pensar como a cidadania se constrói socialmente, e, portanto, em relação com outros

fenômenos, instituições e atores sociais, do que buscar no conceito sua própria chave compreensão essencial. (p. 24).”

Suas variadas possibilidades significativas, no entanto, movimentam-se em torno das relações entre indivíduos e sociedade e sendo o universo de direitos e reconhecimento de direitos um dos seus componentes, mas não se esgotando neles. Botelho e Shwarcz (2012) qualificam cidadania como uma “identidade social politizada” (p.11), tendo como partida um entendimento de identidade como construção social relativa. Concebem que a cidadania se constitui coletivamente e ganha sentidos a partir de experiências sociais e individuais, e, portanto, se configura como identidade social e também como identidade política por se construir a partir de e pelos confrontos e negociações práticas e simbólicas no tecido social, como respostas políticas a partir de situações igualmente políticas.

Identidade social politizada significa, portanto, que a extensão dos direitos da cidadania democrática deve ser pensada como resultados possíveis das contendas concretas de grupos sociais, e que essas contendas são, por sua vez, fontes poderosas de identificação e reconhecimento entre as pessoas. Nesse sentido, identidade e cidadania não são conceitos essenciais, fixos por natureza. Eles variam conforme a agência que fazem deles, os homens que os mobilizam (BOTELHO, SCHWARCZ, 2012, p. 13).”

Dialogo também com Elias (1994) para pensar a cidadania a partir do vínculo e das interconexões dos sujeitos com a sociedade e a construção do comum. O autor ressalta a importância de não tomar indivíduo e sociedade como partes separadas e completas, mas sim de perceber que a sociedade se constrói a partir de relações entre os sujeitos e da construção do *comum* que estes fazem. Essas relações são permeadas por conflitos, diálogos, disputas, irmandades, de forma mutável por meio da inter-relação eu-nós. A sociedade é formada pelos sujeitos e suas inter-relações, assim como esses sujeitos e seus modos de criar conectividade também são moldados pela sociedade em que vivem, um ciclo que se retroalimenta, o que não pressupõe automaticamente harmonia. Em fato, o equilíbrio desta balança é bastante complexo e vulnerável. Essa noção me faz pensar na importância de considerar as identidades, os vínculos sociais e os modos de reconhecimento para analisar a construção e operação do social e do comum. E assim pensar nos sentidos de ser cidadão.

Em perspectiva que pode convergir com esta reflexão, Cortina (2005) nos ajuda a pensar cidadania por um viés multidimensional que considere, em especial, seus aspectos culturais, de sociabilidades e de multiculturalidade. A autora reflete que um conceito pleno de cidadania deveria contemplar um *status* legal (referente à direitos), moral (referente a responsabilidades) e, também, uma identidade que provoque, no sujeito cidadão, o sentimento de pertencimento a uma sociedade. A perspectiva da autora permite pensar a cidadania como um conceito mediador

que integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios dos estudos contemporâneos nessa área.

Ver a cidadania por esse ângulo pode oferecer relevantes argumentos para fortalecer uma democracia sustentável também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença. Recorro também a Cortina (2005) para entender que, como toda propriedade humana, a cidadania é resultado de um processo que se inicia com a educação, seja ela formal ou informal, fruto de experiências vivenciadas na escola, na família, nas relações sociais, nos ambientes de convívio e nas relações com os meios de comunicação. Afinal, “aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos” (p.30). Assim, se entender e se sentir cidadão pertencente a uma comunidade ou causa pode motivar os sujeitos a se engajar e trabalhar por essa comunidade. Podemos assim, entender que a cidadania também pode ser compreendida a partir da inter-relação entre o sentimento de pertença, as identidades individuais e coletivas e práticas sociais, elementos que se atravessam e constituem a relação eu-nós.

Nessa perspectiva, a identidade é pensada de forma ampla, não somente como algo que nos é dado, mas sim negociado, conquistado, construído e assumido – sendo as lutas sociais relevantes no processo de reconhecimento. As identidades se constroem a partir da diferença e da interpelação do outro. Ao falar e agir, os seres humanos são capazes de se distinguir uns dos outros e de revelar suas identidades pessoais próprias, construindo quem são e aparecendo ativamente ao mundo humano (ARENDDT, 2007). Portanto, a partir da formação de identidades aliada a um sentimento de pertença, os sujeitos cidadãos podem aderir a causas sociais e se comprometer com a criação de uma esfera pública política, social e cultural. E assim, fortalecer o espaço público, aliado a uma necessidade de criar ações, soluções e lógicas enquanto coletividade.

Problematizando a questão da pertença e das identidades, Cortina (2005) ressalta a importância de atentarmos aos aspectos culturais, dada a diversidade cultural encontrada em muitas sociedades contemporâneas. No entanto, não podemos desconsiderar a complexidade que essas interações e inter-relações possuem no mundo da vida, tendo em vista que a diversidade e pluralidade cultural não é dada de forma harmônica e linear. Assim, entender que as relações de poder que atravessam essa malha social são complexas nos ajuda a observar que,

nesses processos, culturas e identidades podem ser hierarquizadas e até mesmo oprimidas (em diversos graus e de diferentes formas) por outras e por sistemas econômicos, políticos e midiáticos). Nos faz perceber que a problemática da identidade se constitui em complexas relações e disputas de poder.

O mundo moderno, em contrapartida, implica o surgimento da ideia de dignidade, ligada à igualdade de todo ser humano. E, nesse sentido, é o discurso universalista kantiano que confere estatuto filosófico à ideia de que toda pessoa é igual em dignidade. A identidade já não é dada pelo estamento em que se nasce, mas deve ser assumida pela pessoa e não imposta [...] Uma identidade forjada a partir desse triplo horizonte - moral, pessoa! e de reconhecimento por parte dos outros significativos - "desloca o horizonte moral do registro do destino para o da negociação e da luta pelo reconhecimento". A identidade não nos é dada, mas a negociamos –daí a importância das lutas sociais empreendidas para obter o reconhecimento dos outros significativos. (CORTINA, 2005, p. 155-156).

Portanto, tomando como base a sociedade ocidental contemporânea, como formar sentimentos de pertença a uma comunidade quando existências são preteridas? Quando vidas são socialmente marcadas por relações complexas de poder e lógicas de exclusão, precarização e hierarquização? Nesse sentido, Cortina (2005) atenta para as dificuldades que o exercício da cidadania enfrenta frente às desigualdades materiais e simbólicas que perpassam uma comunidade. Ao falar da multiculturalidade presente em diversas sociedades hoje, a autora nos alerta para os mecanismos de hierarquização e dominação que agem por meio de materialidades e imaginários de forma a eleger quais aspectos culturais devem ser tidos como relevantes e quais são relegados à imagem de “cultura de segunda classe”. E assim, para os processos de dominação cultural e assimilação. Como tais relações de poder são um forte empecilho para a efetivação de uma cidadania plena, a autora sugere como meio de superar dificuldades o exercício de diálogo multicultural. Longe de tratar as culturas como espécies raras que precisam ser mantidas intocadas, quando fala de cidadania multicultural a autora propõe que nenhuma cultura possui as soluções definitivas para os problemas sociais e que, portanto, podem e devem aprender uma com as outras.

#### ***4.3.1 Cidadania em condições de precariedade e desigualdade social***

As perspectivas trabalhadas anteriormente incitam a pensar não apenas nas desigualdades que perpassam as diferenças entre culturas, mas em todo um sistema-mundo que polariza e hierarquiza culturas e que também atua de forma direta sobre corpos, raças, gêneros, sexualidades, subjetividades, saberes e epistemologias. Um sistema mundo que, além da ideia

de culturas de primeira e segunda classe, produz a noção de cidadãos de primeira e segunda classe (CORTINA, 2005; SOUZA, 2018).

Em uma sociedade onde o bom é definido em termos de lucro e não em termos de necessidade humana, há sempre um grupo de pessoas que, por meio de uma opressão sistematizada, é obrigado a se sentir supérfluo, a ocupar o lugar do inferior desumanizado. Dentro dessa sociedade, esse grupo é composto por negros e pessoas do Terceiro Mundo, trabalhadores, idosos e mulheres (LORDE, 2019, p. 239).

Nesse sentido, Butler (2018) nos ajuda a pensar acerca dos sistemas de hierarquização e precarização social, ou seja, sobre como a condição de precariedade é socialmente distribuída de forma diferenciada e, conseqüentemente, populações são diferencialmente mais expostas a riscos de violência, ao dano por pobreza, fome, doenças e outras formas de vulnerabilidade.

A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as conseqüências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 40).

Considero interessante para a construção desta pesquisa, o diálogo com Rocha (2007) para buscar maior compreensão acerca da cidadania, ampliando-a além da dimensão jurídica e liberal e relacionando-a com suas significações e contextos das lutas/ das mulheres na sociedade contemporânea ocidental. A autora alerta para as limitações de uma tradicional noção liberal e capitalista de cidadania, que se convencionou na sociedade, conectada a lógicas de monoracionalidade e universalismo que se estende às mais diversas formas de organização social. Com a expansão do pensamento liberal capitalista e dos preceitos do direito liberal nas sociedades do mundo ocidental, a cidadania liberal se constituiu como um modo formal de cidadania juridicamente consagrada.

Assim, a categorização de cidadão baseada no princípio racional e a ideia de que todos os indivíduos enquanto cidadãos são iguais perante a lei baseada na defesa do universalismo dos direitos dos homens estão na base das constituições democráticas liberais (ROCHA, 2007). No entanto, essa concepção colaborou para a formação de estratégias do Estado Capitalista que se orientam em prol de fins diversos aos que ideologicamente se inscrevem em suas matrizes. “Na verdade, sem o reconhecimento da necessidade de efetiva igualdade entre uns e umas, a igualdade formal torna-se excludente, é uma mentira proclamada a favor de outros interesses mais ou menos dissimulados (ROCHA, 2007, p. 1721).

Recorro a Butler (2018) e a Sousa (2018) para entender que na moralidade neoliberal, incentiva-se o individualismo, cada um é responsável apenas por si mesmo e não pelo coletivo e essa responsabilidade está principalmente atrelada à de se tornar economicamente autossuficiente e independente em um contexto no qual as condições para que essa autossuficiência se efetive estão profundamente comprometidas. Assim, na ausência de fortes pensamentos de coletividade, em uma realidade de condições desiguais, a moralidade neoliberal e sua elite produzem a ideia de que aqueles que não correspondem com as expectativas neoliberais de sucesso são mais ou menos vistos como população descartável. Como salienta a crítica de Jessé Souza à cidadania liberal, em uma perspectiva neoliberal o *status* de cidadão não se dá de forma igualitária na sociedade; ao contrário, os sistemas de desigualdade e exclusão produzem o que o autor entende por *ralé* estrutural:

Gente e cidadão pleno vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que habita, de forma, implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como o Estado e mercado que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e nossos comportamentos cotidianos (SOUZA, 2018 p. 260).

Assim, a ideia de universalização dos direitos dos cidadãos pode funcionar para legitimar lógicas outras em vez de efetivamente buscar combater as desigualdades e potencializar a democracia já que a universalização, nesses casos, é uma ideia limitadora que não possibilita a percepção das diferenças, das lógicas e dos modos de operar culturais e sociais e, assim, das necessidades e demandas diversas dos sujeitos. “Desta feita, o universalismo dos direitos do homem não é mais do que um universalismo abstrato, na medida em que parece incluir todos os seres humanos, mas na realidade, exclui muitos deles, e sobretudo, muitas delas” (ROCHA, 2007, P. 1721).

Santos (2018) complementa essas problematizações ao trabalhar a desigualdade e a exclusão a partir de uma ideia de sistemas de pertença hierarquizada. Para o autor, o sistema de desigualdade se dá pela integração subordinada enquanto o sistema de exclusão se dá pela segregação. Ou seja, a desigualdade está vinculada à constituição estrutural da sociedade e se vincula a um sistema de hierarquização onde uns são dados como superiores em relação a outros, os inferiorizados; já o sistema de exclusão, além de igualmente hierárquico, é dominado pelo princípio da segregação, no qual quem for inferiorizado está fora, é a lógica da exclusão, da rejeição e do extermínio. O sexismo, o machismo e o racismo são, sob esta ótica, formas de hierarquização e de exclusão, práticas sociais que combinam desigualdade e exclusão.

Na base da exclusão está uma pertença que se afirma pela não pertença, um modo específico de dominar a dissidência. Assenta num discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fraturas, grandes rejeições e segregações. Sendo culturas e civilizações, tais fraturas têm também consequências sociais e econômicas ainda que não se definam primordialmente por elas. Aqui a integração não vai além do controle da perigosidade. (SANTOS, 2010, p. 210)

A regulação social da modernidade capitalista, ao mesmo tempo em que é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, estabelece mecanismos de controle desses processos. “Estes mecanismos visam uma gestão controlada do sistema de desigualdade e de exclusão, e, com isso, a redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo” (SANTOS, 2010, p. 282). Nesse sentido, o autor nos convoca a pensar sobre a multidimensionalidade da gestão moderna e capitalista da desigualdade. O universalismo é o dispositivo ideológico de gestão da desigualdade e da exclusão, um modo de categorização essencialista que pode assumir tanto a negação das diferenças, quanto a absolutização das diferenças. Assim, ou nega as especificidades dos sujeitos e das situações, homogeneizando e simplificando complexidades ou torna as diferenças inconciliáveis. Ambos os processos possibilitam a utilização de noções abstratas de normalização, baseados numa diferença que tem poder social de negar todas as outras ou de torna-las inassimiláveis.

Reflico, portanto, que a noção liberal e capitalista de cidadania, baseada em preceitos universalizante e hierarquizantes, é insuficiente para problematizarmos as lutas, conquistas e relações de poder entre os cidadãos, as instituições e seus contextos por não conseguir abranger dimensões culturais, sociais e as relações de diferença entre os indivíduos. Assim, ela não consegue resolver a problemática das hierarquizações e desigualdades sociais, de gênero, raça, classe, sexualidade, religiosidade, entre outros, tendo, portanto, traços de uma cidadania excludente (ROCHA, 2007; SANTOS, 2018; SOUZA, 2018).

Abordando mais proximamente o feminismo e as questões de gênero, sem desconsiderar os avanços e conquistas nesse aspecto (relativos aos direitos das mulheres e aqueles relacionados a gênero e sexualidade), Rocha denuncia noções de cidadania e práticas políticas que, ao presumir uma universalidade não compatível com a realidade do mundo da vida, se tornam excludentes e não conseguem dar conta das demandas das parcelas que são hierarquizadas e inferiorizadas social e culturalmente, assim como as práticas que visam combater essa desigualdade apenas no campo financeiro, visando lucros e invisibilizando outras dimensões e problemáticas. “As políticas de gênero neoliberais estão enformadas por pressupostos que permitem defender que apenas o mercado estará em condições para impulsionar naturalmente a maior igualdade entre homens e mulheres (ROCHA, 2007, p.1723)”.

No Brasil, um dos países com os maiores índices de violência contra as mulheres no continente americano e profundamente marcado pelo racismo estrutural, ainda hoje, práticas jurídicas e institucionais revelam racismo, machismo e misoginia que povoam o senso comum da sociedade. Portanto, por mais que direitos tenham sido conquistados, muitas vezes a concretização de leis (como a lei Maria da Penha) é dada de forma insatisfatória e questionável. Sendo que os setores da população mais discriminados são, por diversas vezes, tratadas como “cidadãos de segunda classe”, menos valorizadas, mais silenciadas e desacreditadas. Sem desconsiderar a importância fundamental das leis e políticas públicas para a conquista de cidadania, e o valor da conquista de direitos legais, vale ressaltar que as leis por si só não são suficientes para sanar chagas profundas e estruturais de uma sociedade desigual, que não se desfazem por decreto, mas sim por mudanças que atinjam os modos de conhecer, de pensar, de criar e se identificar em uma comunidade.

Torna-se, portanto, necessário a reflexão sobre cidadania por um viés mais amplo que o jurídico e o liberal, um capaz de abrigar as noções de diferença e se empenhar efetivamente no combate das desigualdades possibilitando não só igualdade em nível jurídico e de acesso, mas, também, eliminando concepções estereotipadas vigentes na sociedade (ROCHA, 2007; CORTINA 2005).

Concebo, assim, que o ser cidadão vai muito além de ser votante ou de cumprir com as leis e os deveres em uma sociedade, vai além até de ser reivindicador de direitos. Essas são dimensões cervicais da conquista e exercício de cidadania, no entanto, de forma mais ampla, essa noção também abarca os variados modos complexos de interligação entre os sujeitos e de construção de um comum, de uma sociedade, engloba os modos de agir, pensar, entender, interconectar, pertencer e participar de um comum, de uma comunidade. Assim, a noção de cidadania vai tomando contornos complexos que não podem ser lidos de uma única forma ou de formas homogeneizantes, com o risco de uma simplificação que não seja suficiente para as demandas da sociedade contemporânea.

Concordo com Rocha (2007) sobre a urgência de uma noção de cidadania multidimensional que preze pela democratização das relações de poder, tanto na esfera política e pública quanto na esfera privada.

Contextos descritos como contextos de racionalização global em que se inscreve particularmente o fenômeno da industrialização e do desenvolvimento capitalista têm sido perspectivados como contextos repletos de relações assimétricas de poder, mas foi também nestes mesmos contextos de racionalização e, essencialmente, a partir das reivindicações sociais pela exigência de maior igualdade e maior atendimento às diferenças na esfera pública e privada que se questionou a concepção reguladora do Estado moderno e de todos os princípios que o informam, sobretudo aqueles que

diferenciavam assimetricamente os homens e as mulheres. [...] Desta feita, o poder e o discurso não são só estruturas de dominação, mas também relações de poder instituintes e eminentemente comunicativas que se desenvolvem numa multiplicidade de configurações políticas, sociais e organizacionais. (ROCHA, 2007, P.1725)

Portanto, onde há poder, surgem contrapoderes e, assim, o campo da comunicação e do discurso que podem ser palco de concepções opressoras e excludentes podem ser ressignificados e estrategicamente ocupados por cidadãos e grupos sociais em tentativas de democratização e horizontalização das relações de poder, em disputas de narrativas e do exercício de construção de outros imaginários sociais possíveis. O sistema social de desigualdades e de exclusão na modernidade capitalista não é impenetrável nem infalível. Sua constituição se dá em um campo de relações sociais complexas, conflitantes e contraditórias, no qual grupos sociais, movimentos e indivíduos intervêm, com maior ou menos eficácia, variando de acordo com o tempo histórico, os contextos, culturas e a sociedade em que se inserem (SANTOS, 2018).

Ainda como argumenta Santos (2018), a gestão controlada das desigualdades e da exclusão em nenhum momento foi iniciativa autônoma do Estado capitalista e do grande mercado, mas sim produto das conquistas e da pressão organizada pelas lutas sociais que se impuseram frente ao poder dominante capitalista. “A crise atual desta gestão controlada, protagonizada pelo Estado Nacional, bem como as novas formas e metamorfoses do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão são produtos de lutas sociais, tal como serão as possíveis evoluções futuras da situação em que nos encontramos (SANTOS, 2010, P. 312)”.

Movimentos sociais revolucionários, como os movimentos feministas de reivindicação pela igualdade/diferença, têm contestado as formas de cidadania parcial e precariedade vivenciadas pelas mulheres e por meio de sua luta e formas de protesto, vêm reivindicando que todos os espaços sociais são políticos e, por isso, devem integrar na esfera pública os mais variados modos de comunicação e participação que possam ser potentes para a construção, extensão, conquista e exercício de cidadania. Essa perspectiva nos orienta à atenção aos modos como os movimentos sociais foram aperfeiçoando suas habilidades e possibilidades de representação e participação política e, dessa forma, por meio de resistência e manifestações, possibilitaram a emergência de contra poderes nos sistemas democráticos, atenuando as desigualdades nas relações de poder, alargando a democracia e moldando novas formas de cidadania orientadas por ações emancipatórias efetivas.

No que tange aos movimentos de resistência e combate à violência dos sistemas de exclusão e desigualdade, Santos (2010) aponta que uma das dificuldades dorsais encontradas diz respeito à articulação entre políticas de igualdade e de políticas de identidade. Uma

discussão que os estudos e movimentos feministas travam desde meados do século passado. Para o autor, a crise que esses sistemas estão passando nos ajuda a perceber que o universalismo andiferencialista é de um simplismo terrível e opressor. Assim, o autor chama a atenção para os perigos das lógicas e políticas homogeneizantes que, a fim da criação de um comum universalizante ignora, desqualifica e silencia diferenças e questões culturais fundamentais para o bem-estar de comunidades. Dessa forma, torna-se urgente buscarmos novas articulações entre políticas de igualdade e identidade.

Antes de mais, há que reconhecer que nem toda a diferença é inferiorizadora. E, por isso, a política de igualdade não tem de se reduzir a uma norma identitária única. Pelo contrário, sempre que estamos perante diferenças não inferiorizadoras, a política de igualdade que as desconhece ou descaracteriza, converte-se contraditoriamente numa política de desigualdade. Uma política de igualdade que nega as diferenças não inferiorizadoras é de fato, uma política racista. [...] Daí, o novo meta-direito intercultural que, em meu entender, deve presidir a uma articulação pós-colonial e multicultural das políticas de igualdade e de identidade: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2010, p. 313)

De um ponto de vista epistemológico, percebo também que o sistema de desigualdades e exclusão opera por meio de hierarquias que inferiorizam e ignoram modos de conhecer. “A ciência moderna é um paradigma epistemológico assente numa versão extrema de universalismo antidiferencialista cuja hegemonia foi obtida às custas de sucessivos epistemicídios cometidos contra os conhecimentos rivais.” (SANTOS, 2010, p. 313). Como os modos de produzir conhecimentos dizem de lógicas e racionalidades que constituem entendimentos de sociedades, culturas, padrões e identidades e diferenças, os epistemicídios resultaram, muitas vezes, em identicídios. Assim, as novas políticas e lógicas de identidade e diferença precisam passar pela construção e desconstrução de paradigmas epistemológicos que visem o conhecimento emancipador que conheça e reconheça as diferenças. Santos aponta, neste sentido, a descolonialidade e a trajetória dos paradigmas coloniais para os de solidariedade como um caminho possível e urgente para a emergência de novos modos de ação política de igualdade e identidade.

#### ***4.3.2 Educação como dimensão de cidadania comunicativa***

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2019) defende que a educação é um modo de intervir no mundo. Intervenção essa que envolve tanto o empenho em reproduzir, quanto em promover rupturas com as ideologias dominantes, sendo que não há uma educação apenas *desmascaradora*, nem, portanto, apenas *reprodutora* do pensar dominante. Tampouco pode ser

a educação neutra (FREIRE, 2019). Quando assume a não neutralidade da educação, o autor supracitado nos convoca a uma tomada de decisão sobre nossa intervenção no mundo, sobre nossa capacidade de pensá-lo, criá-lo e das nossas possibilidades de transformá-lo, de nos fazer presentes e éticos<sup>42</sup> nesta realidade, entendendo que a nossa *presença no mundo* passa pela nossa formação técnica e científica, pela nossa construção de um pensamento crítico ético sobre as coisas que nos rodeiam, sobre as instituições e sistemas que nos enredam. “Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe” (FREIRE, 2019, p.20).

Na perspectiva do autor supracitado, a prática educativo-crítica implica na formação de espaços de diálogos e relações entre as pessoas envolvidas que possibilite um campo de exercício da profunda experiência de assumir-se. Assim, o que o autor nos coloca é o modo como a educação atravessa, forma e cria condições para que nos assumamos enquanto seres pensantes, sonhadores, realizadores, sensíveis, sociais e históricos (FREIRE, 2019).

Nesse sentido, a respeito da perspectiva de Freire, Livia Saggin (2020) ressalta a relação entre *humanização* e educação. Humanização no sentido de como nos reconhecemos humanos em nossa capacidade de participar ativamente do mundo, de relacionar nossos saberes e inteligências a práticas e concretudes do nosso cotidiano. Dessa forma, a autora sublinha que o pensamento Freiriano nos convoca a perceber a necessidade de entrelaçar a realidade, conhecimentos, leituras de mundo e sabedorias dos sujeitos à prática educativa, ao ensinar e ao aprender, exercitando o respeito à autonomia do Outro. “Compreendendo que os conhecimentos interferem no mundo, e o mundo interfere nos conhecimentos” (SAGGIN, 2020, p.73).

Nesse sentido, as perspectivas trazidas por Freire nos ajudam a pensar o potencial libertário que a educação pode vir a ter, se empenhada em uma transformação emancipatória da sociedade. O autor nos convida a pensar sobre a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sim para transformar a realidade; para nos perceber, e assim, nos expressar de modo a intervir e recriar o mundo a nossa volta. Tarefa complexa.

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na *compreensão do futuro* como *problema* e na vocação para *o Ser Mais* como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa *rebeldia* e não para a nossa *resignação* em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na

---

<sup>42</sup> A ética defendida por Freire (2019) é a que denomina como ética universal do ser humano, a ética que “se sabe afrontada na manifestação da discriminação de raça, gênero e classe” (FREIRE, 2019, p.18). A ética que se faz inseparável da prática da educação.

resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 2020, p. 76).

Assim, a educação é uma dimensão que atravessa nossa formação ética, estética e nossa constituição como sujeitos. Ao mesmo tempo, atravessa também nossos modos de conviver e, assim, nossas estruturas sociais. Em um estudo fecundo sobre educomunicação, Livia Saggin (2020), a partir de Freire, Kaplan e Rodriguez, pensa a educação em seu potencial de resistência, de luta e criação de óticas libertárias. Como nos coloca Freire (2019), a educação é uma prática política.

De acordo com Saggin (2020), tanto o pensamento de Rodriguez, quanto o de Freire concebem como impossível dissociar as dimensões políticas das dimensões educacionais, sendo que ambos os autores propõem uma prática educacional crítica e emancipadora que realizem rupturas com modelos tradicionais de educação que sejam limitantes e com lógicas hegemônicas e opressoras. Nesse sentido, quando a autora se aprofunda no pensamento de Rodrigues, nos convoca a pensar a educação como um potente meio de combate a lógicas colonizadoras; a pensar, dessa forma, uma educação sob uma perspectiva própria da América Latina que conecte com o desenvolvimento do continente e com a libertação dos sistemas coloniais que oprimem epistemologias diversas às dominantes, visto que a colonização recaiu sobre os modos de conhecer, produzir perspectivas, símbolos e imagens, por meio de uma imposição de padrões dominantes e de meios eficazes de controle social. Entendo assim, como necessária uma educação que reaja com teimosia, que critique e desenvolva um pensamento próprio, para além do domínio dos colonizadores e também para além dos modos de produzir conhecimento, ensinar e aprender dos colonizadores.

Essa perspectiva me faz pensar sobre os diferentes modos de opressão que atravessam o modo como nos conectamos com o mundo, como nos percebemos, nossas lógicas e imaginários. Frente a isso, de forma complementar, refletindo sobre os sistemas de opressão, de forma ampla, Freire (2019) defende que é preciso expulsar a sombra invasora e opressora de dentro do oprimido, para assim, substituir essa sombra por autonomia e responsabilidade.

Saggin (2020) nos acrescenta ao aduzir que a proposta de Rodriguez e Freire de uma sociedade e uma educação liberta dos valores coloniais opressores deveria passar por uma ruptura com a dissociação entre prática e teoria. Dissociação esta que só enfraquece as lutas sociais e reforça relações de dominação e opressão. A educação emancipadora deve, portanto, estar engajada em seu contexto, atenta às particularidades e sensibilidades dos sujeitos envolvidos no processo e, assim, deve ser interessada em intervir na sociedade. Em modificar paradigmas e formar uma comunidade mais justa e menos desigual.

Entendo, portanto, que a dimensão educacional se torna necessária para a prática de luta e reivindicação social. Nesse sentido, Boaventura Sousa de Santos (2010) em sua proposição de *ecologia de saberes*<sup>43</sup>, nos convida a pensar a construção de saberes, também para além dos espaços formais de educação reconhecendo, no entanto, a importância dorsal desses espaços. O que é grifado é a pluralidade de conhecimentos e saberes construídos que é possível em nossa sociedade. O autor defende, assim, a necessidade de fortalecermos os saberes construídos a partir dos movimentos populares, em uma forte comunhão entre o pensamento crítico e a prática social, da realidade vivida, experiência e da luta que esta convoca.

Para fins dessa pesquisa, essa é uma perspectiva potente para pensar a educação como uma dimensão da construção de cidadania exercida pelos movimentos investigados. Nas pesquisas exploratórias e empíricas realizadas, percebi a importância que a dimensão educacional possui na *práxis* dos coletivos feministas e na construção de estratégias. Importância materializada tanto nas bibliotecas comunitárias que visitei nesses coletivos e nos grupos de estudos formados quanto nas falas das mulheres com quem conversei. Simone, integrante do coletivo *Mulheres de Fibra do Calabar*, em uma conversa durante o período de pesquisa exploratória nos contou que, apesar de estudarem coletivamente as conceituações a respeito do feminismo e gênero – principalmente as produzidas como intelectuais como Ângela Davis, Patrícia Hill Collins e Simone de Beauvoir – elas entendem a necessidade e construir ideias e saberes próprios ao coletivo, a fim de refletir de forma mais efetiva e crítica às suas vivências e experiências, marcadas pelos seus contextos e lugares de fala.

Retomo aqui esse exemplo para melhor refletir sobre o que coloca Bell Hooks a respeito do caráter teórico e crítico que o feminismo vem assumindo ao longo de sua luta enquanto movimento social. Em seu livro *O feminismo é para todo mundo*, a autora (2019) destaca o modo como o esforço em produzir coletivamente um estudo crítico sobre o sexismo na sociedade tem acompanhado a *práxis* do movimento feminista mesmo antes de existir espaços formais de estudo para esse campo. De acordo com hooks, dentro do movimento, a educação interessada e engajada tem o papel de enfrentar e desconstruir pensamentos e lógicas sexistas enraizados em nosso tecido social.

De acordo com a autora supracitada, alcançar a academia formal por volta da segunda onda do feminismo a partir dos anos 1960, foi uma grande conquista do movimento, fortalecendo-o. bell hooks (2019) nos conta, falando de uma realidade norte-americana dos anos

---

<sup>43</sup> Boaventura Santos define a ecologia dos saberes como “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade de diversidade e da globalização contra-hegemônica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (SANTOS, 2010, p. 154)

1970, que a instituição dos estudos de Mulheres, permitiu que mais pessoas conhecessem mais profundamente e aderissem ao feminismo. De modo geral, a inserção nas universidades se efetivou como uma virada importante que permitiu com que pautas antes invisibilizadas tomassem as universidades, e posteriormente as manifestações políticas e as ruas. No entanto, a legitimação acadêmica, tão importante ao movimento, também trouxe dificuldades reais. Quando reflete sobre a questão, a autora critica processos de elitização do campo de estudos e da linguagem acadêmica que pouco a pouco, em alguns casos, se desenrolou em modos de afastamento entre os estudos de mulheres e a prática feminista das ruas e elitização de parte do movimento. Crítica esta que também presenciamos no interior dos movimentos que observamos.

A autora destaca, assim, a necessidade de o movimento feminista alinhar a prática à teoria, à uma educação verdadeiramente libertadora que produza pensamentos críticos sobre a realidade, e não desconectada dela. Ela alerta que quando deixamos de ser críticos e atentos, o sexismo se fortalece. Por isso defende que a educação pública precisa ser um local onde ativistas feministas continuem fazendo o trabalho de criar currículos sem preconceitos. A educação feminista, de acordo com a autora supracitada, precisa ser considerada como algo importante para a vida de todos. Defende a criação de um movimento educacional de massa para ensinar sobre o feminismo, entendendo que mídia hegemônica é um dos obstáculos para a efetiva desconstrução comunitária de lógicas sexistas. E o que a autora entende como movimento educacional de massa, se conecta à ideia de uma educação pública, nos moldes de Freire, para todos, e também para além até mesmo da palavra acadêmica e da palavra escrita. Conectando a educação com sua dimensão comunicacional, hooks defende a relevância da construção de canais de comunicação feminista que consigam criar espaços de diálogo sobre as pautas do movimento.

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que ofereça educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais. Os cidadãos desta nação não conseguirão conhecer as contribuições positivas do movimento feminista para a vida de todos nós se nós não enfatizarmos esses ganhos. Contribuições feministas construtivas para o bem-estar de nossas comunidades e da sociedade são frequentemente apropriadas pela cultura dominante, que então projeta representações negativas do feminismo[...] compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo (hooks, 2019, p.48).

Sobre esse aspecto, vale destacar o pensamento de Freire (2019) a respeito da dimensão comunicacional da educação. Para o autor, a educação comprometida e interessada precisa ser dialógica, centrando-se assim em uma comunicação que desafia os envolvidos a produzir

compreensões sobre o que se está comunicando e sobre como se comunica. Não há inteligibilidade que não seja na comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo, por isso, é dialógico e não polêmico” (FREIRE, 2019, p.39).

Em uma leitura da obra de Mario Kaplan, Saggin (2020) aduz que a comunicação, no ponto de vista do autor, passa a ter um papel de destaque nos processos educativos. Ressaltando que o processo de conhecer algo é também um processo de comunicação. Saggin (2020) defende que a construção de saberes, conhecimentos e pensamentos críticos não se desenvolvem apenas por condições econômicas e de consumo favoráveis, mas sim pela participação efetiva dos sujeitos, por construções comunitárias, em processos nos quais as vozes dos sujeitos envolvidos são respeitadas e valorizadas.

Na argumentação que constrói sobre a educomunicação, Saggin (2020) explicita que os processos educomunicativos, não podem ser entendidos como a utilização de competências comunicacionais para reproduzir práticas e discursos comunicacionais hegemônicos, mas sim, deve ser uma produção que abra campos de discussão, de conhecimento e reflexão para a tomada de decisões que visem modificar ou transformar a comunidade em que se insere.

Nesse sentido, a noção de *agir comunicativo* trabalhada por Maldonado (2020, p.91) nos é complementar e fecunda para pensarmos os modos como os processos educativos se atualizam em um contexto midiático onde a comunicação digital é uma realidade cada vez mais presente em nosso cotidiano. No contexto contemporâneo mundial, bastante contraditório, atravessado por crises econômicas, sanitárias e políticas, recorro ao autor para entender a reconfiguração de espaços e modos comunicacionais científicos e educativos. Assim, percebo que os modos de exercício de cidadania comunicativa têm encontrado nos meios comunicacionais, em especial nos digitais, territórios de reinvenção, compartilhamento e criatividade estratégica fundamentais para a sobrevivência da sociedade (MALDONADO, 2020). Para além dos interesses das indústrias capitalistas, os sujeitos têm buscado outros modos de realizar a cidadania científica, mesmo em ambientes contraditórios, nos mostrando que é possível criarmos estratégias democráticas e cooperativas de construção e partilha de conhecimento.

Maldonado (2020) nos fala sobre a necessidade da prática de uma *cidadania comunicativa* que entrelace comunicação, pesquisa, socialização e formação democrática de modo a construir resistências e renovações sociais. O que deve ocorrer de forma sistemática e a partir posturas criativas, propositivas e dinâmicas de construção de campos dialógicos. Assim, o autor supracitado defende a importância do exercício de cidadania que se volte à conversação e elucidação de problemáticas, para a construção de uma consciência crítica

comunitária ampliada. Que construa uma produção simbólica consistente voltada à construção de narrativas mais plurais e de um imaginário social mais democrático. E enxerga no ambiente digital uma potencialidade de usos e apropriações inventivas e resistentes. “Nessa fase histórica, o exercício da cidadania comunicacional exige uma desconstrução clara, sistemática, constante e propositiva dos significados produzidos pelos principais setores de poder, que condicionam a vida do conjunto da população (MALDONADO, 2020, p. 103)”.

As perspectivas abordadas por Saggin (2020), Freire (2019), Santos (2010), bell hooks (2019) e Maldonado (2020) me fornecem subsídios para pensar os entrelaçamentos possíveis entre a dimensão educacional e a comunicação popular como modos de resistência, luta e existência no mundo. Como aporte necessário para o desenvolvimento de movimentos sociais, e assim, do feminismo. Entendendo que a comunicação atravessa o educar e o aprender, penso que a educação também se transforma em uma dimensão necessária de formação da cidadania comunicativa. De uma cidadania que se dá na construção de um comum mais igualitário e que também passa pela percepção dos sujeitos como seres integrais, dotados de inteligências, saberes, criatividade, contradições e sensibilidades. A educação pode assim, nos conectar com nós mesmos, nos ajudar a nos perceber enquanto seres, enquanto partes de uma comunidade e enquanto agentes de transformação da sociedade.

#### ***4.3.3 Inter-relações entre resistências, movimentos sociais, cidadania e comunicação***

A comunicação é mais do que meios e mensagens, ela integra e constitui dinâmicas de organização e mobilização social. É por meio da comunicação que nos confrontamos com o *Outro*, nos reconhecemos, criamos laços e alianças, e que alimentamos o imaginário social, constituindo simbolicamente os alicerces daquilo que é *comum*, compartilhado. Em contextos que experimentam processos mais ou menos complexos de mediação, como o da sociedade contemporânea em globalização, a comunicação midiática atravessa o tecido social exercendo um papel fundamental nos processos de reconfiguração de identidades. Pode assim, ser apropriada por movimentos sociais como modo de transformação e construção de sociedades mais justas, abrindo possibilidade para a participação mais ativa do cidadão comum enquanto protagonista de um processo comunicativo, sócio-político e cultural. (PERUZZO, 2007).

Mesmo que esta comunicação não consiga atingir o patamar de força predominante ou competitiva de poder equivalente às tradicionais mídias hegemônicas, desempenha um relevante papel no processo de democratização da informação, da cidadania e do poder da

comunicação, tanto no que se refere à ampliação da oferta de canais de informação e emissores (e assim de narrativas), quanto no sentido de possibilitar processos educativos por meio de conteúdos e também por viabilizar formas mais intensas de participação direta dos cidadãos e dos grupos sociais no fazer comunicacional.

Peruzzo (2007) me auxilia a problematizar a participação do cidadão como elemento chave da cidadania comunicativa. Os meios de comunicação comunitários e as práticas comunicativas de coletivos e movimentos sociais podem apresentar potencial tanto para a organização popular quanto para um processo educativo de participação direta nos mecanismos de planejamento, produção de mensagens e gestão da organização da comunicação. Nessa perspectiva, a participação direta do cidadão nos meios de produção da comunicação ajuda a desenvolver os sujeitos, suas habilidades, capacidades e, também, colabora para a ampliação de suas perspectivas e para o fortalecimento dos sentidos críticos. Ao se apropriarem dos meios de comunicação, ao participarem dos processos, (quaisquer que sejam: internet, redes sociais digitais, panfletos, manifestações, performances artísticas, rádios de postes ou jornais) os cidadãos se afastam da noção simplificada de um receptor, para se entender enquanto sujeito da ação comunicacional, sujeito multiplamente constituído como em situação de recepção, produtor, mediador e difusor de mensagens informações narrativas. Assim, podem vir a adquirir conhecimento estratégico dos modos de operar meios e tecnologias e se apoderar do processo comunicativo e midiático, entendendo como a comunicação opera na estruturação de bens simbólicos de uma comunidade. Nesse sentido, os coletivos observados nas pesquisas exploratórias realizadas apontam a relevância da dimensão educativa na comunicação comunitária desses movimentos sociais e da comunicação na formação de consciências críticas e politizadas em torno das lutas sociais.

Dessa forma, compartilho com Peruzzo (2007) a ideia do potencial que os movimentos sociais possuem de, por meio de suas lutas e seus modos de se comunicar, transformar sentidos, valores e posturas, de promover rupturas com culturas de silêncio e submissão, de romper com a ideia de um cidadão sem voz, sem autonomia comunicativa que é mero receptor e subserviente a ideias e lógicas da elite e da mídia hegemônica. Quando falamos da comunicação desenvolvida por movimentos sociais populares emancipatórios, como nos casos dos movimentos feministas que lutam contra as desigualdades em uma política de igualdade/diferença, falamos de uma comunicação feita em prol de uma luta que visa liberdade, democracia e rupturas com preceitos hegemônicos. Trata-se de uma comunicação que se propõe como alternativa à grande mídia e a políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas, se valendo muitas vezes de uma variedade de formatos, narrativas e performances.

A questão central é tornar o ser humano sujeito do processo de mudança social, que passa pela comunicação, mas também pelos demais mecanismos de organização e ação populares. Queremos dizer que os vários processos aqui enfatizados não se limitam à ação de meios de comunicação. Estes podem ser facilitadores da ação cidadã e têm um papel importante, mas a dinâmica social local é mais ampla e complexa. Desse modo, todas as áreas da comunicação (relações públicas, publicidade, jornalismo, editoração etc.) e demais campos do conhecimento têm espaço potencial para ação concreta dentro de suas especialidades. O que mais importa é a conjugação de princípios que favoreçam a autogestão popular, o respeito ao interesse social amplo e a inserção das pessoas como protagonistas da comunicação e organização populares. (PERUZZO, 2007, p. 24).

Portanto, uma noção chave para a construção do entendimento sobre cidadania comunicativa é a de comunicação como um direito do cidadão. Penso que a noção tradicionalmente utilizada de direito à comunicação como acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão necessita de ampliações. Nesse sentido, vem sendo renovada ao incluir a dimensão das relações de poder no entendimento do direito à comunicação. Trata-se assim de entender que é um direito dos cidadãos e das organizações sociais a democratização do poder de se comunicar. “Pensar a comunicação como um direito, que não se restringe ao acesso à produção de informação e seus mecanismos técnicos, mas ao poder, pois na sociedade da informação, nada é mais poderoso que construir pensamentos críticos, plurais e autônomos” (LEON, citado por Peruzzo, 2007, p. 12).

Como observa Peruzzo (2007), os movimentos sociais vêm agregando à busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer a liberdade de expressão às suas lutas históricas pela conquista de direitos sociais e políticos, por meio de seus usos e apropriações dos meios de comunicação. Apesar do campo da comunicação social ser no Brasil de intensa disputa e desigualdade, sendo que oligopólios tendem a controlar a grande mídia, os usos e apropriações dos meios de comunicação pelos cidadãos e cidadãs e suas organizações representativas, significa um passo no exercício de direito de *isegoria*, ou seja, do direito de se manifestar e ser ouvido, de discutir de modo comunitário opiniões e ações a respeito do espaço da *polis* e do que deve ou não ser realizado.

O direito de *isegoria*, ou seja, de garantia de igualdade, quando aproximado do campo da comunicação, representa também igualdade no acesso à informação, aos meios de comunicação e ao poder de se comunicar, “não apenas na condição e ouvinte, de receptor, mas também do poder de se comunicar. Seja pessoalmente ou através da grande mídia e pelos meios comunitários de comunicação” (PERUZZO, 2007, P. 19). Concordo com a autora que uma das condições para a ampliação da cidadania é democratização do poder de comunicar, sendo este um caminho para o exercício de cidadania em sua dimensão política, social e cultural.

Direito à comunicação não diz respeito apenas ao direito básico do cidadão em ter acesso à informação livre e abundante ao conhecimento produzido pela humanidade. Isso é essencial nas sociedades democráticas. Nem se cogita a possibilidade de restrições à liberdade de informação e de expressão. Porém, direito à comunicação na sociedade contemporânea requer a negação da concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos; pressupõe o direito a mensagens fidedignas e livres de preconceitos; e inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar. Ou seja, pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação - rádio, televisão, internet, jornal, alto-falantes etc. - enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. (PERUZZO, 2007, P. 27)

Nesse sentido, no nosso contexto atual, a comunicação digital pode representar um espaço potencial para o exercício de democratização do poder de comunicar, e assim, para o desenvolvimento e conquista de cidadania comunicativa. As tecnologias digitais configuraram uma transformação profunda nos termos de suporte, fazendo emergir novas condições de fabricação de mensagens e de formação de redes que possibilitaram o surgimento de formas de experimentação e invenção estética, política e cultural, transformando também a produção de bens simbólicos. Assim, a configuração de dimensões digitais culturais desencadeou profundas mudanças qualitativas na sociedade, que desestruturaram processos midiáticos e comunicacionais, assim como enquadramentos simbólicos estabelecidos pelas matrizes de grandes oligopólios industriais da comunicação no século XX.

Com Maldonado (2015) pensamos que a revolução tecnocultural, ao possibilitar maior autonomia dos sujeitos comunicantes no espaço da comunicação pública traz uma gama de oportunidades para um exercício comunicativo e político mais crítico e emancipador, para a intensificação da participação dos cidadãos, e também para o exercício de uma comunicação mais dialógica e horizontal que possibilite rupturas com noções estereotipadas e opressoras.

No entanto, ainda há muitos obstáculos para a produção de comunicação efetivamente mais democrática e emancipatória nos meios digitais, como discuti anteriormente. Nesse sentido, Maldonado (2015) nos ajuda a perceber que a inserção de lógicas hegemônicas dentro do funcionamento das redes e das lógicas fundamentalistas de pensamento também são desafios que enfrentamos. Torna-se, desse modo, necessário e urgente pensarmos em estratégias comunicacionais e educacionais de prática cidadã no sentido de promover lógicas emancipatórias e críticas de pensamento.

Portanto, tomamos como urgente o exercício de tentar compreender como experiências singulares e coletivas em interação com diversas tecnologias estão configurando redes e modos alternativos de compartilhar o saber, a vida social e a ação política. E assim, como interpelam as formações de vínculos, de comunidades e da construção daquilo que é “comum” em uma dada sociedade (ORTIZ, 2012). Se entendemos a subjetividade pela ótica pós-estruturalista que

visa a superação da visão arrogante e unitária do sujeito para compreender as diferenças e possibilidades subjetivas, podemos perceber que os processos identitários, dada a heterogeneidade dos sujeitos, estão atravessados por relações de poder e resistência de forma que a “identidade não possui um caráter homogêneo nem transparente” (ORTIZ, 2012, p 105).

#### ***4.3.4 Cidadania comunicativa***

Dessa forma, para refletir as relações entre comunicação, cidadania e cultura nas sociedades atuais, interessa-me pensar a cidadania como um vínculo de relação entre grupos sociais diversos e, assim, pensar uma cidadania complexa, plural e diferenciada no que diz sobre sociedades nas quais convivem culturas distintas (CORTINA, 2005). Pois, a partir da consideração desses aspectos, podemos perceber pluralidades, relações com o Outro, novas organizações de sociabilidades e diferentes possibilidades de reflexão de nossa realidade e refletir sobre emergência de renovados exercícios de política e cidadania e de constituições de novos atores coletivos. Cortina (2005) aponta, portanto, caminhos para pensarmos em uma cidadania que seja capaz de conviver, reconhecer, respeitar e dialogar com as diferenças. Assim, considerando a cidadania como um conceito complexo e mediador, que pode ser pensado em seu aspecto multidimensional e amplo, penso ser essencial, para o entendimento sobre esses elementos nas sociedades contemporâneas, lançar um olhar mais atento para a dimensão da comunicação, a partir da compreensão da comunicação como parte integrante da formação de redes na nossa sociedade (CASTELLS, 2013).

Para refletir sobre o que comunicação pode significar na sociedade contemporânea e midiaticizada, recorro a Freire (2011), que entende a comunicação como parte essencial constituinte dos sujeitos em sua vivência. Em suas palavras, os homens são “seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação (FREIRE, 2011, p.172). Aliando essa perspectiva com a de Peruzzo, podemos pensar na comunicação como dimensão constitutiva de práticas sociais constitutivas da cidadania (PERUZZO, 2005). Portanto, a comunicação é uma dimensão constituinte da cidadania, condição de possibilidade da mesma; através dela, é possível entre outros aspectos, a construção e coletivização de interesses, necessidades e propostas, o reconhecimento e a existência pública dos indivíduos, visibilizando-os antes os outros e permitindo também ver-se (BONIN, 2006, p.155).

Considero que as mídias também atuam como um elemento estruturante dos espaços públicos, lugar de luta e constituição da visibilidade social. Neste sentido, dialogo também com Monje et al. (2009) para pensar que a comunicação e os meios de comunicação como elemento central da constituição do espaço público em nossa sociedade. A autora ressalta a necessidade

de se pensar nas dimensões comunicacionais do conceito de cidadania, entendendo cidadania comunicativa como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direitos e deveres no cenário da comunicação pública e do exercício efetivo desses direitos. Monje fala, assim, sobre apropriações de processos comunicacionais por parte dos sujeitos comunicantes capazes de gerar práticas cidadãs.

Dessa forma, entendo que o direito à comunicação, à informação de qualidade, aos acessos a meios de expressão livre são direitos fundamentais dos cidadãos e integram a noção de cidadania. No entanto, penso que a ideia de cidadania comunicativa se atrela também à necessidade de processos de educação, de construção de lógicas de pensamentos que sejam capazes de romper com paradigmas hegemônicos, capitalistas, universalizante, cartesianos para promover a experimentação, a criatividade, o exercício de alteridade e a emancipação crítica em prol da luta contra as desigualdades e a favor da boa convivência e do desenvolvimento comunitário, tanto no campo da comunicação pública quanto para além dela.

A cidadania comunicativa passa também pelos vínculos e conexões estabelecidas entre os sujeitos, os meios de comunicação, e a construção do comum e de imaginários coletivos que se dá por meio da comunicação. E assim, passa pelos modos como os sujeitos e os coletivos se apropriam da comunicação e da mídia para participarem ativamente da sociedade, e para visibilizar suas demandas, causas e a legitimidade da própria existência, conquistando espaço, garantindo a manutenção de direitos já conquistados e lutando contra situações de precariedade. Assim, em nossas sociedades os modos de reconhecimento operam dentro da esfera da comunicação e da mídia. Sendo que as mídias atravessam o tecido social, perpassando a construção de imaginários, estes, por sua vez, podem se conectar aos mais diversos interesses.

Dessa forma, entendo que a noção de cidadania comunicativa precisa passar pelo debate de redemocratização da mídia e dos meios de comunicação. Não apenas no sentido de acesso, mas principalmente no sentido de redemocratização do poder de se comunicar. Pois, apenas garantir o acesso aos meios de comunicação e a produção desses meios não é suficiente para a conquista de uma cidadania plena. Aliada com o acesso, deve estar uma revolução comunicacional que se preocupe com os modos como essa comunicação é feita, com os sentidos que ela aciona e de como ela afeta a sociedade. Ou seja, para se efetuar uma cidadania comunicativa é preciso o exercício de construção de comunicação interessada em tornar o imaginário social mais democrático. Uma comunicação que dispute narrativas e apresente soluções contra hegemônicas, antirracistas e antipatriarcais. Baseada, portanto, em um sentido amplo de tradução de lutas, culturas e ideologias, e que caminhe em prol de uma política efetiva de solidariedade e comunidade.

Nesse sentido, os coletivos observados através da investigação exploratória nos deram pistas sobre os modos como a noção de uma comunicação mais cidadã como ferramenta de luta vai se construindo no cotidiano de movimentos sociais. Constatam-se narrativas que buscam romper com estereótipos machistas e racistas, além de denunciar situações de exclusão e precariedade, como postagens e discursos de recuperação histórica de militantes e cientistas mulheres que contribuíram para a luta feminista, artigos, e compartilhamento de notícias, como veremos mais detalhadamente a seguir, nas nossas observações exploratórias. Percebemos, assim, que quando esses coletivos se utilizam de meios de comunicação, das ruas em manifestações e do ambiente digital para provocar debates, compartilhar notícias e chamar a atenção para temáticas que não possuem o mesmo espaço nas mídias hegemônicas, constroem e exercitam, em diversos graus, através de suas lutas, cidadania por meio da comunicação, cidadania que estruturalmente, muitas vezes lhes é negada.

Para ampliar a perspectiva, recorro à Rocha (2007) que recupera o lema feminista de que “o pessoal é político” para pensar a cidadania, ampliando o conceito também para a esfera do privado. Diálogo com a autora para pensar a cidadania extensível a todos os espaços políticos, incluindo os domínios da intimidade. Ela nos faz pensar, portanto, na necessidade de expandir o nosso entendimento de cidadania, a ponto de que ele possa abrigar também os movimentos comunicacionais emancipatórios que não ocupam o espaço de comunicação pública. Nos incita a lançar um olhar mais atento e cuidadoso as estratégias pedagógicas e comunicativas dos movimentos sociais que visam a construção de consciências políticas e críticas e, assim, a ruptura com lógicas hegemônicas excludentes e estereotipadas para pensar e organizar outros modos de vivências políticas e cidadãs, mesmo que elas não ocupem o primeiro plano do espaço público, das ruas, das grandes assembleias, atos e manifestações ou da mídia.

Nesse sentido, a reflexão de Butler (2018) acerca dos sentidos de ações políticas que ultrapassam a esfera pública colabora com esta reflexão. A autora critica essa oposição binária e a noção de esfera pública como a esfera da ação enquanto a esfera do privado seria da inação e dependência. Critica assim, a ruptura entre corpo e mente que essa noção pressupõe. Com Butler (2018), penso que não podemos conceber a ação política sem considerar a dimensão corporificada dos sujeitos e a biopolítica. Caso contrário, continuamos a reproduzir o entendimento de que a fala como modelo de ação política se situa apenas na esfera pública, separando-se da esfera privada que socialmente foi codificada como o lugar das mulheres, das crianças, e historicamente dos escravizados.

Esse pensamento de política restrita a uma noção antiquada de esfera pública desconsidera ações políticas, por mais que sutis, do cotidiano, da vida íntima. Entendo, portanto, que a comunicação cotidiana e as agências de cidadania comunicativa que ocorrem nos espaços privados não se dão de forma descontinuada ou isolada da esfera pública. Pelo contrário, funcionam como apoio e formação de consciência política e de transformação prática que reverbera no espaço público convencional.

A distinção implícita entre corpo e mente em A condição humana conseguiu a atenção crítica das teóricas feministas durante algum tempo. De forma significativa, essa visão do corpo estrangeiro, não qualificado, feminizado, que pertence à esfera do privado é a condição de possibilidade para o cidadão masculino falante (que se presume que seja alimentado por alguém e que abrigue em algum lugar, e cuja a nutrição e cujo abrigo são cuidados de alguns modos regulares por qualquer população privada de direitos (BUTLER, 2018, p. 53).

Podemos pensar assim na cidadania comunicativa para além dos espaços e dos objetivos de visibilidade, mas também nas rodas de conversas entre cidadãos e no esforço coletivo, mesmo que íntimo, de buscar novos saberes e pensar a comunidade. O que não significa, de forma nenhuma, desconsiderar a vital importância da visibilidade, da formação de redes de comunicação, dos usos, apropriações comunicacionais, da criação de meios alternativos e participação nas mídias massivas e até mesmo da ressignificação de espaços hegemônicos de comunicação e das lutas representativas no espaço público.

Como uma das estratégias-chave dos novos movimentos sociais é largamente educacional, pedagógica e comunicativa, não pretendendo, em última instância, a detenção de poderes políticos partidários mas sim uma deslocação das questões legais e de governabilidade para novas esferas públicas e privadas, a repolitização do político levada a cabo por estes movimentos tem obviamente muitas implicações no que se refere às questões do alargamento da democracia e da cidadania e, em suma, à necessidade de se pensar e organizar novas vivências políticas de cidadania (ROCHA, 2007, 1726)

Assim, conectando essa perspectiva às reflexões de Cortina (2005), ressalto a relevância de pensar uma cidadania comunicativa de forma multidimensional, possibilitando abarcar questões de identidade, comunicação, cultura, sociabilidades, emocionalidade, pertença e práticas sociais. Entendo, portanto, que modos de cidadania comunicativa podem promover manifestações no sentido de garantia de direitos e deveres, assim como promoção de projetos comunitários, debates, reflexões e expressões que se vinculem às várias dimensões cidadãs. Podem possibilitar, também, que os sujeitos desenvolvam capacidades e lógicas de maior autonomia comunicacional, social, política e cultural vinculadas a um exercício de democracia.

As propostas de Maldonado (2013) ajudam a ampliar a perspectiva, ao defender que a cidadania comunicacional implica no agir para a mudança social, de forma a superar o

instrumentalismo e o funcionalismo, fazendo da prática comunicacional um exercício para a construção da reflexão crítica criativa e transformando-a em uma ferramenta de resistência e força de produção política emancipatória e subversora. Assim, entendo a cidadania comunicativa como potencializadora de culturas de fraternidade e multiculturalidade democrática. Considero, portanto, necessário o exercício de uma perspectiva comunicacional para os estudos que problematizam a cidadania, tendo em vista, que nas sociedades contemporâneas, as dimensões de mídia, cidadania e cultura se entrelaçam no tecido social. Entendo que a ação comunicacional e a apropriação midiática por parte dos sujeitos podem ser vistas como um caminho potencial fundamental a ser desenvolvido para o agir cidadão e práticas de resistência às lógicas hegemônicas.

#### ***4.3.5 O cuidado da voz como prática de cidadania comunicativa***

Uma questão cara às mulheres e aos movimentos feministas tem sido a luta pela conquista de espaços de fala, ou como coloca bell hooks (2019), a transição dos silêncios para a fala. É importante problematizar essa questão visto que um dos modos que o sistema mundo capitalista patriarcal, racista e colonial possui para negar ou limitar as experiências cidadãs de determinados sujeitos é justamente a exclusão ou limitação dos espaços de produção, distribuição e circulação da comunicação. Em nossa sociedade, na qual a informação é capital econômico, social e político, a comunicação é território de disputa de poder. Quanto mais afastados os sujeitos estão das esferas de poder e privilégio (afastados do *homem branco*, enquanto metáfora<sup>44</sup>), menos legitimada é a sua expressão, sua voz, suas perspectivas e saberes. Quem está autorizado a falar? Onde fala? Sobre o que fala? Como fala?

Os mecanismos de silenciamento são múltiplos, mesmo quando, em teoria, não há restrições legais ou formais que limitem a livre comunicação. Eles operam tanto por meio de punições sociais e do terror subjetivo acerca destas, quanto por meio da deslegitimação dos sujeitos enquanto sujeitos pensantes e críticos. As tecnologias para mantê-los são igualmente múltiplas, pois eles colaboram com a sustentação da ordem dominante de opressão ao trabalhar em prol do descarte de qualquer ideologia ou narrativa que perturbe as lógicas dominantes. Alguns desses mecanismos atuam na formação de subjetividades de forma tão eficiente que conseguem com que naturalizações penetrem na sociedade.

---

<sup>44</sup> De acordo com Tiburi (2018) o homem branco enquanto metáfora representa o topo do sistema de privilégios. O capital sexual, financeiro, social, intelectual e comunicacional.

É o caso das imagens de controle trabalhadas por Patricia Hill Collins (2019), que funcionam como imaginários estereotipados produzidos para reduzir as mulheres negras, baseando-se em suas características que ameacem a ordem vigente. Quando a autora estadunidense propõe esse conceito, está problematizando a forma como mulheres negras dos Estados Unidos são retratadas e imaginadas socialmente, e como essas imagens agridem a formação das subjetividades ao propor modelos de como essas mulheres deveriam ser ou se portar. É um conceito estruturado em relações de raça e, também gênero. Como coloca Bueno (2019), as imagens de controle são mais do que um conjunto de estereótipos, ou uma caricatura, são articulações de opressões em modos de verdadeiros roteiros a partir dos quais a sociedade entende e trata as mulheres negras.

Ao abordar as mulheres negras do nosso contexto nacional, Lélia Gonzales (2019) traz um complemento a essa perspectiva ao problematizar os *lugares naturais*, em seus termos, da *mulata*, da *doméstica* e da *mãe preta*. Imagens tão conhecidas em nosso repertório cultural que, por anos, funcionaram e ainda funcionam como gatilhos dolorosos e formas de silenciar ainda mais as mulheres negras do Brasil.

Como coloca Hill Collins (2020), a matriz de dominação na qual se enraízam tais imagens controladoras não é uniforme ou coesa, se dá em articulados jogos de poder e dominação que necessitam do contínuo silenciamento das resistências para se efetivarem. As imagens controladoras possuem dinâmicas múltiplas e mutáveis de acordo com os modos como se organizam e se estruturação as relações de gênero e poder em cada sociedade.

Em minha percepção do conceito, entendo que as imagens de controle podem atingir não apenas as mulheres negras, mas uma variedade de sujeitos que estejam distantes mais distantes das esferas de poder e controle em nossa sociedade, como homens negros, indígenas, entre outros. As mulheres brancas também podem ser alvo de imagens estereotipadas e de controle; no entanto, em nossa sociedade, elas possuem maior poder para negociar as opressões com os espaços de privilégio que usufruem. A diferença está em como essas imagens vão atravessar as realidades e experiências das mulheres. Quanto mais próxima ao ideal social de feminilidade (a mulher mais próxima à metáfora do homem branco), maior poder de negociar conveniências. Inclusive, muitas vezes, ao negociar opressões, podem reforçar imagens controladoras sobre outras mulheres não brancas.

Quando os sujeitos e a sociedade não rompem com modos de silenciamento e opressões que ferem subjetividades, impostos pela branquitude, pelo capitalismo e pelo patriarcado (e outras formas de opressão), estão reduzindo pessoas e grupos sociais a uma posição de caricatura, de não humano, objetificado, a quem é negado o poder de tomada de decisão, seja

coletiva ou individual. É uma tentativa de negar a esse sujeito a possibilidade de se construir e, assim, de construir o comum, de fazer valer suas perspectivas e pontos de vista. Não romper com silenciamento e com imagens controladoras representa um apagamento da voz de cada sujeito. Um sujeito que não tem a possibilidade de desenvolver uma fala própria, uma voz, encontra graves dificuldades em demandar e reivindicar seus direitos e, também, em compartilhar sua visão de mundos e saberes baseados em seu próprio senso crítico. Logo, parte da realidade, uma gama de experiências se torna invisibilizada com seu silenciamento.

Se as mulheres deixam de falar ou não são escutadas sobre como o sistema machista opera violentamente dentro de suas próprias casas, ou como as opressões de gênero e raça se estruturam institucionalmente, como mulheres brancas podem oprimir mulheres negras, indígenas e não brancas, parte dessa realidade não é validada socialmente. O sistema-mundo dominante se retroalimenta desses espaços vazios aonde estão todos os tensionamentos que não são vistos, ouvidos ou pensados. Quanto mais silenciadas estiverem as vozes libertadoras, aquelas que fazem emergir suas realidades, saberes e perspectivas das sombras impostas a elas, mais facilmente as narrativas e ideologias dominantes são tomadas como verdades únicas, incontestáveis, ou como realidade.

Ter uma voz livre e crítica que possa ser escutada, quando a sociedade lhe impõe silêncios se transforma, assim, em um gesto revolucionário. bell hooks (2020) compara esse processo a um rito de passagem, quando alguém deixa de ser visto socialmente como objeto e passa a ser lido como sujeito. A autora ressalta que apenas como sujeitos escutados podemos ter uma voz própria, ou seja, podemos ter o nosso modo de expressar as nossas perspectivas, senso crítico e saberes. Quando não se pode falar, como objetos, temos nossas experiências, vozes e identidades definidas e interpretadas por outros, pelos que dominam o jogo de poder (hooks, 2020). A voz corajosa ou libertadora, nos termos da autora, é um modo de resistência, de reivindicação do poder social que lhe cabe.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado e, para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias. É uma transição de objeto para sujeito (bell hooks, 2020, e-book).

Vale ressaltar que, quando falo nesta tese de voz corajosa, ou voz libertadora, não estou me referindo à vocalização ou à fala em si, mas a todo modo de expressão individual e coletiva que demonstre um ponto de vista crítico, uma perspectiva resistente. A voz a qual me refiro não é apenas um ato de fala, uma expressão corriqueira ou um relato meramente pessoal. Entendo a voz como a expressão de um pensamento crítico, uma expressão autônoma e contextualizada.

A voz, pra além do vocal, como uma metáfora do exercício de poder e resistência por meio do ato de comunicar, podendo se manifestar como ato de fala, performance, escrita, estética, sonoridades, corporeidades, escrita, enfim, de forma múltipla. Transformamos a nossa voz em uma voz corajosa e em um exercício de poder e resistência quando a colocamos em prol da formação de outros imaginários e narrativas de combate às dominantes e opressoras. Imaginários resistentes que também não se propõem serem dominantes.

Dessa forma, não é necessário apenas romper os silenciamento que calam os sujeitos, mas também aqueles que calam temas, assuntos, perspectivas. Colocando de forma mais direta, não é apenas necessário que as pessoas possam falar e serem escutadas, mas também que possam falar o que precisam e querem falar. Recorro a hooks (2020) para entender que no jogo de poder entre silenciar, calar e falar, o conteúdo da voz que é ouvida é de fundamental importância. A voz (como metáfora) sem um propósito político, sem um senso crítico que desafie o poder hegemônico, é uma expressão válida, mas não é o suficiente para ser considerada revolucionária. Não basta que as mulheres possam falar e que falem, mas é também preciso que o direcionamento de suas falas e o conteúdo sejam resistentes. Ocupar os lugares de fala é um exercício necessário, mas como ocupar é o que de fato fundamenta uma postura efetivamente resistente. A autora ressalta a importância do que se diz, pois é por meio do conteúdo que problematizamos questões e denunciemos opressões. “É importante que falemos. Sobre o que falamos é ainda mais importante. É nossa responsabilidade, coletiva, individual, distinguir entre a mera fala de auto exaltação, de exploração do outro, e aquele encontro da voz que é um gesto de resistência, uma afirmação de luta” (HOOKS, 2020, e-book).

O exercício de desenvolver e manter uma voz libertadora, uma voz que emana da posição de sujeito, de ser pensante e crítico e não de objeto, é uma forma de expressar e materializar a luta contra opressões de gênero, de raça, classe e às dominações colonizadoras. Para bell hooks (2020), esse esforço demanda outro, o de mudar os paradigmas dos nossos modos de comunicar, o de aprender a falar, mas também a escutar. A autora defende que a voz libertadora se funda no diálogo, no conversar com o outro. O que significa colocar o *para quem conversamos*, para quem falamos e nos expressamos no centro de nossa comunicação. Isso demanda cuidado, cuidado para ouvir, para entender e para construir modos de comunicação que efetivamente possam chegar a quem precisamos que nos escute. Assim, não importa somente quem fala, mas o que fala, como fala e para quem fala. Mesmo nas situações em que não podemos controlar com quem falaremos, priorizar com quem desejamos falar, no modo como falamos é necessário para criar uma voz que seja escutada. As linguagens que

escolhermos usar demonstram com quem escolhemos dialogar, quem estamos priorizando nas nossas falas. “A linguagem é também lugar de luta” (hooks, 2020, e-book).

Com base nestas proposições, compreendo que o processo de conquista da própria voz, de reivindicação do direito a desenvolver uma voz corajosa é um ponto de partida na luta pela libertação. Para as mulheres, as formas de silenciamento, por vezes, se iniciam nos ambientes mais íntimos, atingindo com certa crueza a formação da subjetividade, do entendimento de identidade e da própria auto percepção. Não é raro ver mulheres que evitam os espaços de fala pública por medo, insegurança ou por não sentirem pertencentes àqueles espaços. A sociedade se encarrega de dar continuidade, até mesmo de forma sutil, a sombras que alimentam o medo da própria voz. E de barrar espaços com agressividade proporcional à distância do padrão ideal de feminilidade da sociedade, entre as mulheres, e à distância do *homem branco*, entre todos os sujeitos. Os silêncios podem ter variadas causas, os silenciamentos mais óbvios e aqueles que podem passar despercebidos, como os embates internos por confiança e mesmo amor próprio. A voz se torna ferramenta de luta e meio de autor recuperação, nos termos de hooks (2020).

Encontrar a voz faz parte de um processo de autoconsciência e percepção enquanto sujeito, cidadão, construtor de uma realidade comum (por mais que as forças não sejam equilibradas ou equivalentes). Quando bell hooks fala em auto recuperação, está se referindo ao exercício dos oprimidos para tomar consciência de como operam os sistemas de opressão, ao exercício de construção de um senso crítico que permita uma leitura efetiva do todo em prol da mobilização de um movimento de resistência. É um processo de resgate da própria potência, identidade e memória. Recuperar a si mesmo é se colocar numa postura de ser agente, pensante e modificador sobre as próprias condições. Contra as hierarquias que silenciam, é reivindicar o direito de falar de igual para igual, e o dever de escutar de igual para igual.

Para a construção conceitual desta tese, conecto essa perspectiva a de Patricia Hill Collins (2019) quando defende a importância de um processo de autodefinição na luta contra as opressões que as mulheres negras sofrem. Para a autora, o ato de colocar o eu no centro de um processo analítico é de extrema importância para uma tomada de consciência sobre o modo como se articulam uma série de relações e para, assim, promover ações que levam ao caminho da libertação. A autora reforça a ideia de que a dinâmica de autodefinição, que implica na rejeição de imagens controladoras e na proposição de narrativas e imaginários alternativos, se conecta à validação das mulheres negras em sua humanidade. Não é mera coincidência que as duas autoras sejam mulheres negras refletindo acerca da realidade mulheres negras, quando em nossa realidade são as mulheres não brancas que sofrem de forma mais dura com as imagens controladoras, que são mais facilmente definidas e pensadas pelo outro e na categoria de Outro.

O esforço de recuperar e definir a si mesmo, no entanto, não é uma prática meramente individualista ou desconectada da comunidade. As autoras supracitadas são bem categóricas ao afirmar que, para uma prática revolucionária, o eu precisa estar atrelado a uma noção de comum. Em ambas as perspectivas, o entendimento de um “*eu*”, um sujeito de voz ativa só é possível dentro de *um conjunto de “eus”*, uma sociedade. Nesse sentido, o poder de encontrar a voz precisa mobilizar uma ação conectada a uma relação com os outros.

Concebo dessa forma, que o esforço coletivo em propor imaginários e narrativas alternativas às dominantes passa pelo exercício individual e coletivo de buscar a própria voz libertadora por meio de processos de autor recuperação e autodefinição. No entanto, esses processos não se dão de forma facilitada, visto a complexidade dos mecanismos relações de poder em nossa sociedade. Para erguer a voz, nos termos de bell hooks (2020), encontramos uma série de obstáculos, entre eles, um sistema estruturado de silenciamento e apagamentos das subjetividades e a apropriação de pautas e discursos por meio das lógicas capitalistas.

Sobre esse segundo ponto, é necessário frisar a importância de problematizar os modos como as lógicas do capital operam para reduzir e esvaziar pensamentos radicais, tentando transformar demandas e lutas comprometidas em frases de efeito e *estilos de vida*. Nesse sentido, fazendo uma leitura sobre o movimento feminista, bell hooks (2020) chama a atenção para os perigos de, em vez de politizar o pessoal, fazer o movimento contrário personalizando as opressões, como se pertencessem apenas à esfera do íntimo de cada sujeito. Tornar o feminismo um modo de ser, ou uma luta individual é minar o potencial radical do movimento.

O esforço precisa, portanto, se dar no coletivo, na construção de condições favoráveis ao desenvolvimento de consciência crítica acerca das opressões. É preciso criar espaços que possibilitem e potencializem o exercício individual e coletivo de redescobrimto de vozes libertadoras. Em polissemia. Concordando com o posicionamento de Patricia Hill Collins (2020), tais condições são formadas em consonância à uma ética do cuidar. Esta ética do cuidar é pensada em uma perspectiva epistemológica, baseada em tradições e cosmovisões africanas, na avaliação de reivindicação de conhecimento, mas gostaria aqui, para fins de tese, me apropriar de sua argumentação refletindo sobre a ética do cuidar também em uma perspectiva de reivindicação do direito à própria voz e à cidadania comunicativa. De acordo com a autora supracitada, a ética do cuidar implica em problematizar a expressividade pessoal, a empatia e a presença das emoções no diálogo como elementos centrais do processo de validação do conhecimento. Neste prisma, o diálogo, o respeito e ênfase à singularidade pessoal e à disponibilidade para entender o outro estruturam uma forma de cuidar que possibilita que os sujeitos se sintam seguros para desenvolver uma consciência crítica própria. Cada indivíduo é

considerado como uma fonte de expressão única e necessária para o todo. E, dessa forma se torna essencial validar as afetações emocionais que mobilizam ações e a capacidade de conexão com os outros.

Em sua argumentação a autora, ao refletir sobre a ênfase na expressividade e na emoção, enxerga aproximações entre a ética do cuidado e a defesa do movimento feminista em relação à importância do pessoal nos processos de formação de consciência e saberes baseados na conexão entre pessoas. Dessa forma, conecto essa noção de ética do cuidar não só às tradições e perspectivas dos movimentos feministas ao longo do tempo, mas também especificamente, à defesa que o feminismo faz a respeito da necessidade da voz.

Em nossa sociedade, a dinâmica do cuidar faz parte da socialização feminina, mesmo que tal processo afete mulheres de forma distinta dependendo dos outros marcadores sociais que elas carreguem. Está inserido em nossa cultura. Desde crianças, meninas são incentivadas a fazer da maternagem e das tarefas domésticas brincadeiras. Esperam das mulheres que se tornem cuidadoras, de alguma forma, nos espaços em que se inserem. O que muda entre as mulheres é o direcionamento e as possibilidades de reciprocidade. Apesar da imposição do cuidar estar atrelada aos sistemas de opressão, o cuidado em si também detém uma potência revolucionária, que na direção correta, pode se transformar em uma ferramenta de luta pelos caminhos da libertação.

Partindo dessas perspectivas abordadas e da observação às práticas comunicacionais desenvolvidas nos coletivos investigados, defendo o cuidado com a voz como dimensão da reivindicação de cidadania comunicativa. Esse cuidado se manifesta não somente na construção de consciência crítica a nível individual, da própria voz, e de uma voz que seja meio de libertação e mobilização de ação emancipadora, mas principalmente do esforço coletivo em se criar condições para que vozes coletivas e individuais se desenvolvam. Esse esforço demanda uma ética do cuidado, e assim, baseia-se na empatia, no diálogo, na percepção do sujeito em sua completude, em sua memória, história, contradições e emoção. E na consciência acerca de como operam os modos de opressão e como os sujeitos são atingidos por eles.

O cuidado da voz demanda portanto, tecnologias e metodologias para o seu exercício. Nesse sentido, não falo da tecnologia enquanto meramente técnica, mas como um *logos* sobre a técnica, como forma de exercício da capacidade humana de projetar e arquitetar modelos, ferramentas e epistemologias. Falo de tecnologias sociais. Neste caso, tecnologias pensadas para o desenvolvimento e manutenção de condições para que os sujeitos possam resgatar a própria voz, encontrar espaços de fala, reivindicar e mobilizar as escutas e, assim, integrar uma disputa narrativa ao propor imaginários alternativos às lógicas dominantes e opressoras,

imaginários emancipadores e libertadores. Objetivo, assim, para fins de tese, problematizar o conceito de cidadania comunicativa a partir de um entendimento da necessidade do cuidado com a voz e analisar as práticas de cidadania comunicativa e reivindicação de direitos a partir de um tensionamento das tecnologias de cuidado com a voz desenvolvidas pelos movimentos feministas observados.

## 5 PROCESSOS COMUNICACIONAIS EM ODARA, OLGA E FEMININO PLURAL

Abraçar o olhar etnográfico, à luz de Hine (2000) nos possibilitou observar e compreender os modos como os grupos observados ocupam os territórios digitais, assim como os modos como os usos e apropriações desses meios se conectam às vivências e experiências para além do *online* e também, até mesmo para além dos espaços de visibilidade. Integrar a observação densa do digital às entrevistas e percepções obtidas durante a caminhada exploratória ajudou a traçar panoramas mais fecundos sobre os grupos investigados nas dimensões de interesse da pesquisa.

Este capítulo se dedica a apresentar a sistematização, descrição e interpretação dos dados relativos aos processos comunicacionais do Odara – Instituto da Mulher Negra, do Movimento de Mulheres Olga Benário e do Coletivo Feminino Plural, de Porto Alegre e Salvador, nos ambientes digitais. Vale salientar que a análise de dados aqui proposta se dá tensionada e nutrida pelas perspectivas teórico-metodológicas que estruturam a nossa problemática e fundamentam nossa investigação.

### 5.1 Odara - Instituto da Mulher Negra



Logo Odara, Facebook

Minha aproximação junto ao Odara se deu a partir de um primeiro contato pelo Facebook, no qual apresentei a minha proposta de pesquisa, recebi uma resposta com o número de telefone da sede Odara. Fiz contato por Facebook e telefone. Em um primeiro momento, conversei com Alane Reis, que generosamente me passou seu número de telefone e com quem iniciei uma primeira conversa pelo WhatsApp. Ao tentar marcar uma visita à sede, Alane me direcionou à coordenadora de comunicação Naiara.

Nosso primeiro encontro se deu em 11 de abril de 2019, no restaurante Caxixi, em frente às barracas de peixe da feira do bairro Dois de julho – região central de Salvador. Em nossa primeira conversa, Naiara me falou sobre o Odara, sobre o trabalho que realizavam e fez uma série de perguntas sobre a minha pesquisa, seus objetivos e metodologias. Fui entrevistada sobre minha percepção epistemológica e apresentei com mais detalhes o meu problema de pesquisa. Conversamos sobre muitos aspectos, sobre o Odara, a Academia, como os atravessamentos de raça moldam nossas experiências diversas do ser mulher e sobre a vida, de forma geral. Naiara foi gentil e firme ao me colocar a sua preocupação com pesquisas científicas que exploram os movimentos sociais sem estabelecer relação de troca e diálogo benéfica a ambos. E também foi generosa ao me perguntar sobre que bases teóricas eu trabalhava para entender o feminismo e me sugerir autoras e conceitos para me aprofundar, como quem aponta que as minhas lentes não eram suficientes para lê-las e, cá entre nós, compreendi e segui os seus conselhos. A partir desse dia, combinamos as entrevistas que me ajudaram a enxergar de forma mais ampla e aprofundada a constituição e as ações do Odara.

O Instituto da Mulher Negra Odara é uma organização feminista que surgiu em 2010, idealizada por Benilda Brito e Valdecir Nascimento. Em seu *site*, define-se como “organização negra feminista que visa superar em nível pessoal e coletivo a discriminação e o preconceito, bem como buscar alternativas que proporcionem autonomia e inclusão sociopolítica das mulheres negras na sociedade” (ODARA, *site*).<sup>45</sup> E complementa que “surgiu a partir das especificidades do ser mulher e negra numa sociedade estruturada pelo racismo, sexismo e outras formas de opressão” (idem). Já nessa breve introdução Odara demarca seu lugar de fala, de mulher negra, e sua proposição de olhar interseccional ao se orientar pelas encruzilhadas das opressões.

O ODARA – Instituto da Mulher Negra é uma organização negra e feminista, centrada no legado africano, voltada para o fortalecimento e autonomia das mulheres negras. O Instituto surgiu em 2010, a partir das especificidades do ser mulher negra, que na sociedade brasileira é estruturada pelo racismo e sexismo e todas as formas de opressão, provocando um conjunto de desvantagens, tais como: menor salário, menor acesso a níveis elevados de formação, celibato involuntário, maior responsabilidade no sustento familiar, maior índice de desemprego e miséria, que quando articuladas vão agudizar a exclusão dessas mulheres. O Odara tem como missão combater o racismo, o sexismo, a lesbitransfobia e formas correlatas de opressão, para a defesa da liberdade, autonomia e o bem viver das mulheres negras (ODARA, *site*).

Em entrevista exploratória Naiara, integrante de Odara, conta que o nascimento de Odara se dá em agosto de 2009 quando Benilda Brito e Valdecir Nascimento dialogaram acerca

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://institutoodara.org.br/quem-somos/>

da perspectiva de criar uma organização de mulheres centralizada na defesa de mulheres negras, a partir dos princípios da luta antirracista. Em sua fala Naiara ressalta o contexto para explicar o cenário no qual Odara surgiu em 2010.

Era um momento de gestão do PT, de gestão da esquerda, era um momento que muitos investimentos estavam se voltando para região nordeste do Brasil, era um momento onde todo o debate nacional em torno da pobreza, ele não estava sendo também racializado. Tinha um termo que, naquele momento, estava sendo muito discutido que era o desenvolvimento: desenvolvimento da região nordeste, desenvolvimento do Brasil, saída das pessoas que vivem na base da miséria, saindo da linha da pobreza. Então a gente naquele momento queria discutir um pouco que desenvolvimento era esse, e se essa perspectiva de desenvolvimento estava sendo estruturada na luta de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Se a população negra e, as mulheres negras especificamente, estavam inclusas no processo de desenvolvimento. (NAIARA, entrevista 219)

O nascimento de Odara se deu a partir da organização de Benilda e Valdecir, que convidaram outras pessoas para compor o coletivo, entre elas Naiara. De áreas de atuação diferentes, a ideia era que cada uma delas pudesse contribuir com suas competências e saberes. Naiara, jornalista, cita Emanuelle, da área da saúde, para exemplificar essa questão, que iria estruturar o programa de saúde.

Atualmente, a equipe fixa de Odara conta com 8 integrantes: Beatriz Sousa, Alane Reis, Ana Paula Rosário, Danielle Bitencourt, Erika Francisca, Maisa Maria vale, Naiara Leite e Valdecir Nascimento, como está em seu *site*.

Nós somos uma organização que tem mulheres mais velhas, mulheres mais jovens, nós somos uma organização mista também no sentido de que nós temos mulheres heterossexuais e bissexuais e lésbica, então, nós temos uma organização não só de mulheres hetero, só de mulheres lésbicas, só de mulheres homossexuais, nós aqui temos de tudo e geracionalmente falando também a gente tem mulheres mais velhas, de 60 anos, que tem condição de militância como a Valdecir, que é nossa coordenadora executiva. 50 anos com 30 anos de militância, como é o caso de Benilda, mas nós temos jovens de 22 anos. (NAIARA, entrevista 2019).

Odara se organiza a partir de quatro programas: *comunicação, direitos humanos, pesquisa e intercâmbio e saúde das mulheres*. Esses programas funcionam para organizar as ações e os projetos com base nas áreas de atuação. Naiara conta que essa estrutura já começou a ser formada na organização do Odara desde o seu início. De acordo com ela, os programas agem de forma interligada, mas obedecendo a agendas próprias de suas áreas específicas.

O programa de *direitos humanos*, de acordo com Naiara, se concentra numa perspectiva de enfrentamento à violação de direitos, incluído o direito à vida e ao enfrentamento às violências de gênero, raça e sexualidade, pautando assim a violência racial, policial, aos lgbtcídios e os feminicídios, sobretudo de mulheres negras. O *site* Odara informa que o programa enfatiza a formação política, com foco “na incidência em políticas que garantam os

direitos humanos para as mulheres negras através do suporte, monitoramento e subsídios que contemplem a diversidade, a garantia de direitos, combate ao racismo, às violências, ao sexismo e à lesbofobia” (ODARA, *site*). Atualmente os projetos desenvolvidos por esse programa são: Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar; Mulheres de Axé – Contra a Intolerância Religiosa e pela Democracia; Dijó – Mulheres Negras contra a violência; Tecendo a Rede de Mulheres Negras no Nordeste. Também já foram desenvolvidos os projetos Gol de Placa: Mulheres Negras discutindo a Lei Geral da Copa 2014 e Formação de Professores para trabalhar com a Lei 10.639/2003.

O projeto *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar* é desenvolvido junto a cinco comunidades da periferia de Salvador, com objetivo de apoio, articulação, fortalecimento e diálogo com mães de jovens assassinados em decorrência da violência. Enfoca também a sensibilização da sociedade baiana para os impactos da violência policial e do tráfico de drogas nas vivências da juventude negra e seus familiares

O programa de *saúde da mulher* atua no enfrentamento aos modos como o racismo e o sexismo impactam o acesso e a qualidade da saúde da mulher negra, pautando especialmente os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras e também, o combate às violências obstétricas sofridas pelas mulheres negras e mortalidade materna.

Já o programa *Pesquisa e Intercâmbio* visa promover a escrevivência de jovens e mulheres negras e de pesquisadoras negras que se comprometam na reflexão, produzindo reflexões acerca das relações de raça e gênero que colaborem para o desenvolvimento, monitoramento e implementação de políticas públicas.

Voltado à comunicação estratégica, o *programa de comunicação* busca garantir o direito das jovens e mulheres negras à comunicação democrática, sem violências e sem opressões racistas, sexistas e lgbtqiáfóbicas. Naiara, coordenadora do programa de comunicação, nos conta que ele surgiu a partir de uma preocupação com as narrativas únicas acerca das mulheres negras, e, portanto, comprometido a *refletir sobre a comunicação centrada em uma perspectiva de mulheres negras, das múltiplas narrativas dessas mulheres*.

Nós somos mulheres negras diversas, nós não somos uma única sujeita, como a imprensa do racismo vai dizer na sociedade. Nós somos muitas, então a ideia é que, a partir da comunicação, a gente possa visualizar e visibilizar narrativas diferentes das mulheres negras. Seja ela que está no campo, seja ela lésbica, trans, acadêmica, não acadêmica, trabalhadora doméstica, a quilombola. Então essa é a experiência que a gente tenta pensar como princípio da comunicação do Odara. Mas além de pensar em visibilizar as narrativas de mulheres negras, visibilizar a ação política global, tem um outro objetivo também desse programa que é de trabalhar com o direito a comunicação, o direito à informação. (NAIARA, entrevista 2019).

Atualmente, este programa comporta dois projetos: o *Yalodês* – ampliando os direitos das mulheres negras jovens com a comunicação – que trabalha com a formação de jovens negras em situação de abrigo e da rede pública com o intuito de capacitá-las para que possam se apropriar de linguagens e tecnologias de comunicação. O projeto já formou 70 jovens e a *agencia Yalodês*, ainda em processo de encubamento, que se propõe a criar uma agência de jovens negras comunicadores que falem e produzam em linguagens e formatos próprios, sob suas perspectivas e experiências.

Naiara ressalta o caráter educacional de todos os seus projetos e programas. Afirma que, no Odara, todas as ações são voltadas para processos de formação de consciência crítica.

Então, por mais que eu vá trabalhar direito sexual, direito reprodutivo, eu tenho anteriormente a isso um processo de formação na linha da perspectiva racial, na perspectiva de gênero, na perspectiva do enfrentamento às violências, dos direitos humanos, então, a gente acredita que a formação, ela é a nossa grande tática de sensibilização de consciência, de pensamento crítico. E essa formação é centrada nos princípios que nos orientam e nos organizam. (NAIARA, entrevista 2019).

Além da sua atuação por meio de projetos, o Odara também se destaca enquanto articulador de redes feministas no Nordeste. Naiara aponta que fortalecer a existência de outros grupos de mulheres negras e coletivos na Bahia e no Nordeste foi também uma das primeiras estratégias adotada por Odara.

A nossa construção política, a nossa perspectiva, ela é direcionada ao fortalecimento da região e das organizações de mulheres negras. Então, nós aprovamos um primeiro projeto onde a gente incentivou e fomentou a criação da rede de mulheres negras do Nordeste. Daí pra cá hoje você tem a organização de mulheres negras em toda a região do nordeste. A partir dessa criação da rede, o Odara foi coordenador da rede durante dois mandatos depois saiu. A gente incentiva muito que as mulheres negras valorizem as experiências regionais, que a gente valorize o que a gente tem na região, não só do ponto de vista de dar visibilidade às militantes, mas também às estratégias. (NAIARA, entrevista 2019).

A rede de mulheres negras do Nordeste, mobilizada por Odara surge em 2012, como um espaço de organização política e fortalecimento coletivo de mulheres negras. É voltada ao combate ao racismo, sexismo e lesbofobia e se configura como um importante elo estratégico entre movimentos de mulheres negras na região, mobilizando ações e campanhas em conjunto. Uma dessas campanhas é o *Julho das Pretas*, iniciativa construída em 2013 pelo Odara para celebrar o dia 25 de Julho – Dia internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e caribenha – e que atualmente possui alcance em toda a região Nordeste e, também, a nível nacional. O julho das pretas se constitui como uma agenda coletiva que se inicia nas primeiras semanas de Julho e, por vezes, se estende até setembro. Além da Marcha do dia 25 de Julho, são produzidos eventos culturais, debates, rodas de conversas e outras atividades que dialoguem

com a temática do evento e se orientem pela perspectiva da defesa da vida da população negra, sobretudo, de mulheres negras.

Além das redes regionais, o Odara também integra redes soteropolitanas de bairros e regiões periféricas, como a rede Cabula Vive e a rede Campi, rede de articulações de movimentos sociais na região do Cabula e associações parceiras na Nova república e Nordeste de Amaralina. Em Salvador, o Odara se insere mais diretamente com organizações dos bairros Cabula, Uruguai e Nordeste de Amaralina. Também se articula junto a movimentos de jovens negras feministas por toda Bahia, a movimentos de lésbicas e a associações de terreiros de candomblé. Quando conversamos sobre as redes e parceiras que Odara estabelece e compõe, Naiara refletiu sobre a importância de construir relações e parcerias de modo a reivindicar discussões sobre as mulheres negras nos espaços políticos e movimentos negros.

A gente costuma dizer hoje que não dá mais pra você falar de movimento negro sem você ter a potência da experiência das mulheres negras. Nós estamos construindo o movimento negro, né? A verdade é essa, hoje você tem a prioridade das falas, o protagonismo, nos espaços políticos a gente tem cada vez mais chegando perto de espaços que outrora a gente não tinha ainda conseguido. A gente pode dizer que ao longo desse tempo nós conseguimos estruturar processos importantes, pensando no fortalecimento das mulheres negras. (NAIARA, entrevista 2019).

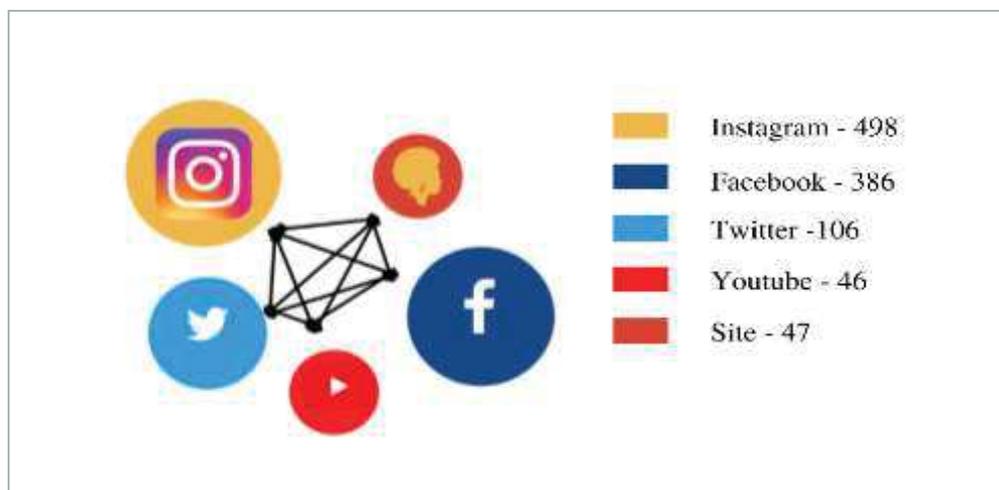
### **5.1.1 Ocupação de territórios digitais**

Como mencionei anteriormente, no capítulo de discursões epistêmicas e metodológicas, observei que a experiência da pandemia do Coronavírus impactou profundamente as estratégias, os modos de operar e as demandas dos grupos observados, o que conseqüentemente suscitou uma reformulação metodológica dos processos de coleta de dados da pesquisa. Uma primeira decisão foi a de ampliar os espaços de observação, a fim de perceber como os grupos observados se movimentavam no ambiente digital. Optei, portanto, por construir esquematizações que dessem a ver um mapeamento da ocupação digital dos movimentos. A ideia foi a de me deslocar entre *sites* e redes sociais oficiais dos grupos a fim de aprofundar a observação.

O Odara possui uma ocupação intensa em espaços digitais, fazendo-se presente em todas as redes sociais observadas e, também, em um *site* próprio onde disponibiliza boletins, e-books e notícias de sua própria produção. Na observação realizada, mapeei esses movimentos e contabilizei o número de postagens realizadas no período de junho de 2019 ao início de novembro de 2020, como demonstraremos na figura a seguir. O objetivo com este demonstrativo, para além de quantificar postagens, é ilustrar e mapear as movimentações do

grupo nas redes. A partir desse mapeamento, podemos ler a ocupação desses espaços como uma estratégia de ampliar a visibilidade dos conteúdos produzidos e compartilhados pelo grupo.

Figura 2: Ocupação digital: ambientes e no de postagens



Fonte: Elaborado pela autora.

Tal ocupação foi se dando de modo gradual ao longo do tempo. O perfil de Odara no Facebook foi criado em abril de 2012 e possui atualmente 13.225 seguidores.<sup>46</sup> Ingressaram no Twitter em 2017 e atualmente contam com 776 seguidores na plataforma. A primeira postagem no Instagram foi em maio de 2018, possuindo atualmente 949 publicações na rede (sendo 498 no período entre junho de 2019 até início de novembro de 2020) e 12,4 mil seguidores. Também em 2018 postaram o primeiro vídeo em seu canal do Youtube, que possui 250 inscritos.

O maior corpo de postagens se dá nas plataformas Instagram e Facebook, talvez pelas potencialidades *arquitetônicas* que permitem a publicação de textos mais longos (se comparados ao Twitter), vídeos, *lives*, imagens e álbuns de fotos. Tanto no Instagram quanto no Facebook e no Twitter não há uma periodicidade fixa e constante, podendo haver mais de uma postagem por dia (às vezes, até mais de 5 postagens no Instagram e no Facebook) e intervalos mais ou menos longos (mais longos no Twitter e mais compactos no Instagram e no Facebook). Observamos que as postagens se tornaram constantes no mês de março, julho e agosto, atravessadas por datas de luta e campanhas formuladas por Odara como o *Julho das Pretas* e *Sapatonize Agosto*. A partir dessas observações, podemos constatar que o volume de publicações se relaciona diretamente a questões contextuais, datas simbólicas e acontecimentos, acompanhando as temáticas que são envolvidas por esses atravessamentos contextuais.

<sup>46</sup> Os números referentes à quantidade de seguidores foram atualizados em junho de 2020.

Cada espaço digital ocupado possui características próprias que também moldam os usos e apropriações desses territórios. Um mesmo conteúdo pode ser disparado em todos os meios oficiais, adaptando-se a cada uma dessas redes. Assim, um texto mais longo, produzido no *site* do Odara, pode aparecer como uma chamada objetiva no Twitter, como Card com trechos do texto recortado no Instagram e como link, Card e recorte no Facebook.

Este foi o caso da crônica assinada por Alane Reis e publicada no dia 11 de novembro de 2020, na qual a autora realizava uma reflexão sobre as eleições municipais daquele dia. Por meio dos usos de *links*, *hiperlinks*, marcações e *hashtags*, o Odara constrói redes de conexão e visibilidade entre os espaços que ocupa, permitindo que possamos nos deslocar com facilidade de uma rede para outra. O conteúdo produzido no *site* encontra reverberação nas redes sociais, por meio de chamadas e também o de mecanismos de compartilhamento. Ao final de cada texto ou material produzido, encontramos *hiperlinks* em forma dos logos de redes sociais que, com um único clique, podem direcionar o nosso compartilhamento para o WhatsApp, o Facebook, o Twitter e o LinkedIn.

Esses são aspectos que me ajudam a compreender como o Odara demonstra domínio das plataformas em que se insere para produzir, visibilizar e compartilhar conteúdos. A forma como as postagens são construídas revelam um aproveitamento das especificidades de cada espaço. A técnica do compartilhamento, por exemplo, é melhor viabilizada no Facebook e no Twitter, apesar de aparecer também no Instagram (por meio do uso do aplicativo *Repost*), em uma frequência menor. Utilizando esses recursos disponíveis, o compartilhamento de conteúdos produzidos pela Mídia Negra ou por outros movimentos e coletivos é uma prática recorrente nas postagens do Odara.

Tal recurso é utilizado com propósitos múltiplos: publicizar atos e ações de parceiros como um convite; visibilizar textos da Mídia negra; amplificar a circulação de discussões e narrativas que não encontram espaço na mídia hegemônica e até mesmo utilizar conteúdos produzidos em outros perfis para reforçar posicionamentos do Odara, enfatizando o apoio ou legitimação àquela publicação ou ponto de vista. Quando o Odara compartilha conteúdos produzidos por autores externos, além de possibilitar aos seus seguidores o acesso a informações e narrativas diferentes das trazidas pela mídia hegemônica, ele cria espaços de visibilidade e amplia o alcance de vozes comprometidas com as lutas em que o Odara se engaja.

Para *erguer uma voz*, além de sua própria materialização (da voz em si), é preciso que ela seja escutada, que ela chegue a alguém. Sabemos que a própria arquitetura da internet, atravessada por suas lógicas algorítmicas, muitas vezes impõe restrições que impedem que a comunicação circule de forma mais livre e ampla. A ferramenta de compartilhamento pode,

assim, ser utilizada como um instrumento possível para tentar driblar ou minimizar as bolhas, potencializar a circulação e criar espaços de maior amplitude para vozes resistentes.

Saber utilizar os recursos disponíveis para criar condições favoráveis a uma comunicação mais democrática e libertadora demonstra ação comunicacional estratégica e conhecimento dos recursos digitais. Outro exemplo desta questão está na utilização de *hashtags* (#). Utilizar esses recursos cria *hiperlinks* que expandem o alcance das postagens, levando os seguidores a páginas onde se agrupam outras publicações que utilizaram a mesma mensagem em *Hashtag*. As *hashtags* são usadas no Odara tanto para ampliar a visibilidade da postagem, como para criar identificações temáticas (como é o caso de: #autotcuidado; #feminismonegro; #juventudenegraviva), símbolos de pertencimento a ações do próprio coletivo (como é o caso de: #Julhodaspretas; #minhamãenãodormeenquantoeunãochegar #Sapatonizaagosto; #10anosOdara;) a lutas, campanhas e movimentos (como é o caso de #blackslivemetter; #vidasnegrasimportam; #porumnordestelivre; #queromevernopoder; #euvotoemnegra; #bemviver). A maior parte das postagens do Odara utilizam esse recurso, tanto no Instagram, quanto no Facebook e no Twitter.

É comum que uma mesma postagem seja replicada ao mesmo tempo no Instagram e no Facebook. No entanto, cada uma dessas plataformas possui algumas especificidades. O Facebook, pela facilidade permitida pela plataforma, apresenta maior número de postagens compartilhadas de outras páginas, que não conseguem ser replicadas da mesma forma no Instagram, a não ser que se usem aplicativos específicos. Ambas as plataformas permitem a elaboração de chamadas de vídeo ao vivo, as *lives*, que são recursos utilizados com certa constância para a elaboração de eventos ou conversas mais pontuais. Por uma questão de organização das plataformas, as *lives* do Instagram não são republicadas no Facebook e vice-versa. No entanto, ambas são registradas nas próprias plataformas e algumas possuem publicações simultâneas no canal do Youtube do Odara.

Nesse sentido, o registrar se mostra uma prática relevante nas ações comunicativas do Odara, que se reflete não apenas nas publicações de registros fotográficos, audiovisuais ou escritos das ações presenciais (antes da Pandemia), como também por meio do registro salvo das ações digitais, como *lives* e encontros. As *lives* do Odara, apesar de serem realizadas *ao vivo*, são gravadas e ficam disponíveis para consultas posteriores, o que nos dá a ver que a relevância da construção de rastros e memórias para o coletivo. Arquivar, salvar, deixar registrado são estratégias que atravessam as postagens, temáticas e o modo de organizá-las e operá-las. Elas geram uma narrativa própria, valorizando os passos dados e criando repertórios que poderão ser úteis na posterioridade. Demarcam a história, a luta e os valores do Odara, de

forma que podemos ler essa prática como uma preocupação ancorada na valorização da ancestralidade, da memória viva, do que foi antes, e do que serão adiante. A memória é dimensão constituinte de condições favoráveis para o exercício de autor recuperação e de superação de silenciamento. Lembrar é também fortalecer e demarcar existência enquanto sujeitos, de fala, de pensamento e emoções.

Por suas especificidades como plataforma, o Twitter demanda estratégias diferentes das organizadas no Facebook e no Instagram, sendo que as postagens necessitam ser mais curtas, favorecendo comentários mais pontuais e, também, os compartilhamentos. Para desenvolver assuntos com maior aprofundamento, o Odara recorre às *Threads* ou fio, que são postagens conectadas em sequência, como se fossem costuradas umas às outras, o que ajuda a dar sequência a uma discussão sem precisar limitá-las aos 250 caracteres permitidos a cada postagem. É o caso da *Thread* de comemoração ao dia do Nordeste, em oito de outubro de 2020 e das *Threads* sobre os impactos da pandemia do Coronavírus na vida das mulheres negras, na vida da população carcerária e na população quilombola, em 26 de agosto de 2020.

Figura 3: *Threads* sobre os impactos da pandemia do Coronavírus



Fonte: perfil do Twitter Odara

Para além da ocupação de plataformas de redes sociais digitais, o Odara possui um *site* próprio no endereço <https://institutoodara.org.br>. O *site* possui uma interface funcional e bem planejada, que facilita o deslocamento de quem a visita. Em uma barra superior estão dez divisórias setorizando as informações por área de interesse: *início*; *quem somos*; *programas*; *covid-19*; *Julho das Pretas*; *Sapatonize Agosto*; *Espaço Griot*; *Rede de Mulheres negras*; *Notícias e Contato*.

Os principais elementos gráficos acompanham as cores do logo, sendo predominantemente vermelho escuro e amarelo. Navegando pelo *site* encontramos informações sobre a formação e composição atual do Odara, sobre seus parceiros e as redes que compõem, sobre os projetos que desenvolvem e os textos que publicam.

Uma das seções que vale destaque é o *Espaço Griot Ana Célia da Silva*, um acervo bibliográfico digital de intelectuais negras no qual o Odara disponibiliza textos e produz reflexões a partir deles. Até o final das observações, havia 3 publicações disponibilizadas, todas elas acompanhadas de um texto de autoria da equipe de Odara. Iremos nos aprofundar nesse quesito no tópico seguinte. No entanto, já é válido pontuar essa iniciativa como prática e estratégia de cidadania comunicativa ao disponibilizar textos acadêmicos e refletir sobre eles, contextualizando as temáticas e abordagens trabalhadas em cada um e conectando-as com o contexto atual. Isso feito de forma simples, operacional, fácil de ser encontrada por quem visita o *site*. Com essa breve descrição sobre os modos como Odara ocupa os territórios e espacialidades digitais, objetivo dar a ver formas como esse ocupar se conecta à prática de construir e reivindicar uma comunicação mais cidadã e libertadora. Ao fazer isso, enxergamos pistas para pensar como o Odara trabalha na manutenção e criação de condições favoráveis à produção de vozes libertadoras.

### **5.1.2 Temáticas abordadas**

Levando em conta as observações no período da pesquisa sistemática (de junho de 2019 até o início de novembro de 2020), percebemos que há uma diversidade temática que permeia as postagens do Odara. Na maioria das vezes, essas temáticas dialogam entre si, se atravessam e se interseccionam. Uma mesma postagem pode abordar ou criar referências a até mesmo duas ou três temáticas.

Para fins didáticos, construí uma tabela demonstrativa na qual considero uma temática principal para cada postagem, ressaltando que não deixarei de atentar nas análises para a multiplicidade e multidimensionalidade que constituem as postagens. Tal tabela nos ajuda a perceber que as temáticas deixam ver elementos da identidade do grupo e de suas principais lutas e demandas. Também, as dimensões que são caras à luta das mulheres do Odara.

Tabela 10: Temáticas da ocupação comunicacional do digital de Odara e número de postagens

Temática	Instagram		Facebook		Twitter		Site		Youtube		Total
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	
Pandemia do Coronavírus		71	-	48	-	13	-	7	-	21	160
Educação e formação política	24	33	26	24	-	7	4	3	5	1	127
Construção do Julho das Pretas	34	13	50	6	-	-	6	5	-	-	114
Necropolíticas e genocídio negro	7	20	4	12	4	32	2	3	-	-	84
Reuniões, marchas e atos	35	9	23	4	-	-	-	-	-	-	71
Eleições	8	23	6	15	-	7	-	3	-	-	62
Atividades culturais	20	9	23	7	1	1	-	-	-	-	61
Homenagens	7	21	6	14	-	1	-	-	2	1	52
10 anos Odara	-	21	-	16	-	-	-	-	-	9	46
Democracia e sistema político	3	7	9	6	4	8	2	-	-	-	39
Comunicação e disputa de narrativas	3	11	9	8	-	2	2	1	-	1	36
Feminismo negro	6	17	-	-	-	8	-	1	-	1	33
Violência contra as mulheres	10	5	7	4	-	-	-	1	-	1	28
Pautas LGBTQIA+	6	12	1	2	-	-	1	-	-	-	22
Ancestralidade, memória e consciência negra	3	11	5	-	-	1	1	-	-	-	21
Saúde e bem estar	4	5	2	3	-	-	-	1	-	-	15
Meio ambiente e racismo ambientais	3	2	4	1	-	2	-	-	-	-	12
Violências de estado e sistema prisional	1	2	1	-	-	6	1	-	-	-	11
Religiosidade	3	2	2	2	-	-	-	-	-	1	10
Respiros	2	3	2	3	-	-	-	-	-	-	10
Autocuidado	5	1	3	1	-	-	-	-	-	-	10
Maternidade e mães negras	-	5	-	2	-	2	-	-	-	-	9
Direito das trabalhadoras domésticas	-	3	-	-	-	3	-	1	-	-	7
Nordeste	-	1	-	-	-	3	-	-	-	3	7
Março de lutas	-	2	-	1	-	-	1	1	-	-	5
Juventude negra	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	3
Mulheres e lutas indígenas	1		1		-	-	-	-	-	-	2
Ataques cibernéticos	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Masculinidades	1		1	-	-	-	-	-	-	-	2
Branquitude	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>311</b>	<b>195</b>	<b>191</b>	<b>10</b>	<b>96</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>39</b>	<b>1083</b>

Fonte: Observação dos ambientes digitais do Odara.

Em suas redes, o Odara se define como uma “organização negra e feminista, centrada no legado africano, voltada para o fortalecimento de mulheres negras” (PERFIL DO INSTAGRAM E DO TWITTER), e como “organização negra feminista que visa superar a desigualdade racial e de gênero (PERFIL DO FACEBOOK). Essa autodefinição encontra lugar nas discussões levantadas e temáticas abordadas em suas postagens, evidenciando um posicionamento interseccional a partir do feminismo negro.

As postagens do Odara não se limitam a temáticas tradicionalmente vinculadas ao feminino (e ao feminismo mais tradicional). De fato, ampliam seu leque, traçando um panorama

mais complexo sobre questões que atravessam a vivência das mulheres negras soteropolitanas, baianas e nordestinas em geral. Abordam os entrecruzamentos entre raça, gênero, sexualidade e classe.

Na tabela 10, podemos ver que as necropolíticas, o genocídio da juventude negra e as pautas LGBTQI+ ganham algum destaque, assim como questões referentes a mulheres indígenas, questões trabalhistas (como a questão do serviço doméstico) e até mesmo masculinidades também são contempladas. Para além das temáticas mais evidentes, a interseccionalidade também é trabalhada na forma como outros assuntos são abordados como, no caso das eleições e das postagens referentes aos impactos da Pandemia na população negra e na população periférica, como veremos mais profundamente adiante.

Em confluência com sua autodefinição, partindo de bases ancoradas no feminismo negro e em cosmovisões africanas, as postagens de Odara, durante o período observado, costumam reivindicar o bem viver, uma vida digna, uma vida boa de ser vivida em consonância com o lema defendido na marcha das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília, em 2015. Lutam, assim, contra a precariedade que as estruturas sociais hegemônicas impõem a uma parcela da sociedade, em especial às mulheres negras. O *bem viver* é definido em um texto publicado em 7 de julho de 2020, no *site* Odara como um projeto político, como uma “utopia de desmonte desta sociedade para a construção de uma nova em que os seres humanos vivam em igualdade, e que se acabem as violências estruturais decorrentes dos processos de colonização” (ODARA, *site*, 07/07/20).

Apesar desta categoria *Bem viver* não estar demarcada enquanto temática em nossa tabela, ela perpassa múltiplas publicações como um fio condutor, seja por meio discursivo, narrativo ou até mesmo por recursos, como as *Hashtags*, como vimos anteriormente. O *Bem viver* se estrutura em lógicas de defesa das vidas precarizadas e de uma vida digna. “Queremos dignidade e felicidade para todas nós, por isso acreditamos na importância das políticas sociais” (ODARA, *site*, 07/07/2020). Quando o Odara reivindica felicidade, está acionando uma dimensão sensível da humanização das sujeitas, a potência do sentir, do emocional vinculado à luta e às políticas públicas.

A presença das emoções no diálogo, a valorização dos afetos e do afetar-se é também elemento constituinte da ética do cuidar, defendida por Hill Collins (2019). A partir da autora supracitada, entendo que valorizar e reconhecer o sentir pode ajudar a provocar rupturas nos binarismos coloniais entre emoção e intelecto. A emoção nos conecta à nossa potência de afetação e pode nos mover. A expressividade emocional pode, assim, ser uma dimensão estratégica de luta e de fortalecimento dos sujeitos.

Como pude ver em minhas observações – o que também se sobressai na tabela anterior – grande parte do volume de publicações de Odara, em 2019, antes da Pandemia, são referentes aos registros e chamada de encontros, atos, marchas e atividades culturais. Vale pontuar algumas questões acerca dessas postagens. A primeira questão se refere ao reforço da ideia do registro enquanto instrumento de formação de memória. A maioria das ações divulgadas organizadas pelo Odara são também registradas, posteriormente à divulgação, em álbuns de fotografia ou vídeos curtos. Podemos pensar nesses registros para além da demarcação da memória, também, como reivindicação da experiência vivida enquanto critério de significado, aos moldes de Hill Collins (2019). Esses registros deixam ver espaços, pessoas e ações organizadas e experienciadas pelo grupo, demarcando as experiências enquanto lugar simbólico de construção de referências para leituras críticas, argumentações de luta. As ações registradas delineiam a identidade do Grupo, suas reivindicações e deixam ver também critérios de credibilidade baseados na experiência vivenciada. Ajudam a compor uma parcial percepção da voz do grupo, dos lugares que ocupa, dos personagens, das lutas, das narrativas e com quem dialogam.

Podemos mencionar, também, questões referentes às chamadas para os eventos (que aumentam progressivamente durante campanhas como o caso Julho das Pretas). As chamadas não se restringem aos eventos e atos organizados pelo Odara, caracterizando-se, muitas vezes, na lógica do compartilhamento, do dar visibilidade e acesso a eventos de parceiros que sejam compatíveis às demandas, reivindicações e, ou visões construídas pelo grupo. Geralmente elas são realizadas por cards –peças artísticas de divulgação e *marketing* –ou vídeos curtos. Em ambos os formatos, é recorrente a estratégia de dar espaço para a apresentação e divulgação de pessoas envolvidas, líderes de movimentos, palestrantes e, ou artistas. Essa prática atua tanto relacionada à criação de espaços de circulação de vozes, como age a fim de dar personalização aos atos e lutas, dar um rosto, uma história, um relato, mostrar alguém passível de criar conexões.

Neste sentido, um dos exemplos são as divulgações do julho das Pretas, nas quais uma série de vídeos curtos mostram militantes, artistas regionais e crianças falando sobre o evento ou realizando chamadas em coral. Essas práticas podem ser formas sutis de demonstrar certo cuidado em acionar dimensões do sensível, do reconhecimento e da memória no modo de comunicar do grupo. Ainda buscando pensar como o *sensível* atravessa as publicações, observamos que a dimensão do cuidado pode se materializar de diversas maneiras nas ações comunicativas do grupo Odara, tanto na forma quanto no contexto e no conteúdo.

Uma das formas possíveis de existência do cuidado, o *autocuidado*, aparece nas postagens de Odara enquanto temática, sendo reivindicado como ferramenta de fortalecimento dos sujeitos. O cuidado de si, trabalhado pelo grupo, vai além da dimensão estética e aparece também na reivindicação de espaços de lazer, de possibilidades de trocas e afetividades, conectados ao amor próprio. A dança, a música, a diversão, e a prática de atividades físicas são incluídas no cuidar de si. Um dos exemplos é a postagem do Facebook (do dia sete de julho de 2019), que reivindica a categoria autocuidado em uma chamada para aulas de dança e Ioga, ampliando o cuidado de si para a dimensão do corpo em sua potência de criação e movimento.

Podemos ver como outro exemplo da reivindicação de autocuidado (reforçado pelo uso da hashtags #autocuidado) nas postagens no Instagram de registro da realização da Feijoada no Congo – Espaço de autocuidado para mulheres e meninas, localizado no Auto de Coutos, subúrbio ferroviário de Salvador – publicadas em dois de junho de 2019. Nas postagens, o Odara afirma que a ação de reencontro, lazer e música nesse espaço foi permeada de troca, vivências de amor, resistência e ancestralidade. As postagens se dividem entre registros fotográficos e audiovisuais, que dão a ver momentos de troca, de conversas, de lazer, de produção de arte (grafites em muros) e até mesmo de homenagens, como as realizadas ao professor Kabengele Muanga<sup>47</sup> que estava presente no evento. As postagens estavam engajadas na luta pela manutenção do espaço Congo de autocuidado.

As vivências de amor são reivindicadas também, como formas de cura e cuidado na legenda de um vídeo repostado em onze de janeiro de 2020. “As mulheres se curam e se libertam com amor”. O vídeo é um dos exemplos de *respiro* que Odara abarca em suas publicações, algo leve, curto e divertido. Nele, acompanhamos uma jovem de vibrantes tranças azuis maquiar, pentear e realizar um turbante em sua vó, uma senhora com Alzheimer (o que é ressaltado na legenda). Em ambas as publicações, podemos conectar as emoções como dimensão do cuidado, e do autocuidado, mas também a reivindicação de amor ao amor como refletido por Bell Hooks (2020). O Amor como ação e posicionamento político, como “vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa (Hooks, 2020, e-book). Vale salientar que o espiritual colocado neste caso por Hooks não se conecta necessariamente a nenhuma religiosidade específica, mas ao desenvolvimento emocional e potência vital de cada sujeito.

---

<sup>47</sup> Kabengele Munanga é um antropólogo e professor brasileiro congolês, e uma das principais referências acadêmicas atuantes na discussão de racismo no Brasil. Doutor em antropologia pela Universidade de São Paulo e premiado pela Ordem do Mérito Cultural em 2002

Quanto às temáticas, é possível perceber que algumas são mais constantes e outras mais urgentemente atravessadas por acontecimentos e fatos. Uma das que se destacam, no primeiro grupo nas postagens – e nas ações de Odara – é a educação, a formação política e o desenvolvimento de senso crítico. Essa dimensão emerge nas publicações em diferentes formatos, desde chamadas e registros de ações e rodas de conversa em escolas, palestras e debates até a criação de selos educacionais, cursos e, mais recentemente a Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento. Percebemos que a reflexão acadêmica acerca das relações de poder, gênero, raça e sexualidade é defendida enquanto fundamental para o fortalecimento das lutas e para a construção de estratégias de resistência. Ocupar os espaços acadêmicos formais de produção de ciência é largamente defendido, assim como criar territórios de construção de saberes para além das formalidades da academia.

Ambos os espaços de saber e epistemologias são validados e valorizados nas postagens de Odara. Em um texto publicado no *site*, no dia 04 de junho de 2019, por exemplo, Odara divulga e convida seus leitores para o evento “Quem tem voz no Brasil?” no PAF 1 da Universidade federal da Bahia (UFBA), promovido pela embaixadora da Região Nordeste da Brazil Conference 2019. O texto traz informações sobre o evento e breve apresentação de cada uma das palestrantes envolvidas. Outro exemplo, nesse sentido, se dá nas postagens de divulgação da aula inaugural da Escola decolonial Transacional de Feminismo Negro, promovida pela Universidade Federal do Recôncavo baiano (UFRB). Além de divulgada a aula inaugural, ministrada pela professora Conceição Evaristo<sup>48</sup>, foi transmitida ao vivo pelo Facebook do Odara, no dia 29 de julho de 2019. A qualidade do vídeo é amadora, aparentemente gravado por aparelho celular, à mão livre, com imagem tremida e vazamento de áudio das ouvintes. No entanto, a voz das palestrantes é distintamente escutada, a imagem nos dá um bom ângulo da mesa principal da palestra e o vídeo consegue registrar quase todo o evento, durando cerca de duas horas.

Ao visibilizar e convidar seus leitores e seguidores das redes sociais para eventos educativos, ou registrar fotograficamente esses eventos, o Odara colabora para que as informações sobre eles circulem de forma mais ampla, e conseqüentemente, atinjam mais pessoas. As postagens também sinalizam a importância que a dimensão educacional possui nos projetos de sociedade desenvolvidos pelo grupo. Afinal, a possibilidade de uma educação libertadora também é parte da utopia do *Bem viver* defendida por Odara. Ao transmitir ao vivo

---

48 Conceição Evaristo é uma importante escritora e intelectual brasileira, ganhadora do Prêmio Jabuti de literatura em 2015, entre outros.

debates e aulas inaugurais, o Odara reforça essa mensagem e democratiza o acesso a debates de grande valor crítico.

Outros exemplos de construções e estratégias de Odara no sentido de promover condições de desenvolvimento de senso crítico e democratização da educação são o *Selo Valdecir Nascimento*, o espaço *Griot Ana Célia da Silva* e a *Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento*, todas divulgadas em postagens e textos publicados pelo Odara em seu *site* e nas redes sociais digitais.

Durante a aula inaugural da *Escola decolonial Transacional de Feminismo Negro*, o Odara lançou o *Selo Valdecir Nascimento*.<sup>49</sup> Em seu *site*, no dia 15 de agosto daquele ano, foi publicado um texto sobre a iniciativa. O selo *Valdecir Nascimento: Por uma Episteme Negra e Feminista* foi criado com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica, sociedades e financiadores de pesquisa, representando o reconhecimento de trabalhos realizados por pesquisadores independentes, comunidades acadêmicas e empresas que possuam a equidade, diversidade e agendamento epistêmico como fundantes da produção científica, no sentido de promover saberes engajados com projetos de igualdade de gênero, raça e sexo. De acordo com o texto:

Ao obter esse Selo, esses solicitantes estarão assumindo o compromisso de desenvolver ações de enfrentamento e combate ao epistemicídio tanto na forma em que essas questões são tratadas em seus trabalhos de pesquisas e publicações –no caso de pesquisadores/as -, de fazer um censo étnico-racial, de gênero e sexo, assim como desenvolver, promover e fomentar ações de enfrentamento ao racismo no âmbito da organização, apresentando propostas que serão analisadas por um Comitê Gestor formado para este fim, composto de organizações representativas da sociedade civil organizada e academia e empresas (ODARA, *site*, 15/08/2019).

Em minha leitura, a criação do selo revela uma postura crítica e teórica de Odara ao engajar-se no reconhecimento de pesquisas que promovam saberes conectados aos valores de igualdade e resistência defendidos pelo grupo. Ao fazer isso, o Odara demarca a necessidade política de desenvolver mecanismos de equidade e diversidade na produção de pesquisas e análises científicas. Reforça, portanto, a educação como uma de suas frentes de luta em prol do bem viver, de modo ancorado a perspectivas do feminismo negro e a cosmovisões afrocentradas.

O espaço *Griot Ana Célia da Silva* também se destaca como ação de democratização da ciência. O espaço se configura como um acervo, agora também virtual, de compartilhamento de textos, sobretudo acadêmicos, que reflexionem sobre as experiências, vivências e

---

<sup>49</sup> Valdecir Nascimento é historiadora e mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É coordenadora executiva do Instituto Odara

atravessamentos da população negra, e em especial das mulheres negras. Nas publicações de divulgação do projeto, o Odara reforça o objetivo de “investir em formação política intelectual negra e feminista” (ODARA, publicação do dia 14 de outubro de 2019). O lançamento do Espaço Griot digital foi realizado no dia 17 de outubro de 2019, no Pelourinho, em uma mesa com a presença da professora Ana Célia Silva.<sup>50</sup> As chamadas foram postadas nas redes sociais, assim como o registro fotográfico do evento. Além de disponibilizar arquivos de texto, o acervo oferece comentários próprios do Odara analisando questões abordadas em cada publicação, apresentando seus autores e, por vezes, conectando o tema abordado ao contexto atual. Durante a pesquisa empírica, todos os textos disponibilizados são publicações assinadas por mulheres negras e que tensionam as relações de gênero e raça.

É o caso do texto acerca da categoria *Amefricanidade*, desenvolvida por Lélia Gonzales. Trechos do comentário foram publicados como postagem do Instagram e Facebook, no dia 10 de setembro de 2019, acompanhando de *print* da publicação no *site*. Em um dos trechos trazidos, o Odara trabalha a categoria cunhada por Lélia Gonzales para refletir sobre as possibilidades de repensar modelos políticos do Brasil e América Latina.

Sabemos que sob a égide desse sistema político o país foi forjado na escravidão do povo negro e do povo indígena, que nós americanos/as vivemos processos sistemáticos de exclusão justificado por esse ideal de humanidade, igualdade e liberdade. Com isso, muitas têm sido as teses que, seguindo abordagens e experiências desse continente, tentam abrir caminhos e perspectivas favoráveis para os Americanos/as que, assim, como os que nos antecederam, marcaram fortemente a nossa presença nas Américas. (ODARA, Instagram, dia 10 de setembro de 2019)

Em entrevista, Naiara (2019) compartilhou que a ideia do acervo é fruto do programa de Pesquisa e Intercâmbio do Odara e que possui como objetivo não apenas a publicação de produções acadêmicas e artigos de comunistas e feministas negras, mas também a construção de *espaços de escrivência*, no qual as mulheres negras (acadêmicas ou não, militantes ou não) se sintam à vontade para escrever e publicar suas reflexões e experiências, seja em textos acadêmicos, jornalísticos ou literários. “É um espaço para possibilitar e concentrar a memória da produção de mulheres negras” (NAIARA, entrevista, 2019).

Em 31 de agosto de 2020, Odara lançou em seu *site* e nas redes sociais digitais chamadas para a Escola de ativismo e formação política para mulheres negras *Beatriz Nascimento*<sup>51</sup>. A

<sup>50</sup> Ana Célia da Silva é uma professora, escritora e intelectual brasileira. Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia, foi professora na escola de educação da mesma universidade na graduação e pós-graduação até sua aposentadoria em 2010.

<sup>51</sup> Beatriz Nascimento foi uma escritora, intelectual, professora e ativista dos direitos humanos de negros e mulheres, nordestina e brasileira. Formou-se em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi vítima de feminicídio em 1995, aos 52 anos.

escola é uma iniciativa que visa promover espaços de formação, trocas e articulações a fim de qualificar as discussões e estratégias políticas de mulheres negras por todo o Brasil fortalecendo, também, outros grupos, institutos e coletivos feministas. A primeira turma foi realizada completamente *online*. Ao todo foram 70 vagas de um curso com carga horária de 50 horas teóricas e 30 horas de apresentação de projetos. O curso é voltado para mulheres negras *cis e trans*.

No texto publicado no *site* naquele mesmo dia, o Odara afirma que o curso trabalha em seu cronograma as seguintes temáticas: trajetória política das mulheres negras; conceitos de racismo; identidade; gênero; direitos humanos; racismo estrutural; necropolítica; interseccionalidade e amefricanidade; o lugar das mulheres negras na sociedade brasileira; feminismos negros; direitos sexuais; direitos reprodutivos; justiça racial; segurança; autocuidado e bem viver; história do movimento de mulheres negras no Brasil; organização política das LBTs<sup>52</sup> negras, incidência política; democracia plurirracial e participação política; comunicação; imaginários e intervenção política.

O currículo extenso dialoga com as pautas de luta já trabalhadas pelo Odara em suas ações e postagens. Ele nos permite perceber que há uma grande preocupação em incluir diversas dimensionalidades que atravessam as experiências e vivências das mulheres negras no país, incluindo também, uma profundidade multidimensional nas lutas do grupo. A educação, o estudo das temáticas e o diálogo propositivo são dimensões fundantes do modo de luta exercido pelo Odara.

Podemos entender que educação é vista pelo Odara como ferramenta de luta, de construção de estratégias e organização política. Voltando-se para as teorias e reflexões acerca das relações de gênero, raça e sexualidade, o Odara age no intuito de compreender o seu entorno e propor novos e próprios modelos e projetos de sociedade. Em minha concepção, esse movimento se conecta ao cuidado da voz enquanto ação de construção e manutenção das condições necessárias para a autorrecuperação, a autodefinição e para fortalecimento do senso crítico necessário para se erguer apesar dos silenciamentos e opressões. A educação comprometida com a mudança, com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária faz emergir possibilidades de agencia e resistência. O saber, conhecer enquanto potencial de mudança, transforma os sujeitos, fortalece elos, possibilita também o autoconhecimento, a auto percepção da própria voz.

---

<sup>52</sup> Sigla para denominar as mulheres inseridas na categoria LGBTQIA+, sendo lésbicas, bissexuais, travestis e transgênero.

Figura 4: Divulgação da Escola Beatriz Nascimento



Fonte: Perfil do Instagram Odara

Essa perspectiva é fortalecida quando observamos alguns detalhes, como a valorização de mulheres negras acadêmicas no processo educativo. Trazer perspectivas do feminismo negro para pensar a sociedade em que vivemos é de significativa potência para a valorização de suas epistemologias. Mas homenagear a identidade dessas mulheres, o que há de pessoal e individual nelas, é também valorizar as individualidades na construção do comum, fazer ecoar a voz dessas mulheres, de forma atenta a seus contextos e sensibilidades. Valorizar as identidades é um dos componentes de uma ética do cuidar que se fundamenta em cosmovisões africanas, como a defendida por Hill Collins (2020). É sensível que as três ações educacionais aqui mencionadas possuam nomes de mulheres negras brasileiras, duas delas vivas e atuantes. Aqui também há um aspecto de valorização da ancestralidade, da capacidade de construção histórica do comum, da memória enquanto componente do pensar, agir e sentir em conjunto. O que é reforçado pelo uso da palavra *Griot*, de origem africana, que representa aqueles que ensinam e contam histórias.

A educação enquanto possibilitadora de condições para o *erguer a voz* também pode ser percebida na ação do curso *Sòró*, realizado em 2020. Inicialmente planejado como um curso presencial, foi divulgado em 5 de março daquele ano. No entanto, só se efetivou no segundo semestre, de forma remota, após uma série de adaptações. Na postagem de divulgação do curso ofertado por Odara, percebemos uma intersecção entre as temáticas educação e comunicação. O curso *Sòró – Mulheres negras*, disputando narrativas e fortalecendo a comunicação, foi

destinado a militantes negras que atuem na comunicação de seus movimentos. A ideia era produzir um espaço de troca e conhecimento, apresentando conteúdos práticos e teóricos a fim de qualificar organização e comunicação social de grupos e coletivos de mulheres negras. A legenda do *card* de divulgação do curso, publicado em 5 de março no Instagram, defende a comunicação como instrumento de luta e ressalta a necessidade de construir imaginários e narrativas comprometidos com o combate ao racismo, sexismo e LGBTfobia. Essa iniciativa do Odara se deu com o apoio da Ong FASE.

Na publicação de 18 de junho de 2020, no *site* Odara, o grupo apresenta as temáticas abordadas: direitos humanos; racismo, sexismo e violências estruturais; reconstrução de imaginários pelo combate ao racismo e ao sexismo; segurança e autocuidado nas redes; histórico de mídia e imprensa negra e feminista no Brasil; produção de textos e conteúdos criativos; *designer* gráfico básico; fotografia básica e gestão de redes. Ao final, também comenta sobre as reformulações necessárias em períodos de pandemia.

O Sòró foi pensando para ser presencial, mas o contexto da pandemia mundial do Covid-19 mudou os planos e o projeto será todo desenvolvido a partir de plataformas virtuais. “Fizemos muitas reflexões e análises para criar uma metodologia que possa garantir o resultado que esperamos, apostando na utilização de materiais com diversas linguagens e na interação e conexão entre os temas que serão trabalhados. Estabelecemos uma dinâmica de acolhimento e a interação. Teremos salas para trabalhar em grupos, com intervenções que tragam experiências reais a partir dos temas. Ou seja, estamos construindo uma proposta de sala de formação que nos permita não perder nada dos aprendizados e das trocas”, afirma Naiara. (ODARA, site, 18/06/2020).

Ao enxergar a mídia como território de disputa de narrativas, o Odara reconhece a comunicação como dimensão de luta, de proposição de imaginários e reivindica suas próprias construções de imagem. De modo vinculado a esse entendimento, o Odara busca propor e colaborar com a proposição de narrativas que não encontram espaço na mídia hegemônica, seja por ações propositivas como o curso citado acima ou pelo compartilhamento de produções da mídia Negra. Também compartilha notícias e textos de mídias hegemônicas pontualmente, quando elas se referem a ações do próprio grupo. No entanto, quando esse é o caso, o compartilhamento não é direto, gerando *link* ou direcionamento para a publicação original, mas é feito por meio de fotografias da matéria compartilhada. Geralmente aparece sem *link* ou, em alguns casos, apenas com uma menção ao meio de comunicação.

Além de fortalecer as comunicações libertadoras, o Odara busca tensionar as narrativas hegemônicas e produzir olhares críticos ao modo como a mídia representa os movimentos sociais, os feminismos, as mulheres negras e as relações de poder, gênero e raça. Uma das

formas que encontram para realizar esse movimento é a publicação de monitoramento de mídia, iniciativa do Programa de Comunicação do Odara.

Figura 5: Boletim de monitoramento de mídia



Fonte: Site Odara

Outras temáticas que se destacam recorrentemente na produção de conteúdo do Odara são as referentes às violências as quais as populações mais precarizadas são submetidas, às lutas contra as necropolíticas e o genocídio do povo negro e contra as violências contra as mulheres. O tema é trabalhado a partir de variadas abordagens. Em várias postagens, o Odara traz o assunto para discussão de forma didática, com a apresentação de dados, refletindo sobre os modos como operam o racismo estrutural e as necropolíticas e as relações de opressão de gênero. Em outras publicações, as temáticas ganham rosto, nome, história e são tratadas de forma mais sensível. E há ainda narrativas que fazem confluír esses aspectos simultaneamente. Ao trabalhar as temáticas de violência, as postagens do Odara denunciam o modo como, no Brasil, a população negra é a que é mais violentada, assassinada, a mais precarizada e silenciada. E como há mecanismos sociais e midiáticos que operam a construção e manutenção da violência contra corpos negros.

Figura 6: Postagem pelo dia internacional dos direitos humanos



Fonte: Instagram Odara, 10 de dezembro de 2019

Em 23 de dezembro de 2019, o Odara postou em suas redes sociais chamadas para um texto publicado em seu *site*. Intitulado “Somos herdeir@s da resistência, da resiliência e do esperar”, o texto faz uma leitura crítica acerca dos acontecimentos de 2019. É ao mesmo tempo um texto de fim de ano e uma análise de conjuntura. Apesar de trazer uma mensagem de resiliência e esperança, em busca do *bem viver*, o texto também expõe dados sobre a mortalidade e o encarceramento de pessoas negras no país e reflexões sobre como o racismo molda a realidade do país. Os dados, no entanto, são expostos juntamente com uma listagem de nomes de jovens que foram assassinados pelo Estado, pela violência policial e por aqueles que reforçam o racismo que estrutura nossas relações de poder.

O que pode parecer apenas números para quem não se sensibiliza com o sangue negro derramado, para nós, essas mortes têm nomes e sobrenomes de crianças, adolescentes e jovens, como Jenifer Gomes (11), Kauan Peixoto (12), Kauã Rosário (11), Kauê dos Santos (12), Agatha Felix (8), Pedro Gonzaga (19), os irmãos Leticia (9) e Cristiano (6) Ferreira, Lauane Cristina (7), Luis Marcio Menezes (8); engrossam as fileiras das mortes prematuras os meninos de Paraisópolis: Gustavo Xavier (14), Denis Franco (16), Marcos dos Santos (16), Denis da Silva (16), Luara Oliveira (18), Gabriel de Moraes (20), Eduardo da Silva (21), Bruno dos Santos (22), Mateus Costa (23). Os 82 tiros disparados pelo exército contra o carro da família do músico Edvaldo Rosa, único atingido e morto na mesma hora. (ODARA, *site*, 23/12/2019)

Ao trazer nomes, fotos (na postagem anterior) e idades dos jovens negros que perderam a vida assassinados, o Odara humaniza e concretiza os dados, reivindicando o direito à vida, e

à vida digna da juventude negra. Brada que os números contam histórias de jovens que tiveram suas vidas ceifadas antes mesmo de poder viver a vida adulta. As histórias têm corpo, vivências e dores que não encontram espaço nas narrativas tradicionais. Sensibilizar e afetar são estratégias vinculadas ao humanizar, ao esforço pelo reconhecimento da humanidade dos sujeitos. Nesse sentido, ao final deste mesmo texto, Odara defende que as contra narrativas que atuam no combate à banalização das mortes negras e periféricas são instrumento de luta e de transformação social.

A temática da violência contra a juventude negra também é, constantemente, abordada por outro ângulo, enfocando as vivências dores e experiências das mães periféricas de jovens negros. Nesse sentido, o Artigo “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar, em famílias negras, é mais que um verso”, assinado por Benilda Brito, coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Odara e publicado em 10 de maio de 2020 (na data comemorativa do dia das mães), no *site* Odara (com chamada no Instagram) é potencialmente ilustrativo.

O texto inicia com parte de um depoimento de uma mãe do Projeto *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*, durante uma oficina na periferia de Salvador.

(...) Coloquei meu filho de 14 anos no curso de flauta, aqui perto da comunidade, são três vezes na semana. Tenho que levá-lo pessoalmente todas as vezes, e vou carregando a flauta dele para que a Polícia não pense que ele está carregando uma arma e comece a atirar nele, pensando que ele é um “ladrão” (como Eles dizem), por se tratar de um jovem negro. Se forem atirar, que atirem em mim (...) (ODARA, *site*, 10 de maio)

A partir do destaque desse depoimento, o texto recupera trechos da letra do samba *Minha mãe dorme enquanto eu não chegar*, de Adoniran Barbosa, utilizando a arte pra tensionar a realidade, e refletir sobre como o racismo estrutural atravessa as experiências, as subjetividades e a sensibilidade dos sujeitos, sua dimensão emocional. Pontuando como o racismo estrutural e as necropolíticas atravessam as vivências de mães e jovens negros, manifestando-se de múltiplas formas, desde a materialidade da cidade e seus transportes públicos que não possuem um planejamento urbano que considere as demandas e necessidades da juventude negra e periférica ao impacto psicológico de estar mais vulnerável às violências do Estado. O texto também aborda estratégias de sobrevivência frente a esse cenário e as possibilidades de agência dos movimentos sociais ao pontuar o projeto *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*, do Odara.

O Bem Viver para nós só faz sentido se for partilhado e garantido para todo mundo. Nosso cuidado é Plural. Era e ainda é assim nos quilombos, nos Terreiros, nas Favelas e Periferias, onde o povo negro domina e escancara o tamanho da desigualdade e violência racial a qual somos submetidos. (BRITO, em ODARA, *site*, 10 de maio).

Figura 7: Artigo sobre como o racismo estrutural atravessa a maternidade negra



Fonte: Instagram Odara

Em um segundo momento do texto, no qual Benilda Brito descreve as ações do projeto, o texto nos deixa ver como a ética do cuidar se materializa nas ações de Odara. O projeto busca oferecer apoio às mães que buscam estratégias de sobrevivência após o assassinato de seus filhos. Em uma das comunidades em que se insere, a estratégia adotada foi a de construir cursos de profissionalização atrelados a rodas de conversas e debates, nas quais as mulheres são incentivadas a partilhar suas dores, dialogarem e buscar conforto coletivo. Nesses cursos, como nos revela o texto, cada mulher ensina às outras uma habilidade: cozinha, confeitaria, artesanato, cuidados estéticos, o que constrói uma rede de apoio e aprendizados práticos e estratégicos.

Em outra comunidade, a estratégia se deu a partir da arte, da música como mobilizadora do cuidado, do diálogo e da partilha. Benilda Brito nos conta, a partir do seu texto, sobre a construção de um coral que canta e denuncia a sua dor, por meio de canções. São as mulheres envolvidas no projeto que selecionam o repertório e debatem a letra, suas significações e como as músicas dizem dos contextos que essas mulheres pretendem visibilizar e refletir. Percebemos que as ações referidas no texto muitas vezes são registradas em fotografias e vídeos nas páginas de Odara nas redes sociais digitais.

Quando o Odara adapta suas ações à cada contexto, nos deixa ver outra dimensão do *cuidado com a voz, a escuta qualificada*. Para que vozes se ergam é necessário simultaneamente

que elas sejam escutadas. Fazer uma voz ser escutada exige ampliar sua visibilidade, exercer de alguma forma poder sobre sua circulação, mas também encontrar espaços de escuta real. De diálogo. Promover a abertura ao Outro. É necessária escuta para construir estratégias de cuidado com a voz.

Por fim, o texto ressalta que as mães não esperam que a justiça seja feita e que possuem plena consciência de que o Estado se torna conivente destes assassinatos e do genocídio à juventude negra, mas que mesmo assim, se recusam a se calar. Entre aspas, sem demarcar um autor específico, falando assim em nome do coletivo de mães, o texto traz a seguinte declaração “Nossos mortos têm voz”, ao que Benilda Brito completa “seja pela corporeidade, oralidade, memória e religiosidade” (BRITO, em ODARA, 10/05/2020).

Percebemos, assim, a ética do cuidado (HILL COLLINS, 2019) materializada em ações e narrativas. Ela se faz presente em suas três dimensões: a valorização da individualidade, a empatia e a presença das emoções no diálogo. Ao promover espaços seguros onde mulheres possam compartilhar sua dor, buscar apoio, auxílio, aprender e se expressar, Odara materializa o cuidado com os sujeitos, com suas dores, suas demandas e lutas, mas também com a sua voz. O cuidado com a expressão dos indivíduos e da comunidade. Constrói condições que possibilitam a essas mulheres expressar suas demandas, sentimentos e reivindicações, inclusive no sentido de honrar suas memórias e a memória dos seus filhos.

A frase “Nossos mortos têm voz” mencionada anteriormente remete à uma noção de ancestralidade ancorada em cosmovisões africanas que também ecoa em outras postagens do Odara quando acionam a memória enquanto narrativa de luta. Recuperar a memória é uma estratégia narrativa recorrente nas postagens do Odara. Por meio da memória, fazem ecoar narrativas historicamente silenciadas que funcionam como ferramenta para operarmos tensionamentos da nossa realidade atual.

A memória também é acionada na construção de homenagens. Como podemos visualizar em nossa tabela, as homenagens possuem um significativo volume no total de postagens, e vão desde relatos de vida de grandes personalidades negras, sobretudo mulheres até mesmo comemoração do aniversário ou de conquistas pessoais de integrantes do Odara ou parceiros. Algumas dessas homenagens compõem uma categoria chamada “Estrelas além do tempo” –em alusão ao filme homônimo sobre físicas negras que trabalharam na NASA. Podemos ler essa iniciativa como forma de valorização dos sujeitos, mas também como modo humanização das vidas negras. Narrativas que trazem o celebrar ao invés da denúncia de dor também possuem grande importância na construção de uma narrativa de reivindicação do *Bem Viver*. Ao acionar a alegria, as conquistas e vitórias, o Odara também age provocando rupturas

em relação às imagens controladoras de opressão às mulheres negras produzidas pela mídia e esferas de poder.

Figura 8: Resgate histórico sobre o período da escravidão



Fonte: Instagram Odara, 13/05/2020

Figura 9: Homenagem à Luiza Bairros



Fonte: Instagram Odara

Se algumas temáticas são mais constantes, outras se vinculam ao contexto, pautando acontecimentos já esperados, como as eleições municipais de 2020, ou completamente

inesperados com a Pandemia do Coronavírus. Nas postagens do Odara, ambas as temáticas são abordadas e trabalhadas de acordo com as posturas e demandas já defendidas pelo grupo.

As eleições de 2020 começaram a ser tematizadas pelo Odara ainda no segundo semestre de 2019, a partir da realização do evento Lésbicas Negras na eleição de Salvador, que ocorreu no dia 29 de agosto – dia da visibilidade lésbica- no bar caras e bocas. A ideia do evento era propor um espaço de poesia, arte e debates acerca das agências, demandas e representações lésbicas na política eleitoral, a fim de construir pautas e estratégias. O evento foi bastante divulgado, em vários *cards* que apresentavam as palestrantes, e também, posteriormente registrado em álbuns fotográficos. Em 1º de setembro de 2019, o Odara publicou em seu site o artigo “Um debate sobre lésbicas negras e participação política em Salvador: a escrevivência de estarmos vivas, juntas e reelaborando a política”, assinado por Alane Reis.

O texto se inicia com uma poesia de autoria de Tatiana Nascimento sobre a vivência sapatão. Em seguida, em tom bastante autoral, descreve o evento, com certo encantamento, digerindo suas próprias emoções e percepções e abrindo caminhos de discussão acerca da importância de criar espaços de debates, trocas, compartilhamentos e escuta relativas às vivências e demandas das lésbicas negras. Marca a necessidade de formular mais espaços políticos de socialização e expressividade, onde se possa produzir arte, significações, leituras e estratégias. A autora conecta aquele momento com a sua própria escrita e o seu próprio processo de autorrecuperação e encontro da sua voz. Podemos entender que a autora, ao narrar como o encontro lhe rememorou o seu próprio processo de erguer a voz, por meio da escrita, valoriza e defende a produção de condições para que outras mulheres possam encontrar a própria expressão, a sua voz, e fazê-la ecoar em um conjunto de comunidade plurivocal capaz de transformar o coro em luta.

A experiência de ter vivido este momento, e que reflete nesse entusiasmo apaixonado pela política, só encontra a calma, em mim, na escrita. Nestas horas, me lembro porque comecei a escrever em diários ainda criança, ou porque escrevia entre as crises existenciais adolescentes quando não conseguia conversar com ninguém, e só escrever me acalmava, porque resolvi ser jornalista. “Pois é pela poesia que nós damos nome àquelas ideias que estão – até o poema – inominadas e desformes, ainda por nascer, mas já sentidas”, nos ensinou Audre Lorde no texto *Poesia Não é Luxo*. Pois sim, Audre, se o luxo do sistema-mundo se configura na exorbitância do capital, nosso luxo sem valor de mercado é a integridade das nossas, empenhadas na construção do Bem Viver. (REIS em ODARA, site, 01/09/2019).

O tema voltou a ser pautado no início de 2020, ano da eleição. Em 28 de janeiro daquele ano o Odara publicou, em seu *site* e em suas redes sociais digitais, um texto intitulado “Salvador: No aquecimento para a corrida eleitoral, o útero tem superado o fígado”, assinado por Cleidiana Ramos. No texto, a autora recorre a um mito africano que explica como *Oxum*

passou a fazer parte do conselho de Orixás, que até então era formado somente por divindades masculinas. No mito, após os Orixás masculinos não convidarem nenhuma mulher para compor o Conselho, *Oxum* se retirou aos seus interesses e a terra tornou-se infértil. No texto, o mito aparece como tradição oral ancestral para refletir sobre a impossibilidade de se pensar uma sociedade fecunda sem as mulheres.

Eu gosto de ouvir estas narrativas, sobretudo quando contadas pelas mais velhas e pelos mais velhos do candomblé. A saudosa ebomi Cidália Soledade o fazia com maestria. O mesmo consegue ebomi Nanci Silva, carinhosamente chamada de Vovó Cici. Não é apenas a narrativa, mas o cadenciamento da voz, a imitação dos sons, uma cantiga que nos leva para além e adiante do que o mito quer ensinar. No caso do aqui apresentado é que não há sociedade sem lugar para as mulheres. Sem elas tudo é murcho, sem cor, sem vida e sem sabor. Oxum ensina isso como é do seu feitio: com tranquilidade e silêncio. Não recorre aos artifícios da beleza, da sedução, mas ao recurso da inteligência e desfere um soco forte com a suavidade de um tapa por quem enverga luvas de renda. (RAMOS em ODARA, site, 28/01/2020).

Figura 10: Postagem sobre as eleições municipais



Fonte: Instagram Odara

Em um segundo momento, a autora traz a imagem de Salvador como a cidade das *yabás*<sup>53</sup>, das mulheres, de *Oxum*, Nanã, Santa Bárbara e Iemanjá para traçar um comentário sobre a disputa eleitoral da capital baiana. Até aquele momento, delineava-se um quadro com quatro pré-candidatas à prefeitura de Salvador: Lídice da Mata pelo PSB, Olívia Santana pelo PCdoB, e a disputa interna do PT entre Vilma Reis e Fabya Reis. O texto reflete como, apesar deste cenário promissor, a presença das mulheres na política partidária ainda era desvalorizada

<sup>53</sup> Em referência à denominação de Salvador pela antropóloga Ruth Landes, na década de 1930

e descredibilizada até em círculos especializados sobre política local. O texto termina com uma nota positiva de esperança frente às candidaturas e seus programas de governo.

Dias depois, Odara postou em suas redes sociais fotos de um encontro com a Pré-Candidata do PT, Vilma Reis na Casa Ninja Bahia. Na legenda, o grupo declarava seu apoio à candidata, o que foi reforçado pelas hashtags #Agoraéela e #euqueroela, *slogans* da campanha política da pré-candidata. “Os tempos exigem corpo a corpo, olho no olho, disposição para o diálogo”. No entanto, a candidatura de Vilma Reis – socióloga e ativista do movimento de mulheres negras – não se efetivou. O partido dos trabalhadores, após uma evidente disputa interna, optou por lançar a candidatura de Major Denice, policial militar e sem histórico de militância e ativismo nos movimentos de mulheres.

No texto “A candidata negra do PT – partido dos trabalhadores – à Prefeitura de Salvador e a continuidade de uma Disputa de Narrativa”, publicado nas redes sociais digitais e no *site* em 27 de junho de 2020, poucos dias após o lançamento da plataforma de campanha da Major Denice, Odara traz faz uma leitura crítica à opção do PT. O texto, assinado por Alane Reis, descreve a *live* de lançamento, traçando um comentário a respeito das narrativas acionadas pela campanha da candidata. O conceito de *Outsider Within*, de Hill Collins, norteia a reflexão de Alane Reis sobre o modo como a campanha da Major Denice abraça a categoria imposta de “primeira negra” de modo celebrativo, e não como meio de denúncia ao racismo que promove exclusões e silenciamentos à população negra. Outra questão abordada foi a utilização do imaginário construído acerca da maternidade e da figura da *mãe*, e mãe de um jovem negro, em contraponto ao posicionamento da polícia militar de Salvador, instituição à qual a Major se filia.

A maternidade acionada pela Major é a aposta do PT para tentar alcançar pela primeira vez a prefeitura da “Cidade das Mulheres”, narrativa construída na antropologia de meados do século XX, sobre a influência das mulheres negras, sobretudo do Candomblé, na sociedade soteropolitana. E ao ouvir tanto apelo à sujeita “mãe”, que aparece inclusive no título da campanha, mencionando Salvador como a “mãe de todos”, é inevitável não me lembrar do rosto do pequeno Micael Silva, de 11 anos, com seus olhos tão vivos e seu cabelo platinado ao estilo “lôro pivete”, do tipo que quase todo menino nosso, hoje em dia, sonha em pintar. Lembro-me das palavras e do choro de sua mãe, dona Joselita, ao contar revoltada como o menino foi criminalizado, após ter sido assassinado por Policiais Militares, no último dia 14 de junho, no Vale das Pedrinhas, no Nordeste de Amaralina, nesta mesma Salvador. (REIS em ODARA, *site*, 27/06/2020).

Um dos pontos de maior crítica à candidatura da Major, no texto, se conecta ao posicionamento militar da candidata e às práticas que defende, em ressonância a essa perspectiva. Assim, a autora convida o leitor a analisar os significados de eleger uma prefeita negra militar em Salvador, cidade palco de embates e violências policiais. Ao analisar as

narrativas acionadas por Major Denice em sua campanha, o texto problematiza e questiona o modo como as narrativas políticas são acionadas, em uma candidatura feminina negra, para projetos de poder que não se enquadram à luta das mulheres negras soteropolitanas.

Quais narrativas os setores da esquerda da Bahia seguirão tecendo sobre o cenário político de Salvador? E os movimentos negros e feministas do Brasil atentos e se posicionando sobre a situação da política na nossa cidade, desde meados do ano passado, quais narrativas seguirão tecendo? E nós, profissionais da comunicação, cidadãos comprometidos com o acesso ao direito à informação, sobretudo os negros, da Mídia Negra e da Comunicação Antirracista, quais narrativas seguiremos tecendo? Aprendemos que o silêncio também mata. E cá, em cada esquina, viela, em cada lar de periferia dessa meca negra do Atlântico Sul, tem Vidas Negras seguindo a teia das narrativas contra hegemônicas, revoltadas, entristecidas e desesperadas. (REIS em ODARA, *site*, 27/06/2020).

Ao tensionar as narrativas políticas da esquerda tradicional, no caso da candidatura de Major Denice, o texto ressalta a importância de produzir narrativas libertadoras, comprometidas com as demandas e necessidades das mulheres negras e problematiza, também relações de representatividade. Defende a comunicação enquanto ferramenta política. Há um ponto evidente aqui, partindo da ideia de que Major Denice, uma militar, foi escolhida ao invés da ativista Vilma Reis, ambas mulheres negras soteropolitanas, Odara questiona o significado e as narrativas que acompanham a escolha e que reverberam em políticas públicas, ressaltando incoerências entre a imagem de mãe negra e o projeto de segurança pública defendido pela Major.

A partir desse ponto, Odara assumiu uma nova postura narrativa frente às eleições. Se em um primeiro momento, naquele mesmo ano, declarou apoio à Vilma Reis, após a não efetivação de sua candidatura, assumiu a defesa de um voto em mulheres negras que considere os projetos políticos que elas proponham. Em outubro, Odara lançou a campanha comunicacional “Nas eleições 2020, confirma preta!”, que provocava a reflexão sobre as consequências políticas de uma baixa representatividade de mulheres negras nos espaços tradicionais de poder (no caso de mulheres negras eleitas) para a qualificação da democracia. Em 20 de outubro, Odara publicou em suas redes sociais um *card* da campanha que trazia dados sobre a representação política das mulheres e defendida a necessidade de transformação radical das narrativas de poder da sociedade. “Lélia Gonzales já dizia há 40 anos atrás, ou a democracia será com representatividade equivalente de raça e gênero, ou ela jamais será”.

Figura 11: Card da campanha Confirma preta, parte 1



Fonte: ODARA, Instagram, 21/10/20

Figura 12: Card da Campanha confirma Preta, parte 2



Fonte: ODARA, Instagram, 21/10/20

A campanha “Confirma preta” se materializou em uma série de postagens de cards que não apenas refletiam sobre a representatividade de mulheres negras na política, a importância de eleger mulheres negras e projetos políticos libertadores, como apresentava de forma didática como se dá a política representativa no Brasil. Pautando assim: a diferença entre os poderes

Executivo, Legislativo e Judiciário; as competências dos cargos de vereador e prefeito; e as possibilidades de chapas coletivas para vereadora.

Na data das eleições, em 11 de novembro de 2020, Odara publicou em suas redes um pequeno *card* repostado com os dizeres “No dia das eleições não esqueça a máscara, o título, o RG, a caneta e que vc é preta”. No topo da imagem, há a dúbia provocação: “Não vote em branco”. De forma humorada, esse *card* transmite duas ideias defendidas por Odara durante as publicações acerca das eleições: a necessidade de maior representatividade de mulheres negras nos cargos de políticos de poder, portanto a de se votar em mulheres negras (reforçando por “não vote em branco”); e, ao afirmar que é preciso não esquecer “que vc é preta”, toca no segundo ponto, referente à escolha de um projeto político que atenda às necessidades e demandas das mulheres negras e que seja efetivamente comprometido com a luta contra as violências e opressões de raça e gênero.

Figura 13: Card sobre eleições municipais



Card repostado de @pretaacademica em ODARA, 11/11/20,

### 5.1.3 Ações comunicativas durante a Pandemia do Coronavírus

Em 12 de março de 2020 ocorreu a primeira morte por Covid-19 no Brasil. O cenário era caótico, não entendíamos muito sobre o vírus e os impactos deste nos nossos corpos e na nossa sociedade. O desenvolvimento de uma vacina parecia uma realidade distante. Mas

rapidamente, a pandemia exigiu uma série de cuidados, demandas e adaptações. Em nossa tabela temática, percebemos como em 2020 a pandemia se tornou o tema mais abordado em todas as redes sociais ocupadas e no *site* Odara. De fato, a pandemia não representou apenas uma nova configuração temática, mas demandou reformulações, adaptações e criação de novas estratégias de cuidado, de comunicação e até mesmo de sobrevivência.

A primeira postagem a mencionar o Covid foi a publicação de um *card* no Instagram, em 22 de março. Nele, de forma didática, Odara registrava as medidas de segurança e saúde adotadas na época, como lavar bem as mãos, proteger os mais velhos, evitar aglomerações, desinfetar com frequência os móveis de casa e apenas procurar os hospitais em casos graves.

Figura 14: Manual de medidas para conter a propagação do Coronavírus



Fonte: Instagram Odara, 22/03/20

Outra iniciativa nessas primeiras semanas, foi repostar cartas manifesto do Odara e de outros perfis. No dia 22 de março, Odara repostou a carta manifesto do perfil @pelavidadenossasmães – perfil formado por filhos de empregadas domésticas construído para reivindicar quarentena remunerada e publicizar relatos de vivências de empregadas domésticas e diaristas durante a pandemia. No dia 24 de março, publicou em suas redes sociais e integralmente em seu *site* uma carta da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Esta carta, direcionada aos governadores, prefeitos e secretários municipais e estaduais dos estados do Nordeste, reivindicava políticas públicas de enfrentamento ao Covid 19 e de proteção às populações mais vulneráveis. Neste texto, ainda no primeiro mês de afetação da pandemia no

Brasil, há a denúncia e a previsão de que a população negra e periférica seriam as mais atingidas pela pandemia. Ela demarca que as condições de precariedade impostas fizeram da população negra nordestina, sobretudo das mulheres negras, as mais atingidas por epidemias de Chicungunha, Zika e Dengue, e que esse quadro, se não fossem tomadas as medidas necessárias, iria se repetir com maior facilidade. A carta reivindica também condições necessárias para que as populações precarizadas possam cumprir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), visto que possuem cotidianamente seus direitos violados e seu acesso à saúde, educação e alimentação saudável negados, e que por isso, as comunidades periféricas sobrevivem por meio de redes de solidariedade e vida comunitária. Posto isso, a carta propõe uma série de medidas e políticas públicas:

Reforçar a estrutura das unidades de Saúde, hospitais e clínicas; Investimento em campanhas de comunicação educativas, para veiculação em TVs, Rádios e Internet, explicando quais os cuidados necessários; instituições de saúde atendendo para a realização do teste; combatendo fake News, difundidas inclusive pelo próprio presidente, a fim de evitar o pânico, especialmente com as especulações de escassez de água e comida; Investir em difundir informações nos bairros de periferias das grandes cidades e nas cidades do interior em carros de som pelas ruas – meio de comunicação ainda extremamente eficaz nestes territórios; Exigir liberação remunerada dos empregados e empregadas domésticas com carteira assinada; Exigir das empresas, patrões e garantir que os órgãos públicos que seguem funcionando disponibilizem obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPIs), sobretudo máscaras, luvas e álcool em gel, aos trabalhadores que não foram liberados para a quarentena, com destaque para: Call Centers, motoristas e entregadores de aplicativos, funcionários de mercados, profissionais da limpeza urbana e trabalhadoras domésticas; Reforçar cuidados e distribuição de material de higiene e alimentação nos centros socioeducativos, instituições prisionais, abrigos de idosos, crianças e adolescentes, e pessoas em situação de rua; Cobrar do judiciário a liberação de mulheres e filhos que estão em situação de cárcere; Investimento de acesso à renda direta aos trabalhadores informais como camelôs, diaristas, etc.; Oferecer assistência especial às comunidades tradicionais que vivem em sua maioria da venda de produtos da agricultura familiar e pescado; Exigir dos estados a isenção de cobrança das taxas e tarifas de luz e água para a população mais pobre, ou seja, que vivem com renda familiar inferior a três salários mínimos ou já são beneficiários de outros programas sociais tais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, etc.; (ODARA, *site*, 24/03/2020).

Em modelos similares, são publicadas integralmente as cartas manifesto da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 25 de março de 2020, e a carta assinada pela Articulação Nacional de Jovens Feministas.

Em 23 de março de 2020, Odara publicou em suas redes sociais digitais um comunicado informando que, tendo em vista o agravamento da situação pandêmica, as atividades presenciais seriam canceladas e o grupo trabalharia remotamente por tempo indeterminado. No dia seguinte, lançou a campanha #FALAS PRETAS, incentivando mulheres negras a realizarem vídeos compartilhando suas experiências pessoais com a pandemia. “Ei preta, e você aí como passa?”. A legenda informava que aquela era uma ação de comunicação desenvolvida junto à Revista

Afirmativa e ao grupo corpo Político. E salientava que a ideia da campanha era construir espaços onde as mulheres negras pudessem compartilhar estratégias de cuidados, denunciar relações de trabalho abusivas e refletir sobre o aumento nos casos de violência doméstica e policial. Ao final da legenda, há uma série de orientações para a gravação e postagens dos vídeos.

Em uma entrevista durante a fase sistemática, Naiara Leite abordou a dificuldade que algumas pessoas apresentavam para dominar os recursos técnicos de gravação de vídeos e, por isso, sentiram necessidade de construir os tutoriais. Também problematizou a dificuldade de acesso à internet, devido ao seu alto valor. Argumentou que se políticas de democratização da internet houvessem sido realizadas de forma mais intensa nos governos anteriores (cita o governo Lula), não enfrentariam tantas dificuldades de comunicação durante a pandemia, e os cadastros *online* seriam facilitados. Em alguns casos, a dificuldade de acesso e falta de habilidade digital foi o empecilho que impossibilitou que mulheres gravassem vídeos com relatos e enviassem ao Odara. Naiara afirmou que, devido à dificuldade de acesso, muitas pessoas também não desenvolveram habilidades digitais e, por isso, Odara precisou atuar junto a moradores de regiões periféricas na realização dos cadastros para o auxílio emergencial, ajudando pessoas a se cadastrar e acessar a plataforma digital. Olhando para o saldo positivo, Naiara afirma que essas experiências serviram para que o Odara ampliasse as suas estratégias e desenvolvesse outras habilidades.

Naiara Leite contou também que, assim que aderiram ao isolamento social, entenderam que o público de mulheres negras periféricas seria o mais afetado pelo contexto pandêmico, tanto em relação à crise sanitária em si e pela falta de recursos para cumprir às medidas de segurança, como pelo agravamento de outras situações de vulnerabilidade já vivenciadas, como as violências urbanas, policiais e domésticas. E partindo deste ponto, compreenderam que a comunicação, neste momento, seria fundamental e que, portanto, seria necessário trabalhar constantemente a comunicação digital. A campanha #FALASPRETAS foi um dos primeiros modos que encontraram para saber como as mulheres negras estavam se sentindo, para ouvir como essas mulheres estavam vivenciando o processo e seus impactos. Ela conta que receberam vários vídeos, muitos em uma linguagem pessoal de desabafo, outros em forma de leitura de conjuntura.

Nesta ação comunicacional, o Odara demonstra um cuidado em construir espaços de visibilização para que mulheres negras possam falar por si, contar suas experiências e reivindicar seus direitos. Ao mesmo tempo, ao ter vozes e rostos múltiplos, essa ação torna os relatos sobre a pandemia mais pessoais e mais passíveis de sensibilização. Ao ganhar corpo e

voz, experiências que nas mídias hegemônicas são tratadas como número e estatísticas se transformam em histórias e narrativas. Ao todo, mais de dez vídeos enviados foram publicados nessa ação.

Figura 15: Card da campanha comunicacional #FALASPRETAS



Fonte: Instagram Odara, 01/04/2020

Os vídeos da Campanha foram publicados dentro de uma arte moldura especialmente confeccionada, que funciona bem para destacar as postagens visualmente. Em 1 de abril de 2020, por exemplo, foi publicado o vídeo com o relato de Elionice Conceição Sacramento, pescadora quilombola, moradora da comunidade Conceição de Salinas que fica no município Salinas de Margaridas.

Em seu relato, Elionice fala sobre como a pandemia impacta a comunidade quilombola de pescadores. Ela relembra que os pescadores haviam recentemente enfrentado a situação do crime de derramamento de petróleo no litoral nordestino brasileiro, sem o devido apoio das estruturas de governo e poder. E denuncia que a falta de políticas públicas destinadas aos pescadores reflete variadas formas de racismo, sendo que a maioria da categoria é composta por pessoas negras e indígenas. “Os corpos negros das comunidades tradicionais, no olhar no Estado, que é genocida, não merecem que sejam dispensados recursos para lhes dar assistência”, narra Elionice, enfatizando que essa situação, agravada pela negligência e falta de sensibilidade

dos governantes e da sociedade em geral, provocou uma experiência de escassez e fome nas comunidades tradicionais que vivem da pesca. E que isso, durante a pandemia, estava se agudizando. Denuncia também a falta de um olhar do Estado para pensar a saúde dos pescadores das comunidades tradicionais, em um cenário onde não há garantias governamentais que sustentem condições para que os pescadores cumpram as medidas de segurança, nem para que possuam autonomia de sobrevivência, visto a morosidade do Estado em realizar a regulação fundiária. “A gente está se sentindo como quem entra em mais um filme de terror, mais um, porque temos diversos outros”.

Em sua fala, Elionice aciona a dimensão ancestral para pensar em como as mais velhas construíram estratégias de sobrevivência em situações de crise, violência e opressões anteriores. Mas defende que no momento é necessário reivindicar uma postura dos governantes. Além da falta de condições necessárias para cumprir o isolamento, denuncia a falta de testagem em massa, que poderia ajudar a controlar a propagação do vírus.

Vídeos como o de Elionice possuem grande riqueza, não só em termos de reivindicação, como também no que tange à circulação de narrativas sensíveis e sensibilizadoras e de registros sobre como as pessoas estão vivenciando a crise sanitária e política e quais as ações e políticas públicas necessárias. A voz de Elionice ecoa dentro da voz do próprio Odara. Somam-se à voz de Elionice as vozes de Talia, Vanessa, Udi, Adriana, entre outras.

Frente à falta de um plano unificado de combate ao Coronavírus e ao agravamento das desigualdades, das situações de precariedade e das violências domésticas e policiais, Odara desenvolveu uma campanha de arrecadação de fundos para contribuir com a subsistência de pessoas em situação de vulnerabilidade. A campanha Justiça e Solidariedade para os grupos vulneráveis ao Covid-19 na Bahia, foi desenvolvida conjuntamente por Odara, Cama (Centro de arte e meio ambiente) e Vida Brasil, organizações da sociedade civil na Bahia. Na legenda que acompanha o *card* de lançamento, publicado no dia 5 de abril de 2020 nas redes sociais do Odara, a campanha se propõe a atender cerca de 5 mil famílias de Salvador e região metropolitana e informa como irá funcionar a rede de solidariedade e a operacionalidade da mesma. O Odara fica responsável pelo mapeamento de mães negras que perderam seus filhos, marisqueiras, pescadores, trabalhadoras domésticas e diaristas. A organização Vida Brasil se compromete a dialogar com cooperativas de agricultura familiar que produziram os alimentos que compõem as cestas básicas. Cabe ao Cama dialogar com cooperativas de reciclagem e pequenos empreendimentos de costura e alimentação. O *card* expõe de forma objetiva como ajudar, para onde doar e qual o público beneficiário da campanha.

Figura 16: Divulgação da campanha Justiça e Solidariedade



Fonte: Print do Instagram, 05/04/2020

A ação se propõe a construir uma rede de solidariedade entre pequenos produtores (agrícolas, alimentícios e artesãs) e beneficiários, a fim de oferecer subsídios necessários àqueles mais vulneráveis aos impactos da pandemia, sobretudo mulheres negras, e contribuir para a geração de renda de pequenos produtores. Os alimentos, produtos agrícolas e sacolas de tecido utilizadas na produção das cestas de doação são, assim, fabricadas por pequenos produtores que também se beneficiam, de alguma forma, dessa rede. A ética do cuidar se materializa aqui, no cuidado com a sobrevivência dos sujeitos. Em um contexto onde a precarização se agudiza, a luta pela sobrevivência das mulheres negras toma novos contornos dentro das operações, estratégias e ações do Odara. Torna-se extremamente necessário garantir condições alimentares, econômicas e sanitárias para que os setores mais precarizados possam buscar se proteger da ameaça viral. A rede de solidariedade é fortalecida pelo sentimento de comunidade, da importância do bem-estar de cada um para o bem viver geral e comum; fortalecida, assim, pelo entendimento (ainda mais evidenciado durante a Pandemia) de que, em uma sociedade, a vida de cada um impacta no todo, e que a luta contra toda e qualquer precarização da vida humana deve ser uma luta de sobrevivência de todos. A campanha ocupou um significativo volume de postagens, entre divulgação, registros do seu processo operacional e prestações de contas.

Figura 17: Card da campanha Justiça e Solidariedade



Fonte: Instagram Odara 06/05/2020

O cuidado se materializou também na elaboração de estratégias comunicacionais de enfrentamento à pandemia, que se basearam em quatro pontos específicos: a exploração de linguagens sensíveis, a fim de acionar afetados em prol das medidas necessárias de cuidado; a divulgação de dados e informações; a promoção de debates acerca de como a pandemia afetou mais profundamente os grupos vulnerabilizados e precarizados socialmente; a criação de espaços de compartilhamento de relatos acerca das experiências vivenciadas durante a pandemia e, também, de compartilhamento de reivindicações. Assim, as ações comunicacionais do Odara frente à pandemia se orientaram a informar, sensibilizar, promover campanhas de solidariedade, e provocar a formulação de leituras críticas sobre o contexto e a conjuntura social e política daquele momento.

Durante a pandemia, o Odara produziu uma série de *cards* que compuseram um boletim de dados sobre a pandemia em Salvador, na Bahia e no Brasil. Esses boletins traziam dados e informações que se destinavam a: informar como estavam se dando medidas restritivas em bairros de Salvador (explicitando quais bairros eram impactados pelas medidas, por que temporalidade e quais as demandas, limites e proibições impostas a cada localidade); monitorar o número de casos, mortes e leitos ocupados na cidade e, até mesmo, trazer dados sobre como o racismo e o machismo estavam atravessando a realidade e possibilidade de enfrentamento ao Covid na população negra, sobretudo nas mulheres negras.

Figura 18: Boletim Odara de casos de contaminação do Coronavírus por bairros.



Fonte: Instagram, 24/07/2020

A reflexão acerca de como a pandemia, associada à falta de organização e a políticas públicas adequadas moldou a vivência de grupos precarizados também encontrou espaço na produção de *lives* no quadro *Fim de tarde Odara*. Nesse quadro, mulheres negras e jovens negros, militantes, ativistas, organizadas em sindicatos, artistas, trabalhadoras domésticas e moradoras de bairros da periferia de Salvador eram convidadas para diálogos ao vivo, nas *lives*, a fim de debater temáticas múltiplas que conversassem com as pautas defendidas pelo grupo. Entre elas, as vivências e estratégias de resistência no contexto do Covid-19, se tornaram pautas recorrentes.

Essas questões moldaram também a produção de histórias em quadrinhos. A HQ digital *Gal e Linho* surge no primeiro semestre de 2020, a fim de explorar novas linguagens para abordar temáticas que dialogassem com o contexto da pandemia. Essas histórias são protagonizadas pelos personagens Gal e Linho, mãe e filho, moradores de um bairro periférico em Salvador. Em entrevista, Naiara Leite nos conta que a ideia de fazer os quadrinhos se deu a partir do diálogo com beneficiárias da campanha de solidariedade e inspiradas na vivência da mãe de uma das integrantes, Erika, que também era trabalhadora doméstica. Sensibilizadas com as experiências trocadas, acharam importante criar o quadrinho e falar sobre a vida cotidiana da Gal, personagem principal. O formato em quadrinhos foi uma proposta inovadora, uma experimentação comunicacional para atingir maior quantidade de pessoas, e melhor dialogar

também com as empregadas domésticas – e suas patroas – a fim de conscientizar e sensibilizar acerca da realidade vivenciada.

Os personagens foram apresentados, no Instagram e no Facebook, no dia 31 de março. Gal, natural de candeias, é uma mulher negra de 45 anos, que trabalha como empregada doméstica em uma casa de família na Pituba (bairro de classe média de Salvador) e não foi liberada para cumprir o isolamento social. Wesley, seu filho, apelidado de Linho, é um jovem de 12 anos que cursa o 7º ano em uma escola estadual, que no momento, está sem aulas. Ama lasanha, jogar bola, ficar no celular; gosta de funk e pagode e quer ser bombeiro ou jogador de futebol quando crescer. O primeiro episódio foi publicado em 6 de abril de 2020, no Instagram, no Facebook, no Twitter e no *site* Odara, na HQ “Gal e Linho: família brasileira e o coronavírus”. Narra o drama de Gal de ter que sair para trabalhar diariamente, em meio à uma Pandemia e deixar seu filho, um pré-adolescente, sozinho, entediado, em isolamento.

Por meio da observação e dos diálogos com as comunidades, o Odara inseriu novas temáticas aos quadrinhos, mantendo como plano de fundo as vivências de Gal e Linho durante a pandemia do Coronavírus. Assim, temas como violência doméstica e violência policial ganharam espaço. Naiara nos contou que o Odara recebeu uma série de denúncias que apontavam que abusos em abordagem policial e assassinatos por parte de policiais estavam se intensificando com a pandemia, com foi o caso de Marcos Vinicius, um jovem negro assassinado enquanto levava o lixo para fora de casa. Os policiais alegaram ter confundido o objeto com uma arma. O caso foi mencionado no quadrinho publicado em 30 de abril de 2020. Neste episódio, intitulado “Máscara e álcool em gel não previnem o risco de ser menino negro na favela”, após ouvir a notícia na televisão enquanto trabalhava como empregada doméstica, Gal se preocupa com Linho quando não consegue contatá-lo pelo celular.

De acordo com Naiara, a pandemia demandou que o Odara intensificasse tanto a sua produção de conteúdos como suas ações nas redes em que participa. Foi preciso empenho para fortalecer suas parcerias, redes e fóruns, atentando para estimular que as ações frente à pandemia se organizassem pela dimensão das mulheres negras, dando enfoque às relações de raça e gênero nas ações organizadas. Para além das redes sociais públicas, Naiara afirmou que o Odara trabalhou a divulgação e a circulação de informações via grupos do WhatsApp, meio utilizado também para dialogar com as mulheres contempladas por suas ações e receber denúncias. Naiara conta que o grupo já explorava, antes da pandemia, os espaços digitais para disputar narrativas, e que frente ao contexto de crises, entenderam como necessário manter uma rotina de informação e de acolhimento para as mulheres.

Figura 19: História em Quadrinho Gal e Linho. Episódio 1.



Fonte: Instagram 06/04/2020

O acolhimento também se fez necessário internamente. Naiara relata que, com o funcionamento remoto, as reuniões de organização e discussão das integrantes passaram a ser realizadas em plataformas de conferências digitais como o *Teams*. Elas mantêm uma agenda de reuniões semanais, passaram a perceber que fazer leituras de conjuntura era de extrema importância, mas construir um espaço de escuta de experiências das próprias companheiras também era também fundamental para manutenção da luta.

Traçar um breve panorama sobre as ações do Odara frente à pandemia nos deixa a ver como o grupo busca unir a dimensão do sensível e do cuidado ao desenvolvimento de uma leitura crítica de conjuntura, do contexto e da sociedade. Ambas as dimensões parecem indissociáveis na narrativa construída pelo Odara. Ao tratar dos impactos sociais da pandemia do Covid 19, o Odara busca uma plurivocalidade, evocando uma análise interseccional para pensar estratégias diante da crise sanitária de forma a considerar a crise social e política que se agrava nas encruzilhadas do poder.

#### 5.1.4 Linguagens midiáticas utilizadas

Em suas postagens, o Odara faz uso de diversos recursos de multimídia e de exploração da linguagem. Fotografias, textos, links, vídeos, colagens, vídeos arte, quadrinhos, prosa, poesia, notícia, boletins, vídeos ao vivo, ilustrações, imagens, memes, há uma ampla gama de possibilidades e experimentações de linguagem realizadas pelo Odara. Imagens, vídeos e textos

tanto podem ser produzidos pelo Odara quanto compartilhados de perfis parceiros, outros movimentos de mulheres e perfis da mídia negra.

Seus textos assumem aspectos diversos, adaptando-se às temáticas, intenções narrativas e plataformas. Os textos publicados em seu *site* geralmente costumam ser mais longos e reflexivos, com uma argumentação crítica mais extensa e aprofundada. Não é incomum que assumam linguagens jornalísticas ou até mesmo acadêmicas. Em alguns textos, como já citado anteriormente, o Odara faz uso de referências bibliográficas e de conceitos para dar corpo e fundamento às suas argumentações. A linguagem, nestes exemplos, torna-se mais formal, densa sem, no entanto, ser excessivamente rebuscada. Os textos costumam ser fluidos e diretos e podem acompanhar trechos de depoimentos, poesias, sambas. Outras vezes assumem um tom mais pessoal, como um relato com nuances autobiográficas, quando assinados. Uma questão a ser ressaltada é que nem todos os textos publicados no *site* são assinados especificamente, apenas os de caráter mais pessoal. As notícias postadas pelo Odara que possuem uma linguagem mais tradicional, costumam não ser assinadas especificamente por alguma integrante, mantendo a voz coletiva do grupo. Nas redes sociais digitais, a linguagem utilizada nos textos flui entre o acadêmico, o discurso inspirado no jornalismo e a linguagem coloquial oral, recheada de expressões e, algumas vezes, regionalismos. Vai de textos longos a artes visuais que contém mensagens otimizadas em pequenas frases.

Figura 20: Card de divulgação das ações do Julho das Pretas



Fonte: Instagram Odara 18/06/2020

Os recursos visuais também são amplamente explorados por meio de fotografias, quadrinhos e artes gráficas. O Instagram é uma plataforma de compartilhamento de imagens e vídeos. Há espaço para o texto, mas não para ele sozinho. Qualquer postagem no Instagram demanda uma imagem em conjunto. O Facebook, por outro lado, permite textualidades soltas. No entanto, nas duas plataformas, Odara sempre se utiliza de imagem para acompanhar os textos. Tais imagens podem servir tanto como chamada e convite visual, como para ilustração do texto ou até mesmo a textualidade em si. As artes visuais construídas pelo Odara costumam ter cores fortes, vibrantes e elementos de ilustração, dando ao perfil uma identidade visual harmônica. Algumas campanhas comunicacionais, como os boletins, ou como as campanhas *Confirma Preta* e *#FALASPRETAS* ou chamadas de ações, como os *card* de divulgação do *Julho das Pretas* ou da Campanha de Solidariedade e Justiça possuem identidade visual marcada com logos, símbolos e paletas de cores próprias.

Odara faz uso recorrente de *cards* com textos e infográficos para divulgar dados e informações. Desta forma, a mensagem se torna mais visual, atrativa e objetiva, otimizando a sua leitura. O que tem o seu valor no mundo das redes sociais, das mensagens instantâneas, onde muitas vezes não temos tempo hábil para nos dedicarmos a leituras mais extensas. Tempo hábil, útil e livre também são categorias atravessadas por marcadores sociais. Na concretude da vida, o acesso a tempo livre não é democrático.

Figura 21: Card da campanha Confirma Preta sobre chapas coletivas



Fonte: Instagram Odara, 09/11/2020

Como já abordei anteriormente, o contexto da pandemia provocou desestabilizações e descentramentos, tornando necessário reformular estratégias, o que se refletiu nas linguagens adotadas. Com a inviabilidade das ações presenciais e das manifestações políticas, artísticas e comunicacionais nas ruas ao modo tradicional, a ocupação dos espaços digitais foi intensificada. Nesse sentido, experimentações foram feitas com o intuito de aprofundar suas ações e também manter espaços de diálogo e compartilhamento de informações e narrativas.

Como vimos, uma das estratégias adotadas foi a criação dos quadrinhos de Gal e Linho. A partir desses personagens, o Odara construiu um meio ficcional para abordar temáticas profundas a partir do cotidiano, das afetações reconhecíveis do dia a dia. Em entrevista, Naiara Leite nos contou que os quadrinhos também foram pensados como estratégia para atingir o público que não consumiria *lives* longas e textos extensos por não possuir tempo hábil. De acordo com ela, as estratégias do Odara precisam ser pensadas para dialogar efetivamente com seu público, o que denota uma preocupação dialógica com as mensagens que emitem. Ao colocar o seu público no centro de sua mensagem, Odara propõe um diálogo em suas postagens.

No entanto, o visual também é expressão artística. O Odara explora cores, movimentos e colagens. Os vídeos de divulgação da Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento são um bom exemplo. Muitos deles trazem colagens artísticas para apresentar as professoras que ministrarão temáticas e as suas visões de mundo. Esses vídeos arte de colagens são acompanhados de relato oral e música ao fundo e legenda escrita. No dia 23 de outubro, um desses vídeos apresentou Benilda Brito e sua percepção sobre a escola. O vídeo traz uma série de colagens com a voz de Benilda ao Fundo.

Eu sou Benilda Brito, eu sou neta da Dona Benigna, filha de Dona Zaira, mãe de Ayna Odara. E o movimento de mulheres negras é que me deu régua e compasso. Eu sou uma mulher lésbica, sou mãe, sou avó, sou filha de Iansã e Xangô. A escola Beatriz Nascimento é um sonho que nós já tínhamos no Odara há um tempo, poder discutir formações política com mulheres negras e ativistas. Nós vamos trabalhar muitos conceitos e dei o nome de encruzilhada às várias trilhas do racismo. Vamos discutir como esse racismo estrutural, religioso, ambiental, o racismo institucional vem em cima do povo negro e massacra a gente, num lugar que é um lugar de entendimento, de partilha, de compreensão e aprendizagem, que é a encruzilhada. Então, o racismo veio para fazer o avesso e como é que a gente vai reafirmar essa encruzilhada negra? Com Exu guiando a gente (BRITO em Instagram Odara, 23/10/2020)

A oralidade ganha corpo no audiovisual das postagens do Odara. O visual e o oral são recursos recorrentemente utilizados nas postagens do Instagram e do Facebook, e principalmente no Youtube, visto a arquitetura da plataforma. Geralmente, os vídeos registram relatos, debates ou conversas, centrando-se na fala. Algumas vezes o Odara filma e divulga aulas, palestras e debates; em outras, o diálogo aparece por meio de conversas, geralmente em

formato de *live*, transmissão ao vivo. Também não é incomum a gravação de relatos pessoais sobre temáticas, como por exemplo, na campanha #FALASPRETAS.

O audiovisual também é um recurso utilizado nas chamadas e convites de ações e campanhas. A campanha de solidariedade, por exemplo, contou em sua divulgação com a postagem de variados vídeos de chamadas orais, onde os sujeitos podiam se apresentar, falar sobre a campanha e sua importância. Neste caso, incluiu até mesmo depoimentos de personalidades soteropolitanas, como os cantores Lazzo Matumbi e Luedji Luna. Tal recurso também é utilizado nas chamadas para as atividades do Julho das Pretas, algumas vezes incluindo jogral ou coral de crianças. O vocal, portanto, tem espaço de manifestação, sendo acionado com múltiplas intenções comunicativas.

No entanto, o audiovisual também é explorado para além da vocalização. No dia 1 de setembro de 2019, por exemplo o Odara postou, em seu canal do Youtube, um vídeo curto de cerca de dois minutos e meio, que registrava um momento de um Encontro de Mulheres Negras da Região Nordeste onde várias mulheres dançavam alegremente. O vídeo funciona como registro de atividade, mas também como expressão da amplitude da reivindicação do bem viver, que engloba aspectos de lazer, saúde, compartilhamento, alegria, múltiplas formas de expressão.

Figura 22: Card de apresentação da professora Benilda Brito



Fonte: Instagram Odara, 23/10/2020

A dança também se faz presente nos vídeos que, neste trabalho, denomino como *respiro*, a fim de registrar na tabela. Tais respiros são compartilhamentos de vídeos curtos que trazem humor e leveza. Esses vídeos não são produzidos pelo grupo, mas apenas repostados. Muitos deles registram danças e expressividades corpóreas de crianças negras. No vídeo postado em 22 de maio de 2020 no Instagram, um grupo de crianças dança alegremente ao som de uma batida animada. Na legenda do vídeo, o Odara reivindica a dança enquanto forma de conexão com a ancestralidade. “Mesmo que seja difícil, se apegue ao que você acredita, a ancestralidade”. Em outro vídeo, publicado no dia 27 de setembro de 2019, uma menina pequena de não mais que três anos, dança alegremente em uma loja de calçados. Aqui, a legenda trata a expressividade e autenticidade infantil, por meio da dança, como inspiração para a luta, resistência e busca de sonhos. “Mesmo com tanta dor seguiremos na luta e na resistência inspiradas na alegria e na doçura e sonhos das crianças. Viva os erê! Axé para nós e muita proteção nas nossas caminhadas”. No dia 11 de outubro de 2020, Odara reposta um vídeo onde uma garotinha dança feliz ao som de uma música cuja letra diz “quando olho no espelho, tô gostando do que eu vejo, tô gostando mais e mais de mim, mais bonita e mais potente, eu mudei completamente”. A legenda se refere ao dia das crianças para falar sobre a autoestima das crianças negras. “Dia das crianças chegando, por aí a autoestima da erezada tá batenu tenu que nem dessa linda aqui!? Vocês dizem para as suas crianças negras todos os dias que elas são lindas, que seus cabelos são lindos, que elas são inteligentes e capazes?”

Figura 23: Imagem de crianças dançando



Fonte: Instagram Odara, 22/05/2020

Em minha percepção, ao acionar a dança e a alegria e expressividade infantil, os vídeos de *respiro* representam muito mais que entretenimento. Ao recuperar a criança pela corporeidade, os movimentos, a dança, a diversão e a fluidez, o Odara demarca o corpo enquanto possibilidade de movimento, expressão e prazer como dimensão do sujeito de luta. A alegria e a dança representam a sensibilidade para além do mental, a não divisibilidade do corpo e da mente. Assinala que é preciso fortalecer mente, corpo e espírito para possibilitar uma resistência que seja real e efetiva.

A forma como o Odara encara a integralidade dos sujeitos se ancora fortemente em tradições e cosmovisões africanas que remontam eras. É o que nos deixa ver quando conecta a expressividade corporal enquanto ancestralidade, enquanto uma visão de mundo que não a da branquitude colonial. O corpo também tem voz. Essa expressividade ancestral é atravessada pela espiritualidade, em seu modo amplo, mas também demarcado pela religiosidade, como podemos perceber quando textualmente Odara evoca os erês e seu modo de falar. A religiosidade atravessa a expressão do grupo não apenas como temática, mas como elo de ligação entre suas demandas, ideologias, epistemes e cosmovisões.

## 5.2 Movimento de Mulheres Olga Benário - Porto Alegre e Salvador



Fonte: Facebook Olga

O movimento de mulheres Olga Benário possui amplitude nacional e se organiza atualmente em 19 estados brasileiros.<sup>54</sup> Sua organização se constitui a partir de uma coordenação nacional, coordenação regional e núcleos regionais. Essa organização permite ao movimento uma articulação mais ampla e autonomia para desenvolver estudos e projetos mais comprometidos com as demandas e especificidades de cada território, o que permite que o movimento possua frentes de luta nacionais, compartilhadas por todos os núcleos e bandeiras regionais mais específicas.

Enquanto movimento nacional, o Olga Benário surgiu em 2011, após a primeira conferência Mundial de Mulheres de Base em Caracas, capital da Venezuela. Ao regressarem ao Brasil, mulheres de movimentos sindicais e populares que haviam participado do encontro, sentiram a necessidade de organizar um movimento de mulheres, que trabalhasse questões políticas, sociais e econômicas a partir do lugar feminino da sociedade, com pautas específicas dos atravessamentos de gênero e poder. De acordo com nossa colaboradora Priscila, integrante do núcleo gaúcho do Olga, as mulheres que o fundaram sentiam que havia pouco espaço dentro dos movimentos sociais tradicionais para se engajar e propor soluções referentes a pautas que atingem mais especificamente as mulheres. “No momento do microfone no espaço político, são os homens que se colocam mais, por causa dessa divisão social de papéis” (Priscila, 2020). Essa declaração me faz refletir sobre como a busca por espaços de amplificação da própria voz e construção de condições necessárias para a manutenção e formação de vozes individuais e coletivas atravessou o movimento de Mulheres Olga Benário desde sua fundação.

O movimento se entende na perspectiva do feminismo marxista, que aborda a luta das mulheres a partir da luta de classes, entendendo que a luta anticlassista e anticapitalista é fundamental para a emancipação e libertação das mulheres. Na percepção do movimento, a exploração das mulheres tem origem no surgimento da propriedade privada, que ainda é uma das bases que mantém o sistema de classes.

A gente não dissocia a exploração que as mulheres vivem da exploração capitalista. Estávamos estudando um estudo da Sofia Ruiz sobre a reprodução feminina do trabalho. Sobre como é importante a mulher fazer o trabalho doméstico para manutenção do trabalho. É um trabalho não pago, socialmente destinado às mulheres. Como é importante o sistema capitalista manter a estrutura familiar tradicional. Enxergamos a luta das mulheres dentro da luta de classe, que a real luta das mulheres se dá na luta de trabalhadores. A gente sabe que é uma questão cultural. Porque se usa da cultura para manter o sistema de dominação. A gente precisa lutar hoje,

---

<sup>54</sup> O movimento Olga Benário se organiza nos seguintes estados: Amazonas; Alagoas; Bahia; Ceará; DF; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Piauí; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; São Paulo; Santa Catarina; e Sergipe

diariamente, combater o machismo, racismo, homofobia, que são parte de um sistema de exploração maior (Priscila, 2020).

Entrei em contato com o núcleo gaúcho do movimento de mulheres Olga Benário ainda em 2017, através da colaboração de uma colega do curso do doutorado que me apresentou à Priscila, integrante do Olga. Em entrevista, Priscila me contou que o movimento Olga entende que é preciso destruir o capitalismo para destruir o machismo. E que é preciso que o feminismo seja uma luta contra as opressões de gênero, raça e classe, sendo que as mulheres negras são as principais oprimidas em nossa sociedade racista, capitalista e machista. Assim, parece haver no Olga o entendimento de que o racismo é estrutural em nossa sociedade, e que tanto os sistemas patriarcais quanto os capitalistas oprimem com maior opulência o povo preto.

Priscila ressalta que o movimento de mulheres Olga Benário entende que a luta contra os sistemas de opressão, e assim, a sua luta feminista, precisa atuar a longo prazo, na transformação das estruturas sociais, mas também em lutas mais concretas e urgentes, que transformem no momento presente a vida das mulheres. Assim defende que são frentes de luta caras ao Olga as lutas pelo fim da violência contra as mulheres, por políticas públicas que visem a proteção e o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, por creches e por moradias dignas. Mas ressalta que as pautas concretas precisam ser orientadas por um projeto de transformação social, pela construção e pelo fortalecimento de uma luta coletiva contra os sistemas de opressão. E que essa se dá por meio de um processo coletivo de aprendizado sobre os sistemas e sobre a força do coletivo.

Uma das formas de luta concreta realizada pelo movimento de mulheres Olga Benário é a ocupação de imóveis desocupados para a criação de casas de referência para mulheres, que visam criar uma rede de apoio e espaço de abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade e violência. Ao todo, o movimento construiu 4 ocupações: Tina Martins em Belo Horizonte, Casa Mirabal em Porto Alegre, Casa Helenira Preta em São Paulo e a recente casa Maria Carolina de Jesus, em Mauá.

Em Porto Alegre, o movimento surge em 2014 a partir de mulheres integrantes dos movimentos estudantis que participaram de um debate sobre o direito à creche. Assim, o núcleo se formou em universidades e bairros da cidade com o objetivo de estudar e se engajar na luta política para organizar ações concretas. Priscila cita a aproximação do Olga com a luta por moradia da ocupação Lanceiros Negros<sup>55</sup>, em 2015, como um momento de fortalecimento do

---

<sup>55</sup> A Ocupação Lanceiros Negros Vivem se iniciou em novembro de 2015, quando 71 famílias ocuparam um edifício no centro de Porto Alegre, que estava sem uso há quase dez anos. A ocupação sofreu com processos de reintegração de posse.

movimento. Ela relata que a experiência de apoiar a ocupação foi bastante interessante por passarem a ter contato com mulheres trabalhadoras que não conheciam ou pouco conheciam a respeito do movimento feminista.

Muitas vezes o feminismo só alcança a elite e a Academia. E a gente explicava que a luta construída no cotidiano é feminismo. O debate dentro dos bairros é interessante porque as mulheres trabalhadoras não se enxergam no feminismo divulgado mais amplamente, o de libertação sexual. E a gente vai falar da luta das mulheres no cotidiano. Quando a gente debate isso, elas se sentem mais parte. A gente começou com o estudantil, depois foi para as ocupações (Priscila, 2020).

Nosso contato com o Olga Benário em Salvador se deu inserido em uma das movimentações exploratórias, na manifestação do dia 8 de março em 2019 em Salvador. Na ocasião, localizamos o movimento Olga Benário em meio a manifestação pelos cartazes que portavam e pela distribuição do jornal A verdade. Meu primeiro contato foi com nossa colaboradora Gabriela, que generosamente se mostrou muito solícita e me forneceu seus dados de contato. Entrei em contato com ela por WhatsApp e marcamos uma reunião em um dos atos que Olga participaria em uma plenária aberta da câmara pelo mês das mulheres. Gabriela me contou que o movimento Olga se organizou na Bahia, inicialmente em Salvador em 2016, e posteriormente também em outras cidades como Jacobina e Feira de Santana. Assim como o núcleo gaúcho, o núcleo baiano obedece a diretrizes nacionais, mas possui autonomia para discutir pautas regionais. De acordo com Gabriela, em Salvador as pautas mais recorrentes de ação de luta envolvem a luta por moradia, em parceria com movimentos de ocupação e pela defesa das mães com crianças com deficiências, de baixa renda devido à falta de políticas públicas que garantam a elas moradia e condições dignas de vida. Gabriela ressalta que o cuidado a essas mães é de extrema necessidade, visto que elas estão mais vulneráveis, em situações de solidão, desemprego, desamparo e depressão, já que precisam uma maior dedicação aos seus filhos. Gabriela também conta que em Salvador, o Olga se insere com maior incidência em núcleos de estudantes de universidades, institutos federais e colégios públicos.

### ***5.2.1 Ocupação de territórios digitais***

O Olga Benário é um movimento de mulheres nacional com ramificações regionais, cada uma dessas com autonomia própria para ocupar territórios digitais. Nas observações que realizei, atentei para as agências e organizações desses movimentos na Bahia, em Salvador e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em comparação aos outros grupos observados, o Olga Benário possui uma movimentação digital mais compacta, explorando um número menor de

espacialidades e territórios *online*, que se direciona às redes sociais Instagram e Facebook. Possui também um perfil nacional em ambas as redes sociais mencionadas anteriormente, no Youtube e um blog que não é atualizado a mais de 5 anos. Mas, para fins da observação para esta tese, como não são interligados por meio de *links*, me ateei aos movimentos dos perfis regionais. Nesta observação, mapeei esses coletivos e contabilizei o número de postagens realizadas no período de junho de 2019 ao início de novembro de 2020. Uma síntese que ilustra estas movimentações do grupo nas redes pode ser vista na Tabela 11.

Tabela 11: Ocupação das redes pelo Olga Benário

Olga Benário-local	Número de Postagens	
	Instagram	Facebook
Bahia- Salvador	39	11
Rio Grande do Sul – Porto Alegre	277	276

Fonte: Elaborada pela autora

Na tabela podemos ver que a frequência de postagens entre os grupos de Porto Alegre e Salvador são desiguais, sendo que o grupo gaúcho possui um número substancialmente maior de publicações. Em entrevista Gabriela, integrante do núcleo baiano do Olga, relatou que a dificuldade de acesso à internet durante a pandemia dificultou muito o acesso às mulheres apoiadoras do Olga, o que se refletiu no trabalho de comunicação digital.

A ocupação dos ambientes digitais Facebook e Instagram não se deu de forma simultânea. Em ambos os grupos, os perfis do Facebook são anteriores aos do Instagram, bem mais recentes. No caso da Bahia, o perfil do Facebook foi criado em 4 de dezembro de 2016, e conta atualmente com 769 seguidores, enquanto a primeira publicação do perfil no Instagram, onde possui 649 seguidores, data de 3 de janeiro de 2020. No caso do Rio Grande do Sul, o perfil Olga no Facebook possui 4.490 seguidores e se iniciou em 14 de março de 2014. Assim, como o seu braço baiano, a ocupação do Instagram é bem mais recente, sendo que a sua primeira postagem foi realizada no dia 9 de março de 2019. Atualmente conta com 1677 seguidores.

Em ambos os casos, as postagens se dão sem uma periodicidade fixa e constante. Mais espaçada no caso a Bahia e mais constante no caso do Rio Grande do Sul, os perfis possuem intervalos não proporcionais entre si, podendo haver mais de uma postagem em um único dia e meses sem nenhuma postagem (no caso da Bahia) ou com apenas duas postagens (no caso do Rio Grande do Sul). No perfil gaúcho do Olga, mais constante, percebemos que alguns meses ganham maior constância como agosto e setembro.

Também podemos perceber que em ambos os casos, a ocupação digital se intensificou a partir de março de 2020, mês em que se iniciou a pandemia no Brasil. Nas observações exploratórias, pude acompanhar algumas ações do Olga Benário, tanto em Porto Alegre quanto em Salvador e percebi que havia grande enraizamento presencial nas atividades do movimento. Olga se mostrava presente em reuniões presenciais, como em manifestações e atos, e estruturalmente física, em Porto Alegre, por meio da casa Mirabal. Assim, o contexto pandêmico representou uma série de adaptações e agudizou estranhamentos e dificuldades em relação ao manejo do digital. A partir dessas observações, podemos constatar que o volume de postagens se relaciona de forma direta com elementos contextuais e datas emblemáticas.

Ao não se fazer presente em diferentes ambientes digitais e utilizar menos recursos de edição, o Olga demonstra limitações em sua ocupação dos ambientes digitais; no entanto, apresenta domínio dos recursos das plataformas em que se insere. Os espaços digitais ocupados possuem características próprias que moldam e atravessam as postagens. Um mesmo conteúdo pode ser disparado tanto no Facebook quanto no Instagram, e também, tanto no perfil gaúcho, quanto no baiano, demonstrando que alguns conteúdos são produções do núcleo nacional que são reverberadas nos núcleos regionais. Quando o conteúdo é de produção própria, isto é evidenciado pela temática ou pela estética (visualmente menos padronizada que os conteúdos nacionais).

Tanto o Instagram quanto o Facebook permitem a postagem de textos, fotografias, vídeos e *lives*, recursos que são utilizados com maior ou menor frequência por ambos núcleos. No entanto, a própria arquitetura das plataformas impõe algumas diferenças que moldam, de certa forma, seu uso. É o caso dos compartilhamentos, que são facilitados na Facebook, mas que encontram barreiras técnicas no Instagram. Apesar da dificuldade técnica com uma das plataformas, esses recursos são utilizados constantemente pelo Olga, com maior frequência no Facebook e menor no Instagram, onde o movimento é realizado a partir de foto da foto e marcação do perfil.

As lógicas e os propósitos por trás da utilização desses recursos são múltiplos: publicizar atos e ações de parceiros; visibilizar textos de mídia alternativa; utilizar conteúdos para reforçar posicionamentos do coletivo e publicizar informações acerca de temáticas debatidas pelo Olga. Assim como ocorre nas postagens de Odara, por vezes, quando Olga compartilha determinado conteúdo de um parceiro, de outro coletivo ou movimento de mulheres ou de perfis de mídia alternativa, está operando no sentido de criar espaços de maior circulação dessas vozes, ampliando os atores e lutas com quem Olga se afina, driblando ou minimizando, dessa forma, entraves e bolhas algorítmicas da arquitetura da internet. No que tange mais especificamente a

notícias da mídia alternativa, o Olga costumar legendar os compartilhamentos com trechos da matéria que gostaria de destacar.

No caso das mídias alternativas, o maior parceiro midiático de Olga é o Jornal Verdade – Um jornal recifense comprometido com a luta do socialismo. Grande parte dos conteúdos compartilhados são produzidos pelo jornal, alguns deles escritos por integrantes do Olga, nacional ou de seus núcleos regionais. Na pesquisa de campo exploratória, percebi o quanto o jornal é importante para o movimento, sendo que em várias ocasiões como palestras, atos, encontros e manifestações o jornal é distribuído (ou vendido) pelas integrantes do Olga. Pela parceria, constantemente uma coluna do jornal é cedida ao movimento de mulheres Olga Benário. Foi o caso da publicação do dia 5 de dezembro de 2019, realizada em ambos os perfis do núcleo gaúcho de Olga, que trazia uma fotografia de uma matéria publicada no Jornal *A verdade*. Assinada por Carla Castro – integrante do Olga RS, versava sobre a ação realizada na prefeitura de Porto Alegre que reivindicava a religação da energia e a regularização da situação da casa de referência Mirabal. Na legenda, o Olga pede apoio à mídia alternativa, em especial ao Jornal *A Verdade*.

Figura 24: Fotografia de matéria do jornal A verdade



Fonte: Instagram Olga, 4 de dezembro de 2019

A relação que o movimento de mulheres Olga Benário constrói com o Jornal *A verdade* nos dá a ver como a comunicação é vista como ferramenta de luta pelo grupo. Ao se engajar na

produção e circulação deste jornal, o Olga contribui para que vozes ganhem corpo e espaço, e para que narrativas comprometidas com as lutas defendidas pelo grupo atinjam maior alcance. Ao escolher contribuir com um jornal socialista, o Olga busca reforçar o viés anticapitalista de seu movimento.

No entanto, diferente de Odara, o Olga não apenas compartilha conteúdos produzidos por parceiros ou mídias alternativas com quem se identifica. Embora seja raro, também é possível observar compartilhamento de produções de meios de comunicação hegemônicos, como G1 e Estadão. Nesses casos, o compartilhar é utilizado no sentido de possibilitar aos seus seguidores o acesso a informações, dados e fatos sobre determinada temática. Ao invés de trechos da matéria compartilhada, essas publicações carregam breves comentários de Olga acerca da temática abordada. A ideia é ancorar um acontecimento, registrado pela publicação compartilhada, a uma discussão mais recorrente de Olga, como um gancho. É o caso da publicação de 4 de janeiro de 2020, que traz uma matéria do portal G1 sobre um caso de um brutal feminicídio em Porto Alegre. Na legenda, o Olga denuncia a falta de políticas públicas para mulheres na cidade.

Outro recurso utilizado frequentemente pelos dois núcleos de Olga observados são as *hashtags* – que geram *hyperlinks* conectando e expandindo o alcance de suas postagens. Tal mecanismo é utilizado para vários fins: ampliar a visibilidade de uma postagem; demarcar datas de luta (como #25dejulho, #13demaio); criar identificações temáticas (#educaçãopública; #leimariadapenha; #mulherescientistas); demonstrar engajamento em campanhas, lutas e movimentos (como #forabolsonaro, #adianem2020, #vidasnegrasimportam, #contraaviolenciacontraasmulheres; luta LBT, #justiçapormiguel); visibilizar ações do próprio coletivo (como #ajudeumadiarista) e também construir símbolos de autodefinição do próprio grupo ( como #feminismoclassista, #feminismomarxista, #porumgovernopopular).

Antes da pandemia, as *lives* publicizadas nos perfis Olga costumavam ser promovidas pelo perfil nacional do movimento, o que ainda acontece. No entanto, com a necessidade do distanciamento social, o grupo precisou criar estratégias de não parar, apesar das novas demandas impostas. Assim, observamos que os grupos de estudo assim como as plenárias passaram a ocorrer no ambiente digital, mas por uma questão de segurança não ocuparam os espaços das *lives*, e sim salas em outras plataformas, mediante inscrição. Se no Odara gravar e registrar são estratégias vinculadas à construção de memória, nos núcleos observados do Olga, há um movimento contrário, de procurar espaços mais seletos, em busca de segurança.

Assim como fiz com o grupo anterior, objetivo com essa descrição sobre os modos como o Olga ocupa os territórios digitais dar a ver como o grupo se conecta à prática de construir e

reivindicar comunicações mais cidadãs. Esse movimento nos possibilita enxergar pistas para pensar como a comunicação construída pelo Olga nos espaços digitais pode se conectar a perspectiva de elaboração e manutenção de condições favoráveis à produção de vozes libertadoras.

### **5.2.2 *Temáticas abordadas***

Considerando as observações no período da pesquisa sistemática (de junho de 2019 à novembro de 2020), percebemos que há uma diversidade temática que permeia as postagens dos núcleos do movimento de mulheres Olga Benário na Bahia e no Rio Grande do Sul. Assim como ocorre no Odara, as temáticas trabalhadas no Olga se interseccionam, se atravessam e dialogam entre si. Para fins didáticos, construí uma tabela considerando as temáticas principais de cada publicação, a fim de dar a ver a multiplicidade de assuntos abordados. Tal tabela possibilita uma visualização das temáticas que ajuda a pensar os modos como Olga constrói sua identidade, demandas e lutas, assim como permite ver as especificidades de cada núcleo regional e os contextos que os atravessam.

Em cada rede que ocupa, o Olga se define por frases diferentes que convergem para o mesmo ponto, o feminismo socialista. “O Movimento de mulheres Olga Benário organiza as mulheres para lutar contra a opressão patriarcal - capitalista e na luta pelo socialismo (OLGA –BA, Instagram). Na autodescrição do perfil do núcleo gaúcho no Facebook, o Olga recupera a origem no nome do movimento – uma homenagem evidente à comunista Olga Benário – para apresentar o alinhamento político do movimento e seu projeto de sociedade igualitária. Já o perfil baiano na mesma rede detalha as bandeiras em que se engaja.

Contra a espoliação imperialista; Não às guerras imperialistas; Garantia de emprego e igualdade salarial para homens e mulheres (salário igual para trabalho igual); Fim da discriminação às mulheres! Firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças; Amplo acesso à saúde, planejamento familiar e direitos reprodutivos; Creche, restaurantes e lavadeiras públicas. Pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física; a violência psicológica; a violência sexual; a violência patrimonial; a violência moral; Garantia de acesso à moradia digna e educação; Pela igualdade de direitos e pelo Socialismo. (OLGA-BA, Facebook).

As bandeiras defendidas nesta autodefinição fazem par com as temáticas que observamos na tabela 12. As postagens do Olga se orientam pelo fio condutor da perspectiva classista e socialista. Também trabalham a Interseccionalidade; podemos observar que tanto as temáticas quanto os modos de abordagem se orientam por recortes de classe alinhados à raça e

gênero, por mais que haja algumas limitações, sendo a mulher da classe trabalhadora com quem Olga se dispõe a dialogar.

Tabela 12: Temáticas da ocupação comunicacional digital pelo movimento Olga Benário

Temáticas	Olga RS -Porto Alegre					Olga BA- Salvador				
	Instagram		Facebook		Total	Instagram		Facebook		Total
	2019	2020	2019	2020		2019	2020	2019	2020	
Registro de Atividades	12	25	26	23	86	-	1	1	-	2
Pandemia do Coronavírus		35	-	37	72		4	-	-	4
Violência contra as mulheres	9	19	23	18	69	-	5	2	-	7
Democracia e sistema político	4	19	5	9	37	-	3	-	-	3
Feminismos	4	12	7	13	36	-	5	-	-	5
Educação e formação	4	21	3	5	33	-	1	-	-	1
Casa Mirabal e casas de referências	4	14	9	11	33	-	-	1	-	1
Saúde e bem estar	6	6	6	4	22	-	-	1	-	1
Mulheres negras	2	8	5	2	17	-	5	-	-	5
Atividades culturais	2	5	5	4	16	-	-	-	-	-
Eleições	-	13	-	3	16	-	-	-	-	-
Memória e registro histórico	1	6	2	6	15	-	-	-	-	-
Desigualdade social e questões trabalhistas	-	2	4	7	13	-	1	-	1	2
Campanha de arrecadação para compor encontros	1	4	2	4	11	-	-	-	-	-
Pautas LGBTQIA+	2	3	4	1	10	-	3	1	-	4
Racismo e genocídio do povo negro	1	2	1	6	10	-	7	-	-	7
Violência de Estado	2	5		2	9	-	-	-	-	-
Luta pela defesa das crianças	1	3	2	3	9	-	3	-	-	3
Luta por creches e direitos referentes à maternidade	2	2		4	8	-	-	-	-	-
Movimento de lutas nos bairros e ocupações	1	1	1	1	4	-	-	1	1	2
Luta das pessoas com deficiência	-	2	-	2	4	-	-	-	-	-
Direito à cidade	-	2	-	2	4	-	-	-	-	-
Homenagens	-	2	-	1	3	-	-	-	-	-
Reforma da previdência	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Mulheres rurais	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-
Mídia e comunicação alternativa	1	1	-	-	2	-	-	-	2	2
Ataque virtual	-	1	-	1	2	-	1	-	-	1
Mulheres indígenas	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-
Autocuidado	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Luta contra armamento	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Mulheres no esporte	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	63	214	106	170	553	-	39	7	4	50

Fonte: Elaborada pela autora

Como podemos observar na tabela 12, um volume significativo e constante das postagens do núcleo gaúcho do Olga está relacionado ao registro e chamadas de encontros, marchas, atos e atividades culturais. Assim como no Odara, vale pontuar algumas questões sobre essas publicações. A primeira se conecta à construção de memória. Se com as *lives* e os encontros, o Olga demonstra mais reserva, escolhendo operar em outros aplicativos, por outro lado, costuma

registrar suas atividades por meio de fotografias, vídeos e breves relatos sobre como se deu e o que pretendiam com tais atos. A lógica de reivindicar experiência vivida também parece se aplicar aqui. Quando Olga registra suas ações, além de construir registros e demarcar memórias, nos deixa a ver pessoas, práticas, espaços, cores, reivindicações e estéticas que nos fazem pensar na vivência como caráter de significado, tal qual reflete Hill Collins (2019). O experienciado como lugar simbólico de construção de referências para se pensar o contexto em que se inserem e as estratégias de luta e para reforçar demandas.

A experiência mobilizada para significar questões e reforçar demandas pode ser observada, por exemplo, no que tange à luta do grupo por creches, demanda já especificada na autodefinição que exibimos anteriormente. A temática aparece abordada centralmente em algumas postagens, como veremos a seguir, mas também tangencia os registros ao dar ênfase, nos seus registros de atos, a necessidade que algumas mulheres possuem de encontrar lugares e redes de apoio que possam cuidar de suas crianças enquanto elas se dedicam a outras atividades, inclusive as do grupo.

Não é raro que registros fotográficos de reuniões, atos e marchas, enfoquem os espaços criados para acolher os filhos das integrantes e militantes. É o caso da foto publicada no dia 4 de julho de 2020, onde dois meninos brincavam com um cachorro enquanto suas mães estavam em uma reunião, e do vídeo publicado no dia 18 de julho de 2020, que registra uma brincadeira de roda entre meninas pequenas e uma integrante do Olga. A legenda informa que enquanto as mães estavam na reunião do movimento, seus filhos brincavam do lado de fora, e clama “Viva as crianças do Olga”. Ambos os exemplos, embora simples, reforçam a percepção de que a comunicação do Olga enfatiza a sensibilidade e a experiência como critério de significado. Embora essas publicações não se refiram diretamente à luta pela creche e por redes de apoio às mães, elas registram parte da experiência de ser mãe e militante, mãe e profissional, e suas demandas. Experiências que são utilizadas narrativamente em suas demandas

E a sensibilidade se faz presente tanto na utilização do lúdico das brincadeiras infantis também como uma forma de respiro – algo leve e divertido que traga uma sensação de bem estar – como modo de cuidado materializado. Tendo em vista que muitas militantes e acolhidas pelo Olga possuem filhos, o cuidado com as crianças se traduz em práticas como brincar, ou uma criação de oficinas de fotografia infantil, como registra a publicação do dia 18 de julho de 2020.

Figura 25: Fotografia de criança fotografando cachorro



Fonte: INSTAGRAM OLGA RS A, 18 de julho de 2020.

A sensibilidade também atravessa as ações comunicacionais de Olga como linguagem, o que acontece tanto no digital quanto no presencial. Nas caminhadas exploratórias percebi como a performance e a arte são potenciais instrumentos de luta e de expressão para o Olga. A arte usada como linguagem do sensível, modo de atingir sensibilidades outras que não as dos formatos tradicionais de discurso político. Aqui, os registros nos dão a ver parte dessa dimensão presencial de expressão. Não é incomum que Olga registre suas integrantes em atos, pintando cartazes, colando lambe-lambe nas ruas. É o caso da postagem do dia 3 de dezembro de 2019 que registra uma ação que foi realizada em Passo Fundo, município do interior do Rio Grande do Sul, após o assassinato de Lucile de Almeida, vítima de seu ex companheiro. As fotografias mostram que as integrantes do Olga se reuniram em uma praça da cidade, acenderam velas e pintaram na calçada em tinta vermelha a marca de um corpo.

Figura 26: Fotografia de performance artística do movimento Olga Benário em Passo Fundo



Fonte: OLGA RS INSTAGRAM, 3 de dezembro de 2019.

A performance de pintar na calçada um corpo em tinta vermelha busca afetação no sentido de afetar, chocar, mobilizar. Esses elementos artísticos falam na linguagem do sensível, do poético e do instigante. Por si só, o pintar a calçada, da forma e no contexto em que é feito, catalisa emoções e captura olhares, fazendo com que a temática se sobressaia e provoque a curiosidade, em um primeiro momento e, principalmente, reflexão. A arte aqui atua no campo do simbólico para tornar ainda mais visível a reivindicação do grupo. Faz parte do experimentar que Olga se permite em sua comunicação. Quando postada nas redes sociais, a performance ecoa, buscando maior visibilidade. A legenda que a acompanha, ao trazer o nome, a idade e o contexto no qual o crime se deu, sem poupar os detalhes cruéis, reforça a linha da afetação, do choque para mobilizar, fazer pensar e, talvez, até desabafar um grito de quem não suporta mais que a mesma história triste ganhe rostos novos todos os dias.

A violência contra mulheres é, como podemos visualizar na tabela 12, uma das temáticas mais abordadas, em número e constância, nas publicações do Olga. O tema é tratado por diferentes ângulos em diversos formatos, desde chamadas para atos públicos, a vídeos, *cards* ilustrativos e textos mais longos. Olga também busca trabalhar a questão de forma a contemplar as múltiplas formas como a violência atravessa a vivência e as experiências das mulheres e do

ser mulher. Assim, são pautadas violências físicas, feminicídios, violências materiais, psicológicas, difamações e assédios e como elas atravessam os espaços e estruturas de poder.

Muitas das publicações costumam trazer dados estatísticos para refletir sobre como o sexismo estrutura uma condição de naturalização de violência contra as mulheres. Na publicação realizada no dia 23 de agosto de 2019, pelo núcleo gaúcho de Olga, esses dados são apresentados de forma didática em *cards* e também no texto da legenda. Os dados são, de acordo com Olga, retirados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018). O primeiro *card* traz a frase “1 mulher é estuprada a cada 9 minutos no Brasil”, mostrando que a comunicação utilizada é direta e simples, trazendo dados de forma palpável e chocante, ao dimensionar o número de vítimas no tempo. Essa é a tática utilizada para apresentar os outros dados, como o número de assassinados de mulheres por dia e o número de denúncias de violências verbais por minuto. Os dados também são apresentados com recortes de raça e transgeneridade, indicando quantas mulheres negras e quantas trans compõem a marca de 13 mulheres mortas por dia. Ao trazer os dados dessa forma, conectados a dimensões do tempo como segundos, minutos, horas e dias, o Olga se utiliza de mecanismos de linguagem para deixar a realidade que esses dados apontam, mais visível e acessível, assim como, para evidenciar que mesmo entre mulheres, os sistemas de opressões são desiguais. Em uma sociedade estruturada em bases coloniais racistas, as mulheres negras são as que mais morrem.

Figura 27: Card sobre feminicídios no Brasil



Fonte: INSTAGRAM OLGABENÁRIO RS, 23 de agosto de 2019.

A temática também é abordada a partir de casos reais mais pontuais, sejam eles regionais, como o feminicídio que vitimou Luciele de Almeida – como mostramos anteriormente – ou em casos de amplitude nacional, como os casos Neymar<sup>56</sup> e Marina Ferrer.<sup>57</sup> Nesses casos, mais midiáticos, o Olga se posiciona ao lado da vítima e traz reflexões acerca da dificuldade que as mulheres enfrentam ao denunciar casos de violência, sobretudo quando os acusados são homens influentes, famosos ou ricos. Como exemplo podemos citar o vídeo publicado no dia 4 de junho de 2019, nas redes sociais do perfil gaúcho, relacionada ao caso Neymar. No vídeo, Nana Sanches, integrante do Olga, se posiciona contra campanhas de difamação de mulheres que denunciam casos de violência e critica a cobertura midiática do acontecimento, alegando que muitos meios de comunicação corroboraram com narrativas de difamação da modelo Najila Trindade. Na época, em um vídeo onde se posicionava como inocente, o jogador de futebol compartilhou fotos íntimas da modelo com a finalidade de provocar descrédito sobre o seu relato.

Quando se refere a acontecimentos regionais, o Olga adota duas principais formas de agência: utilizar uma linguagem informativa, em tom jornalístico, noticiando o fato e, por vezes relacionando-o a algumas estatísticas ou utilizar um tom mais próximo ao relato quando realizam ações mobilizadas por acontecimentos. É o caso da postagem do dia 28 de setembro de 2020, no perfil gaúcho de Olga no Instagram, que traz um relato sobre uma ação junto aos estudantes de um colégio estadual, após a denúncia de um caso de assédio por parte de um professor.

Assim, percebemos que, apesar de constante, o tema ganha contornos contextuais. Não apenas no que tange a acontecimentos trágicos, de casos de feminicídio e estupro, mas também abordando como operam as violências em contextos mais amplos como nas eleições e durante a pandemia. Em 13 de novembro de 2020, o núcleo gaúcho de Olga publicou em suas redes sociais uma nota contra a violência de Gênero nas eleições. No texto que acompanha um *card* ilustrativo, Olga denuncia ataques cibernéticos realizados contra mulheres candidatas a cargos públicos nas eleições municipais de 2020, partindo das ameaças realizadas contra a candidata à prefeitura Manuela D'Ávila, para problematizar as nuances das opressões e violências de gênero.

---

<sup>56</sup> Em 2019 o Jogador de futebol Neymar foi acusado de estupro pela ex-modelo Najila Trindade. O inquérito foi arquivado.

<sup>57</sup> A influenciadora Marina Ferrer denunciou um caso de estupro que ocorreu em 2018 no Beach Club Café de La Musique em Florianópolis. O caso tomou amplitude após Marina se pronunciar publicamente em suas redes sobre o ocorrido.

A lógica da democracia nos espaços políticos vai sendo abafada pela violência e o massacre de Fake News e agressões. Essa política retira dos espaços públicos mulheres que vivem diariamente com o machismo, a violência doméstica, o estupro e a misoginia. Repudiamos veementemente a violência política de gênero que tem sido presente nas eleições municipais de Porto Alegre, uma série de agressões psicológicas cometidas contra a candidata ou ainda contra sua família. O objetivo dessa violência é restringir, suspender ou impedir o exercício da mulher na política através da pressão, perseguição, hostilização e ameaças. Não aceitaremos mais! Lugar de mulher é na luta, na política e nos espaços de decisão! Machistas não passarão” (OLGA BENÁRIO, Instagram, 13 de novembro de 2020).

Ao denunciar os ataques cibernéticos sofridos pela candidata Manuela D’Ávila, Olga denuncia os mecanismos de violência que silenciam, constroem e ameaçam mulheres que ousam se manifestar politicamente e pleitear cargos de agência política. E ao fazer isto, também problematiza as possibilidades dos espaços digitais como territórios de disputa e não apenas de interações democratizadas. Assim, reflete sobre como os ambientes construídos pelo digital e suas lógicas podem também ser usados com fins antidemocráticos e opressões, como as *Fake News*; tais usos não libertadores acabam por construir um ambiente propício para ataques digitais. Ao problematizar esses ataques, Olga também age no intuito de atacar e tornar visível certas lógicas de silenciamento, além de defender a construção e manutenção de condições necessárias para a livre expressão e exercício político de mulheres, e consequentemente, defender as condições necessárias para que mulheres possam falar e serem escutadas.

A observação dá a ver como a temática da violência é abordada em múltiplas dimensões, o que demanda múltiplas estratégias também. Uma delas é a publicação de *cards* informativos que tratam dos procedimentos necessários para denunciar casos de violência. Nesse sentido, foi postado pelo perfil gaúcho, em 5 de junho de 2019, um pequeno manual intitulado “O que a mulher deve fazer quando sofre violência?”. Este conjunto de *cards* traz instruções didáticas a respeito dos procedimentos legais a serem tomados, incluindo quais os lugares de denúncia, que documentos são necessários para abrir uma queixa, como ocorre o processo de abertura de boletim de ocorrência e o que são as medidas protetivas. As instruções são detalhadas e objetivas. O texto que acompanha o pequeno manual traz também uma série de dados sobre vítimas de violência, o que enfatiza a importância de se publicar conteúdos informativos sobre o assunto.

Outra publicação nesse sentido é a postagem do dia 23 de março de 2020, no Instagram do núcleo gaúcho, que informa como estão sendo realizadas as denúncias de casos de violência durante a pandemia. Essa publicação foi construída em parceria com o Grupo interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para mulheres da UFRGS. Nela, uma série de *cards* traz informações sobre os lugares de atendimento, números para contatos de instituições e também

de entidades de apoio jurídico, incluindo, entre eles a ONG THEMIS- Gênero, justiça e direitos humanos e a casa de Referência Mirabal. Assim, traz uma lista de hospitais, juizados, centros de referências e defensorias públicas que podem ajudar mulheres em situação de violência. A legenda que acompanha o pequeno manual enfatiza como o número de casos de violência aumentou durante a pandemia, onde muitas mulheres precisaram se isolar em casa, juntamente com seus agressores.

Figura 28: Card sobre o atendimento para mulheres em situação de violência durante a Pandemia



Fonte: INSTAGRAM OLGA BENÁRIO, 23 de março de 2020

No que se refere ao atendimento e acolhimento a vítimas de violência de gênero, Olga vai além da publicação de dados e reflexões. Além de informar, nos meios digitais, o movimento se engaja na luta por políticas públicas e espaços de referências para mulheres em situação de violência, seja por meio de abaixo-assinados, manifestações, reuniões com secretarias ou ações independentes. Em minhas observações percebi que o lema “pela defesa da vida das mulheres” parece orientar as ações e a comunicação de Olga. O apelo aqui se refere à vida em si, ao direito de existir, mas também de viver uma vida digna. Pelo direito de viver uma vida sem ameaças, medos, com segurança e amparo estatal. Sendo Olga, um movimento feminista marxista, a vida digna inclui também os direitos ao trabalho reconhecido e adequadamente remunerado e à moradia. Assim, as reivindicações de Olga apontam não apenas

para mudanças culturais e comportamentais, mas também, para que estas se tornem políticas de Estado.

O movimento organiza mulheres que são mãe, pobres, trabalhadoras, negras, estudantes, com deficiência e LBTs, na luta contra a violência, a opressão e a exploração da mulher, justamente porque vivemos todos os dias às sombras de dados alarmantes. Porém os índices informam mais do que números de mortas, estupradas e mulheres em situação de rua. Eles denunciam o descaso do poder público perante doas as mulheres que, apenas por serem mulheres, são alvos destas e de várias outras violações (INSTAGRAM OLGA RS, 9 de outubro de 2020)

A partir do entendimento de que as políticas públicas, de acolhimento às mulheres, existentes, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda possuem graves falhas e se mostram, muitas vezes, não suficientes, o movimento Olga Benário tem experimentado construir suas próprias casas de referência para mulheres em situação de violência. Assim surge a Casa Mirabal em Porto Alegre. Ao todo o movimento Olga Benário é responsável por três casas de referências: Mirabal, no Rio Grande do Sul, Casa Helenira Preta em São Paulo e Casa tina Martins, em Belo Horizonte.

A ocupação Casa de Mulheres Mirabal surge em 25 de novembro de 2016 – dia internacional de combate à violência contra as mulheres. Seu nome é uma homenagem a três irmãs dominicanas que enfrentaram o regime fascista e ditatorial em seu país e foram assassinadas pelo governo de Rafael Leónidas Trujillo em 1963. Inicialmente, as mulheres militantes do Olga ocuparam, naquela noite de novembro, um antigo casario azul, de três andares, no número 380 da Duque de Caxias, no centro histórico da capital gaúcha. Elas o transformaram em um centro de referência, que visa o acolhimento e abrigo de mulheres em situação de vulnerabilidade e violência. A propriedade pertencia aos Irmãos Salesianos, mas estava desocupada e sem uso há mais de quatro anos. Posteriormente, após um processo de reintegração de posse, e meses de negociação com o Estado e o município, a casa Mirabal realizou a ocupação de um novo imóvel, a construção que comportava a antiga Escola Benjamin Constant. Na postagem do núcleo gaúcho no Instagram dia 12 de novembro de 2019, um dia após terem o seu fornecimento de energia elétrica cortado a pedido da secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Olga reporta como se deu a negociação e ocupação do atual prédio da Casa Mirabal.

Nossa instalação no prédio foi realizada com o objetivo de se fazer cumprir o acordo firmado após meses de negociação entre movimento e entes públicos, acordo que a Prefeitura de Porto Alegre se negou em cumprir. Em quase 10 meses de negociação para que o serviço prestado pela Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal pudesse continuar existindo, foi firmado o compromisso do estado e município em destinar a escola Benjamin Constant, que estava desativada, para a continuidade de nosso projeto. A Prefeitura de Porto Alegre, agindo de má fé,

solicitou a reintegração de posse do prédio. No entanto, conseguimos uma decisão judicial favorável que designa que a Prefeitura deve dialogar com o movimento, entendendo que houve de fato um acordo que deve ser cumprido (OLGA BENÁRIO – RS, Instagram, novembro de 2019).

A Casa Mirabal funciona como um espaço no qual mulheres em situação de violência e vulnerabilidade podem procurar apoio jurídico, psicológico, social e, também, abrigo e acolhimento. Muitas mulheres que sofrem violências por parte de seus companheiros não possuem uma rede de apoio social e financeira, e se veem sem ter a quem recorrer uma vez que rompam com seus agressores. A casa Mirabal representa, dessa forma, um espaço possível de cuidado, apoio e abrigo, equipado com uma rede de profissionais voluntários, psicólogos e advogados, além de um teto, comida, banho quente e espaço de escuta. A casa também está aberta a receber crianças, geralmente filhos e filhas das mulheres abrigadas.

Além de um espaço de acolhimento e abrigo, a Casa Mirabal se propõe a oferecer formação política, debates, palestras, rodas de conversa e atividades culturais, encontros, feiras e cursos de geração de renda. A ideia é que funcione como um espaço onde as mulheres possam se recuperar dos abusos sofridos, se aproximar das lutas defendidas pelo movimento e ter condições favoráveis para a construção de sua própria autonomia.

Durante a fase de pesquisa exploratória, estive na casa Mirabal em seis ocasiões diferentes, nos dois endereços ocupados. Em todas elas, o espaço se mostrou acolhedor e cheio de pessoas, vozes e crianças brincando nos pátios. Naqueles espaços, realizei entrevistas e participei de encontros, rodas de conversa e uma reunião de formação e educação do Olga. Avalio que pode ser enriquecedor recuperar aqui algumas destas vivências. Na ocasião do dia 13 de março de 2018, participei de uma roda de conversa cuja temática principal era gênero e saúde mental, como mencionei anteriormente no capítulo metodológico. Vale aqui acrescentar que, apesar de muitas acolhidas não terem participado do evento, a roda se deu de forma fluida e leve, com uma palestra de especialistas e um espaço para compartilhamento de vivências pessoais, experiências e para reflexão conjunta sobre como as relações de gênero e poder moldam também o modo como mulheres são afetadas psicologicamente pelas estruturas patriarcais e o modo como encontram, ou não, acolhimento na saúde pública e em suas redes sociais. O mesmo tom de conversa, compartilhamento e acolhimento pôde ser encontrado na roda de conversa acerca da descriminalização do aborto no dia 22 de novembro daquele mesmo ano (dessa vez no novo endereço). A ocasião se deu nos mesmos moldes, com uma primeira fala de uma especialista da saúde e abertura para o compartilhamento de ideias, falas e experiências.

Em ambas as ocasiões, fizemos uma roda real de conversa, com cadeiras em uma salinha pequena, no primeiro exemplo, e em volta de uma grande mesa, no segundo. Ali se estabelecia um espaço de troca dialógica, onde todas as mulheres eram convidadas a se expressar de modo livre. Via-se um genuíno esforço em não hierarquizar falas e em criar um ambiente onde todas pudessem se sentir à vontade para colocar suas próprias ideias e questões. Ao escutar os depoimentos daquelas que se fizeram presentes, percebi que muitas demonstravam se sentir em um espaço seguro de compartilhamento, ainda mais em se tratando de dois assuntos delicados. Percebi que não apenas a voz era incentivada, como também a escuta qualificada. Ambos os exemplos foram demonstrativos de como a casa Mirabal se construía a partir de modos de cuidado. O cuidado sendo apropriado tanto como tática de sobrevivência (que garantia efetivamente segurança e melhores condições de vida das abrigadas), como de luta, sobrevivência e construção de ambientes seguros que possibilitassem a emergência de vozes individuais e coletivas.

Durante a pandemia, a casa Mirabal não deixou de funcionar e de acolher mulheres. No entanto, foi preciso fazer algumas readaptações, como o cadastro *online* por e-mail e mudanças internas na casa a fim de garantir espaços onde fosse possível cumprir períodos de quarenta para prevenção. Também foi preciso realizar readaptações no que tange às atividades de geração de renda. Tendo em vista que muitas acolhidas haviam perdido seus empregos e ofertas de trabalho durante a pandemia, foi necessário buscar soluções táticas possíveis, além das campanhas de arrecadação. Nesse sentido se insere o brechó Mirabal e, também, o projeto Quitutes Mirabal, que visa apoiar não só as acolhidas Mirabal, como as mulheres da comunidade ao redor. O projeto, que visa produzir e ampliar as vendas das quituteiras, surgiu ainda em 2019, mas foi intensificado em 2020 durante a pandemia, podendo contar com a parceria com a Enactus UFRGS.<sup>58</sup>

A casa Mirabal possui redes sociais digitais próprias, como Facebook e Instagram. No entanto, tematiza recorrentemente postagens dos perfis gaúchos de Olga. Tais publicações se dividem em dois grupos maiores: as postagens que divulgam campanhas de arrecadação de fundos e artigos necessários; e as postagens de caráter informativo e reivindicativo pela defesa da existência da Mirabal, que abordam os embates com órgãos governamentais na luta pela regulamentação da casa enquanto Casa de Referência.

Desde sua existência, a Casa Mirabal luta pela sua manutenção e regularização junto à prefeitura. Assim enfrentou pressões, ameaças de despejo e processos de reintegração, bem

---

<sup>58</sup> Time de empreendedorismo social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conectado à Enactus Brasil – organização mundial sem fins lucrativos dedicada a fomentar o empreendedorismo social entre universidades.

como cortes no fornecimento de energia elétrica e água. Durante o período de pandemia não foi diferente, e a casa Mirabal precisou lutar por condições dignas de existência em meio ao caos pandêmico. Muitas das postagens que o Olga faz nos perfis de seu núcleo gaúcho sobre a casa Mirabal reportam essa luta. Em 15 de setembro de 2020, em meio a uma crise sanitária, a prefeitura autorizou o desligamento da luz da casa Mirabal. O fornecimento de luz só retornou em 2 de outubro, após 18 dias de mobilizações, reuniões e manifestações. Duas postagens foram realizadas nas redes sociais do núcleo gaúcho naquele mesmo dia. Em ambas, Olga informa que o desligamento foi feito sem aviso prévio, destacando que a ação é ilegal e narra a gravidade do acontecimento em meio a uma pandemia mundial. Também ressalta os processos legais que estão enfrentando na luta pela regulamentação da casa de referência.

Por fim, em relação aos cortes de energia no Rio Grande do Sul: a justiça gaúcha concedeu liminar em ação patrocinada pela Defensoria Pública do Estado, no mês de agosto, e determinou que as concessionárias CEEE e RGE não cortem a energia elétrica de consumidores inadimplentes. A decisão do juiz João Ricardo dos Santos Costa, da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, foi proferida na quinta-feira (7) ao analisar ação da Defensoria Pública do Estado. A multa é de R\$ 2 mil por dia, em caso de descumprimento. Dessa forma, seja qual for a motivação do corte, mais uma vez trata-se de medida ILEGAL. (OLGA BENÁRIO – RS, instagram, setembro de 2020)

Em uma das postagens realizadas naquele dia, Olga convoca o apoio de seus seguidores em um conjunto de *cards* que informam como é possível colaborar na luta e na manutenção imediata da casa. No *card*, Olga ressalta que a temperatura de Porto Alegre naquele dia está por volta de 18º e, sem energia elétrica, aquecer-se se torna uma tarefa mais difícil, assim como realizar atividades cotidianas. Desse modo, informam que estão precisando com urgência de doações de velas, lanternas, luzes de emergência e ajuda para resolver questões alimentares e de higiene, visto que seus eletrodomésticos estão sem possibilidade de funcionamento. O que nos dá a ver como a casa age a partir da construção de redes de solidariedade que as mantem e contribuem com ela para que também a casa possa ser o espaço de concretização das ações dessas redes.

Na mesma postagem, Olga também pede para que seus seguidores compartilhem, o máximo possível, as informações acerca do desligamento de luz da casa. Ao fazer isso, nos dá a ver como considera a comunicação e o compartilhamento de informação potentes enquanto ferramentas de luta, visto que as temáticas que envolvem a casa nem sempre ocupam espaços de destaque das mídias hegemônicas. E, no entanto, para disputarem seus direitos junto aos órgãos governamentais municipais e estaduais é necessário, também, o apoio e comoção da comunidade ao redor.

Figura 29: Card sobre o desligamento da luz da casa de referência Mulheres Mirabal



Fonte: Instagram Olga Benário –RS, 15 de setembro de 2020

No dia 18 de setembro de 2020, a casa encontrava-se ainda na mesma situação precária de falta de energia elétrica. Militantes do movimento Olga e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) organizaram frente à prefeitura um ato exigindo o regulamento da casa Mirabal e a volta do fornecimento de energia elétrica para a casa.

Naquele mesmo dia, foi postado um vídeo registrando o ato, acompanhado de uma legenda. Em tom jornalístico, na legenda Olga se propõe a fazer uma breve matéria sobre a ação política, informando o contexto, as demandas e a duração do ato. Também recupera em texto, declarações das militantes sobre a dificuldade em estabelecer diálogo com as entidades do governo e sobre a importância social do trabalho realizado na casa de referência. O vídeo registra parte do ato, onde mulheres militantes dos movimentos fizeram um jogral, com o auxílio de megafone, a fim de defender a relevância e necessidade do trabalho da Mirabal. No texto recitam uma série de dados acerca da violência contra mulheres.

Em 2018 no Brasil três mulheres foram espancadas por minuto. A cada 8 minutos uma mulher é estuprada. 536 mulheres foram agredidas a cada uma hora. 12 milhões de mulheres foram agredidas verbalmente. 2 milhões foram ameaçadas por armas de fogo ou faca. 22 milhões foram assediadas. A cada uma hora e meia uma mulher é assassinada. O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. É pela vida das mulheres. Resiste Mirabal. Fora Marchezan (transcrição de áudio retirada do vídeo publicado pelo Perfil Olga Benário – RS no dia 18 de setembro).

Figura 30: Registro de vídeo de ato em defesa da casa Mirabal



Fonte: Instagram Olga Benário –RS, 18 de setembro de 2020

Essas publicações dão a ver que, em seus textos, atos e ações comunicacionais, Olga Benário trata da violência contra as mulheres enquanto uma problemática social que demanda a formulação de políticas públicas eficientes. Assim, não se poupa de realizar duras críticas e oposição direta a governos, como no caso do governo municipal Marchezan em Porto Alegre. Também podemos perceber que o cuidado é atrelado à causa como modo de agência, como necessidade metodológica para se implantar políticas de apoio e acolhimento das mulheres em situação de violência, que possuam uma visão ampla a respeito do acolher. O cuidado também é demonstrado à comunidade quando, após 18 dias de manifestações, lutas e doações, Olga faz uma postagem “Vitória das mulheres”, no dia 2 de outubro, comemorando o religamento da luz e agradecendo as demonstrações de solidariedade de todos que colaboraram com a casa.

Assim podemos perceber que a apropriação do cuidado enquanto ferramenta e potencial de luta também atravessa os modos de operar, agir e se comunicar do Olga. O que se reflete em diversas temáticas, para além dos assuntos referentes aos sistemas de violência. O cuidado em si também é pautado pelo movimento, geralmente na forma de autocuidado. Assim, como ocorre com o Odara, na Bahia, em Olga o autocuidado transcende as esferas de beleza, cuidado com o corpo e com a aparência, embora essas dimensões também construam a percepção do

autocuidado. No entanto, ele é tomado por um viés mais comunitário e político do que individualista, mesmo em se tratando de um cuidado pessoal. É entendido como autocuidado também a oferta de espaços de lazer, de cultura, de estética, assim como cuidados emocionais e psicológicos.

A postagem intitulada “O autocuidado é uma tarefa revolucionária”, publicada em 17 de setembro de 2020 no Instagram do núcleo gaúcho ilustra essa perspectiva. A publicação é formada por um *card* ilustrativo de um texto reflexivo, e também traz um *link* a uma matéria publicada no Jornal A verdade sobre a mesma temática. No texto da legenda, Olga reflete sobre como o cuidado é atrelado ao feminino nas sociedades capitalistas e patriarcais e como se apropriar dele em benefício próprio. O cuidado de si física, emocional, psicológica e materialmente pode ser uma prática revolucionária, se conectada a processos de fortalecimento e luta. Aqui, evidencia as relações de classe em sua argumentação. “Na sociedade capitalista nos é imposta uma série de funções; trabalhar, cuidar da família, da casa, qualificar-se ainda mais que os homens, provar que somos fortes, capazes e competentes, essa extrema violência nos adoece impedindo que sigamos com as nossas vidas” (OLGA BENÁRIO –RS, Instagram, 17 de setembro de 2020).

Figura 31: Card sobre autocuidado



Fonte: Olga Benário – RS Instagram, 17 de setembro de 2020.

Ao trazer a temática sobre essa ótica, Olga reforça sua visão de mundo, suas bandeiras e demandas, e também, a construção da sua própria voz coletiva enquanto movimento feminista marxista. Também situa o individual, as subjetividades dentro de um contexto social amplo de luta de classes, ao refletir sobre como uma esfera molda e atravessa a outra, e vice-versa. O autocuidado é visto como tática de luta ao fortalecer sujeitos para que estes se engajem em pautas coletivas.

Ainda que embasados em epistemes diversas, tanto Odara quanto Olga percebem o eu-mundo como elementos indissociáveis, mesmo que isso apareça em graus de intensidade distintos nas agências dos dois movimentos. O cuidado de si é muito mais potente quando não operado por lógicas individualistas neoliberais e coloniais, mas sim, como estratégia política de construção de um comum menos fragilizado.

Entendo que esse cuidado é e precisa ser reivindicado como multidimensional. E umas das dimensões tratadas por Olga se constitui no cuidado com a voz, não apenas relativo à produção de mensagens que rompem com imagens estereotipadas, como no cuidado com a construção de espaços de circulação de vozes corajosas e na manutenção das condições para o desenvolvimento de auto definições, auto recuperações e da própria voz em si. Enxergo a educação e a formação política e de senso crítico como uma das nuances fundamentais para esse processo. A educação é também, como podemos visualizar na tabela 12, uma temática de relevante volume entre as publicações de Olga.

A educação é uma dimensão constante na luta do movimento Olga Benário, que toma formas diversas nas publicações do movimento em suas redes sociais, apresentando-se desde a forma de chamadas para aulas, palestras, divulgações de grupos de estudos e reuniões de formação a notas sobre atos em escolhas e postagens acerca do papel de mulheres na produção de ciência. Nesse sentido, a postagem do dia 9 de maio de 2020 no perfil do Instagram do núcleo baiano busca desconstruir a imagem tradicional, difundida no senso comum, de cientistas enquanto homens brancos “com tubos de ensaio”. Para tanto, uma série de *cards* recupera um breve histórico de mulheres negras que atuaram na produção de ciência e uma breve explicação acerca de suas pesquisas e feitos. Os *cards* acompanham um texto de legenda que reforça a necessidade de desconstruir imagens estereotipadas acerca do fazer ciência, imagens eficientes para afastar as mulheres, sobretudo as negras, do campo das ciências e invisibilizar e silenciar suas presenças e conquistas.

É imprescindível lembrar que o sistema capitalista se beneficia desse apagamento, pois é importante para a manutenção do sistema que as mulheres negras sejam vistas como incapazes de produzir conhecimento e que elas estejam sempre nos piores serviços, servindo como mão de obra barata. Muitas dessas mulheres fizeram

descobertas essenciais para a história da ciência e da tecnologia e ainda continuam fazendo. (Movimento de mulheres Olga Benário – BA, 9 de maio de 2020).

Figura 32: Card sobre mulheres cientistas



Fonte: Movimento de mulheres Olga Benário –BA, 9 de maio de 2020.

Ao publicar postagens como essa, Olga age na busca da desconstrução de imagens desestabilizadoras acerca das mulheres, sobretudo das mulheres negras e em situação de precariedade social. No entanto, por se tratar de um movimento feminista classista, em suas argumentações Olga dá maior enfoque a questões referentes ao sistema capitalista e classista, o que não quer dizer que ignore como o racismo, enquanto estrutura dessa sociedade. Como podemos visualizar, Olga assume um ponto de vista que tangencia a interseccionalidade. Ao trazer breves relatos e fotografias de mulheres negras cientistas, a intenção é romper com estereótipos arraigados e naturalizados em nossa cultura e nos sistemas de poder. Busca, assim, não só uma recuperação história da importância e contribuição dessas mulheres, como também a construção de imagens mais conectadas à realidade, mais libertárias, que combatam as imagens redutoras referentes às mulheres negras e, também, à produção de ciência. Reivindica deste modo não só a ocupação de espaços científicos tradicionais por mulheres negras, como o reconhecimento da ciência que produzem.

Muitas vezes as postagens se encarregam de fazer convites e registros de eventos educativos, sejam eles organizados pelo Olga ou eventos mais formais, acadêmicos ou escolares. É comum que o movimento Olga realize tanto palestras de formação como grupos de estudos. Alguns deles funcionam inclusive não apenas como espaço de troca e

aprendizagem, mas também como meio de arrecadação de fundos para o movimento Olga Benário e para a Casa Mirabal. Foi o caso do grupo de estudo para ler, discutir e refletir sobre a obra “A liberdade é uma Luta Constante” coletânea de artigos de Ângela Davis, organizado em agosto de 2019. Para participar, os interessados precisavam realizar uma inscrição no valor de 20 reais que incluía, além das reuniões do grupo, o material de estudo e alimentação.

Durante a pandemia, os grupos de estudo também foram uma forma que o grupo encontrou de arrecadar fundos. Esses grupos aconteciam de forma *online*, por plataformas de videoconferências, como o *google meet*. Foi o caso do grupo de estudos sobre o livro “Quarto de Despejo” da escritora Maria Carolina de Jesus, que ocorreu em julho e agosto de 2020, sob o valor de inscrição de 5 reais. Como não era presencial, o material foi compartilhado não como apostilha, mas enviado por e-mail. Ao todo, o grupo foi organizado em quatro reuniões com temáticas diferentes.

O grupo de estudos “Para uma ciência da libertação da mulher” se deu nos mesmos moldes em setembro daquele mesmo ano. Desta vez, o valor da inscrição esteve em aberto para que os interessados pudessem contribuir com o valor que desejassem. Neste caso, foi estudado e discutido o livro “Hacia una ciência de la liberación de la mujer”, de autoria Isabel Larguia e John Dumoulin, intelectuais marxistas, e publicado em 1976 durante a vivência da revolução Cubana. O grupo se propunha a realizar 5 encontros, com espaçamento de quinze dias entre eles.

Figura 33: Registro do curso de formação “Para uma ciência da libertação da mulher”.



Fonte:

Instagram Olga Benário- RS, 25 de agosto de 2020

A última mulher da fileira de baixo na foto acima, na figura 33, sou eu. Participei do primeiro encontro desse grupo de estudos. Após manifestar interesse por mensagem privada no perfil do Instagram, fui direcionada ao número de WhatsApp de uma integrante, que me solicitou informações pessoais como nome completo e cidade, e me enviou o *link* para a videoconferência e um PDF contendo o livro que seria o material didático do grupo. O encontro se iniciou no dia 25 de agosto de 2020, às 19:00h. Em um primeiro momento, uma das integrantes de Olga apresentou a proposta do grupo de pesquisa e seu funcionamento. A ideia inicial era construir um espaço para que as mulheres de Gravataí, município da região metropolitana de Porto Alegre, pudessem debater questões, demandas e trocar conhecimentos. Mas devido ao seu funcionamento *online*, o curso poderia ser realizado para além dos limites territoriais da cidade. Os encontros iriam ocorrer quinzenalmente, sempre atrelados a um dos capítulos do livro abordado. Em cada um desses encontros, uma pessoa seria responsável por apresentar discussões sobre o texto lido e em seguida seria aberta a roda de conversa. Naquela primeira reunião, após nos apresentarmos, uma das integrantes apresentou o primeiro capítulo, dando ênfase à problematização da divisão desigual de trabalho entre homens e mulheres na sociedade, refletindo sobre o cuidado enquanto trabalho socialmente delegado ao feminino. Após a fala, abrimos a discussão, onde todas as participantes eram gentilmente convidadas a se manifestarem. O diálogo se deu de modo leve e convidativo.

Se algumas temáticas são mais constantes, outras seguem a linha do contexto, pautando acontecimentos já esperados, como as eleições municipais de 2020, ou completamente inesperados, como a Pandemia do Coronavírus. Nas postagens do Olga, ambas as temáticas são abordadas e trabalhadas de acordo com as posturas e demandas já defendidas pelo grupo.

Sobre as eleições, vale demarcar a participação e o apoio do movimento Olga Benário na construção do partido Unidade Popular –UP. A unidade Popular pelo socialismo foi fundada em 2016, mas registrada oficialmente enquanto partido político apenas em 2019. O partido foi idealizado por movimentos que atuam na defesa de moradias populares na luta socialista, entre eles o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o movimento de Mulheres Olga Benário. O Olga não apenas colaborou na coleta de assinaturas de apoio para registro do partido perante o TSE, como também na construção de suas bases ideológicas e agenda de luta. No período em que morei em São Leopoldo, durante os anos de 2017 e 2018, não era difícil ver militantes do movimento Olga Benário coletando assinaturas dentro das estações de metrô. Como a regularização só foi possível em 2019, as eleições municipais de 2020 foram as primeiras oficialmente disputadas pelo partido.

A primeira postagem a pautar as eleições nos perfis do núcleo gaúcho foi publicada no

dia 16 de fevereiro de 2020, no Instagram. Na ocasião, o Olga anunciou a pré-candidatura de Priscila Voigt à prefeitura de Porto Alegre. Priscila, além de militante do movimento Olga Benário era, no momento, presidenta estadual da UP e coordenadora do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB). Na postagem, Olga relata que o processo de eleição interna da pré-candidata se deu a partir de uma plenária aberta a filiados e simpatizantes, na qual foram realizadas análises de conjuntura e foram propostas temáticas e frentes de luta. Em um segundo momento, a postagem passa a apresentar quais as propostas e bandeiras defendidas. Afirmo que a candidatura se compromete com o avanço da organização da classe trabalhadora na defesa do socialismo e do poder popular e, possui como propostas: a destinação de imóveis ociosos à ocupação popular, a implementação de tarifas sociais de água e luz e a construção e consolidação de políticas de combate à violência contra mulheres e crianças.

Foi aprovado em plenário que o programa da UP será elaborado em plenárias temáticas a serem marcadas pela executiva do partido no estado. Segundo resolução aprovada, o programa político deve ecoar as lutas do povo negro, quilombola, indígena, das mulheres e dos LGBTs, defendendo que essas pautas perpassem todas as políticas públicas além de tratar com seriedade a construção e efetivação de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência, debate geralmente escanteado e invisibilizado na sociedade (Movimento de Mulheres Olga Benário, Instagram, 14 de fevereiro de 2020)

Figura 34: Card de apresentação da pré-candidatura de Priscila Voigt à prefeitura de Porto Alegre



Fonte: Movimento de Mulheres Olga Benário, Instagram, 14 de fevereiro de 2020

Após o anúncio da pré-candidatura de Priscila Voight, Olga realizou uma plenária na casa Mirabal para discutirem propostas e projetos de cidade junto ao projeto de candidatura. Ocorrida no dia 13 de março de 2020, foi registrada em fotografia publicada no perfil do Instagram do núcleo gaúcho. A legenda informa que a reunião visou discutir debater a cidade a partir de uma ótica de mulheres e dos movimentos sociais, discutindo políticas públicas de saúde, segurança para mulheres, educação, moradia e saneamento básico. “A cidade que queremos é o fortalecimento dos serviços públicos” diz a legenda. Discutir a cidade se atrela às demandas e ações do Olga, Movimento que se constrói a partir de parcerias com movimentos de luta por moradia digna e ocupações urbanas. Embora não estivesse presente durante a plenária, em nossos movimentos exploratórios percebemos como a cidade e a rua são dimensões importantes para o movimento Olga Benário, não apenas como meio de luta e território par se estabelecer atos, protestos e processos comunicacionais, como reivindicação de uma cidade justa e acessível para as mulheres trabalhadoras.

Durante o primeiro semestre, a maior parte das postagens acerca da cena política partidária se concentraram em uma expressa oposição ao governo Bolsonaro, que foi tratado inúmeras vezes como um governo fascista. Este tipo de postagem é bem ilustrado pela campanha Mulheres Unidas contra o Fascismo, que incluiu a produção de panfletos e cartazes que foram distribuídos e colados ao redor da cidade. As eleições só voltaram a ser mencionadas diretamente em 17 de agosto de 2020, após a unificação de pré-candidaturas dos partidos UP e PSOL, sendo que Priscila Voight passou a ser vice na candidatura de Fernanda Melchiona (PSOL) à prefeitura. Na postagem, Olga faz um convite a uma *live* organizada pelo perfil da Unidade Popular no Rio Grande do Sul e reforça o comprometimento do movimento Olga Benário com a construção do partido desde sua criação. “Lutamos para ocupar os espaços de decisão política das cidades com mulheres guerreiras que levem para dentro destes espaços as lutas que construímos nos bairros, ocupações, escolhas e universidades”. Em 29 de setembro daquele ano, as candidaturas estavam mais solidificadas e Olga produziu uma publicação na qual apresentava candidatas a vereadoras da UP nas cidades de Passo Fundo e Porto Alegre, cidade onde disputariam Voight e Natanielle Almada como candidatas ao cargo. As legendas traziam uma breve apresentação de cada uma das mulheres.

De forma geral, quando Olga se manifesta a respeito das eleições, o faz de um lugar de quem constrói alternativas. Ao apoiar efetivamente uma candidatura e também a construção do seu projeto político e do partido em si, Olga se compromete com a criação de um projeto de cidade e sociedade e com a formulação de estratégias e políticas públicas. E o faz demarcando a importância de que mulheres ocupem os espaços públicos – apoiando três candidaturas

femininas a vereadoras – e que possuam políticas públicas alinhadas às lutas que defendem, no caso, ao feminismo e ao socialismo. Há também que se destacar as tentativas de construção de um projeto político a partir do comum, do comunitário, como é o caso das plenárias abertas, apesar de presenciais.

### 5.2.3 Ações comunicativas durante a pandemia do Coronavírus

A primeira postagem a pautar a pandemia do Coronavírus foi publicada no dia 19 de março nos perfis do Instagram e do Facebook do núcleo gaúcho de Olga. Em *card*, Olga convocava a todos para participar de uma rede de apoio a diaristas e pedia doações de produtos de higiene e alimentos para a Casa Mirabal. A legenda salientava que, apesar das demonstrações de solidariedade, o cenário posto pela pandemia estava sendo atravessado pela agudização de desigualdades e pela exposição do lado mais cruel do capitalismo. O texto chama a atenção para a situação das diaristas, que tendo em vista a necessidade de práticas de afastamento social, se encontraram sem renda e sem apoio dos antigos patrões. Dessa forma, Olga passou a se organizar na construção de uma rede solidariedade para apoiar essas e outras mulheres que se encontravam em situações semelhantes.

Figura 35: Card da campanha de apoio às diaristas



Fonte: Instagram Olga Benário RS-24 de março de 2020

No dia 20 de março, ainda sobre a campanha de solidariedade, Olga publicou um *card* onde pedia doação de máscaras, luvas descartáveis e álcool em gel para a casa de referência Mulheres Mirabal. Na legenda que acompanha a arte, denuncia o descaso e a incompetência do governo federal Bolsonaro e, também, do governo municipal Marchezan – salientando a

insuficiência de equipamentos de proteção para trabalhadores de postos de saúde, assim como a grande limitação na quantidade de testes para o Coronavírus.

Logo, a campanha de Solidariedade ganhou contornos mais sólidos e passou a se apresentar como uma campanha nacional de arrecadação de fundo solidário para trabalhadoras desempregadas e autônomas. No dia 24 de março, Olga publicou em suas redes do núcleo gaúcho, um *card* de divulgação do *link* para a campanha na plataforma apoiar-se, para arrecadar fundos. A legenda explica as motivações da campanha e como ela irá funcionar. A campanha direciona-se especialmente para as mulheres que trabalham de modo autônomo, como camelôs ou venda de artesanato e para as que trabalham com serviços domésticos, de limpeza e cuidado e que foram impactadas financeiramente pelas consequências da pandemia. Salienta que, para as mulheres que trabalham nas áreas de cuidado e limpeza e também na rua, a pandemia representou a diminuição da renda ou até mesmo a impossibilidade de que manter as atividades profissionais. Dessa forma, a campanha possui como objetivo arrecadar fundos e mantimentos para montar e distribuir cestas básicas e *kits* de higiene para essas mulheres e suas famílias.

Em 2020, um significativo número de postagens do núcleo gaúcho de Olga se dedicou a divulgar a campanha de solidariedade e reportar seus ganhos, processos de doação e prestação de contas. A divulgação da campanha contou com doses de criatividade ao se reinventar em diferentes *cards*, artes e vídeos. Nesse sentido, o recurso audiovisual foi aproveitado tanto para que mulheres pudessem gravar breves depoimentos e pedidos de colaboração, a fim de publicizar a campanha, quanto para registrar momentos de doações e reforçar a importância da campanha.

Nesses vídeos, militantes do Olga, da Casa Mirabal e mulheres apoiadas pela campanha e apoiadoras da causa (como artistas e personalidades regionais) tiveram espaço para se expressar. Esses vídeos, embora curtos, nos deixam ver sensibilidade nas construções narrativas ao criar espaços para que mulheres possam contar as suas próprias experiências e vivências com a crise sanitária e suas reivindicações. É o que vemos, a título de ilustração, no vídeo postado no dia 28 de março de 2020. Assim, é possível ver pessoas comuns relatando sobre suas vidas, o que humaniza dados e informações; constroem-se vozes, corpos, cores, texturas que materializam aspectos da realidade que, muitas vezes, não encontram espaço das grandes mídias, ao menos, não da mesma forma.

Figura 36: Depoimento de beneficiadas da campanha de apoio às diaristas



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, 21 de março de 2020

Sob a mesma perspectiva as fotografias que registram o momento da entrega das doações, além de funcionar como documentação, memória e relato dessa rede de solidariedade. Ao dar enfoque aos lugares e pessoas que participam do projeto, inscrevem imagens palpáveis e sensibilizadoras às reivindicações. Tais registros costumam ser acompanhados de textos em tons noticiosos que narram as ações realizadas durante a entrega das doações, como rodas de conversa e distribuição do jornal *A verdade*

Outra ação realizada durante a pandemia no movimento de mulheres Olga Benário no Rio Grande do Sul foi a construção, em julho de 2020, de uma rede de apoio psicológico, a rede Nise da Silveira.<sup>59</sup> Motivadas pela preocupação com as consequências do caos pandêmico na saúde mental das mulheres trabalhadoras, as militantes de Olga tomaram a iniciativa de unir psicólogas voluntárias e mulheres em situação de vulnerabilidade que não possuem condição de arcar os custos de tratamentos psicológicos. Em 15 de outubro de 2020 foi postada uma série de *cards* apresentando as psicólogas voluntárias que constroem junto ao Olga a rede Nise da Silveira. Ao todo a equipe constava com seis profissionais.

<sup>59</sup> Nise da Silveira foi uma psiquiatra brasileira que revolucionou o tratamento de saúde mental no país ao humanizar os seus processos de atuação. Dedicou parte de sua vida à luta contra procedimentos radicais e desumanos como eletrochoque, insulinoaterapia e lobotomia.

Figura 37: Card de divulgação da rede de apoio psicológico Nise da Silveira



Fonte: Instagram Olga Benário – RS, 2 de julho de 2020

As redes solidárias construídas por Olga Benário durante a pandemia, aliadas à sua experiência de gestão da casa de referências Mirabal, nos permitem ver que o cuidado se apresenta como um elemento fundamental de luta para o movimento. Olga, produz, dessa forma, tecnologias sociais do cuidado no sentido de criar metodologias para o cuidar que envolvam uma percepção ampla dos sujeitos, de suas subjetividades, reivindicações e demandas.

Além de pautar as campanhas de solidariedade, o núcleo gaúcho de Olga também produziu conteúdos sobre os impactos sociais decorrentes da pandemia mundial. Essas publicações tinham como intuito refletir sobre como as desigualdades sociais estavam sendo amplificadas pela crise sanitária e também pela má gestão política. Nesse sentido, recuperamos a postagem publicada em suas duas redes sociais no dia 22 de abril de 2020 a respeito das dificuldades de acesso ao auxílio emergencial aprovado pelo governo federal. Na legenda que acompanha o *card*, Olga faz, em comentário, uma denúncia sobre o descaso do governo acerca da demora de liberação do auxílio e critica a insuficiência de seu valor para suprir as necessidades dos cidadãos. Assim, defende a adoção de um valor mais justo e de um sistema menos burocrático que atenua a vulnerabilidade e a precariedade que os trabalhadores se encontram. Em outra postagem, publicada no Instagram no dia 22 de junho de 2020, tematiza o aumento da violência doméstica durante os períodos de isolamento social.

A postagem se apresenta em uma série de *cards*, e se intitula “Violência doméstica, uma epidemia dentro da pandemia”. Traz dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para refletir sobre como a pandemia evidenciou de forma gritante uma realidade já latente e cruel. Em um dos *cards*, o movimento ressalta que a pandemia não é a causa dos casos de violência doméstica, visto que essa era uma realidade anterior, mas que o distanciamento social representou um fator agravante no aumento de casos, pois isoladas, as vítimas se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade. E ressalta que esta vulnerabilidade também foi agudizada por uma ineficiência de administração pública que não investe financeiramente nas demandas do atendimento às mulheres em situação de violência. Os outros *cards* visam trazer informações sobre como a violência pode se manifestar além de sua forma física e quais instituições e espaços oferecem apoio e acolhimento.

Figura 38: Discussão sobre o aumento de casos de violência doméstica durante a Pandemia



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, 22 de junho de 2020

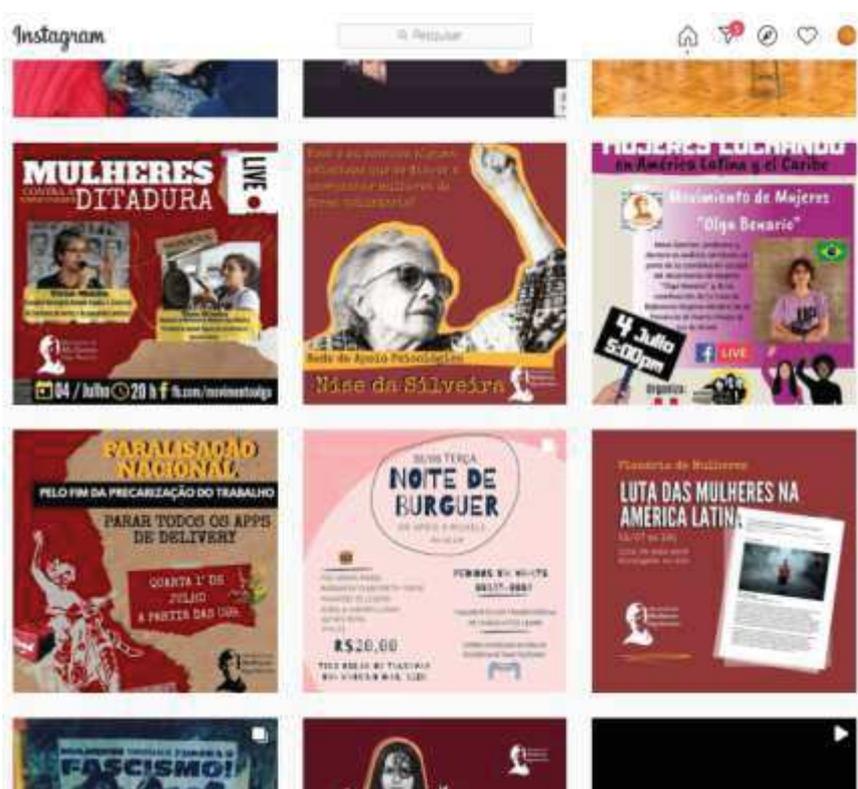
Na legenda, Olga aprofunda a reflexão sobre a temática salientando que, embora o número de casos de violência tenha aumentado, em muitos territórios o número de denúncias diminuiu visto que, em situação de distanciamento social, as mulheres precisaram ficar em maior contato com seus agressores, o que instaurou uma maior tensão e um clima de pânico. Muitas mulheres não conseguem sair sem a presença de seus maridos e, portanto, também não conseguem denunciar os abusos. Também reflete como essa situação se dá de forma desigual entre as mulheres, a partir dos atravessamentos de outros marcadores sociais. Assim, as mulheres negras

e periféricas se encontram em maior situação de precariedade, ocupando os maiores índices de violência, assim como os menores salários e as piores condições de trabalho. Em um segundo momento, Olga reforça suas críticas ao governo ao listar os retrocessos aos direitos das mulheres que tivemos durante o governo Bolsonaro, como a extinção do ministério da mulher e o corte de verbas e serviços nas redes de enfrentamento às violências de gênero.

#### 5.2.4 Linguagens midiáticas utilizadas

Em suas postagens, Olga faz moderado uso de variados recursos de multimídia e de exploração da linguagem, incluindo fotografias, textos, links, vídeos, ilustrações e imagens. As imagens, os vídeos e textos tanto podem ser produzidos pelo Odara quanto compartilhados de perfis parceiros, outros movimentos de mulheres e perfis da mídia negra. Mesmo no Facebook, que permite a publicação de apenas textos, as postagens de Olga sempre são acompanhadas de algum recurso visual, imagens ou vídeos.

Figuras 39 e 40: Feeds dos perfis do instagram do núcleo gaúcho e do núcleo baiano



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, feed



Fonte: Instagram Olga Benário- BA, feed

Os recursos visuais e audiovisuais também são criativamente explorados por meio de fotografias, artes gráficas, ilustrações e vídeos. Tais imagens podem servir tanto como chamada e convite visual, como para ilustração do texto ou até mesmo a textualidade em si. As artes visuais construídas pelo Olga costumam respeitar a paleta de cores e buscar uma harmonia entre si. Algumas campanhas comunicacionais, como a *Campanha de Apoio à diarista*, as chamadas para grupos de estudos e o Olga indicam que possuem identidade visual marcada com logos e símbolos próprios.

O *Olga indica* é uma sessão de indicações de filmes e séries que possuam narrativas que o movimento considera interessantes ou abordem temáticas que reconheçam como necessárias. Geralmente as indicações são legendadas com uma breve apresentação da obra, seus criadores ou atores participantes e com orientação de onde encontrá-la.

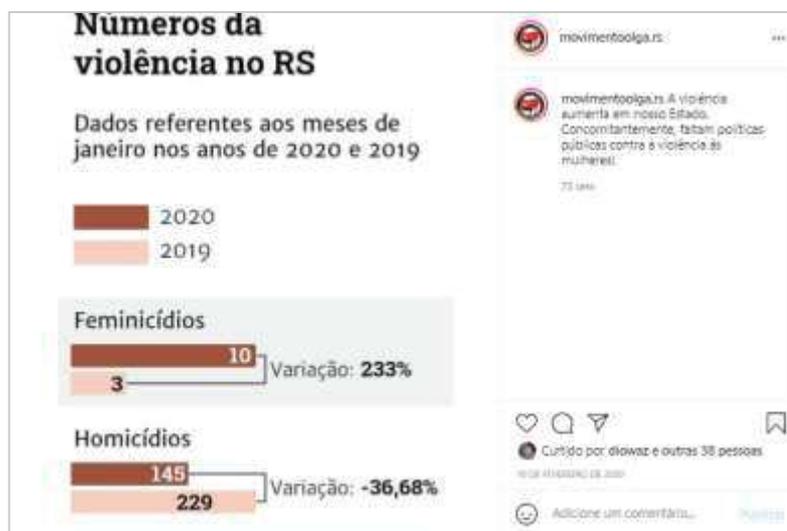
Figura 41: Card de indicação de filme



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, 9 de junho de 2020

Assim com o Odara, Olga faz uso recorrente de *cards* com textos e infográficos para divulgar dados e informações. O propósito parece ser o mesmo, de tornar a mensagem mais visual, atrativa e objetiva, otimizando a sua leitura. O que tem o seu valor no mundo das redes sociais, das mensagens instantâneas, onde muitas vezes não temos tempo hábil para nos dedicarmos a leituras mais extensas (lembrando que tempo hábil, útil e livre também são umas categorias atravessadas por marcadores sociais. Na concretude da vida, o acesso a tempo livre não é democrático).

Figura 42: Card sobre violência contra mulheres no Rio Grande do Sul



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, 10 de fevereiro de 2020

As ilustrações também são utilizadas tanto como modo de chamar a atenção para um texto, quanto para a mensagem em si, como no caso da ilustração *Mulheres Unidas contra o fascismo*, que traz três mulheres diferentes escorraçando o presidente Bolsonaro a pontapés.

Figura 43: Ilustração crítica ao governo Bolsonaro



Fonte: Instagram Olga Benário- RS, 3 de março de 2020

Os textos publicados pelo Olga não costumam ter grandes variações em sua forma e linguagem. Geralmente a linguagem utilizada é direta, objetiva e acessível. Não há um caráter muito pessoal e os textos costumam não ser assinados, mantendo um tom quase jornalístico em suas construções. Quanto não está realizando comentários mais agudos, e dissertando sobre temáticas, Olga por vezes adota uma linguagem mais engessada e escreve como quem reporta uma notícia. Nota-se, no entanto, o esforço de se fazer facilmente entendível.

### 5.3 Feminino Plural



Fonte: Facebook Feminino Plural

O Coletivo Feminino Plural é uma organização não governamental que atua em Porto Alegre desde 1996, ano em que foi fundada. Em seu *site*, define que sua missão é “contribuir para o empoderamento das mulheres e das meninas, promovendo seus direitos humanos e sua cidadania plena, com respeito às diferenças e a à justiça social “(*site* Coletivo Feminino Plural).<sup>60</sup> O coletivo surge a partir da organização de mulheres identificadas com a luta em prol dos direitos humanos e, dos movimentos que observei na fase sistemática, é o único com mais de duas décadas de atuação. Assim, ao longo de sua extensa trajetória acumulou conhecimento, estratégias e projetos na luta em prol da cidadania e direitos das mulheres.

Atua na luta feminista e nos movimentos de mulheres por meio de articulações regionais, locais, nacionais e internacionais, integrando redes, campanhas, formando parcerias, defendendo políticas públicas e lutando em prol do cumprimento destas e dos direitos humanos das mulheres. O coletivo também presta assessoramento e consultoria sobre construção de políticas públicas. Mantendo parcerias com conselhos municipais e estaduais de direitos das mulheres e Fóruns.

Trabalhamos pelo empoderamento feminino, entendido como a possibilidade de dominar linguagens, símbolos, ferramentas, que permitam o exercício do poder e decisão e livre circulação nos mundos público e privado. Participar de espaços de poder e decisão e atua no controle social das políticas públicas. Integrar grupos de relatoria e monitoramento das Convenções e Tratados Internacionais. (*Site* Coletivo Feminino Plural).

O coletivo Feminino Plural se organiza em três coordenadorias: executiva, secretaria e finança e dois conselhos, fiscal e consultivo. Além disso, de conta com um significativo número de colaboradoras. Também compõe redes de trabalho e parcerias com uma vasta gama de movimentos e organizações, entre elas as seguintes: Fórum da Criança e do Adolescente, Fórum

<sup>60</sup> Disponível em: <https://femininoplural.org.br/>

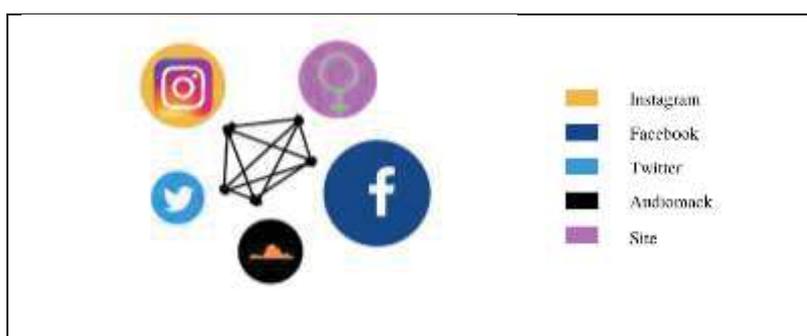
Ong Aids, Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Fórum pelas Liberdades Laicas; em nível nacional, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Sede da Regional do RS), Movimento Nacional de Direitos Humanos, Observatório pela Implementação da Lei Maria da Penha.

Entre os projetos que constrói junto a instituições e entidades governamentais destacam-se o Ponto de Cultura Feminista e o Serviço de Acolhimento às Mulheres em Situação de Violência do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência de Canoas (RS) CRM Patrícia Esber. O Ponto de Cultura Feminista: corpo, arte e expressão se dão por meio de um convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de parceria com a Secretaria de Cultura do Estado e está em atuação desde 2011. Objetiva integrar agentes sociais com presença cultural em diversas áreas de atuação. A ideia central é valorizar e desenvolver projetos de Cultura. Em parceria com a prefeitura de Canoas, desde 2011 o Coletivo Feminino Plural coordena o Centro de Referências Patrícia Ester, aprimorando metodologias de cuidado e acolhimento a mulheres em situação de violência.

### 5.3.1 Ocupação de territórios digitais

O coletivo Feminino Plural possui uma significativa ocupação em espaços digitais, fazendo-se presente em três redes sociais digitais, uma plataforma de rádio digital e, também, em um *site* próprio onde disponibiliza e-books e notícias de sua própria produção. No entanto, as ocupações mais recorrentes se dão no Instagram e no Facebook. Na observação realizada, mapeei os movimentos nessas plataformas e contabilizei o número de postagens realizadas no período de junho de 2019 ao início de novembro de 2020, como se pode ver na figura 44. A partir desse mapeamento, é possível ler a ocupação desses espaços como uma estratégia de ampliar a visibilidade dos conteúdos produzidos e compartilhados pelo grupo.

Figura 44: Ocupação dos espaços digitais pelo Feminino Plural



Fonte: Pesquisa sistemática.

Quadro 2: Número de postagens do Feminino Plural no Instagram e no Facebook em 2019 e 2021

Instagram - Nº postagens		Facebook - Nº postagens	
2019	2002	2019	2020
33	56	69	218

Fonte: Pesquisa sistemática nos sites dos coletivos.

O coletivo plural possui uma longa trajetória de luta, anterior aos processos de democratização da internet. Sendo assim, a ocupação dos ambientes digitais foi se dando de modo gradual ao longo do tempo. O seu perfil no Facebook foi criado em dezembro de 2011 e possui atualmente 4.408 seguidores<sup>61</sup>. Ingressou no Twitter em maio de 2017 e atualmente conta com 91 seguidores na plataforma. A primeira postagem no Instagram foi em maio de 2018, possuindo atualmente 145 publicações na rede (sendo 89 no período entre junho de 2019 até início de novembro de 2020) e 1.615 mil seguidores. O primeiro programa de rádio publicado na plataforma Audiomack foi em 2018.

Durante o período que realizei observações, nenhum programa novo foi adicionado, como também não houveram publicações no perfil do Twitter. As publicações se concentraram no Instagram e no Facebook. Talvez as potencialidades *arquitetônicas* dessas redes possam ser um fator que ajuda a entender esta questão. Ambas as redes sociais digitais (Instagram e Facebook) permitem a publicação de textos mais longos (se comparados ao Twitter), vídeos, *lives*, imagens e álbuns de fotos. No entanto, o Facebook permite compartilhamentos de forma mais acessível, o que acreditamos ter interferido na maior constância e volume do uso desta plataforma.

Tanto no Instagram quanto no Facebook e no Twitter não há uma periodicidade fixa e constante, e intervalos mais ou menos longos (mais longos no Instagram do que no Facebook.) Observamos que, em ambas espacialidades, o corpo de publicações se avolumou em 2020, após o início da pandemia. A partir dessas observações, podemos constatar que, assim como ocorre no Odara e no Olga, o volume de publicações se relaciona diretamente a acontecimentos, questões contextuais, datas simbólicas acompanhando as temáticas que são envolvidas por esses atravessamentos contextuais. O que nos faz refletir sobre como a experiência como critério de significado molda a forma de agir desses coletivos.

Cada espaço digital ocupado possui uma arquitetura própria que atravessa e molda os usos e apropriações desses territórios. A técnica do compartilhamento, por exemplo, é melhor viabilizada no Facebook do que no Instagram, o que nos leva a pensar que esse pode ser o fator

<sup>61</sup> Os números referentes à quantidade de seguidores foram atualizados em junho de 2020.

decisivo acerca da disparidade de volume de conteúdo nessa rede, visto que, a maior parte das publicações do Coletivo Feminino Plural no Facebook se dá por meio de compartilhamentos. Esse recurso é utilizado para diversos fins: visibilizar textos de mídias alternativas; amplificar a circulação de discussões e narrativas que não encontram espaço na mídia hegemônica; divulgar eventos e projetos de parceiros ou de movimentos que o Plural mantenha afinidades e compatibilidades; publicizar acontecimentos que funcionem como gancho para reflexões; utilizar conteúdos produzidos em outros perfis reforçar posicionamentos Plural, enfatizando o apoio ou legitimação àquela publicação ou ponto de vista.

Os compartilhamentos realizados pelo coletivo Feminino Plural costumam acompanhar um breve comentário do coletivo, que na maioria das vezes reforça o ponto de vista abordado, ou demarca a importância de se refletir sobre a temática. No entanto, principalmente quando o compartilhamento é realizado sobre acontecimentos, e a partir de plataformas de comunicação hegemônicas, o comentário pode ser utilizado como forma de aprofundar a reflexão feita, ou demarcar outros pontos de vistas sobre a situação, complementando a informação compartilhada. Quando o Plural compartilha conteúdos produzidos, além de possibilitar aos seus seguidores o acesso a informações e narrativas diferentes das trazidas pela mídia hegemônica, ele acrescenta a sua própria voz (em comentário) às vozes que convida para o diálogo, construindo modos de ampliar a o alcance e a visibilidade de alguns assuntos, temáticas, narrativas e atores comprometidos com as lutas em que se engaja.

Manusear e utilizar os recursos disponíveis em cada plataforma para construir comunicações mais acessíveis e democráticas demonstra habilidade técnica e inteligência comunicacional. Assim percebemos que, apesar do volume menor de postagens, o Feminino Plural conhece os espaços em que se insere. O uso de *hashtags*, diferentemente do observado nos outros movimentos, é feito de forma mais pontual para visibilizar causas ou reforçar posicionamentos. No entanto, é realizado com frequência para construir maior acessibilidade dos seus conteúdos, como se pode ver no caso da *#pracegover*, onde Plural descreve as imagens que utiliza.

Figura 45: Histórico de lutas do Coletivo Feminino Plural



Fonte: Site Feminino Plural.

Além das plataformas de redes sociais, O Feminino Plural possui um *site* próprio no endereço eletrônico <https://femininoplural.org.br/>. A interface do *site* é funcional e bem planejada, sendo muito acessível o deslocamento entre as informações ofertadas. Em duas barras superiores se dividem as sessões quem somos; nossa história; contato; ativismo e cultura feminista; incidência política; projetos e consultorias. Em uma barra lateral estão os *links* para as redes sociais digitais, para o acervo feminista Enid Backes e para a rádio Plural. Em uma barra inferior estão informações para contato, uma breve apresentação do movimento, as últimas manchetes das notícias publicadas e um *link* para área institucional. Os principais elementos gráficos acompanham as cores da logo: predominantemente verde e lilás e roxo.

Navegando pelo *site*, encontramos informações sobre a formação e composição atual do coletivo, suas colaboradoras, sobre suas parcerias e as redes que compõe, sobre os projetos que desenvolve e os textos que publica. Também informações acerca do histórico de lutas e projetos que o Plural formulou, organizou ou participou ao longo de seus 25 anos. O Histórico do movimento é bastante detalhado, trazendo os projetos ano a ano.

Em seu histórico, os programas e projetos do coletivo Feminino Plural são apresentados e descritos com certa riqueza de detalhes. Podemos ler esse cuidado com o histórico como preservação e construção de uma memória e como uma documentação das experiências realizadas. A memória preservada nos diz sobre a identidade do movimento, suas proposições, propostas, experimentações, e também sobre seus direcionamentos futuros e orientações teóricas e éticas. Sobre o presente, o passado e o futuro, marcando assim um processo coletivo de autodefinição da própria voz.

Na figura 45, também podemos visualizar um ícone em azul no lado direito superior. Esse ícone representa um sistema de acessibilidade audiovisual do *site* que permite aumentar ou diminuir fontes, inverter cores e colocar em preto e branco, destacar *links* e ativar uma legenda auditiva. Esta ferramenta técnica representa o cuidado de colocar o Outro no centro do diálogo ao democratizar os seus conteúdos para pessoas com deficiências visuais. O que também caracteriza a busca por modos de construir uma comunicação mais cidadã e democrática.

Um outro passo nessa direção, mas em um caminho outro, é a democratização de conteúdos educativos por meio do acervo Enid Backes. De acordo com informações contidas em seu *site*, o Acervo Feminista Enid Backes visa contribuir para o empoderamento de mulheres e meninas promovendo cidadania e direitos humanos e se construiu por meio de uma coleção interdisciplinar que se efetivou ao longo de duas décadas. Para sua realização, o Feminino Plural contou com a colaboração e parceria da Fundação Luterana de Diaconia, na organização bibliográfica e do Ponto de Cultura Feminista para a aquisição das obras do acervo.

O Coletivo Feminino Plural vem investindo na formação de novos quadros feministas e na ampla capacitação de mulheres e jovens para o ativismo e empoderamento pessoal e coletivo. O objetivo é promover uma renovação cultural e geracional de qualidade na luta pelos direitos das mulheres. A dimensão da Cultura é um componente essencial na defesa dos direitos humanos das mulheres. O acervo feminista da entidade pretende homenagear a feminista histórica Enid Backes, com ações educativas, oficinas, grupos de estudos e seminários, sobre os temas de direitos humanos, feminismo, direitos sexuais e direitos reprodutivos, cultura, arte, racismo, discriminações, teologia feminista, política, entre outros. Desta forma, contribuir para elevar a consistência crítica de mulheres e jovens, sobre autonomia, igualdade de gêneros e interseções (site Feminino Plural, acesso em junho de 2021)

Nomeado em homenagem à socióloga e feminista militante no Rio Grande do Sul, Enid Backes, o acervo traz em sua página inicial uma breve apresentação de sua história, de suas lutas e da sua importância para o movimento feminista gaúcho. O faz, também, como modo de recuperação histórica de personalidades femininas que impactaram a sociedade por suas ações e engajamento político.

Figura 46: Breve relato de vida de Enid Backes

**Sobre Enid Backes**

Enid Diva Marx Backes, 85 anos, é socióloga e militante de movimentos sociais, tendo participado das lutas pela redemocratização do país, pela anistia, e de trabalhadoras e trabalhadores ligados a sindicatos. Em 1962, foi candidata a deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido do qual é uma das fundadoras. Pela sua atuação como precursora do movimento feminista no Rio Grande do Sul, ainda nos anos 1970, foi escolhida por Tarso Genro – à época, prefeito de Porto Alegre – para liderar a primeira Coordenadoria Municipal da Mulher no Estado. O histórico de defesa dos direitos humanos, e sobretudo dos direitos da mulher, levaram o Coletivo Feminino Plural a dar seu nome ao acervo – pioneiro no Estado ao dedicar-se às obras feministas.



Fonte: *Site Feminino Plural*.

Embora possua uma sessão específica no *site*, o acervo é material e localizado na sede do coletivo. Por meio do *site*, podemos consultar o catálogo na plataforma Bib Livre. O acervo é disponível para a população em geral, mesmo que o enfoque principal seja mulheres e meninas integrantes de movimentos feministas ou estudantes que pesquisem gênero e pode ser acessado e emprestado mediante um cadastro ou contribuição para manutenção do acervo. Em nossa pesquisa exploratória, tive a oportunidade de conhecer o acervo, que possui uma coleção diversificada tanto em termos de objetos, quanto de autores, incluindo livros, teses, revistas, folhetos e, até mesmo, filmes. De acordo com informações do *site*, ao todo o acervo possui cerca de 2 mil obras. A proposta se insere nas tecnologias de democratização da educação e da informação. Vale salientar que os livros feministas nem sempre são acessíveis em bibliotecas públicas, e geralmente, como é comum no mercado e livros brasileiros, não são bens materiais de baixo custo para a maior parte da população. Entre os seus títulos estão obras de cunho acadêmico, assim como obras de ficção. Podemos encontrar obras escritas por Chimamanda Ngozi Adiche, Hannah Arendt, Bell Hooks, Carla Akotirene, Judith Butler, entre outras.

O acervo também encontra eco nas publicações da rádio digital. A rádio ocupa tanto a plataforma Audiomack como é acoplada no próprio *site*, o que possibilita que seus leitores escutem os programas enquanto navegam dentro do próprio *site*. No primeiro semestre de 2019 (antes do período de observação sistêmica), a Rádio Vozes Plurais passou a publicar uma série de áudios que compunham o projeto “Conhecimento é poder”, onde trechos de livros do acervo eram lidos por integrantes e colaboradoras do coletivo Feminino Plural. Cada áudio, estava interligado à obra de uma autora feminista. Assim, foram lidas Rupi Kaur, Virginia Woolf, Judith Butler, Marcia Tiburi, Buchi Emecheta, entre outras. As obras escolhidas refletiam diversidade tanto na escolha dos gêneros lidos como das

autoras selecionadas. A proposta agia no sentido de fazer circular essas vozes feministas, ampliando o acesso às suas obras e democratizando o conhecimento.

Embora a rádio Plural esteja momentaneamente suspensa desde maio de 2019, possui uma proposta interessante de apropriação de meios comunicacionais para democratizar o conhecimento e estabelecer diálogos e debates. Além das leituras de obras, os programas anteriores da rádio traziam informações e entrevistas. Em uma visita à sede do coletivo, durante a pesquisa exploratória, pude conhecer pessoalmente a rádio em si. Os equipamentos foram projetados para caber em uma maleta, o que possibilita uma grande mobilidade da rádio, com todo um estúdio básico para gravação de som em uma qualidade eficiente que pode se mover nas costas de uma militante. A ideia da maleta era a de possibilitar uma comunicação simples e acessível a qualquer momento.

O *site* também comporta notícias produzidas pelo coletivo que tiveram maior incidência a partir do início de 2021 e, também, a publicação de dois e-books: duas edições dos cadernos de Reflexões Feministas. O primeiro volume se dedica a refletir sobre a implementação do centro de referências da mulher em Canoas e o segundo, enfoca reflexões sobre as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ao trazer essa breve descrição sobre os modos como Feminino Plural ocupa os territórios espacialidades digitais, tive como propósito dar a ver formas como esse ocupar se conecta à prática de construir e reivindicar uma comunicação mais cidadã e libertadora.

### **5.3.2 *Temáticas abordadas***

Nas observações sistemáticas (período que durou de junho de 2019 ao início de novembro de 2020), pude perceber que há uma diversidade temática que permeia as postagens do coletivo Feminino Plural. No entanto, há uma concentração em temáticas que atravessam mais especificamente as vivências femininas a partir das relações de gênero e poder, como a violência contra mulheres e meninas, questões referentes à saúde das mulheres e aos direitos reprodutivos (como a luta pelo aborto) e políticas públicas que visem a segurança das mulheres. Há também no coletivo feminino Plural um marcado caráter cultural, com a presença de experimentações artísticas e usos de recursos lúdicos para narrar e fazer pensar sobre o mundo.

Na maioria das vezes, essas dimensões dialogam entre si e com as outras temáticas, se atravessam e se interseccionam. Para fins didáticos, construí uma tabela demonstrativa na qual considero uma temática principal para cada postagem, sem deixar de atentar nas análises para a multiplicidade e multidimensionalidade que as constituem. Essa tabela possibilita visualizar

como as temáticas deixam ver elementos da identidade do grupo e de suas principais lutas e demandas.

Tabela 13: Temáticas tratadas nas publicações do coletivo feminino Plural

Temática	Instagram		Facebook		Total
	2019	2020	2019	2020	
Violência contra as mulheres	5	17	10	37	69
Atividades culturais	8	5	11	29	53
Saúde da mulher, aborto e direitos reprodutivos	5	2	8	24	39
Educação e formação política	6	3	7	11	27
Feminismos e relações de gênero	-	3	4	21	28
Registro de eventos e atos	2	5	9	9	25
Coronavírus	-	6	-	18	24
Políticas públicas para mulheres	2	-	1	11	14
Política e democracia	-	1	1	7	9
Direito das crianças e adolescentes	-	-	-	8	8
Centro de referências da mulher em Canoas	-	-	4	4	8
Divulgação de seleções, vagas e concursos	-	6	-	1	7
Luta antirracista	1	-	2	4	6
Eleições municipais	-	-	-	6	6
Mulheres negras	-	1	1	3	5
Venda de produtos e arrecadação de fundos	-	-	5	-	5
Direitos humanos e cidadania	-	-	-	4	4
Cuidado	1	-	-	3	4
Direito das pessoas com deficiência	-	-	-	4	4
Homenagens	-	1	1	2	4
Processo eleitoral do Codim	-	-	1	2	3
Arrecadação de fundos para doação	3	-	-	-	3
Por um Estado Laico	-	2	-	1	3
Gordofobia	-	1	-	2	3
Meio ambiente e mulheres da floresta	-	-	1	1	2
Direito à cidade	-	-	-	2	2
Nota fiscal Gaúcha	-	1	-	1	2
Eleições do conselho tutelar	-	-	2	-	2
Liberdade de imprensa e democracia	-	1	-	1	2
Direitos trabalhistas	-	-	-	1	1
Direitos das prostitutas	-	-	-	1	1
Maternidade	-	1	-	-	1
Luta LGBTQIA.	-	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>56</b>	<b>69</b>	<b>218</b>	<b>376</b>

Fonte: Sistematização de postagens das redes sociais do coletivo feita pela autora.

Como podemos visualizar na tabela 13, as temáticas se diferenciam de uma plataforma para outra. Em nosso entendimento, isso se dá também por conta das especificidades arquitetônicas de cada rede social digital, que atravessa também a quantidade de postagens em cada um desses espaços. Como já mencionamos, o Facebook é uma plataforma que facilita o compartilhamento, com um ou dois cliques, podemos fazer circular em nossa própria página

publicações criadas por outros perfis. Essa lógica, apesar de possível no Instagram, com a utilização de aplicativos extras e truques de informática, não é tão comum na apropriação que o Plural faz da rede de fotografias. Podemos perceber que o maior volume de postagens do Plural se dá no Facebook, especialmente em 2020. Tais postagens são, em sua maioria, compartilhamentos, o que está intimamente entrelaçado, ao nosso ver, com o maior número de publicações e maior variedade de temáticas. No entanto, é preciso reforçar que Plural não apenas compartilha as postagens de outros perfis, como costuma sempre inserir em forma de legenda a sua própria visão sobre o assunto, em breves linhas.

No Instagram, a lógica se mantém de outra forma; sem o fácil mecanismo de compartilhamento, muitas vezes são postadas artes de outros autores, com referência, mas sem os *links* e *hiperlinks*. Embora algumas postagens se mostrem autorais, o número quantitativo se torna reduzido e as temáticas também. No entanto, há assuntos que se mantêm com certa constância entre as duas plataformas durante o período observado, de modos e com objetivos diferenciados. É o caso das postagens que abordam a violência contra as mulheres.

O coletivo Feminino Plural é uma organização não governamental com mais de duas décadas de existência que mantém, dessa forma, uma profunda raiz no modo tradicional de se fazer política e movimentos sociais. O plural se propõe a lutar pelos direitos humanos e a cidadania de mulheres participando de espaços de poder e decisão, construindo parcerias com secretarias públicas e conselhos da mulher, assim como fóruns, prestando assessoramento e consultoria, o que se reflete nas suas publicações. As publicações do Instagram que pautam a violência contra as mulheres se apresentam em modelos de chamadas e convites a palestras, fóruns, seminários e assembleias sobre o assunto. O foco costuma ser voltado às políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero.

Ao visibilizar e convidar seus leitores e seguidores das redes sociais para esses eventos, debates e assembleias, ou registrar fotograficamente as ocasiões, o coletivo feminino plural colabora para a circulação das informações sobre esses eventos, para que atinjam mais pessoas. A mesma lógica se aplica às divulgações de eventos organizados pelas assembleias e órgãos governamentais, fazendo com as informações sobre as propostas debatidas obtenham uma circulação mais ampla. As postagens também sinalizam a presença do coletivo junto às lutas em prol de políticas públicas.

As poucas postagens do Instagram que não são chamadas para eventos carregam o tema de forma mais lúdica, com ilustrações ou frases de efeito, acompanhadas de legendas que trazem dados e informações sobre a temática. É o caso da publicação postada em 19 de fevereiro de 2020. A ilustração, de autoria do perfil @imagineedesenhe, faz menção ao caso de assédio

de uma adolescente dentro de um carro do aplicativo Uber ocorrido em fevereiro daquele ano. Na ocasião, o motorista investigado por assédio, após denúncia de uma adolescente, alegou que a menor usava um short “tipo Anitta<sup>62</sup>”, como se isso justificasse a agressão. Na legenda, Plural traz um breve comentário com dados sobre violência sexual contra mulheres, levantados a partir de estudos do Fórum de Segurança Pública e defende que é preciso combater a cultura do estupro que mais vitimiza meninas e jovens.

Figura 47: Ilustração em combate à cultura do estupro



Fonte: Facebook Feminino Plural, 28 de abril de 2020

No Facebook, a lógica de compartilhamentos altera também as formas de construção das postagens. Nesta plataforma, o coletivo Plural costuma compartilhar notícias sobre casos de violências, dados de monitoramentos dos casos, entrevistas, e pesquisas e estudos acerca da temática. Um desses exemplos é compartilhamento da entrevista cedida pela socióloga Jaqueline Pitanguy sobre como o isolamento social nos tempos da pandemia afeta a segurança das mulheres em suas próprias casas, compartilhada no dia 6 de abril de 2020.

Outro exemplo se dá no compartilhamento, em 28 de abril de 2020, de uma notícia do portal Gauchaz sobre um caso de feminicídio em Caxias do Sul. Na legenda que acompanha a postagem, Plural ressalta sua indignação com o aumento de casos de violência durante a pandemia, e defende a necessidade de se pensar em políticas públicas de enfrentamento à

<sup>62</sup> Anitta é o nome artístico da Larissa Machado, conhecida por ser uma cantora, compositora e empresária brasileira.

violência. Também ressalta a importância de manter redes sociais de apoio e prestar atenção às mulheres à nossa volta. Assim, o feminino Plural defende que mantenhamos uma rede de cuidado para que possamos nos proteger frente a cenários tão difíceis.

Figura 48: Compartilhamento de notícia do perfil Gauchaz sobre caso de feminicídio



Fonte: Instagram Feminino Plural, 19 de fevereiro de 2020

Outra temática recorrente nas postagens de Feminino Plural focaliza a saúde da mulher e aos direitos reprodutivos e sexuais. Dentro dessa macro temática, há uma concentração de postagens em defesa do direito à partos dignos e também, em defesa da legalização do aborto. Essa é uma bandeira constante nas ações e postagens do movimento. Muitas das postagens no Instagram visam compartilhar ações, palestras e atos a respeito do tema, bem como divulgar manifestações em prol da descriminalização do aborto. No Facebook, a lógica do compartilhamento de notícias e cards informativos de outros atores, movimentos sociais e entidades colabora para a abertura de reflexões mais aprofundadas sobre as questões abordadas.

É o caso da postagem publicada no dia 24 de outubro de 2019 que tematiza políticas públicas de enfrentamento às violências obstétricas.

Figura 49: Card repostado sobre políticas públicas de combate à violência médica

**Coletivo Feminino Plural**  
★ Favoritos · 24 de outubro de 2019

Imagine uma mulher não poder mais decidir sobre quais procedimentos ela vai passar durante o parto.

É isso que vai acontecer se o Conselho Federal de Medicina (CFM) não revogar a resolução 2232/2019, que caracteriza como "abuso de direito" quando uma mulher se recusa a passar por procedimentos invasivos, dolorosos e desnecessários, como ter a barriga empurrada, a episiotomia (corte no perineio) e até uma cesárea sem indicação real.

O Ministério Público deu até sexta-feira, dia 25, para que o CFM revogue a resolução. Ou seja: temos apenas 48 horas para pressionar os diretores do Conselho a dizerem NÃO à violência no parto. Precisamos agir agora e encher as caixas de e-mail deles com recados de milhares de pessoas dizendo que NÃO ACEITAREMOS que as mulheres sejam forçadas a passar por procedimentos invasivos em um momento tão sensível e importante na vida delas!

Caso a revogação não aconteça, toda vez que uma gestante recusar um procedimento, os médicos poderão acionar as "autoridades competentes", como Ministério Público, Conselho Tutelar e até a Polícia. Não pode ser assim!

Os diretores do Conselho nunca foram pressionados antes e nós sabemos como funciona: quando milhares de e-mails começarem a chegar, eles vão saber que somos uma multidão mobilizada e terão que revogar a resolução! Já fizemos isso cinco vezes no Congresso Nacional e conseguimos barrar projetos que atacavam os direitos das mulheres. Agora, é a vez do Conselho Federal de Medicina respeitar os direitos das gestantes.

<https://www.partosemviolencia.beta.org.br/#block-13614>  
PRESSIONE AGORA PELO DIREITO A UM #PartoSemViolência

**parto SEM violência**

Com a Resolução 2232/19 os médicos poderão fazer cortes no perineo e outros procedimentos invasivos SEM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE.

[www.partosemviolencia.beta.org.br](http://www.partosemviolencia.beta.org.br)

Beta

12 7 compartilhamentos

Fonte: Facebook Feminino Plural, 24 de outubro de 2019

O *card* compartilhado foi produzido pela página da robô feminista Bet<sup>63</sup> e a partir dele, o coletivo Feminino Plural reposta uma discussão sobre a resolução 223219 que permite que médicos façam procedimentos cirúrgicos durante partos sem o consentimento da gestante. O texto da legenda informa que o Ministério Público deu um prazo para que o Conselho de Medicina revogue a resolução retrógrada. Em um segundo momento, o texto convoca a todos para que se manifestem e enviem e-mails em protesto para os diretores do Conselho Federal de Medicina. O texto é de autoria de Beta, como deixa claro o *link* na legenda. Mas ao compartilhar o *card* e o texto na íntegra, o coletivo Feminino Plural endossa a proposta garantindo o seu apoio e ampliando o alcance do projeto.

De forma geral, a maioria das postagens sobre ambas as temáticas são mobilizadas pelo movimento Feminino Plural em prol de ampliar a circulação de informações e de mobilizar

<sup>63</sup> Beta, a robô feminista criada para *hackear* sistemas em defesa do direito das mulheres. A Beta é um projeto da rede de ativismo NOSSAS que defende a democracia compartilhando metodologias e desenvolvendo tecnologias para a luta social.

articulações de políticas públicas. Tanto os eventos divulgados quanto o maior volume de artigos e textos compartilhados apontam para o direcionamento de engajamento nas proposições e articulações de reivindicações de ações concretas dos órgãos governantes.

Além de pautas constantes, os elementos contextuais também atravessam, mesmo que em menor proporção, as postagens do coletivo Feminino Plural, entre eles os processos de eleição. Aqui temos tanto as eleições do Conselho Tutelar como as eleições municipais pautadas. Em outubro de 2019, duas postagens foram realizadas no Facebook sobre as eleições do Conselho Tutelar (que ocorreu no dia 6 de outubro): a primeira apresentando a candidatura de Terezinha Vergo (Teteca), doutora em ciência política e integrante do coletivo Feminino Plural para conselheira. No *card*, publicado no dia 2 de outubro, havia informações como a microrregião da candidata e seu número de registro. A segunda postagem, datada do dia 4 de outubro, defendia a importância de se engajar nas eleições de conselheiros tutelares de Porto Alegre.

As desigualdades de gênero, articuladas com o racismo e a exclusão econômica e social e deficiência transformam meninas no alvo de violações. Especialmente hoje, quando se naturaliza a violência sexual, se desrespeita a laicidade do estado, se desmontam as políticas públicas e redes de apoio, é preciso tomar posição. Por isso ao longo do tempo reinterpretemos o ECA, não como mera carta de intenções, mas como um compromisso verdadeiro de reconhecer a vulnerabilidade e o risco de ser criança num país tão desigual e violento, de tornar-se adolescente com liberdade e entrar na juventude com autonomia e sem o risco da bala perdida. Por isso decidimos desta vez também apoiar uma de nossas fundadoras, a Teteca, para Conselheira Tutelar e indicar o voto para todas as candidaturas que se identificam com a pauta feminista, de direitos humanos e cidadania das meninas. Por uma vida sem violência! (Coletivo feminino Plural, Facebook, 4 de outubro de 2020)

Ao contrário das postagens sobre a eleição do conselho tutelar, o coletivo Feminino Plural não apoiou declaradamente nenhuma candidatura nas eleições municipais de Porto Alegre. As publicações que tematizaram o acontecimento eram compartilhamentos de artigos e notícias que abordavam a importância da representatividade feminina na política e a necessidade de se votar em mulheres. Foi o caso do compartilhamento da matéria do Jornal O Globo intitulada “Cinco motivos para votar em mulheres nessas eleições”. Ao compartilhar o conteúdo, Plural utiliza a legenda para fazer ecoar sua voz e defende que a representatividade feminina precisa ser efetivada em presença e alinhamento político à luta pelos direitos das mulheres.

Vote em mulheres. Lembrando que a posição política delas vale muito. Não basta ser mulher, pois estamos inseridas em classes sociais, somos de etnias e raças diferentes, temos diferentes culturas e escolhas pessoais e políticas, e como nos posicionamos frente a todas essas questões que produzem desigualdades, temos lado! Somos feministas antirracistas. (Coletivo Feminino Plural, Facebook, 10 de novembro de 2020).

### 5.3.3 Ações comunicativas durante a Pandemia do Coronavírus

Em março de 2020, o cenário de crises desencadeado pela pandemia mundial do Coronavírus exigiu de todos uma série de reformulações e redirecionamentos, mobilizados pelas desestabilizações provocadas. A colaboradora Cris Bruel contou em entrevista que a pandemia exigiu um processo de readaptação e construção de estratégias. Muitas atividades agendadas para o primeiro semestre de 2020 precisaram ser canceladas. Entre elas, estavam planejadas atividades de formação destinadas à Casa de Referência para mulheres, Patrícia Ester, que constroem junto à prefeitura de Canoas. Tais atividades tinham como objetivo debater temáticas relacionadas à violência contra as mulheres, sexualidade e saúde, a fim de debater como se constroem as relações de gênero e poder.

No entanto, para não cessar completamente as atividades junto à Casa de Referências, tiveram que desenvolver novas táticas e estratégias para que o projeto continue existindo apesar da pandemia. Assim, criaram formas de suspender os atendimentos presenciais, inicialmente e começar a atender de forma *online*, por meio de telefones e um sistema digital. Gradualmente, após alguns meses, os atendimentos presenciais retornaram, mas obedecendo a um sistema de agendamentos prévios e rodízio de equipe, para priorizar a saúde tanto das integrantes do projeto como das mulheres que serão atendidas.

Também foram pensadas estratégias para manter contato com as mulheres que recorrem aos serviços dos centros de referência. Cris relatou que o centro funciona com quatro técnicas e uma coordenadora (entre advogadas, psicólogas e assistentes sociais) que realizam atendimentos e encaminhamentos de mulheres e meninas, em sua maioria vítimas de violência. Assim, para realizar o monitoramento à distância, cada técnica adquiriu um novo número de telefone (um *chip* específico para o atendimento durante a pandemia). É por meio desse número que as integrantes do projeto entram em contato com as mulheres atendidas. Atualmente elas fazem monitoramento para saber como essas mulheres estão passando esse delicado momento.

Cris ressaltou que o monitoramento é feito por ligações comuns do telefone e não por meios digitais como WhatsApp ou redes sociais por duas questões principais. A primeira relativa à segurança das atendidas, por esse motivo deve-se evitar meios de comunicação que podem ser rastreados ou que deixem registros escritos ou de áudio ou vídeo para evitar que os maridos e agressores tomem ciência de que as mulheres estão procurando ajuda. Outra estratégia de segurança é vincular o serviço de atendimento ao nome da prefeitura para evitar que percebam que se trata de um atendimento de um coletivo feminista. E os números de atendimento são, assim, divulgados por meio de cartazes e *cards* espalhados pela cidade, em

mercados, farmácias, hospitais, com o suporte do nome da prefeitura. A segunda questão se trata da dificuldade que muitas mulheres, especialmente as periféricas, tem de acessar a rede *online*. Muitas não possuem internet ou até mesmo celular. Cris destaca que o acesso é um elemento muito importante.

De acordo com nossa colaboradora, em junho de 2020, as coordenadoras tinham contabilizado 4.703 mulheres atendidas. Para gerenciar esses cadastros, o Feminino Plural possui uma plataforma digital na qual ficam registros de todas as mulheres que passaram por esse serviço. Cris relatou que geralmente as mulheres recorrem ao serviço para renovar medidas protetivas ou resolver questões relacionadas à guarda dos filhos. Quando essas mulheres chegam ao centro de referência, são atendidas e encaminhadas de acordo com suas demandas.

No entanto, se a necessidade de ingresso ao digital possui barreiras desiguais e apresenta dificuldades, também pode ser apropriado enquanto potência. Para Cris, a situação da pandemia exigiu que o coletivo construísse novas lógicas e habilidades, principalmente nos ambientes digitais. Ela reconhece que a internet também possui ferramentas potentes para ampliar a comunicação e ações do coletivo. Cris relatou que o digital abriu possibilidades para manter as atividades do coletivo a distância. Um ponto que reforçou foi o de que o digital possibilitou que elas pudessem dialogar com mais mulheres e de diferentes lugares, se comparado ao presencial. Esta possibilidade fez com que elas conhecessem e debatessem com mulheres de outros estados e regiões, encontrando-se com experiências e contextos diferentes. Ou até mesmo, com mulheres do mesmo Estado e de cidades próximas, mas que não encontrariam no mundo presencial oportunidades de ir até o centro de Porto Alegre para debater temas referentes à saúde, vida, sexualidade e cultura.

Cris reconhece que o acesso é uma problemática mediada pela questão financeira, pela classe que determina quem tem maior acesso à internet, a aparelhos celulares e a tempo para se dedicar em uma live, mas se mostra animada com as potencialidades do digital. De acordo com ela, uma *live* realizada pelo coletivo sobre a Lei Maria da Penha chegou a ter mil visualizações, o que não seria possível no presencial, o que ela viu como uma excelente oportunidade para conversar com mulheres que ela não conseguiria atingir no presencial. Em suas palavras, “no isolamento, a gente tem que inventar mil possibilidades de existência” (Cris Bruel, entrevista).

A primeira postagem a pautar a questão da pandemia foi publicada em ambas as redes sociais digitais em 16 de março de 2020. Tratava-se de um comunicado a respeito da suspensão de atos e atividades, a fim de cumprir o distanciamento social necessário para minimizar a proliferação do vírus. A nota informava que a suspensão de atividades permaneceria até o final do mês, onde realizariam uma avaliação da situação. Sublinhando a gravidade do contexto, a

nota também ressalta urgência em defender o Sistema único de saúde – SUS, e os órgãos e instituições de pesquisa e educação pública. Em 24 de março, uma nova nota foi publicada informando a manutenção da suspensão de atividades por tempo indeterminado. Esta segunda nota também alertava para o aumento do índice de violência contra as mulheres durante os períodos de quarentena e distanciamento social, defendendo a necessidade de elaboração de políticas públicas para as mulheres a fim de proteger suas vidas durante o enfrentamento da pandemia.

Nos meses que se seguiram, a pandemia voltou a pautar muitas postagens, compartilhamentos, *lives* e até mesmo uma oficina. A forma que o Plural encontrou de lidar com o contexto de crises posto se articulou em quatro principais estratégias: defender a importância da casa de referências de Canoas e, eventualmente, promover campanhas de doação para a instituição; publicizar, por meio de compartilhamentos informações; promover discussões sobre os impactos sociais da pandemia na vida das mulheres, por meio de *lives* e compartilhamentos; e por fim, utilizar as dimensões da cultura e da educação para propor debates e modos de resistência dentro de um período tão nebuloso. Fazer assim, com que o senso crítico, aliado às artes, fizesse despertar novas dimensões de entendimento e talvez, de experimentações possíveis e construção de soluções.

Nesse sentido, no dia 7 de abril de 2020, o coletivo Feminino Plural deu início a uma ação comunicacional que consistia em disponibilizar e divulgar materiais produzidos anteriormente pelo movimento, entre poesias, filmes, *podcasts* e documentários, bem com indicações de livros e obras audiovisuais. Parece-me que a proposta tinha como plano de fundo a intenção de que a sensibilidade das obras artísticas compartilhadas pudesse nos fazer perceber de outras formas as experiências vivenciadas para, por meio do sensível, produzirmos soluções. De acordo com a legenda, a ideia surgiu por quererem tornar os dias de distanciamento mais possíveis no cotidiano das pessoas.

A primeira obra compartilhada foi o filme *O que há de errado com ela?* Dirigido pela cineasta Mirela Kruehl e elaborado a partir de discussões suscitadas e relatos colhidos durante a execução do projeto Girassóis, organizado pelo Feminino Plural para trabalhar as relações entre gênero e saúde, dando enfoque às dimensões de saúde mental e linhas de cuidado. Outros filmes, documentários e *podcasts* se uniram a essa ação ao longo de uma série de postagens.

Outra iniciativa que se guiou por uma perspectiva semelhante foi a organização da oficina Narrativas de Isolamento. A oficina se deu de modo virtual, por meio de plataformas de videoconferência. A ideia era explorar como a arte e a literatura haviam processado, ao longo da história, narrativas e filosofias sobre isolamentos, o homem e a sociedade. O objetivo era, a

partir da arte, fazer pensar o atual contexto. A oficina foi constituída em 4 encontros, conduzidos pela professora Karina Campos, mestra em letras na área do Discurso, Linguagem e sociedade. Na postagem do dia 15 de maio, o coletivo se propõe a apresentar e detalhar a proposta. “Vamos falar sobre a leitura literária e filosófica enquanto manifestação de *status* e mecanismo de valorização social e a importância das narrativas orais na construção e na consolidação social” (Coletivo feminino Plural, Facebook, 15 de maio).

Figura 50: Card de divulgação da oficina literária Narrativas de Isolamento



Fonte: Facebook Feminino Plural, 15 de maio de 2020

A oficina abordou e discutiu tanto textos acadêmicos quanto literários e músicas. A partir dela, foi construído um grupo de WhatsApp para realizar trocas de indicações de livros, filmes e outras obras de arte. Na opinião de Cris, as rodas de conversa *online* se transformaram em um espaço de relaxamento, de fuga de todo estresse gerado pela pandemia. “Me fez perceber que a gente conseguia sair dessa engrenagem que a pandemia criou” (Cris Bruel, em entrevista). A partir da roda de conversa, elas puderam entrar em contato com mulheres da literatura e livros que não conheciam, criando um espaço de lazer dentro desse isolamento de quase 5 meses.

Cris salientou que a partir da construção desse grupo, também perceberam a possibilidade de construir no digital grupos de afetos e trocas que não conseguiam efetivar, da mesma forma, no presencial. De acordo com nossa colaboradora, nas oficinas presenciais pré pandemia, os grupos que frequentavam as formações e rodas de conversas não eram fixos,

havendo bastante transitoriedade, e por isso não era criada formas de contato contínuo. A criação desse espaço possibilitou um lugar de acolhimento.

Essa proposta como forma de lidar e operar no cenário pandêmico releva a importância das dimensões educacionais e culturais, tão presentes no modo de operar do coletivo Feminino Plural, que aqui também se interseccionam. Essas dimensões também podem ser observadas, ao longo das postagens do movimento, na divulgação de eventos culturais e acadêmicos, sarais e palestras que visavam debater relações de gênero e educação mais libertária. Durante a pandemia, pela impossibilidade da realização presencial de alguns desses eventos, o coletivo Feminino Plural passou a realizar *sarais online*, em forma de *lives* onde podiam se apresentar cantoras, poetas, e outras artistas. Também a passou a disponibilizar textos em formato pdf que abordassem as relações de gênero e poder, como o livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, de Silvia Fredericci.

O coletivo Feminino Plural também buscou abordar, em suas postagens, os modos como a pandemia agudizou situações de precariedade já existentes, expondo como uma lupa as desigualdades sociais. E o fez por meio de compartilhamentos de artigos de pesquisadores, notícias e produção de *lives*. É o caso do *artigo O futuro pode ser feminino, mas a pandemia é patriarcal*, de Patricia Gordon, pesquisadora da Universidade de São Francisco. O artigo problematizava com profundidade como sexismo estrutural de nossas sociedades atravessavam os modos como pensamos e lidamos com a pandemia e como esta situação afeta de forma distintas as mulheres em suas comunidades. O artigo foi repostado em 13 de abril de 2020.

Com certa constância, o coletivo também compartilhava notícias que abordavam as consequências sociais da crise sanitária e da ineficiente política pública de enfrentamento ao vírus, com no o caso do compartilhamento de uma notícia da organização Extraclasse sobre as afetações da pandemia nas periferias de Porto Alegre. Compartilhada em 15 de maio de 2020, a legenda dava ênfase as campanhas e redes de solidariedade organizadas nas comunidades periféricas e ressalta a ineficiência e o descaso governamental.

Outra estratégia utilizada foi aprofundar e ampliar os debates e percepções sobre a situação pandêmica a partir de *lives*. Algumas foram produzidas pelo próprio coletivo Feminino Plural para discutir a afetação da pandemia na vivência das mulheres, o aumento de casos de violência e as possibilidades de autocuidado. Outras, de produção de distintos grupos e coletivos, eram compartilhadas, como o caso das *lives* sobre as experiências de pessoas com deficiências, organizada pelo portal Inclusivas. Seja de produção própria ou compartilhadas, a maior parte das *lives* permanecem salvas para consulta posterior, e para construção de memória

do próprio coletivo e de uma memória coletiva sobre o contexto e as análises organizadas frente a ele.

### 5.3.4 Linguagens midiáticas utilizadas

Em suas postagens, Feminino Plural faz uso de diversos recursos de multimídia e de exploração da linguagem. Fotografias, textos, links, vídeos, filmes, colagens, vídeos arte, ilustrações, vídeos ao vivo, podcasts, performances, há uma ampla de possibilidades e experimentações na linguagem do Coletivo Feminino Plural. As imagens, os vídeos e textos tanto podem ser de autoria própria quanto compartilhados de perfis parceiros, outros movimentos de mulheres e perfis da mídia negra.

O coletivo feminino plural possui uma característica cultural e artística que se materializa tanto nos espaços digitais quanto nos presenciais, da rua, dos eventos, da sede, como pude acompanhar a partir do compartilhamento de eventos culturais e da organização de sarais onde se apresentava performances musicais, teatrais, poéticas e artísticas de toda forma e da observação do arquivamento de produções anteriores de materiais audiovisuais com documentários e filmes curtos.

Figura 51: Ilustração feminismo plural



Fonte: Instagram Feminino Plural, 12 de fevereiro de 2020

Nas caminhadas exploratórias, tive o prazer de participar da oficina *Vivências performativas do feminino*, no dia 23 de março de 2018 na sede do coletivo Feminino Plural. Lá utilizamos performances artísticas, o corpo, dança, pinturas e outras dinâmicas para pensarmos a multiplicidade de significados, potências e opressões do imaginário social acerca da mulher. A experiência me possibilitou ver como a arte e a estética se tornam ferramentas utilizadas pelo movimento para a sensibilização, afetação e provocações referentes ao sentir e o pensar. A dimensão da cultura e da arte atravessam as agências e ações comunicacionais do coletivo Plural não apenas enquanto temática, mas como enquanto método, potência de sensibilidade para enxergar e pensar o mundo

Nos ambientes digitais, essa dimensão se desloca um tanto do corpo (mas não totalmente) para se materializar em múltiplas experimentações de linguagem, traduzindo-se em programas de rádio, leituras de livros, sarais online – com músicas e poesias, compartilhamento de filmes inteiros, de documentários, de artes e ilustrações – de modo a construir múltiplas formas de comunicar, valendo-se do sensível e das afetações para isso.

De modo concreto, o coletivo também utiliza as cores em suas publicações para construir uma identidade visual própria– em lilás, verde e rosa, e identidades visuais específicas para campanhas e oficinas.

Figura 52: Feed do Instagram do Feminino Plural



Fonte: Feed do Instagram Feminino Plural

## 6 REFLEXÕES FINAIS

Tendo percorrido os quatro anos de doutorado, esta pesquisa se modificou várias vezes, por motivações e modos distintos. Em determinado momento, as trilhas traçadas em seu início pareciam não pertencer mais ao mapa que ela própria demandava e exigia. A pesquisa se constrói pesquisando. É preciso manter disposição e sentidos aguçados para perceber e decodificar o que ela diz, em suas múltiplas linguagens. A pesquisa precisa se manter viva, em movimento, crescendo, se alargando, e recuando quando necessário, mudando a rota, recomeçando, buscando respostas e caçando perguntas. Foi o que aconteceu com esta aqui. Assumo, portanto, uma grande afinidade com as dúvidas, com os questionamentos que buscamos nos atrelar e com aqueles que podemos suscitar. Há sempre lacunas, falta sempre um tanto do que poderíamos perceber, ouvir, refletir. Algo sempre escapa. E por isso, assumo também a pesquisa enquanto construção de conhecimento localizado, situado e parcial, atravessado, em certa medida pelas lentes subjetivas de quem pesquisa. No entanto, também firmo comprometimento com o rigor científico e com as dimensões éticas, epistemológicas e metodológicas da perspectiva transmetodológica (MALDONADO, 2013,2015,2019).

Entendo que tal compromisso demanda de mim uma ética de responsabilidade aos moldes definidos por Patrícia Hill Collins (2020). Do compromisso de desenvolver e reivindicar conhecimentos por meio do diálogo e de forma comprometida com a busca de saberes libertadores. Que se alinha ao comprometimento social de formação do sujeito pesquisador e de sua pesquisa, em diálogo com o mundo da vida, com o real que se dispõe à pesquisa, como nos convoca Maldonado. Que assume a construção de teorias que se fundem na confluência de múltiplos saberes, modos de vidas e métodos. Teorias que criem suas bases no enfrentamento saudável entre a realidade concreta e as multidimensionais formas de interpretá-la e pensá-la. Nessa pesquisa, isso se traduz na preocupação em construir uma problemática/objeto de pesquisa conectado com a realidade que percebemos, com a exploração criativa e sistemática da empiria, e de modo a confluir conceitos e teorias múltiplas capazes de tensionar o que vemos, ouvimos e sentimos.

Alinhada à essas perspectivas, nesta pesquisa, parti de um ponto inicial bastante centrado em uma dimensão específica do ser feminista e do ocupar a rua, para um constante alargamento e realinhamento, até que pudesse moldar uma questão que fizesse sentido e confluísse com o que estava sendo posto pelo contexto, pelas coprodutoras de pesquisa e também, pelo que suscitavam as teorias com as quais dialoguei e que me ajudaram a pensar a

realidade. A realidade também me ajudou a pensar as terias, e a procurar lentes mais adequadas ao objeto de pesquisa. Foi preciso correr atrás de novas formas de pensar, de perceber o mundo, que dessem conta de explicar melhor dimensões que eu estava presenciando. E me valer da realidade para tensionar e problematizar os conceitos.

Nesse sentido, Dona Fátima, do coletivo *Mulheres Fortes do Calabar*, me ensinou concretamente sobre a experiência enquanto critério de significado ao me contar que lia muitas das teóricas femininas lá de fora, como me dizia ela, mas que para pensar a sua realidade era preciso ir além do que estava escrito. Era preciso traçar outros questionamentos que partiam do vivido. Não me lembro das suas exatas palavras, mas era como se ela me dissesse *elas não sabem o que eu sei, o que eu vivi*. Tendo profundo respeito e consciência da sabedoria e das grandes contribuições das teorias que citava, Dona Fátima também apontava a experiência concreta enquanto dimensão fundamental para se pesquisar contextos específicos. De forma complementar, Naiara, do *Odara*, em um bar do centro da cidade de Salvador, perto do Largo Dois de Julho, me provocou a ajustar melhor as minhas lentes teóricas, salientando a importância de uma problematização densa a respeito de que teorias e conceitos que pudessem me ajudar a perceber o real. Busquei seguir o que as duas sabiamente me aconselharam. Não sem falhas e tropeços, mas me orientando pela busca do diálogo, a confluência e a confrontação com teorias, contextos e realidades.

A perspectiva transmetodológica me possibilitou a confluência de métodos, teorias e perspectivas que, a partir de problematizações do real, me guiou para a construção da problemática e da arquitetura de nossa investigação. E também me instigou a me comprometer, nesse processo, com minha própria formação científica e também, com as sujeitas comunicantes que colaboraram e atravessaram de múltiplos modos a investigação. Esta é, portanto, uma pesquisa que se assume interessada, atravessada pelo seu contexto.

Nesta investigação, busquei compreender os modos como se configuram os usos e apropriações comunicacionais digitais dos coletivos feministas Olga Benário Feminino Plural Odara, de Porto Alegre e Salvador na perspectiva de construção de cidadania comunicativa vinculada à luta feminista. A construção de problemática se deu a partir da confluência entre os movimentos de pesquisa da pesquisa, pesquisa de contexto, pesquisa metodológica, pesquisa teórica e pesquisa exploratória, movimentos que se retroalimentavam, moldando e transformando a nossa construção de objeto de pesquisa até a atual formação.

Ao mesmo tempo em que começava a trilhar os caminhos exploratórios, em andanças por manifestações e em diálogos com mulheres de luta, sujeitas comunicantes, o processo de pesquisa da pesquisa foi uma práxis metodológica potente para pensar os caminhos desta

investigação, a partir do mergulho interessado em outras pesquisas que possuíam certa afinidade com as temáticas ou metodologias que me propunha. Ela possibilitou também conhecer e me aprofundar em autores e conceitos que foram fundamentais para a construção de das perspectivas teóricas, especialmente no que tange aos processos sociocomunicacionais digitais e à cidadania comunicativa. De maneira mais tangível, essa problematização teórica e metodológica me permitiu avançar a respeito das ampliações possíveis do conceito de cidadania e de cidadania comunicativa.

Simultaneamente a esse movimento realizei pesquisa teórica, exploratória e pesquisa de contexto, fundamentais para o realinhamento dos objetivos e da problemática. A partir desses movimentos, a pesquisa foi se delineando e ganhando formas próprias. A pesquisa teórica se alimentou do empírico e se nutriu de diálogo com vários autores das ciências sociais aplicadas, sobretudo da comunicação, estruturando-se em três eixos principais para pensar a problemática: processos sociocomunicacionais e processos midiáticos digitais; feminismo enquanto movimento social; e cidadania comunicativa e suas possíveis ampliações a partir de perspectivas feministas.

Vale destacar a crucial importância das caminhadas exploratórias. O contato com as experiências vividas, com a rua, os encontros, as manifestações, as performances e os diálogos com as mulheres me fizeram perceber as dimensões constitutivas dos processos comunicacionais dessas mulheres e coletivos que emergiam em suas ações e agências. A experiência vivida demandou a busca de lentes analíticas e teóricas mais conectadas à realidade que presenciei. Necessitou tensionamentos da categoria gênero e fez emergir aos meus olhos as dimensões de educomunicação e de cuidado, que ganhariam contornos mais sólidos na fase sistemática. Foi também a partir das caminhadas exploratórias em Porto Alegre que percebi, em nível pessoal, meus estranhamentos culturais e desconhecimentos em relação ao contexto gaúcho. O que me motivou a mover a pesquisa também para um território pessoalmente mais próximo e distinto, Salvador, a capital baiana.

De pronto, chamou-me a atenção o modo como nos variados movimentos que acompanhei durante a caminhada exploratória os coletivos buscavam estabelecer comunicações dialógicas e não hierarquizantes. Essa dimensão se fazia presente desde os atos públicos e as manifestações de rua até os encontros mais intimistas, as rodas de conversa ou os encontros de organização. Nas manifestações, as rodas de conversa e falas públicas se estabeleciam no chão, na altura das pessoas que circulavam pela região, geralmente central, com quem se ambicionava dialogar. Mesmo nas manifestações que utilizavam caminhões de som ou trio elétricos, as

militantes desciam para o asfalto. Não raro, os transeuntes eram convidados à fala, ao microfone, para que pudessem se expressar e dialogar com a manifestação.

Nas reuniões mais intimistas, geralmente eram feitas rodas onde todas eram convidadas a se manifestar e eram respeitadas enquanto o faziam. Recupero estes momentos não para me repetir meramente, mas para dizer da dimensão dialógica que já se fazia presente nesta fase da caminhada investigativa. Ali, tratava-se geralmente de um dialogismo cara a cara, sem outras mediações tecnológicas que não fossem os megafones e microfones, vez ou outra. Mas a questão principal era a preocupação em construir espaços onde as mulheres pudessem se sentir à vontade para se expressar, onde pudessem ser escutadas e, também, construir locais de diálogo efetivo. Percebi o esforço em construir uma disponibilidade para o diálogo aos moldes freiriano (FREIRE, 2020). Uma disponibilidade que desarmava modos mecânicos, padronizados e masculinistas de se organizar os atos e encontros.

Percebi também uma abertura às explorações criativas, às experiências estéticas e linguísticas, que se materializava em oficinas, encontros e na rua, nos atos, nas manifestações. Uma abertura à experimentação, a uma liberdade para expressar que provém não do racional, mas do sensitivo, do sentido e da sensibilidade. As manifestações nas ruas, o ocupar a cidade, por si só, já diz da reivindicação do direito plural e performativo de aparecer, como nos coloca Butler (2018). No entanto, me parece que, ao acionar a arte enquanto linguagem para apresentar demandas, situações e experiências, por meio de performances artísticas que chocam e afetam, expandem a reivindicação do direito de aparecer e vão além, buscam o reconhecimento enquanto sujeito de sentido; falam com os imaginários possíveis e com as emoções. Afetando, o campo das artes mostra-se fértil como estratégia de luta.

Aliadas, a busca dialógica e a arte enquanto catalizadora e mobilizadora de lutas, nos dizem de uma dimensão plural da comunicação, de matrizes de comunicação diversas e de uma comunicação multimodal, que se permite explorar diferentes lógicas, formatos e modos de comunicar, a fim de estabelecer mais profundamente o diálogo com diferentes sujeitos, contextos e problemáticas.

Outra questão que comecei a perceber, ainda durante a caminha exploratória, foi a presença da dimensão educacional, a construção dos modos de agir e pensar dos movimentos feministas que observamos. A educação e a formação política são dimensões estruturantes da *práxis* desses coletivos. Quando visitei o acervo Enid Backes, na sede do Coletivo Plural, ou quando participei de uma reunião de formação sobre luta antifascista, na casa Mirabal, coletei pistas que se confirmariam, de modos diferentes, na caminhada sistemática.

Acompanhar exploratoriamente as ocupações dos coletivos Odara – Instituto da Mulher Negra, Coletivo Plural e Movimento de Mulheres Olga Benário também me proporcionou pistas para pensar os ambientes digitais enquanto territórios de disputa narrativa. Percebi também como o contexto e a experiência moldam e pautam as agências destes três grupos, com maior ou menor intensidade. As entrevistas exploratórias apontavam para uma grande relevância da cidade e do espaço da rua, dos bairros, na construção das agências comunicacionais dos coletivos.

Assim, os movimentos de pesquisa que configuraram a fase exploratória foram fundamentais para a construção da problemática e para o delineamento da pesquisa como um todo, bem como, para a construção dos processos metodológicos. No entanto, como já mencionei, a pesquisa é viva e o real se fez presente de forma desestabilizadora. Durante o início do período de investigação sistemática, instaurou-se uma epidemia mundial que perdura há mais de um ano. A situação gerou uma crise sanitária sem proporções que foi agudizada por uma política de descaso e morte por parte do governo federal. Frente ao risco da doença viral, as medidas de segurança mais eficientes se mostraram ser a higienização constante, o uso de máscaras e o distanciamento social, com longas quarentenas mundo afora. No Brasil, a pandemia do Coronavírus operou como uma lente de aumento frente todas as situações de desigualdade e precariedade. O caos pandêmico suscitou a elaboração de uma série de táticas de enfrentamento ao vírus e de sobrevivência diante do cenário de crises.

Consequentemente, o contexto atravessou e moldou esta pesquisa, tanto no que se refere aos modos de agência dos grupos observados, quanto à construção dos caminhos e arranjos metodológicos e enfrentamento gerenciamento de transformações e frustrações. As condições do fazer pesquisa foram abaladas. Manter um planejamento de pesquisa de campo *in loco*, como me propus no início da investigação, se mostrou impraticável. Peculiarmente, manter a saúde física e psicológica passou a ser uma estratégia de realização do investigar. Assumindo como norteadora a imagem da artesanaria científica de Mills (1975) precisei recalcular rotas, reformular objetivos e concepções metodológicas. A saída foi, como explicito no capítulo 3 dedicado às trilhas investigativas, abraçar o ambiente digital como foco da pesquisa na fase sistemática.

Realizar uma investigação durante um contexto tão complexo quanto uma pandemia mundial é uma tarefa desafiadora, tanto no que tange ao manejo das condições concretas de realização do pesquisar, quanto da dimensão subjetiva. Realizar uma pesquisa de campo, uma investigação empírica neste contexto, demandaria ainda maiores cuidados e atenção. Atenção principalmente ao tempo de cada sujeito e ao próprio, às temporalidades específicas dos coletivos observados, das colaboradoras de pesquisa e ao tempo necessário para que eu pudesse

reconstruir os mapas metodológicos da investigação.

A solução encontrada frente às desestabilizações e dificuldades impostas pela pandemia foi a de mergulhar nos territórios digitais e abraçar a etnografia na internet. Os passos da etnografia na internet já estavam previstos e em andamento desde junho de 2019, mas se tornaram protagonistas na fase sistemática. A observação atenta e profunda dos usos e apropriações que os movimentos feministas observados realizavam em territórios digitais se deu concomitantemente à realização de entrevistas da fase sistemática com quatro sujeitas coprodutoras de pesquisa, representantes dos três coletivos observados.

Refocalizar a pesquisa para o ambiente digital, mesmo que nutrida pelos passos empíricos presenciais anteriores (na fase exploratória) fez com que a investigação ganhasse novos contornos, possibilidades e limitações. Muito das percepções das ações desenvolvidas pelos movimentos durante esse período se deu mediada pelos relatos compartilhados nas entrevistas e por narrativas descritas nas publicações. Sem o contraponto das observações de campo nesta fase, precisei construir no digital lentes que me permitissem uma interpretação mais ampla e aprofundada possível, ciente das lacunas, dos não vistos, do que escapa.

O contexto pandêmico também atravessou os modos de agir, comunicar e se organizar dos movimentos observados, de formas diferentes. Tendo o recurso da rua, das manifestações e das trocas presenciais sido afetado, foi necessária uma série de adaptações, experimentações, táticas e estratégias para manter a luta viva. Durante a observação sistemática, percebi que as pautas e prioridades desses movimentos também foram transformadas. Tornou-se urgente a luta por sobreviver à crise pandêmica e aos seus desdobramentos.

Cada movimento observado possui particularidades em sua identidade coletiva, o que se refletiu nos modos como lidaram com o desafiador contexto e nas estratégias e táticas que desenvolveram, tanto nos limitados movimentos presenciais quanto nas ocupações e apropriações do digital. Nesse sentido, o exercício de uma comunicação multimodal também pôde ser percebido nos diversos modos e processos comunicacionais que os movimentos desenvolveram para o enfrentamento às crises geradas ou agravadas pelo Coronavírus. Aqui se integraram práticas comunicacionais presenciais e digitais.

Assim, o movimento Odara – Instituto da Mulher Negra, além de organizar uma campanha de solidariedade e geração de renda, atuou no apoio ao cadastramento para auxílio emergencial, desenvolveu variadas ações comunicacionais nos ambientes digitais, como a criação de boletins, notícias, reflexões e leituras de conjunturas, debates ao vivo em *lives* e campanhas como o #FALASPRETAS, onde fazia ecoar as vozes de mulheres negras periféricas e suas narrativas a respeito da forma que experienciavam e vivenciavam os cenários postos pela

pandemia.

O Movimento de Mulheres Olga Benário em Porto Alegre também se empenhou em uma campanha de solidariedade e, a fim de manter os canais de diálogo com as mulheres de bairros de Porto Alegre, durante o isolamento social, buscou estabelecer rodas de conversa no momento da entrega de doações e jornais, além de utilizar ferramentas como megafones em filas de banco e carros de som nos bairros. Esses movimentos se davam ao mesmo tempo em que tematizavam a agudização das precarizações e desigualdades em suas postagens nas redes sociais digitais. Em Salvador, apesar de não conseguirem manter uma ativa comunicação digital, o movimento de mulheres Olga Benário construiu canais de comunicação via WhatsApp e se empenhou em campanhas de solidariedade e, também, no esforço da luta por moradia digna para mães de pessoas com deficiências.

O Coletivo Plural também se dedicou a campanhas de solidariedade e a monitoramento de casos de violência e acolhimento de mulheres junto à casa de referências em Canoas. Nos ambientes digitais, no entanto, optou por uma estratégia diferentes dos demais, ao se empenhar em atividades culturais para dialogar sobre a temática a partir de outras dimensões, da arte que afeta que mobiliza.

Recupero essas observações para pensar sobre as dimensões em comum que atravessam os modos como os movimentos lidaram com a pandemia, apesar das diferenças e especificidades de cada coletivo e de cada contexto. Em minha concepção, duas dimensões se destacam, em todos os movimentos, nesse recorte contextual, a do cuidado e da busca pelo diálogo. O dialogismo se traduz tanto nas práticas presenciais quanto digitais, configurando-se toda vez que o Outro, aquele com quem queremos dialogar, é colocado no centro de nossa comunicação. Já o cuidado, atividade que, quando não monetizada, é relegada, em nossas sociedades colonizadas, ao feminino, ao invisível e ao menor, é apropriado como ferramenta de luta e direcionado para as outras mulheres e para a reivindicação de vidas dignas, em combate às situações de precarização. Se olharmos a questão por meio das lentes dos estudos de gênero, podemos perceber que ambas as práticas se distanciam das lógicas masculinistas neocoloniais, aproximando-se dos atributos socialmente atribuídos ao feminino e, portanto, ao mais frágil. Ao valorizar o cuidado enquanto ferramenta potente de luta e transformação social, não de forma assistencialista e caridosa, mas engajada e comprometida, os movimentos que observamos também operam rupturas com as lógicas masculinistas de organizar resistências.

Assim, durante o processo de observação empírica, percebi que os coletivos observados compartilham dimensões em comum e, também especificidades próprias, que os caracterizam e os diferenciam. Todos demonstraram possuir uma identidade coletiva de ação e luta bem

delimitada, uma voz coletiva autodefinida, que parte desta identidade para propor projetos de sociedade, imaginários e narrativas alinhados à suas demandas, saberes, modos, epistemes. É possível dizer, da mesma forma, que todos se apresentam, em certos graus e de formas diferentes, enquanto espaço de empoderamento sociopolítico e território de afetos e cuidados.

A investigação sistemática me permite apontar que os ambientes digitais são, para os coletivos observados, espaços para divulgar ações, arquivar memórias, compartilhar e comunicar informações alinhadas aos objetivos de lutas e demandas. Mas vai além, configurando-se como espaço de experimentações, confluência de saberes e também, território de disputa narrativa, no qual a batalha se dá pela construção do imaginário social. Percebi que os coletivos se utilizam das plataformas e espacialidades para produzir imagens e narrativas resistentes às imagens de controle e a estereótipos vinculados pela mídia hegemônica e pelas lógicas de quem ocupa poder. Os coletivos procuram, inseridos em seus contextos e possíveis limitações, produzir imagens que operem por lógicas que não as do poder masculinista colonial branco cisheteronormativo. Imagens que partam de seus contextos, que se nutram da experiência como critério de significado para produzir narrativas conectadas à sua realidade e aos seus projetos libertadores de sociedade.

A internet apresenta, portanto, uma gama de ferramentas potenciais que possibilitam a produção e o compartilhamento de conteúdos multimodais, de campanhas de comunicação e de articulação com parceiros e outros movimentos. Um espaço de experimentações, expressões e circulação. No entanto, isso não se dá de forma completamente livre e acessível. Tais espacialidades digitais também são conformadas, em sua maioria, por lógicas de lucro, atravessadas pelas ideologias do poder vigente, por arquiteturas algorítmicas que constroem bolhas, labirintos e enviesam a circulação de dados, produtos e informações. Vulneráveis a lógicas de vigilância e poder. As redes sociais (como Facebook, Instagram e Twitter) não são, portanto, ambientes neutros e seguros, mas funcionam como verdadeiros *shoppings* digitais atravessados por lógicas de vitrinização.

A partir dos dados da investigação, é possível afirmar que os coletivos possuem, em alguma medida, ciência das potencialidades e limitações de engrenagens que conformam esses territórios digitais. E trazem questionamentos, especialmente, no que tange à acessibilidade aos meios de comunicação e ao mundo digital. Na observação sistemática, notei que a pandemia foi responsável por uma aceleração dos processos comunicacionais digitais desses coletivos.

Desta forma, o contexto serviu como impulso, empurrando as sujeitas, cada vez mais rápido, para as possibilidades de agência da internet, o que representou desafios, não apenas técnicos e metodológicos, mas que envolvem a necessidade de desenvolver habilidades, e

principalmente, desafios para estabelecer e manter diálogos com as mulheres que estavam mais afastadas das esferas de poder econômico. Durante a pandemia, tendo as atividades presenciais suspensas e a vida das ruas, total ou parcialmente interditas, conseguir chegar até as mulheres periféricas e em situação de vulnerabilidade tornou-se uma tarefa ainda mais custosa.

Para além do acesso ao aparelho em si (seja celular, *tablet*, *notebook*, computador), e às habilidades de navegação e decodificação da linguagem digital, é preciso ter acesso à sinal de celular e pacotes de dados que permitam um deslocamento fluido entre fotos, vídeos e plataformas. Assim o digital, apesar de potente, ainda não é o suficiente para atingir e dialogar com uma parcela de mulheres. Mostrou-se, portanto, necessário que as estratégias digitais se dessem alinhadas a estratégias e táticas presenciais e também de forma conectada e adaptada às especificidades de seu uso, dos cotidianos e modos de se apropriar das mulheres com quem queriam dialogar. Os quadrinhos construídos por Odara exemplificam essas adaptações necessárias.

Por outro lado, a mesma internet que constrói barreiras de acessibilidade reais ou algorítmicas também, paradoxalmente, possibilita a superação de fronteiras, a confluência e circulação de informações e narrativas e uma comunicação mais fluida, como pude perceber durante o relato da colaboradora representante do Coletivo Plural, em entrevista. Desta forma, observo que de onde elas partem para dialogar e com quem objetivam manter esse diálogo são dimensões importantes para se entender as lógicas de organização e comunicação concretas nos espaços digitais.

A partir da observação dos usos e apropriações digitais dos coletivos, pude perceber como se constroem as identidades desses movimentos, e como estas identidades moldam a sua produção. O Odara – Instituto da Mulher Negra, demonstrou, durante o período da observação sistemática, grande habilidade em reconhecer as especificidades e potencialidades de cada plataforma, bem como de produzir conteúdos e experiências que explorassem os recursos disponíveis dos espaços digitais em que se inseria. De todos, é o que mantém uma comunicação mais constante e volumosa, talvez por sua organização, e por ser o único a possuir um programa específico de comunicação. Em sua comunicação, parte das epistemologias, teorias e cosmovisões africanas, ancestrais e do feminismo negro para pensar a sociedade e expor os modos como as relações de raça e de gênero atravessam e moldam as vivências e experiências negras. E pretende dialogar com mulheres negras. Assim, também produz narrativas de resistência, buscando modos e estratégias reais de lutar contra as multiformes opressões que precarizam e desumanizam as mulheres negras. Há, na forma de agir e se comunicar de Odara, uma dimensão ética do cuidar, que orienta e organiza sua produção de conhecimentos, suas

experimentações comunicacionais e estéticas.

O movimento de Mulheres Olga Benário é o único entre os que observei a possuir uma organização nacional centrada em coordenadorias nacionais e regionais. Essa configuração delinea características próprias de agência, de integração entre núcleos e de trabalhos de luta em rede. Assim, parte das publicações realizadas pelos núcleos gaúchos e baianos provem de um direcionamento nacional, e não específico. No entanto, possuem autonomia para produzir conteúdos e lógicas comunicacionais próprias, o que pode ser observado, também, nas diferenças entre os núcleos. Em sua comunicação, Olga parte de perspectivas marxistas e anticapitalistas para pensar a sua realidade e expor como os sistemas econômicos capitalistas moldam a realidade das mulheres trabalhadoras. Visa, portanto, dialogar com as mulheres trabalhadoras, e direciona sob essa perspectiva suas ações e demandas concretas para a transformação social. Vale salientar em Olga a colaboração com a criação e o desenvolvimento do partido Unidade Popular – UP que nos dizem, conjuntamente com as ocupações sociais de casas de referências, sobre as ferramentas e modos de agência e luta que o Olga desenvolve.

O Coletivo Feminino Plural é, entre os observados, o mais antigo, contando com mais de duas décadas de luta e comprometimento com o feminismo, organizando-se em coordenadorias. O coletivo possui um perfil mais diferenciado entre os observados, por agir mais efetivamente por meio de assessorias e na construção de políticas públicas junto a órgãos e instituições governamentais. É, também, o único cuja existência se dá antes da aceleração dos processos de democratização digital e mídiatização digital o que, de certa forma, se reflete em uma produção digital mais contida e guiada pela lógica de compartilhamentos. Em suas publicações, propõe-se a pensar o mundo a partir de um feminismo plural, que tangencia a interseccionalidade e questiona dimensões de acessibilidade. Possui uma latente característica cultural e utiliza da sensibilidade e da estética para construir reflexões.

Assim, os coletivos se diferenciam tanto em modos de organização quanto em perspectivas feministas. A interseccionalidade é tangenciada por todos, mas de formas e lugares diferentes. É vívida em Odara, que parte da dimensão raça para reivindicar o bem viver. E também presente em Olga, que parte da dimensão classe para lutar por uma vida, condições de trabalho e de moradia mais dignas, por menos precarização. Também é presente de forma mais sutil em Olga, que se centraliza na dimensão gênero para problematizar o mundo à sua volta e para propor ações efetivas na reivindicação de políticas públicas para as mulheres e a construção de uma cultura mais igualitária.

Além dos seus modos de organização e de partir de perspectivas diferentes da possibilidade do feminismo, os coletivos são atravessados por contextos culturais das

localidades em que se situam e que, conseqüentemente, perpassam seus modos de agir, comunicar e entender o mundo. Em Salvador, observamos um coletivo de feminismo negro, o Odara, e o movimento feminista marxista Olga Benário. Apesar dos dois possuírem grandes diferenças em suas organizações e formações identitárias enquanto coletivo, ambos tensionam com maior intensidade (proporcionalmente ao seu conjunto de postagens) os modos como o racismo estrutural atravessa todas as esferas sociais, incluindo o agir feminista. Há também no Odara uma preocupação em construir redes de fortalecimento do nordeste, tendo em vista os processos de colonização interna no país que constrói estereótipos e apagamentos das experiências nordestinas.

No entanto, também há pontos em comum no modo como esses coletivos constroem o feminismo e suas lutas, como se comunicam e como realizam explorações comunicacionais, ativistas, artísticas, educacionais, metodológicas e epistêmicas. Há, portanto, semelhanças, aproximações e pontos convergentes no modo como constroem seus processos comunicativos e, especialmente, no modo como eles integram uma dimensão de cidadania. Isso se traduz na emergência de dimensões em comum que percebemos em nossas observações sistemáticas e exploratórias:

- Dimensão educomunicativa - A educomunicação como componente de luta que estrutura a reivindicação de cidadania, que se vincula ao aprender e ensinar para transformar a sociedade; uma educação crítica e ancorada na experiência como critério de significado, na produção de saberes localizados, comprometidos e densos.
- Busca do dialogismo - A comunicação baseada no diálogo efetivo, na escuta atenta e na não hierarquização de vozes. Uma comunicação que, ao se propor a dialogar, coloca o Outro, com quem se quer dialogar no centro de suas práticas e processos comunicativos.
- Dimensão estética e sensível – Uso da arte como mobilizadora, como linguagem que pensa o mundo para além da racionalidade tradicional.
- Busca pela interseccionalidade – Que envolve a busca por entender os sistemas de opressão em suas encruzilhadas; por combater imagens de controle e produzir novas narrativas e imaginários ancorados nas categorias de raça, classe e gênero.
- A experiência como critério de significado – Envolve entender o vivido, e a experiência como critério para problematização, pensar o mundo, teorizando-o a partir da concretude, como forma de ruptura á lógicas coloniais

- Recuperação da memória - Preocupação em desconstruir a noção de história única, fazendo emergir narrativas históricas silenciadas e, ao mesmo tempo, construir no presente o que será memória do futuro.
- Ética do cuidado – Coloca o cuidado como dimensão política de luta, ancorado na empatia, na presença de emoções, do diálogo e respeito às individualidades.

A partir da caminhada investigativa, realizei arranjos metodológicos e teóricos que me permitiram visualizar a emergência das dimensões antes citadas enquanto componentes da construção de tecnologias sociais do cuidado com a voz, como trabalhei mais profundamente no capítulo 4 de problematizações teóricas. Entendo que o cuidado da voz diz sobre o empenho em construir condições necessárias para que os sujeitos desenvolvam expressão própria, sua própria voz, forjada na luta contra os silenciamentos impostos. Tal voz, para possuir algum potencial de agência frente às estruturas de poder já formuladas, necessita ser plurivocal e alinhada ao coletivo. Entendo, portanto, que a esfera do coletivo e do social se dá a partir de delicados entretecidos com a esfera do pessoal, cabendo aqui politizar as subjetividades e, também, tensionar o coletivo a partir delas e de suas sensibilidades. O lema feminista pessoal é político ecoa nessa argumentação, para lembrar da necessidade de incluir e perceber a esfera do íntimo na formação do comum.

A voz corajosa, como já argumentei a partir de Hooks (2019) e Collins (2020) constrói-se a partir de processos de formação educacional do senso crítico, autorrecuperação e autodefinição. A voz precisa ser produzida, mas também ser ouvida, e, portanto, necessita da tomada de poder sobre a circulação. Não basta que a voz se erga individualmente, ela precisa ser escutada, ela precisa fazer ecoar outras vozes.

Ser escutada, como nos coloca Freire (2019) demanda a disponibilidade por parte de quem escuta às falas, gestualidades e diferenças do Outro. Assim, a ética do cuidado à serviço da voz busca construir as condições necessárias para o surgimento e a manutenção de vozes que se empenhem contra os sistemas de opressão e silenciamento. O cuidado com a voz se materializa na construção e compartilhamento de narrativas plurais, contextualizadas, comprometidas com a libertação dos sujeitos dos processos de precarização. Na transformação dos imaginários sociais, combatendo as estereotípias e lógicas de colonização e dominação.

Entendo que o cuidado com a voz necessita da capacidade de projetar tecnologias para efetivá-lo. Tecnologias no sentido da capacidade de formar lógicas, métodos e epistemes comprometidas. Na materialização da tese, percebi a construção dessas tecnologias a partir da confluência nutritiva das dimensões antes mencionadas. A tecnologia do cuidado da voz se materializa nas propostas de educomunicação a partir de saberes localizados, da experiência

vivida que potencializa e possibilita os processos de autorrecuperação e autodefinição, como também potencializa a construção de criticidade para refletir e propor alternativas reais em prol da luta por mundos mais justos e solidários. Dos conhecimentos que se alimentam das sabedorias ancestrais.

A tecnologia do cuidado com a voz também se materializa na construção de espaços dialógicos de debates e proposições que atentem às necessidades reais e subjetivas dos sujeitos. Que utilizem as sensibilidades como dimensão formativa do resistir e do lutar. Constatei, portanto, que as agências e processos sociocomunicacionais de reivindicação de cidadania comunicativa se efetivam também a partir da construção de tecnologias de cuidado com a voz. Que se materializa nas estratégias que visam a transformação do imaginário social para que confluam imagens e narrativas mais conectadas ao real, dialógicas e potencialmente libertadoras de opressão. Imagens humanizadas das pessoas, que possam provocar reconhecimento do direito à uma vida não precarizada, ou como coloca Odara, ao Bem Viver. Neste caso, materializa-se em tecnologias pensadas para o desenvolvimento e manutenção de condições para que os sujeitos possam resgatar a própria voz, encontrar espaços de fala, reivindicar e mobilizar as escutas e, assim, integrar uma disputa narrativa ao propor imaginários alternativos às lógicas dominantes e opressoras, imaginários emancipadores e libertadores.

Assim, pensar o cuidado com a voz como dimensão de cidadania comunicativa demanda compreender a cidadania em sua forma multidimensional comprometida com a transformação social e com o combate a lógicas desumanizantes a partir da consideração das subjetividades, identidades e autonomia dos sujeitos. Uma cidadania comunicativa que possa promover manifestações no sentido de reivindicação de direitos e deveres, mas que também se engaje como mobilizadora das condições para que os sujeitos desenvolvam capacidades e lógicas e maior autonomia comunicacional, social, política e cultural vinculadas a um exercício de democracia.

Finalizo essas reflexões finais ciente de que a investigação não se esgota neste texto. Há lacunas para preencher e questionamentos que não foram respondidos, bem como questionamentos cujas respostas suscitaram novas perguntas. Assim, o caminho da pesquisa encontra-se aberto à futuras problematizações.



## REFERÊNCIAS

- ABELES, Marc. **Internet, globalização, política.** In: VERÓN, Eliseo; FAUSTO NETO, Antonio; HEBERLÊ, Antonio Luiz O. Pentálogo III: Internet: viagens no espaço e no tempo. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- AGUIAR, Lisiane. **Paradoxos da linguagem no saber metodológico:** entre a lógica do sentido e do significado na experiência investigativa. São Leopoldo. Palestra ministrada no II Colóquio internacional de investigação crítica em comunicação. 28 de setembro, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE, Marina Zoppas de. **Entre as redes sociais digitais e as ruas: processos comunicacionais dos coletivos Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas.** São Leopoldo: Unisinos, 2018
- ALVAREZ, Sônia, E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu v.43 jan/jun, 2014, p.13-56.
- ALVES, Luiz Roberto. **Comunicação, cultura e bem-público: convergências metodológicas sob desafios.** In: MALDONADO, A.E. Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones Y Publicaciones, 2014, p.101-121.
- AMARAL Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre:** Sulina, 2011.
- AQUINO, Maria Clara. **A ilusão da convergência pelas barreiras da circulação no Facebook.** In: MIÉGE, Bernard [et al]. Operações de midiaticização. Das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo. Santa Maria: Facos-UFSM, 2016. p. 95 – 118.
- ARENDT, H.A. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%, um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019
- BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BIRHANE, A. 2020. **Colonização Algorítmica na África.** In: T. SILVA (org.), Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos. São Paulo, Litera-RUA, p.156-168
- BOGADO, Maria; BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa. A nova geração política: rua. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa. Explosão Feminista. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2018.
- BONIN, Jiani Adriana. **Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação.** In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre, Sulina, 2011, p.19-42.

\_\_\_\_\_. **Coletivos culturais e espaço público midiaticado:** delineamentos para investigar as configurações dos usos, apropriações e produções de mídias em grupos étnicos. In: MALDONADO, E.A; BARRETO, V.S; LACERDA, J.S. Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisas na América Latina. João Pessoa, Natal: Editora UFPB, EDITORA UFRN, 2011 b.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção.** In: Jiani Adriana Bonin; Nísia Martins do Rosário (Org.). Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013, p.23-42.

\_\_\_\_\_. **Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas.** In: Cláudia Peixoto de Moura; Maria Immacolata Vassalo de Lopes. (Org.). Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. v. p. 213-231.

\_\_\_\_\_. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. In: Intexto, Porto Alegre, n.43, p. 59-73, set/dez. 2018

BONETTI, Alinne. Sermessuaqs cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: TAQUETTE, Stella (Org.) AIDS e juventude: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro, 2009.

BOSI, Eclea. **Entre a opinião e o estereótipo.** In: O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. P.113-126.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.) **Cidadania, um projeto em construção.** São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 6-27

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia.** São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. Vigilância: o alcance do processo e da palavra. In: CASTRO, Paulo César (org). **Vigiar a vigilância:** uma questão de saberes? Maceió: EDUFAL, 2016.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa. **O grifo é meu.** In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa. Explosão Feminista. Rio de janeiro: Companhia das letras, 2018.

BUENO, Winnie. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro:** Uma possibilidade de leitura da obra Black feminist thought: knowledge, consciuness, and the Politics of empowermwt a partir do conceito de imagens de controle. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”.** Revista Cadernos Pagu. V.11. 1998. p. 11-42. Disponível em: file:///C:/Users/Bruna/Downloads/cadpagu\_1998\_11\_2\_BUTLER.pdf

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

CÁDIMA, Francisco Rui. **Sobre o digital: convergência, divergência, fractura**. In: SÁÁÁgua, João; CÁDIMA, F. Rui. (orgs), Comunicação e linguagem: novas convergências. Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2014. p. 265 – 285.

CARLÓN, Mário. Público, privado e íntimo: el caso Chicas Bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expression en la circulacion contemporanes. In: CASTRO, Paulo Cesar. **Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?**. Maceió: EDUFAL, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. EBOOK, 2013.

CAPISTRANO, Ana Claudia. Agendas de gênero nas políticas públicas no Brasil. **Revista Feminismos**, v.5 n.2/3, 2017

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, v.5, n.1, p. 6-17, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boi tempo, 2019.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

CORCUFF, Phillipe. **Qué há pasado com la teoria critica?** Problemas, intereses em juego y pistas. Revista Cultura y representaciones sociales, v. 9, n.18, 2015. México: UNAM, p.63-79.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo Boi Tempo, 2017

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se descola: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC, 2020.

ELIAS, Nobert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

FARRAH, Marta Ferreira. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista Estudos feministas v.12 n.1, 2004

FAUSTO NETO: SGORLA, Fabiana. **A travessia de Fátima Bernardes: “estamos todos órfãos”**. In: OLIVEIRA, Ivone; MARCHIORI, Marlene. Comunicação, Discurso e Organizações. São Caetano do Sul: Difusão, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. São Paulo: Boi tempo, 2019.

FLICHY, Patrice. **Internet, um mundo para os amadores**. In: Flichy, Patrice; FERREIRA, Jairo; AMARAL, Adriana (orgs). Redes digitais: um mundo para os amadores. Novas relações entre mediadores, mediações e midiatização. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e terra, 2018.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KLEIN, Naomi In. DAVIS, Angela, KLEIN, Naomi. **Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020

GARCÍA CANCLINI, Nestór. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

\_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GARRETÓN, Manuel. A democracia, cidadania y médios de Comunicación: um marco general. In: ORTIZ, Renato et.al. Los médios: nuevas plazas para la democracia. Lima: Calandria, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez Editora. 2017.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Caderno de formação política do círculo Palmirino**, n. 1. Batalha de ideias, 2011.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. A categoria político cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Orgs.) Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, São Paulo, n. 5 p.07-42, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In Silva, Tomaz (org.) Antropologia do ciborgue: às vertigens do pós humano. Autentica: belo horizonte, 2000.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday**. Bloomsbury Academic: USA, 2015.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2000.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. **Erguer a voz**. Editora Elefante, 2009. Ebook.

LACERDA, Juciano de Sousa; MAZIVEIRO, Helena. Investigando as pesquisas sobre usos e apropriações das TICs: resultados da primeira avaliação. **Cadernos de Comunicação**, v.17, p. 155-174, 2013.

LEANDRO, Amaranta. **Políticas públicas para mulheres**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. Florianópolis: Estudos Feministas, VOLUME 11, nº 336, 2003.

LIVINGSTONE, Sonia. **Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line**. In: Revista Matrizes. Ano 4 – nº 2 jan/jun. 2011

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997

LUHMANN, Nicklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v .22. n.3 Florianópolis, 2014.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALVO, Lucia Mury. **Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rios dos Sinos, Caderno IHU Ideias. Ano 16. Nº 278. Volume 16, 2018.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica**. In:\_\_\_\_\_. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.277-303

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A; ROSÁRIO, N. **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013, p.31-57

\_\_\_\_\_. **Epistemología de la Comunicación: análisis de la vertiente Mattelart em América Latina**. Quito-Ecuador: CIESPAL, 2015. P.195-236

\_\_\_\_\_. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. Ciberlegenda**. Rio de Janeiro, n.9, p. 1-23, 2002.

MALDONADO, Tomás. **Memoria y Conocimiento**: sobre los destinos del saber em la perspectiva digital. Barcelona: Gedisa, 2007. P. 199-222.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.3, p. 483-504, dez. 2005.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. *Revista Matrizes*, V.8, n.2, 2014, p.15-33.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cidadanias em cena: performance, política e direitos culturais**. In: **7º Encontro do Instituto Hemisférico na Universidade Nacional da Colômbia**, 2009. Disponível em: <https://hemi.nyu.edu/hemi/pt/e-misferica-62/martin-barbero>

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** Curitiba. Ver. Sociol. Politi. V. 18 n 36, 2010

MATTELART, Armand. **As condições de renovação**. In: MATTELART; A. NEVEU, E. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola, 2004.

MEYER, Dagmar. **Gênero e educação: teoria e política**. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

MIEGE, Bernard. *A sociedade tecida pela comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.

MILLS, Charles Wright. **Do artesanato intelectual**. In: \_\_\_\_\_. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. P.211-243

MOGLEN, Eben. **El manifiesto punto Comunista**. In: LAGO, Silvia (comp.). *Ciberespacio y Resistencias: exploración en la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 69-81.

MONJE et al. **Cuidanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos**. In: PADILLA FERNÁNDEZ, Adrian. In: *Metodologías transformadoras Tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración em América Latina*. Caracas: Fondo editorial CEPAAO: UNESR, 2009. p. 179-199.

PEDROSO, Dafne; BONIN, Jiani Adriana. **Metodologia no processo investigativo**: a construção da arquitetura teórico-metodológica de uma pesquisa de recepção cinematográfica. *Revista Interin*, Curitiba, v, 13, p.1-18, 2012

PERUZZO, Cecília. **Epistemologia e método da pesquisa ação**: uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. Anais do XXV Encontro Anual da Compós, Goiânia, 7-10 de junho, GT - Comunicação e cidadania, 2016.

PERUZZO, Cecília. **Comunicação popular e conhecimento em movimentos sociais rurais**: o adeus ao modelo de difusões e inovações. Palestra ministrada no II Colóquio internacional de investigação crítica em comunicação. 29 de setembro, 2017.

- PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. *Esferas*, v.2, n.3, p. 61-71, 2013.
- POPPER, K.R. **Conhecimento objetivo**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- RECUERO, Raquel. 2009. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina.
- REGO, Walquíria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova*, n. 73, p. 147-185, 2008.
- RIBEIRO, Djamila. Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment. In: CLETO, et. al. *Porque gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).
- ROCHA, Maria Custódia Jorge da. Relações de gênero, relações de poder: de uma cidadania instituída e excludente a uma cidadania comunicativa e instituinte. In: MARTINS, M. & PINTO, M. **Comunicação e Cidadania: Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciência da Comunicação**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, 2007.
- RUEDA ORTIZ, Rocío. Ciberciudadanías, multitud y resistências. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y Resistencias**. Exploración en la cultura digital. Buenos Aires, Hekht Libros, 2012. P. 101-121
- SAGGIN, Livia. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da Vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias**. São Leopoldo: UNISINOS, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boi tempo, 2020.
- SARDENBERG, Cecília M.B. Da crítica feminista á ciência a uma ciência feminista? In COSTA, Ana Alice A.C; SANDERBERG, Cecília M.B (Orgs.). *Feminismo, Ciência e tecnologia*. REDOR/ NEIM –FFCH: Salvador, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialéctica**. Buenos Aires: Losada, 2011, p.13-79.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v.21, p.109 - 130, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: Caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n. 54, p.505-517, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, Marcia Veiga. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese). Porto Alegre, 2015.

SILVA, Tarcizio. Racismo algorítmico em Plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcizio (Orgs.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: Literarua 2021

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. O socius comunicacional. In: VERÓN, Eliseo; FAUSTO NETO, Antonio; HEBERLÊ, Antonio Luiz O. **Pentálogo III**: Internet: viagens no espaço e no tempo. Pelotas: Editora Cópias 2013. p.241-252.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Movimentos sociais em rede e a construção de identidades**: a marcha das vadias - SM e a experiência do feminismo em redes comunicação. (Tese) UFSM: Santa Maria, 2015.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. O feminismo contemporâneo a (re) configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital. **Encontro Nacional de História da Mídia**, v. 10, p. 1-15, 2015.

TOURAINÉ, Alan. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social –Redefinindo a disciplina e a prática depois da “Primavera Árabe”. **Revista Intercom**, São Paulo, v.36, n.2, p.61-90, jul-dez, 2013.

VEIGA, Márcia. Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. (Tese). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VIEIRA PINTO, Alvaro. **O conceito da tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WEISSHEIMER, Marco. O golpe e a criminalização dos movimentos sociais. In: ROVAI, Renato (Org.) **Golpe 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

## APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FASE EXPLORATÓRIA COLETIVOS E PROCESSOS COMUNICACIONAIS/ MIDIÁTICOS

Nome:

Coletivo que participa:

### BLOCO 1: Coletivos (organização)

- Quando, como e por que surgiu o coletivo?
- Quais eram as intenções/objetivos originais?
- Quais os objetivos atuais do coletivo? Quais as frentes de luta?
- Como se compõe o coletivo? (Quantas pessoas e qual o perfil delas)
- Como o coletivo se organiza em relação a suas atividades e funcionamento?
  - Há comissões de trabalho?
  - Como são divididas as tarefas?
  - Como se dá o trabalho cotidiano no coletivo?
- Com que frequência o coletivo se reúne?
- Como se definem as pautas e as ações coletivas?
- O coletivo se considera feminista?
  - Por que?
  - Se sim, segue alguma corrente ou vertente específica?
  - Há visões diferenciadas dentro do grupo quanto a esta definição?
- O coletivo se compreende como parte de um movimento social?
- Há articulações entre o coletivo e outros coletivos e movimentos de mulheres?
  - Com quais e desde quando?
  - Como se dão essas articulações?
  - Há um trabalho em rede?
  - Há ações em conjunto?
- Desde o surgimento do coletivo, percebeu mudanças na cena de movimentos de mulheres na cidade? Quais? A que atribui essas mudanças?

### BLOCO 2: Ações comunicativas

- Como se dão os processos de comunicação interna no cotidiano de organização do coletivo? (Whatsap? Facebook? E-mail? Telefone? Reuniões? Outras formas?)
- Quais são as principais formas de comunicação **presenciais** utilizadas pelos coletivos?
  - Quais são os objetivos e o sentido dessas modalidades de comunicação?
- Quais são os principais meios de comunicação utilizados pelos coletivos? E para que finalidade, quais os sentidos destes usos?
  - Whatsap
  - Mídias digitais
  - E-mail
  - Telefone
  - Jornais - panfletos, faixas, flyers, etc.

- Outros
  
- Como são decididas as estratégias e táticas de comunicação (midiáticas e comunicacionais)?
- Vocês refletem no grupo sobre o sentido e os resultados destes usos da comunicação?
- Que usos o coletivo realiza dos ambientes digitais e para que finalidades?
  - Cenários digitais,
  - Modalidades de uso
- Como é organizado e efetivado o trabalho de produção dos conteúdos?
  - Há uma comissão responsável?
  - Há funções nessa organização?
  - Há dificuldades nestes usos/produções?
- O coletivo define estratégias comunicacionais para os ambientes digitais - redes sociais digitais? Como? (Dinâmicas / fluxos / técnicas)
- O coletivo considera importante ocupar esse espaço digital? Por quê?
- Nos ambientes digitais e no Facebook o coletivo realiza interação com outros coletivos? De que forma isso acontece? Explique. Exemplifique
- Nos ambientes digitais, o coletivo interage com páginas de mídias e outros atores sociais mobilizados na luta das mulheres? Por exemplo, blogs, youtube, mídia alternativa?
  - Com quais?
  - Como se dá essa interação?
- O coletivo se conecta ou interage com a mídia local?
  - Como se dá essa interação?
  - Para que finalidades?

## APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FASE SISTEMÁTICA

Nome:

Coletivo que participa:

### **Bloco 1: Coletivos**

1. Quais os objetivos do coletivo?
2. Quais as bandeiras do coletivo?
3. Que pautas atualmente estão sendo trabalhadas? De que forma?
4. Como se definem as pautas e ações coletivas?
5. O coletivo faz formações de base para os seus participantes? Se sim, como funcionam? Quem decide as temáticas? Há formações abertas ao público?
6. Como se dá o trabalho cotidiano no coletivo?
7. Quais ações são mais frentes? Como funcionam?
8. Quem são o público-alvo do trabalho coletivo? Quem consideram atingir efetivamente?
9. Há um projeto de sociedade? Qual?
10. Há adversários para o coletivo? Quem são? Por quê?
11. Compreende as ações coletivas/ lutas como processos de conquista de cidadania? Explique.
12. O que é cidadania para o coletivo?

### **Bloco 2: Relação com outros coletivos e formação de redes**

1. Se relacionam com outros coletivos? Como? Com quais? Com que frequência?
2. Há formação de ações em conjunto com outros coletivos? Como elas são construídas?
3. Como avalia a relação com outros coletivos? Há construção de trabalhos em rede?
4. As relações com outros coletivos se conectam mais à datas específicas, à situações contextuais ou à temáticas? Explique:
5. Que lutas ou temáticas agrupam/ convergem diferentes coletivos? Explique:

### **Bloco 3: Feminismo**

1. O coletivo se considera feminista?
2. O que é feminismo para o coletivo? Há afinidade com uma vertente feminista específica?
3. Há visões diferenciadas dentro do grupo quanto a esta definição?

4. O coletivo se apoia em estudos e aportes teóricos para o entendimento do feminismo? Há processos de estudos coletivos? Como se dão?
5. De que forma o coletivo contribui para a construção e fortalecimento do movimento feminista na cidade?
6. Como os movimentos feministas podem contribuir para o exercício de cidadania?
7. Como avaliam a situação dos movimentos feministas na atual conjuntura política e social do País?
8. Como avalia a representação da luta feminista na mídia?

#### **Bloco 4: Práticas comunicacionais dos coletivos**

1. Que formas de comunicação são utilizadas para a luta do coletivo?
2. Quais são as principais estratégias de comunicação utilizadas? (Tanto midiáticas como comunicacionais). Quais os objetivos delas?
3. Como são decididas as estratégias de comunicação?
4. São definidos objetivos para as práticas comunicativas dos coletivos?
5. Como avaliam os resultados dos processos comunicacionais? Eles determinam ações futuras ou decisões dos coletivos? Explique.
6. Como se dá a comunicação interna do coletivo?
7. Há avaliações internas sobre a comunicação do coletivo?
8. Quais são os principais meios de comunicação utilizados pelos coletivos? E para que finalidade, quais os sentidos destes usos?
9. Como se dá a produção de conteúdos autorais do coletivo? Como são definidas as temáticas e quem participa desse processo? Há uma comissão responsável?
10. O coletivo se relaciona com meios de comunicação? Com mídias tradicionais e com mídias alternativas? Como se dá essa relação? Quais os objetivos e finalidades desse contato?
11. Como avalia a representação das lutas e ações do coletivo na mídia? O coletivo se sente representado por alguma mídia específica?
12. O *consumo* de conteúdos midiáticos atravessa as práticas do coletivo? O coletivo se inspira em alguns conteúdos para decidir pautas e ações coletivas? Utilizam conteúdo midiático nas formações? Se sim, que tipo de conteúdo? Com quais finalidades?
13. Como avalia a importância da comunicação para o coletivo?

**Bloco 5: Práticas de comunicação digital**

1. Que usos o coletivo realiza nos ambientes digitais? Quais cenários e para que finalidades?
2. Qual a importância de ocupar os ambientes digitais?
3. Como avalia a comunicação digital do coletivo?
4. Como os usos em ambiente digital se relacionam com as ações coletivas presenciais?
5. Utilizam os meios digitais para se relacionarem com outros coletivos? De que forma?
6. Há uma comissão responsável para a comunicação digital? Como se organiza?
7. Como se dá a produção de conteúdos para a comunicação digital?
8. O coletivo define estratégias para a produção de comunicação digital? Quais? Como se dá essa definição?
9. Como avalia o espaço das redes sociais digitais?
10. O coletivo compreende o espaço das redes digitais sociais como um espaço seguro de comunicação? Por quê?
11. Quais as contribuições, desafios e obstáculos que a mídia digital trouxe para os movimentos feministas?
12. No contexto atual, o coletivo está pensando estratégias para proteger-se no ambiente digital?

**Bloco 6: Educação e comunicação comunitária**

1. Você considera que o coletivo constrói espaços de diálogo entre as participantes e as mulheres envolvidas? Existe uma intenção de criar esses espaços? Como você avalia esses espaços?
2. A educação é uma dimensão importante para o coletivo? De que forma?
3. Como se dão os espaços de formação política? Como são escolhidos os temas? Com que intenção?
4. Como surgiu a ideia dos grupos de estudos? Como são organizadas as pautas?
5. Como avalia aos grupos de estudos?

## **APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FASE SISTEMÁTICA SOBRE O CONTEXTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

O contexto da pandemia do COVID 19 e estratégias possíveis

- Qual a leitura que o coletivo está fazendo desse contexto de pandemia?
- Como a atual situação com a pandemia do Covid 19 está afetando as atividades e o exercício do coletivo? E da Casa Mirabal?
- Quais estratégias estão sendo pensadas? Como elas estão funcionando?
- Como anda a arrecadação de fundos?
- Estão sendo pensadas estratégias locais em conjunto com outras organizações ou coletivos? Estão sendo formadas novas parcerias ou trabalho em rede?
- Como estão observando a questão da comunicação nesse momento? Como estão mantendo a comunicação internamente e com a comunidade?
- Como estão pensando as estratégias comunicacionais nesse momento?
- O público-alvo do trabalho do coletivo se modificou nesse momento? Estão tendo o alcance a esse público?